



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HYAGO ÁTILLA SOUSA DOS SANTOS

**O DRAMA DA PRINCESA TRANSVIADA: JORNAL A AÇÃO, PÂNICO
MORAL E CARTOGRAFIAS DA IDENTIDADE AMEAÇADA EM CRATO
(CE), 1965-1972**

RECIFE
2021

HYAGO ÁTILLA SOUSA DOS SANTOS

**O DRAMA DA PRINCESA TRANSVIADA: JORNAL A AÇÃO, PÂNICO
MORAL E CARTOGRAFIAS DA IDENTIDADE AMEAÇADA EM CRATO
(CE), 1965-1972**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Área de Concentração: Sociedades, Culturas e Poderes

Orientador: Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

RECIFE
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecário Valdicea Alves Silva, CRB4-1260

S237d Santos, Hyago Átilla Sousa dos.
O drama da princesa transviada: jornal *a ação*, pânico moral e cartografias da identidade ameaçada em Crato (CE), 1965-1972 - 2021
184f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Crato. 3. Comportamento de massa. 4. Textos jornalísticos - Autoria. 5. Crimes contra os costumes. 6. Cigarros - Vício - Vício em narcóticos.
I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de (Orientador). II. Título.

981.34CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-043)



Hyago Átilla Sousa dos Santos

O DRAMA DA PRINCESA TRANSVIADA: JORNAL A AÇÃO, PÂNICO MORAL E CARTOGRAFIAS DA IDENTIDADE AMEAÇADA EM CRATO (CE), 1965-1972

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **13/12/2021**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Orientador (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Antonio Mauricio Freitas Brito

Membro Titular Externo (Universidade Federal da Bahia)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Roberto Marques

Membro Titular Externo (Universidade Regional do Cariri)

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) brasileiros(as) mortos(as) pelo vírus e assassinados(as) pelo pânico moral e pela negligência administrativa.

AGRADECIMENTOS

Há uma certa expectativa quando estamos finalizando um trabalho e pensamos nos agradecimentos. Ao mesmo tempo em que há uma vontade enorme de externar afetos aos que, de qualquer forma, nos acompanharam na trajetória da pós-graduação, há o receio de não conseguirmos ser suficientemente proficientes nessa fase tão esperada da escrita. Adoto, portanto, o velho clichê de pedir desculpas aos que não forem aqui mencionados. Há um pouquinho de cada um em cada fase de meu trabalho.

Inicialmente, em nome de meus pais, Roberto e Terezinha, e de meu irmão, Roberto, agradeço à minha família. Sem vocês, eu não chegaria aonde estou chegando e nem seria o que sou hoje. Obrigado pelo amor, pelo carinho, pelo respeito e, claro, pelos puxões de orelha.

Ao pesquisador e ser humano incrível que é o professor Durval Muniz. Muito obrigado pela orientação, pela compreensão, pelo carinho, pelas risadas, pela troca de saberes e por ter confiado em mim e acreditado em meu trabalho. Acredito que há uma diferença enorme entre ser historiador antes e depois de conhecê-lo. Em seu nome, estendo meu agradecimento aos integrantes do CORPUS (Grupo de Estudos e Pesquisas em História dos Corpos e das Sensibilidades) pelos debates que não foram somente enriquecedores, mas determinantes para a conclusão deste trabalho.

A Edson Martins, por todo carinho. Somente suas palavras, guiadas por uma visão cirúrgica de mundo, me fazem conseguir conciliar o ofício laborioso da ciência com as poéticas do viver. Obrigado por tudo.

Aos meus amigos Alisson Xavier, Gabriel Callou, Igor Carlos, Joseph Bezerra, Leonardo Zaiatz, Marcelo Nogueira, Talita Oliveira, Kaline Siqueira, Thiago Leonel, João Victor, Matheus Salatiel, Júlio César e tantos outros que se fazem tão presentes em minha vida, independentemente das distâncias. Tudo o que vivemos está aqui. Este trabalho é nosso!

Aos meus doces bárbaros Hannah Otaviano, Jonathas Duarte, Giovanni Sellaro e Samuel Santana pela amizade, pelo amor e por todos os momentos compartilhados durante e depois de minha estadia em Recife. Sem vocês, a morada em Recife não teria sido tão gostosa.

A Ewerton Wirley, Thiago Rocha e Humberto Pinheiro, companheiros de orientação, por todas as trocas e momentos juntos. Nossas conversas sempre foram muito elucidativas, principalmente nos intervalos entre as aulas, seja no CFCH ou em algum barzinho.

A todos os colegas e professores que fizeram e fazem parte da linha de pesquisa Cultura e Memória, por todos os momentos de descontração e debates teóricos. Agradeço especialmente aos professores Antônio Montenegro, Isabel Guillen e José Bento, por reflexões tão instigantes sobre o saber histórico e o fazer historiográfico, e a Sandra Regina e toda a equipe da secretaria do PPGH, por toda a atenção e dedicação que me foram dadas.

Aos professores Regina Beatriz Guimarães Neto e Roberto Marques, por terem fornecido informações de grande valia no processo de qualificação desta dissertação. Também agradeço a Roberto Marques e ao professor Antônio Maurício por terem participado da banca de defesa. Suas contribuições foram fundamentais para a construção da versão final.

À professora Sônia Meneses, pelos debates e reflexões que mediou na disciplina de História Pública, ofertada por ela no ProfHistória da Universidade Regional do Cariri (URCA), que foram de grande importância para expandir meus olhares sobre outras possibilidades de pesquisa e escrita.

Aos colegas e amigos que fazem parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte (SEDUC-JN), especialmente a Felipe, Lourdinha, Vinício, Arlete, Márcia, Rocilda e Pergentina, por todo o apoio e compreensão no momento de finalização da escrita do meu trabalho.

Aos funcionários do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG), especialmente à Tânia Peixoto, pela generosidade e solicitude durante o processo de coleta das fontes deste trabalho. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará, especialmente aos que supervisionam de forma mais que competente os acervos da DOPS-CE e da Chefatura de Polícia do Interior.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, mesmo sob a obscuridade de um projeto negacionista de sucateamento da ciência brasileira, propiciou um financiamento essencial para a realização deste trabalho.

[...] Parece verossímil, portanto, afirmar que a comunidade virtual dos leitores da imprensa não se configura como radicalmente distinta, menos ainda substitutiva, do sentido urbano construído pelas experiências bairristas e por outras formas de participação que proporcionam imagens “diretas” do que é a cidade.

(Canclini, 2002, p. 46)

“O crime ensanguenta o papel, e o país inteiro parece tomado de uma estranha febre homicida.”

(Kalifa, 2019, p. 29)

“[...] É por se inscrever no olho do furacão que o desejo de resistência pode se apresentar na sua efetividade e se enunciar com eloquência.”

(Birman, 2017, p. 10)

RESUMO

Considerando o crescimento dos debates em torno dos conceitos de moral e autoritarismo na historiografia brasileira, este trabalho pretende elaborar uma reflexão sobre como a mídia impressa operava, no início do período ditatorial-militar brasileiro, como agente direto na promoção e manutenção de regimes de moralidade. Para isso, foi utilizado, como fonte primária e objeto central do trabalho, o jornal *A Ação*, periódico fundado em 1939 pela Ação Católica da Diocese de Crato, cidade localizada na Região do Cariri, no interior do Ceará. O recorte temporal escolhido foi entre 1965, ano seguinte ao Golpe Militar, e 1972. Utilizando o conceito do Pânico Moral, desenvolvido e trabalhado por autores como Stanley Cohen (2011), Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (2009) e Benjamin Cowan (2016), a pretensão geral dessa reflexão é buscar entender como a imprensa, ao enquadrar grupos de jovens considerados subversivos nos valores morais e políticos pregados no período, operava seguindo padrões específicos de enquadramento e estigmatização de sujeitos, identificando a problemática, atribuindo significados ao que era descrito e propondo intervenções de resolução que, por vezes, recorriam a ações autoritárias da tecnocracia moral que se instaurava. Em seu desenvolvimento, o trabalho foi dividido em seções que abordam a questão do movimento cultural que atuou em um projeto civilizatório e identitário para a cidade do Crato e em como esse projeto se readaptou à realidade brasileira na transição ao autoritarismo; em como jovens, em especial mulheres, eram tratadas pelo *A Ação* e afetadas por mecanismos de disciplinarização e modelamento de corpos construídos pela Igreja e pela elite local; em estabelecer uma análise comparativa sobre como a toxicomania, elemento fortemente combatido na ditadura, era encarada pela juventude local, consideravelmente influenciada pelos movimentos de contracultura e enquadrada pelo jornal, e em como alguns espaços e sujeitos marginalizados e não pertencentes à elite local eram abordados nesses discursos. Toda a reflexão parte da ideia de que as formas de repressão policial e militar não se restringiam à dimensão política da subversão e de ações anticomunistas, mas que, sobretudo, o regime autoritário solidificou e aperfeiçoou a máquina de tortura e violência simbólica (com a ação direta de instituições religiosas) como padrão normalizado de enquadramento de sujeitos desviantes.

Palavras-chave: crato; pânico moral; jornal a ação; ditadura militar; prostituição; toxicomania.

ABSTRACT

Considering the growth of debates around the concepts of morality and authoritarianism in Brazilian historiography, this work intends to reflect on how the press operated, at the beginning of the Brazilian military dictatorship period, as a direct agent in the promotion and maintenance of morality regimes. For such, the newspaper *A Ação*, a periodical founded in 1939 by the Catholic Action of the Diocese of Crato, a city located in the Cariri Region, in the interior of Ceará, was used as the primary source and central object of the work. The time frame chosen was between 1965, the year following the Military Coup, and 1972. Using the concept of Moral Panic, developed and worked on by authors such as Stanley Cohen (2011), Erich Goode and Nachman Ben-Yehuda (2009) and Benjamin Cowan (2016), the general intention of this reflection is seeking to understand how the press, by framing groups of young people considered subversive in the moral and political values preached at the time, operated following specific patterns of framing and stigmatization of subjects, identifying the problem, attributing meanings to what it was described and proposed resolution interventions that, at times, resorted to authoritarian actions of the moral technocracy that was established. In its development, the work was divided into sections that address the issue of the cultural movement that acted in a civilizing and identity project for the city of Crato and how this project was readapted to the Brazilian reality in the transition to authoritarianism; how young people, especially women, were treated by *A Ação* and affected by mechanisms of disciplining and shaping bodies built by the Church and by the local elite; in establishing a comparative analysis on how drug addiction, an element strongly fought against in the dictatorship, was viewed by local youth, considerably influenced by countercultural movements and framed by the newspaper, and how some marginalized spaces and subjects who did not belong to the local elite were approached in these speeches. The entire analysis starts from the idea that the forms of police and military repression were not restricted to the political dimension of subversion and anti-communist actions, but rather that, ultimately, the authoritarian regime solidified and perfected the machine of torture and symbolic violence (with the direct action of religious institutions) as a normalized standard for framing deviant subjects.

Keywords: crato; moral panic; newspaper *a ação*; military dictatorship; prostitution; drug addiction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Armas do município de Crato	15
Figura 2 -	Brasão do município do Crato	15
Figura 3 -	Vestimentas das moças nos rituais de celebração de 15 anos realizados pela elite cratense no Crato Tênis Clube	84
Figura 4 -	“Flagrante da bonita desta de 15 anos de Jane Eyre, que contou com a presença da sociedade cratense e da imprensa”	84
Figura 5 -	Festa de gala, 1962	85
Figura 6 -	Rapazes reunidos na Praça Siqueira Campos	85
Figura 7 -	Manchete sobre o Congresso de Homossexuais que ocorreria na cidade do Crato	100
Figura 8 -	Mapa das transformações do núcleo urbano do Crato desde o fim do século XIX	109
Figura 9 -	“Grupo Cactus”: Abdoral Jamacarú (vocal), Obert Mesquita (ao violão) e Luiz Carlos Salatiel (vocal)	144

LISTA DE SIGLAS

ABF	Associação Brasileira de Farmacêuticos
AI-2	Ato Institucional de Nº 2
AI-5	Ato Institucional de Nº 5
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APPS	Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIA	Central Intelligence Agency
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
DDC	Departamento Diocesano de Cinema
DHDPG	Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo
DMT	Dimetiltriptamina
DNI	Departamento Nacional de Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DPI	Delegacia de Polícia do Interior
G.O.	Grupo de Obuses
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICC	Instituto Cultural do Cariri
ICVC	Instituto Cultural do Vale Caririense
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PSD	Partido Social-Democrata
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	INVENÇÕES DE UMA CIDADE UTÓPICA.....	31
2.1	“Aos caririenses em geral e aos cratenses em particular”	31
2.2	“A revolução é pra valer e quem não deve, não teme”.....	53
3	DIETÉTICAS DO CORPO E DO ESPÍRITO.....	73
3.1	Corpo e disciplina nas estratégias de manutenção de “um organismo vivo em contínua evolução”.....	75
3.2	Problemas de perversão: sexo e sexualidade no desenvolvimento da urbe.....	95
3.2.1	Prostituição: “um problema que sempre existiu e existirá”.....	104
4	TURISTAS E VAGABUNDOS: PAISAGENS PSICOSSOCIAIS DA MORALIDADE E DO MEDO.....	119
4.1	“<i>Sublata causa, tollitur effectus</i>”: toxicomania, um “problema sócioespiritual”.....	122
4.1.1	“Cachaça, Rock n’Roll e Bruxaria”: juventude transviada na vanguarda da contracultura cratense.....	141
4.2	Cratenses-não-cratenses.....	148
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
	REFERÊNCIAS.....	168
	ANEXO A – CAPA DO JORNAL A AÇÃO, EDIÇÃO DE 1 DE OUTUBRO DE 1966.....	177
	ANEXO B – RADIOGRAMA TROCADO ENTRE O DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO, FRANCISCO TAVARES BARBOSA, E	

O DIRETOR DA DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR, JOÃO JUAREZ NAPOLEÃO.....	178
ANEXO C – PARECER DE ANÁLISE DE SUBSTÂNCIA TÓXICA EMITIDO PELO LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ.....	179
ANEXO D – OFÍCIO ENVIADO PELO DIRETOR DA DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR AO DELEGADO DO CRATO, FRANCISCO BARBOSA, ORDENANDO O FECHAMENTO DE LUPANARES DA CIDADE.....	180
ANEXO E: PORTARIA EXPEDIDA PELO ENTÃO DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO, FRANCISCO TAVARES BARBOSA, QUE, A FIM DE EVITAR PROBLEMAS CAUSADOS PELA INGESTÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, PROIBIU A VENDA DE AGUARDENTE NA CIDADE APÓS AS 18 HORAS.....	181
ANEXO F – PORTARIA DO DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO, FRANCISCO TAVARES BARBOSA, SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA DE ARMAS BRANCAS DURANTE OS DIAS DE FEIRA.....	182
ANEXO G – CARTA ENVIADA POR INDIVÍDUOS ENCARCERADOS AO ENTÃO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, O GENERAL ASSIS BEZERRA.....	183

INTRODUÇÃO

Enquanto o problema é de essência, os responsáveis pela dignidade e elevação da sociedade agem ao sabor das emoções, lidando com a superficialidade dos acidentes. [...] o drama da “juventude transviada” requer uma análise interior, uma orientação de ordem espiritual e educacional [...]¹

Aglézio de Brito

Lamentando o cancelamento da possível visita do Rei Baudouin, autoridade suprema da Bélgica, à cidade do Crato, localizada no extremo-sul do Ceará, o jornal *A Ação*, órgão de comunicação dirigido pela Ação Católica da Diocese de Crato, publicou, em 23 de novembro de 1965, uma matéria intitulada “Rei Baudouin será condecorado com as armas do Município do Crato”². Compreendendo as motivações que levaram ao cancelamento do “mais inédito e histórico acontecimento para a Princesa do Cariri”, o então prefeito da cidade, Pedro Felício Cavalcanti, “colocou o parque industrial da cidade à disposição do soberano” e, como forma de homenagear a autoridade belga, decidiu “condecorá-lo com as Armas do Município, fundida em medalhas de ouro de lei e confeccionada por um ourives conterrâneo”. Logo após noticiar a homenagem que seria feita ao soberano flamengo, o jornal fez uma pequena descrição do escudo de armas da cidade, seguida por uma explicação histórica dos elementos que o constituem:

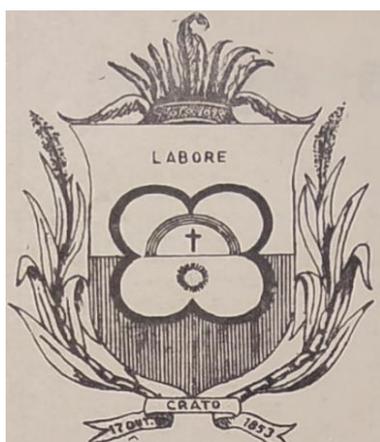


Figura 1 - Armas do Município do Crato. Fonte: Jornal *A Ação*, 25 de novembro de 1965



Figura 2 – Brasão do Município do Crato. Fonte: <https://crato.ce.gov.br/simbolos.php>

¹ BRITO, Aglézio de. “O Drama da Juventude Transviada”. Jornal *A Ação*, sem data, 1967.

² “Rei Baudouin será condecorado com as armas do Município do Crato”. Jornal *A Ação*, 23 de novembro de 1965.

Segundo o jornal, o Escudo de Armas do município do Crato foi oficializado pela Câmara Municipal através da Lei n. 348, de 15 de setembro de 1955, sancionada pelo prefeito Ossian Araripe. Na imagem, é possível perceber que as armas do município consistem em “um escudo gaulês, encimado por um cocar indígena”. No centro do escudo, existe uma figura “que se aproxima de uma rosácea, em contorno vermelho, formada por uma junção de, nas extremidades, quatro C’s, que significam, na acepção popular, Cidade do Crato, Cabeça de Comarca”. A designação como Cabeça de Comarca representa, segundo o *A Açã*, o protagonismo da cidade no interior da região, devido à pecuária, à “criação de animais graúdos”, que foi “a riqueza primitiva desta terra”. A pecuária foi uma das atividades econômicas que esteve na base da colonização dos sertões das capitâneas do norte do Brasil. A região do Cariri³, em especial, teve na criação de gado a base da ocupação das terras por famílias que migraram das capitâneas da Bahia e Pernambuco.

Continuando na análise das armas do município, o jornal afirma que “o escudo se divide pela mesma linha que separa as metades da rosácea em duas partes, sendo a superior em azul claro, tendo, no centro, em letras maiúsculas rubras, a palavra latina LABORE”, que significaria “trabalho”, e a inferior em “cor verde vivo”. Nas laterais, o escudo possui hastes de cana de açúcar, “em inflorescência”, que faz recordar a “principal riqueza atual do município”. A produção agrícola centrada na plantação de algodão, mandioca e, principalmente, de cana de açúcar, representava a maior parcela do fluxo comercial da cidade, no século XX. Na parte inferior do escudo, há uma fita azul ligando as pontas das hastes de cana de açúcar em que “se escreve, no centro, a palavra Crato, à esquerda 17 de out. e, à direita, 1853”, data em que o Crato, então Vila Real, foi elevada à categoria de cidade.

O cocar indígena que se localiza na parte superior do escudo lembra “o primitivo povoamento do Município pelos selvícolas da tribo Cariris” e possui “cores típicas, tanto da faixa que se destina a cingir a cabeça, segundo a tradição, quanto das penas que lhe

³ A Região do Cariri é composta por 28 municípios que se localizam na região sul do Ceará, marcando divisa com os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Em 29 de junho de 2009, foi sancionada a Lei Complementar Estadual Nº 78, que criou a Região Metropolitana do Cariri, atualmente representada pelo núcleo urbano formado pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Jardim, Farias Brito e Caririaçu.

são prêsas, escolhidas dentre as aves de mais bela plumagem da fauna da região”. Os símbolos do arco-íris, da cruz rubra e do sol que se localizam no centro do escudo “foram inspirados pela bandeira da Revolução Pernambucana de 1817, por ter sido o Crato o único município do Ceará que aderiu a esse movimento de emancipação das Côrtes Portuguesas”, tendo como “heróis” e protagonistas José Martiniano de Alencar, Bárbara de Alencar e Tristão Gonçalves. Sobre a bandeira da Revolução, o jornal afirma que “o arco-íris retrata a união de todos os povos que contribuíram para a formação de nossa raça; a cruz, símbolo da fé, que presidiu o nascimento da Pátria, e o sol representa o sentimento de liberdade, incorporado à vida de nossa gente e à fecundidade da terra”. Continua indicando que o “azul revela a limpidez do céu nordestino”; que o branco “traduz a pureza e simplicidade da alma dos cratenses” e o verde simbolizaria “a cidade fundada por Frei Carlos de Maria Ferrara⁴, nas encostas verdejantes da Serra do Araripe⁵ e a fertilidade do nosso solo, enriquecido pelo trabalho”. O “mourejar constante” do homem do campo no trabalho sobre a terra arrancaria, segundo o *A Açã*, a “riqueza da cidade que extravasa para outros municípios e estados do país”. Por fim, no escudo do município, o jornal afirma que “nota-se uma divergência da bandeira da Revolução de 1817”: no caso do Crato, a cruz, por ser um símbolo marcante na espiritualidade que guia o povo, ficou acima do sol, símbolo que representaria a materialidade da vida.

Mesmo tendo nascido em Juazeiro do Norte, uma cidade vizinha, cresci ouvindo histórias sobre o Crato, que é considerado uma das mais importantes cidades do interior do Ceará. Essas histórias sempre eram contadas na intenção de reforçar uma rivalidade entre as duas cidades que, atualmente, mesmo em tom ameno e descontraído, ainda é muito forte⁶. Sempre tive curiosidade em relação aos porquês de essas histórias reafirmarem a posição do Crato como protagonista e pioneiro no desenvolvimento da

⁴ Frei Carlos de Maria Ferrara é considerado um dos “fundadores” da Vila do Crato. O frade capuchinho participou, entre os anos de 1740 e 1750, do processo de ocupação das terras caririenses e aldeamento dos Índios Kariri. Fundou a Missão do Miranda, nome dado ao líder indígena recém-batizado pelo frade. Em 1762, o aldeamento, com freguesia já consolidada, tornou-se a Vila Real do Crato.

⁵ A Chapada do Araripe é um acidente geográfico e vasto sítio paleontológico que se situa entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Possui uma área de 972.605,18 hectares e seu bioma principal é caatinga. Foi decretada, em 1946, Floresta Nacional, em 1997, Área de Proteção Ambiental e, em 2006, passou a integrar a Rede Mundial de Geoparques. Atualmente, crescem as discussões sobre o possível reconhecimento da Chapada do Araripe como Patrimônio da Humanidade. Cf: ICMBIO – APA da Chapada do Araripe. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2110-apa-da-chapada-do-araripe>.

⁶ Abordarei, no primeiro capítulo, alguns questionamentos em torno dessa rivalidade e constituição de bairrismos entre as duas cidades.

região e, ao ingressar no curso de graduação em História da Universidade Regional do Cariri (URCA), tive a oportunidade de conhecer trabalhos acadêmicos que problematizavam essa questão.

Posteriormente, ao visitar o acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG)⁷, conheci o jornal *A Ação*, periódico criado pela Ação Católica da Diocese do Crato e que circulou na cidade e na região entre os anos de 1939 e 1982. Ao ler o conteúdo do jornal, percebi que eram comuns as matérias que utilizavam a história da cidade para promover sua posição de destaque frente aos outros municípios da região do Cariri, como na matéria sobre o cancelamento da visita do Rei Baudouin. Entretanto, o que mais chamou minha atenção foi o fato de que elementos que eram considerado problemas sociais, como o uso de drogas, a prostituição, a mendicância e a rebeldia da juventude, também comuns a outras cidades, eram enquadrados pelo jornal em contraste com a imagem que se promovia do Crato, como sendo uma cidade bonita e limpa, física e moralmente, considerada modelo em toda região. Ao longo da pesquisa, percebi que havia, no jornal, uma regularidade discursiva em torno de práticas, grupos e sujeitos considerados subversivos aos valores pregados pela Igreja Católica e pelo governo militar – que estava sendo instaurado no período estudado.

Como o acervo só possuía números – ainda incompletos – publicados entre os anos de 1965 e 1982, decidi estabelecer o período em que vigorou a Ditadura Militar brasileira como recorte inicial da pesquisa. Entretanto, devido aos contratemplos causados pela pandemia do SARS-CoV-2, o novo coronavírus, a pesquisa foi interrompida quando concluía a catalogação de matérias do ano de 1972. Tendo lido os números do jornal publicados entre os anos de 1965 e 1972, uma temática e um problema foram se delineando para essa Dissertação. Considerando que já havia trabalhos tanto sobre o jornal *A Ação* quanto sobre essa supervalorização do dito passado “heroico”, “glorioso” da cidade e sobre as formações discursivas que reafirmavam sua posição de protagonismo

⁷ O DHDPG possui um grande acervo sobre a história do Crato e demais cidades da região do Cariri. Entre eles, encontramos periódicos como o *A Ação*, o *Jornal do Cariri*, versões traduzidas do *L'Osservatore Romano* (revista oficial do Vaticano), o *Mensageiro Diocesano*, a revista *O Catequista*, o jornal *A Voz de Santa Tereza*, o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, o jornal *O Araripe* e o jornal *O Rebate*. Além disso, podemos encontrar volumes das revistas *Itaytera* (órgão de divulgação histórica, cultural e artística do ICC), *Hyhyté* (revista da Faculdade de Filosofia do Crato) e a revista *A Província*. Além das publicações periódicas, é possível encontrarmos, no acervo, registros de batismos, documentos sobre escravidão, ocupação de terras, cartas pastorais, de história da educação na região, documentos administrativos, de missões pastorais, sobre as secas etc. Cf: <https://diocesedecrato.org/departamento-historico-diocesano-padre-antonio-gomes-de-araujo/>.

no Cariri, passou a me interessar essa regularidade discursiva em torno das formas de “transgressão de valores” que encontrei nas páginas do jornal.

Para lidar com esses discursos recorrentes em torno do que seria a transgressão de normas e valores, na região polarizada pela cidade do Crato, recorro, então, ao Pânico Moral, conceito muito utilizado nas áreas de Sociologia e Educação, desde os anos 1970. Utilizado pela primeira vez pelo sociólogo sul-africano Stanley Cohen, em seu livro “Folk Devils and Moral Panics”, publicado no ano de 1972, o conceito de pânico moral emergiu como uma ferramenta de análise das formas com que os meios de comunicação de massa retratavam grupos sociais enquadrados como “desviantes” dos padrões axiológicos e normas estabelecidas, demonizando-os e relegando esses grupos à marginalização social.

Considerando a vasta bibliografia que se dedica a pensar as formulações discursivas sobre a cidade do Crato, o recorte temporal marcado pela conjuntura que se seguiu ao Golpe de 1964 e a atuação da Diocese de Crato na região, me pergunto: quais seriam, no período recortado, as condições que possibilitaram a utilização do pânico moral como recurso indispensável aos discursos sobre esses grupos sociais? Como, ao mesmo tempo em que fortaleciam estereótipos e enquadravam esses grupos sociais como desviantes, o jornal tentava fortalecer as formações discursivas sobre o Crato, sua história e excepcionalidade? Como o pânico moral, além de marginalizar grupos e sujeitos, também permitiu a criação de formas de regulação do espaço público e mecanismos de higienização social e controle de corpos?

Para construir essa problemática, recorri, como já afirmei, a variados trabalhos acadêmicos sobre a cidade do Crato. Entre eles, destaco: “A Construção da Cidade da Cultura: Crato (1889-1960)” (2000), da historiadora Antônia Otonite de Oliveira Cortez, um dos trabalhos pioneiros em relação à problematização dessa formação discursiva em torno do “passado glorioso” do Crato e sua excepcionalidade frente aos demais municípios da região. Destaco, também, o trabalho “O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade” (2011), de José Ítalo Bezerra Viana, que se dedica a pensar a fundação do Instituto Cultural do Cariri (ICC), instituição criada em 1953, quando da comemoração do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, e que se tornou o lugar institucional de uma vasta produção intelectual dedicada a pensar a história, as manifestações literárias, culturais e artísticas

do Cariri. Muitos dos intelectuais que integravam o ICC eram colunistas do jornal *A Ação* e eram autores de muitas das matérias que coletei para essa pesquisa.

Sobre o jornal, recorri ao trabalho “Noticiando o Sagrado: o jornal *A Ação* e a crise dos padres na Diocese do Crato-CE, 1960-1980”, de Maria Arleilma Ferreira de Sousa, que se dedica a pensar a posição da Diocese cratense em relação às transformações políticas e teológicas trazidas tanto pelo Golpe Militar de 1964 quanto pelo Concílio Vaticano II, que provocou um caloroso debate no interior da estrutura clerical em todo o mundo. Focando na crise que teria sido motivada pela descoberta de pretensas ações subversivas perpetradas por padres comunistas e nos crescentes debates em torno da modernização da Igreja e o fortalecimento do celibato, a autora reúne matérias do jornal *A Ação*, junto a outros documentos da Igreja Católica cratense, e elabora uma reflexão sobre as versões que o jornal ofereceu desses acontecimentos.

Considerando o período histórico que abordo, recorri também ao trabalho “Padres, Coronéis e Ativistas Sociais: o Cariri à época da usurpação militarista 1964-1985”, de Fábio José Cavalcanti de Queiroz, que elabora uma reflexão sobre as formas com que o Golpe de 1964 repercutiu na região do Cariri e sobre os diferentes mecanismos de resistência à opressão militar que foram se formando nesse período. O autor faz uma coleta bastante extensa de documentos e periódicos que circulavam na região e abordavam temáticas sobre o governo e os mecanismos de resistência à ditadura. Sobre o mesmo período, mas abordando uma temática mais específica, recorri também ao trabalho de Roberto Marques (2004), intitulado “Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70”, que se propõe, a partir de um estudo de memória de sujeitos que atuavam no cenário musical e da produção cultural da cidade, nos anos 1960 e 1970, a refletir sobre como se construíram movimentos que atuavam alinhados às rápidas transformações culturais do período, mas que ao mesmo tempo se deparavam com modelos comportamentais definidos pelos costumes tradicionais, de que eram promotores a elite política e social local.

Sobre as temáticas que pretendo tratar, destaco o trabalho de Iarê Lucas de Andrade (2000), intitulado “Da linha do trem pra lá: o discurso sobre a prostituição na cidade de Crato (1940/1960)”, que estuda tanto os espaços de diversão noturna da cidade quanto os posicionamentos da Igreja, também através do jornal *A Ação*, sobre a então crescente prostituição na cidade. Devido a cidade ter sido, nesse período, um dos maiores

centros comerciais do interior do Nordeste, observamos, nas páginas do jornal, que há, nos discursos construídos, uma regularidade de associações entre o fluxo de pessoas nas ruas da cidade com essas práticas consideradas, pela Igreja, como imorais, e que se tornaram cada vez mais comuns.

Há uma vasta bibliografia que se dedica a pensar sobre vários aspectos da cidade do Crato, que é vista, na comunidade científica, como um “laboratório” que possibilita uma imensidão de experimentações históricas, sociológicas, antropológicas, geopolíticas etc. Recorro a alguns desses autores para pensar tanto sobre as formulações discursivas que inventam esse espaço e fortalecem territórios, quanto para pensar sobre como o pânico moral, elemento tão importante na imprensa da segunda metade do século XX, se tornou uma ferramenta essencial para a manutenção de privilégios políticos, soberania religiosa e formas de estratificação social.

Entendo o pânico moral, no caso estudado, como um conjunto de estratégias discursivas de uma elite política que usa os veículos de mídia para, como afirma Carla Machado (2004), mobilizar o povo e os aparelhos de controle institucionais contra grupos – geralmente considerados marginalizados – que ameaçam a ordem vigente. A partir das contribuições de Stanley Cohen (1972) sobre os *folk devils* (termo utilizado pelo autor que faz referência aos grupos estigmatizados e considerados perigosos nos discursos das elites britânicas), Machado (2004, p. 63) afirma que, na construção do pânico em torno de elementos específicos da sociedade,

[...] verifica-se a produção de um discurso moral que visa a formação do consenso social, através da rejeição das figuras identificadas com o desvio e da polarização do combate entre as forças do Bem e do Mal. [...] Ou seja, a dramatização do problema, a sua articulação em termos de um confronto simbólico entre o Bem e o Mal, constitui um fórum onde metaforicamente podem ser redesenhadas as fronteiras morais diluídas da sociedade e a coesão é alcançada pela exclusão. Este enquadramento social do pânico explica que os *folk devils* identificados sejam frequentemente os jovens das classes desfavorecidas: figuras que não só assumem muitas vezes comportamentos problemáticos e se situam numa posição de vulnerabilidade, mas que, simbolicamente, pela sua idade e comportamento, representam a crise e o confronto com os valores tradicionais.

É o combate à subversão dos valores ditos tradicionais, defendidos como sendo os corretos e morais, que motiva a publicação das matérias jornalísticas que queremos analisar. Como já citei, o pânico moral, além de se constituir como categoria discursiva,

é produto de medos e temores sociais efetivamente existentes e que podem vir a afetar a ordem vigente.

Essas sensibilidades que mobilizam o pânico como estratégia de manipulação da informação agem de acordo com os anseios de determinados grupos e são vivenciadas em momentos históricos específicos. A produção de acontecimentos e representações do cotidiano que o *A Ação* faz, em um período de ruptura democrática, como o Golpe Militar de 1964, nos permite inquirir sobre as formas com que as elites políticas, as instituições religiosas e o próprio governo formulavam estratégias de convencimento e de fortalecimento no interior da sociedade. Esses mecanismos discursivos nos levam a indagar sobre quais eram as relações estabelecidas entre essas instâncias institucionalizadas quando miradas a partir do Cariri ou de cidades de médio porte durante os anos do golpe militar. A repercussão Golpe de 1964 possibilita pensarmos o acontecimento como lugar de atualização dos discursos tal como presentes ali, em ato. Ao mesmo tempo, permite pensarmos qual o lugar das cidades de pequeno porte e elites políticas e/ou eclesiásticas locais e estaduais na reverberação do Golpe.

Como categoria discursiva, acredito que o pânico moral, apoiado pelos veículos de mídia, reage às transformações que vinham ocorrendo nas subjetividades e à subversão das normas estabelecidas e dos valores hegemônicos, no período, através de formas de criminalização e marginalização de grupos específicos. Segundo Machado (2004), Cohen se refere a três fases específicas nas quais se dão a construção de enunciados que constituem o pânico moral:

- a) a fase do inventário, que se resume à identificação do problema, seu exagero/distorção, a projeção de suas recorrências futuras, criando imagens que simbolizem as ações que devem ser combatidas, a constituição desses acontecimentos como um problema real e o estabelecimento de padrões interpretativos que podem ser reproduzidos pelo senso comum;
- b) a fase da significação, em que se constroem significados para a problemática identificada, mobilizando opiniões que apelem para as questões morais e para discursos intelectuais, conectando-a a outros fatos e problemas sociais, estabelecendo estereótipos, demonizando e construindo imagens que descrevam esses grupos, desencadeando “respostas de alarmismo” (MACHADO, 2004, p. 3);

c) a fase da ação, em que se procura efetivar estratégias de resolução desses problemas. Esse processo se constitui tanto através de uma sensibilização coletiva objetivada em evitar a repetição ou crescimento do problema e quanto através de uma mobilização da “cultura de controle do desvio” através de aparelhos oficiais, como a polícia, as leis, as políticas públicas etc.

No processo de análise das matérias coletadas, observei que, tal como aponta Dominique Kalifa (2019) em seu trabalho acerca de narrativas sobre crimes na Belle Époque, é comum a constatação de que as matérias dos jornais, ao abordarem grupos sociais específicos, tentam construir imagens que os associam à perversão e ao mal, mobilizando as emoções do público-leitor para fins premeditados. Por outro lado, também é considerável, segundo o autor, que essas abordagens seguem padrões específicos, mobilizando estruturas discursivas que possuem diferentes formas de abordar práticas desviantes, mas que, em seu conteúdo, permanecem invariáveis e se constroem em torno de núcleos axiomáticos. Considero pertinente, portanto, adotar a ideia de que não há uma “incompatibilidade entre as estruturas discursivas primitivas e as novas suscitadas pelas transformações históricas, pois é precisamente de seu encontro ou convergência que nasce o imaginário social” (KALIFA, 2019, p. 19).

Acredita-se, no caso do *A Ação*, que “a ação desses grupos difunde a crença de que o problema pode ser resolvido por uma reorganização da estrutura normativa, quer esta passe por modificações reais [...] quer se trate apenas de uma reafirmação de valores” (MACHADO, 2004, p. 4). Nessa pesquisa, creio que as propostas construídas pelo jornal em torno de uma pretensa resolução de problemas como a prostituição, a mendicância, o uso de drogas, a rebeldia da juventude e mudança das características estéticas de bairros de periferia (elementos que se destacaram no processo de seleção das fontes) recorrem, na maioria das vezes, à reafirmação do passado histórico da cidade e à necessidade de se criminalizar sujeitos e higienizar espaços problemáticos, de acordo com os modelos comportamentais já estabelecidos.

Isso não exclui, entretanto, a possibilidade de surgirem, como propostas de solução, iniciativas de combate aos elementos considerados problemáticos, seja através da marginalização social e no espaço urbano, seja por intervenção policial ou mesmo por repressão política e institucional. Durante a pesquisa, identificamos, por exemplo, matérias que parabenizavam a polícia pelas ações de combate à prostituição

(principalmente nos bairros pobres, como o Gesso e a Grota), ao uso de drogas (ligado diretamente à crescente onda de transgressão da juventude, principalmente aos movimentos de contracultura e crescimento da toxicomania), à mendicância e ao “enfeimento” da cidade.

Vale ressaltar que, ao estudar essas matérias, pretendo não analisar o fato narrado em si, mas sua expressão em um gênero discursivo específico (a matéria jornalística/notícia) e as regularidades discursivas em torno desses eventos presentes nessas matérias de jornal. Nessa produção discursiva jornalística, que tem o pânico moral como estratégia principal, me deparei tanto com matérias que, na esfera do pânico, eram escritas com a intenção de produzir escândalos, quanto com matérias que, recorrendo ao exagero ou a boatos espalhados na cidade, apelavam ao “sensacionalismo”. Tomo emprestada a definição de Olgária Matos (2007) sobre os dois termos: enquanto o escândalo é uma “expressão reativa de uma sociedade com valores estabelecidos às formas de transgressão das normas”, o sensacionalismo se situa na “incapacidade de reconhecer valores, em que a sociedade assimila simplesmente tudo. Não há, no sensacionalismo, nenhuma espécie de ensinamento que possa aperfeiçoar a convivência coletiva”. É necessário diferenciar os dois termos, pois, mesmo o primeiro sendo o mais recorrente nas fontes coletadas, o segundo também se faz presente em alguns casos, utilizando-se do pânico moral, mas, diferente do primeiro caso, apenas reforçando estereótipos sociais e não propondo soluções para situações consideradas problemáticas.

Pretendo, portanto, adotar o conceito de pânico moral como uma forma discursiva que atua em reação às transformações que rompem com essas “formas de ser e viver” estabelecidas e que são vistas como ameaça à moral e à ordem. Creio ser possível, dessa forma, construir mais uma interpretação sobre como eram tecidas as relações sociais na cidade no período abordado.

Atualmente, a produção de notícias, descentralizando a exclusividade que era dada aos periódicos e aparelhos de rádio e televisão, vem ocorrendo de forma massiva e desenfreada, o que possibilita novos usos do pânico moral, gerando debates sobre a importância da valorização e investimento em educação e ciência no combate às *fake news* e ao negacionismo histórico. As velhas-novas estratégias de manutenção de privilégios e estratificações sociais se utilizam, segundo Suely Rolnik (2019), da total apropriação e desconstrução do léxico da democracia. Sob o pretexto do combate à

corrupção e preservação da ordem democrática, grupos políticos amedrontam, ameaçam e manipulam as instituições que, antes, eram amparadas por princípios constitucionais.

O recurso ao apelo moral junto à população, seja através do escândalo ou do sensacionalismo, mas mantendo o caráter maniqueísta do pânico moral midiático, não é promovido, hoje, sob a influência direta de instituições amparadas pelo poderio militar, mas pela capitalização da informação por redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Os métodos atuais são outros, mas as ambições que atuam nos bastidores ainda são sustentadas pelos velhos anseios autoritários. Entendo, portanto, que os anseios do presente podem influenciar fortemente as formas com que os historiadores constroem narrativas sobre o passado. Acredito, como afirma Arlette Farge (2015, p. 8), que a produção de uma inteligibilidade sobre o que ocorreu outrora “serve para interrogar o hoje, e mesmo para inflectir o olhar lançado sobre este”. Inspirada pelo que afirmava Michel Foucault, a autora diz que não se pode excluir, na narrativa historiográfica, o lugar de onde se olha, “as paixões do momento” e nem os traços do querer.

Não é comum encontrarmos, na produção historiográfica brasileira, trabalhos que utilizem o conceito de pânico moral para análise das formações discursivas da mídia. Mesmo havendo poucos trabalhos que se utilizem dele, são raros os que recorrem à produção teórica que vem sendo realizada desde a década de 1970. Além disso, como já afirmei, geralmente encontramos mais estudos sobre o pânico moral nas áreas de Sociologia e Educação do que no campo da História. Acredito que a utilização do conceito, nesse caso, além de expandir as formas com que o historiador pode investigar, como afirma Sônia Meneses (2011), os acontecimentos em sua “acontecência e representância”⁸, pode ser vista como uma possível contribuição à recente área da História das Sensibilidades, entendendo o pânico, nesse caso, não somente como termo a ser historicizado em sua composição etimológica, mas como expressão de valores vigentes em determinada sociedade e em um período específico. Como afirma Barbara H.

⁸ A autora propõe, em seu estudo sobre produção de acontecimentos históricos sobre o Golpe Militar no jornal *Folha de São Paulo*, a importância de se investigar a produção de acontecimentos históricos na contemporaneidade em dois aspectos: em sua acontecência e em sua representância. Segundo a autora (2011, p. 14), a acontecência é vista como “a diferença entre aquilo que remete à materialidade das ações humanas, suas experiências sociais efetivadas nas ocorrências concretas do cotidiano” e a representância seria entendida como “a elaboração simbólico-conceitual dessas ações; sua tradução semântica, linguística e ideológica que formula, nesse caso, aquilo que conhecemos por acontecimentos históricos”.

Rosenwein (2011), é nos valores estabelecidos por “comunidades emocionais” que são expressas as emoções dos grupos sociais.

O jornal *A Ação*, semanário católico da Diocese do Crato, foi fundado em 20 de outubro de 1939, sob o registro nº 12.546 no Departamento Nacional de Informações (DNI). Tanto a redação quanto suas oficinas de impressão do material gráfico se situavam na Rua Dom Quintino, nº 19, no centro da cidade. Sua produção se estendeu até o ano de 1982. Apesar de possuir, na construção das matérias (e apesar da diversidade de autores), um direcionamento ideológico bem definido, o jornal enfatizava que não se responsabilizaria “por conceitos emitidos em matérias assinadas”. Inicialmente, o jornal tinha, como função principal, educar a família cratense segundo as diretrizes estabelecidas pela Igreja Católica. No fim dos anos 1950, com a expansão do alcance do periódico a nível regional e devido às grandes mudanças enfrentadas pela cidade, pelo país e pela Igreja Católica, o *A Ação* passou a ter um caráter mais noticioso, conjugando, como já afirmamos, matérias que discutiam a história da cidade e da região, a atuação da Diocese, opiniões sobre a Ditadura Militar recém-instaurada e, principalmente, a construção de reflexões sobre acontecimentos considerados (pelo jornal) marcantes no cotidiano dos cratenses e dos caririenses.

Como afirma Tania Regina de Luca (2015, p. 114) em seu trabalho sobre o uso de periódicos como fontes históricas, é importante investigarmos de maneira diferenciada as produções discursivas que se reúnem no jornal, focando menos no conteúdo do que é dito e dando atenção especial às formas com que esses discursos emergem, em como são ditos, “os termos que utilizam, os campos semânticos que traçam e, também, as zonas de silêncio que estabelecem”. É necessário, portanto, problematizarmos os lugares dessas produções escritas, os autores que as assinam e as formas com que constroem visões sobre a cidade e os cidadãos.

Nesse processo investigativo, a autora afirma que se torna cada vez mais comum aos historiadores observar as formas com que hábitos, valores, questões políticas, sociais e estéticas ligadas a diferentes camadas sociais tecem as relações que constituem os espaços públicos, atuam na manutenção de privilégios e (re)elaboram formas de estratificação social. Conjugando temas que vão desde a narração de acontecimentos considerados importantes para a cidade até a forma como o cidadão deveria se portar, vestir ou seguir determinados padrões de comportamento, creio que o jornal, como afirma

François Dosse (2013, p. 260), em seu estudo sobre a influência da *mass media* na produção de acontecimentos, torna indissociável a relação entre “os acontecimentos e seus suportes de produção e difusão”. Considerando que a mídia jornalística “participa plenamente da própria natureza dos acontecimentos que elas transmitem”, o autor afirma que, na segunda metade do século XX, não caberia mais a ela somente a produção de acontecimentos, mas o próprio “monopólio da história”.

Acredito, portanto, que as fontes jornalísticas impressas são de grande importância para se compreender as permanências e transformações nas paisagens da cidade, considerando as dimensões sociopolíticas do período, o espaço que esses jornais abrangem, os hábitos e as práticas de consumo a que atendem, tomando-os como veículos culturais e ferramentas para a difusão de valores e a implementação de modos de vida e formas de ser. No caso do *A Ação*, acredito que a ligação do jornal com a vida religiosa faz com que ele aborde, de forma mais clara, temas que se inscrevem tanto na vida privada quanto na vida pública: ao mesmo tempo em que o conteúdo publicado estabelece regimes de representatividade que produzem, regulam e vigiam corpos, cria mecanismos de controle e disciplinarização sobre assuntos relativos à educação familiar, à morte e ao cotidiano de determinadas comunidades sociais. Considerando esse recorte temático como principal critério de catalogação das fontes, foram selecionadas em torno de duzentas matérias do jornal.

Creio ser essencial (e não somente em caráter complementar) para o trabalho o uso de outras fontes. Entre elas, está a revista *Itaytera*, periódico publicado anualmente pelo Instituto Cultural do Cariri e que tem como objetivo a divulgação histórica, literária e política do Crato e da região. Em suas edições, é possível encontrar textos de intelectuais vinculados ao Instituto que, ao realizarem pesquisas em arquivos da região, sejam eles públicos ou privados, produziam histórias e crônicas sobre sujeitos, acontecimentos, lugares e momentos considerados emblemáticos para a história do Cariri.

Em pesquisa realizada no acervo de Chefatura de Polícia do Interior – século XX, seção do Arquivo Público do Estado do Ceará, também encontrei alguns documentos, em sua maioria radiogramas, inquéritos e ofícios trocados pela Delegacia de Polícia do Crato e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. Os documentos nunca foram utilizados por pesquisadores ou sequer catalogados. Boa parte desse arquivo estava danificada, com marcas de queimadura, e tinha sido encontrada, segundo os responsáveis

pelo acervo, em sacos de lixo guardados em um depósito abandonado em uma rodovia estadual. O conteúdo do material coletado se constitui de relatos sobre o crescimento do número de cabarés e bares da cidade e dos jovens que eram encontrados portando diferentes psicotrópicos, principalmente maconha.

Pretendo analisar essas fontes não na busca da origem dessas formações discursivas sobre a história do Crato, mas das condições históricas que, no período, fizeram com que o jornal *A Ação* recorresse a elas como forma de fortalecer e documentar seus discursos. Como afirma Foucault (1987, p. 145), devemos entender os discursos como dotados de uma pluralidade de enunciados. Por mais que, quando foram utilizados, esses enunciados não tivessem os mesmos objetivos, acabavam por pertencer ao “mesmo campo conceitual”, discursivo. É a repetição desses discursos sobre o Crato que fez com que, em cada momento histórico, fossem reorganizados os mecanismos de disciplinarização estabelecidos pelas instituições, principalmente pela Igreja Católica.

Considero, nesse caso, que seja necessária a elaboração de uma cartografia não somente espacial, mas, como afirma Suely Rolnik (2016, p. 23), psicossocial das relações construídas na cidade. A autora afirma que a cartografia, além de acompanhar “os movimentos de transformação na paisagem”, também acompanha e redesenha as “transformações psicossociais” das sociedades. Segundo ela, “a cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos e a formação de outros [...] que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos”. As transformações políticas e culturais que ocorriam na década de 1960, seja com a instauração da Ditadura Militar ou com a emergência de movimentos de contracultura, protagonizados pela juventude, são de grande importância para a reflexão que pretendo construir. É observando as formas com que diferentes forças políticas atuavam na cidade, no período em recorte (1965-1972), que, através do estudo sobre o pânico moral induzido pela mídia jornalística, busco entender os contornos sociais que faziam com que a “identidade” da cidade, então construída e (re)inventada por essas repetições discursivas, se tornasse ameaçada.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, *Invenções de uma Cidade Utópica*, procuro construir uma reflexão sobre as invenções discursivas, arquitetadas principalmente pelos intelectuais do Instituto Cultural do Cariri e pela Igreja Católica local, sobre a cidade do Crato e seus habitantes. A partir da análise das matérias do *A Ação*, mas também recorrendo ao periódico *Itaytera*, órgão do ICC, buscarei pensar sobre como se constituíram discursos em torno de um pretensão protagonismo da cidade do Crato frente à região do Cariri e em como as ameaças a essa posição de destaque da cidade provocaram reações diversas nas páginas do jornal. Também busco entender como as mudanças impostas pelo Golpe Militar afetaram a dinâmica de produção de acontecimentos e de discursos sobre a cidade e a região. Um novo estado de vigília se instaurava e as opiniões sobre o comunismo, considerado corruptor da moral, da família e da ordem democrática, se tornaram mais presentes nas matérias do jornal. Todos esses elementos impactaram as formas com que se produzia e regulava corpos na cidade, tanto nos aspectos relativos aos padrões de comportamento, quanto nas formas de se vestir, de agir e de estar em determinados espaços. O pânico moral tornou-se fundamental para a produção de uma imagem de alteridade, que constitui a própria ideia de Crato como cidade e de um outro, impertinente. Essa relação entre um eu e um outro produzidos pelo pânico moral demandariam técnicas de disciplinarização, localização e vigília do outro.

No segundo capítulo, *Dietéticas do Corpo e do Espírito*, pretendo elaborar uma análise mais aprofundada sobre as matérias do jornal em que o pânico moral se tornava mais presente, principalmente as que se referem a grupos específicos, considerados ameaçadores à ordem e à identidade elaborada para a cidade. Essas matérias, focadas, principalmente, em temas como a produção social de corpos, gestualidades e performances, prostituição e o uso de drogas conjugavam as formas com que se vinha construindo, em âmbito nacional, uma “tecnocracia moral”⁹ em choque com as ações desses grupos que vinham modificando as paisagens da cidade. Recorrerei, nesse caso, tanto às matérias recortadas do jornal *A Ação* quanto a radiogramas, ofícios e outros documentos do acervo de Chefatura de Polícia do Interior do Estado, encontrados no Arquivo Público do Estado do Ceará, que se referiam, em sua maioria, à problemática do número de cabarés da cidade.

⁹ Termo utilizado por Benjamin Cowan (2016) em seu estudo sobre pânicos morais no Brasil da Guerra Fria. Para o autor, especialmente na Ditadura Militar, instaurou-se uma “tecnocracia moral” baseada no combate ao comunismo, na supervalorização da estrutura familiar e na vigília do outro.

O terceiro capítulo do trabalho, *Turistas e Vagabundos: paisagens psicossociais do medo e da moralidade*, irá focalizar as diferentes formas de produção do espaço urbano da cidade. Creio ser necessário, nesse caso, pensar sobre a produção de lugares de existência, como formas de insurgência contra as estruturas discursivas e de poder vigentes que, por seu turno, procuravam delimitar e instituir dados espaços. Há, no jornal, uma idealização de como se deve construir, respeitar e preservar a estética da cidade. Essa estetização das paisagens urbanas está diretamente ligada aos discursos que produzem o regime disciplinarizador da Igreja. Dividimos as seções entre tópicos que abordam o uso e abuso de toxicômanos e os que discutem a questão da higienização do espaço urbano e marginalização de sujeitos sem moradia, como mendigos e flagelados da seca. Essa conexão será feita com base nas ideias de Bauman (1998), que afirma que, na modernidade, as cidades passam a seguir padrões de estratificação social de sujeitos em trânsito, que não possuem moradia fixa, mas que, a eles, são atribuídos diferentes estigmas. Acredito que tanto esses sujeitos quanto esses lugares são elementos constituintes das heterotopias em ação na cidade: como afirma Foucault (2013), ao mesmo tempo em que são negados, marginalizados e alvo de críticas e pretensões de destruição, os espaços heterotópicos fazem parte, como elemento de coesão social, dos sistemas que estruturam a cidade. Não há domínios discursivos sem elementos de contradiscurso, não há dispositivos de poder que não possibilitem a existência de contradispositivos, da mesma forma que não há uma cidade sem os elementos negados pelos discursos e práticas que a constituem. Acredito ser necessária a produção de uma cartografia espacial e psicossocial sobre a cidade, mostrando como há um entrelaçamento entre forças que tentam construir uma identidade específica para a cidade com outras que, em oposição e confluência, também entram nessas formações discursivas sobre o espaço habitado.

INVENÇÕES DE UMA CIDADE UTÓPICA

Para entender as formas como serão construídos os mecanismos analíticos da problemática central do trabalho – a constituição do pânico moral como ferramenta presente nos discursos jornalísticos – creio ser essencial refletir, inicialmente, sobre o contexto de formação de domínios discursivos que tentavam produzir, na cidade do Crato, formas de construção identitária em um sistema de valores específicos. Pretendo, neste capítulo, refletir sobre as formas com que o jornal *A Ação* criava imagens sobre o Crato e seus habitantes e em como elementos taxados como ameaças a essas produções identitárias se tornaram base para a emergência do pânico moral como recurso discursivo.

É nos contornos da produção social dos corpos que estabeleceremos, nas duas seções, (1) uma relação entre os discursos de intelectuais sobre o espaço de origem e (2) as projeções de uma “tecnocracia moral” que se instaurava nos sistemas político nacional, regional e local do período, logo após o Golpe Militar de 1964. Todos esses elementos giram em torno dos seguintes questionamentos: considerando a produção de acontecimentos, de artigos de opinião e formas de disciplinarização construídos no jornal *A Ação*, quais são as condições que possibilitam a invenção discursiva “axiomática” em torno de um *ser cratense* e como esse *ser* é enquadrado nos textos do jornal sob a ótica do pânico moral?

2.1 – “Aos caririenses em geral e aos cratenses em particular”¹⁰

Dentro dêste panorama tendo Deus e o idealismo por metas, vive o Crato hoje fiel as suas tradições, orgulhoso dos feitos heróicos e mais que tudo atento a acompanhar o ritmo da civilização ao progresso que imprime às grandes cidades. **Não vive, pois, no passado**, vive isto sim com as experiências

¹⁰ Trecho recortado de uma mensagem do professor José Newton Alves de Sousa, então diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, que se despedia da cidade (e, por extensão, da região) quando estabeleceu moradia na cidade de Salvador (BA), em 1972. O trecho foi retirado de uma frase com uma conotação semântica diferente, mas sua escolha se deu devido à forma como essa frase pode “resumir” a problemática abordada nesta seção.

adquiridas, empreendendo no presente para se projetar no futuro.¹¹

A narrativa dominante acerca da história do Crato e da região sul-cearense do Cariri tem *sobrenomes*. Foi no processo de ocupação da região, nas últimas décadas do século XVIII, que se fixaram as primeiras famílias de colonos – especialmente a dos Mendes Lobato –, vindas das capitanias de Pernambuco e Bahia e que se tornaram, segundo o Padre Antônio Gomes de Araújo (1955), as “principais titulares das terras de sesmaria”¹². Posteriormente, famílias de sobrenomes atualmente conhecidos na região (como Pinheiro, Esmeraldo, Alencar, Figueiredo, Araújo Lima, Sampaio etc.) ocuparam “efetivamente” tais espaços. Esses grupos logo constituíram as oligarquias políticas e econômicas que atuaram no projeto de construção material e simbólica da cidade e da região. Foi tendo como foco a construção de genealogias da família e da terra que se modelaria, em um futuro próximo, um projeto de identidade local.

Como afirma Antônia Otonite Cortez (2000), o “projeto civilizatório” que fundou¹³ a cidade pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, com a elevação da Vila Real do Crato à categoria de cidade, em 17 de Outubro de 1853, e com a criação do Seminário São José, em 1875; e o segundo momento, já no século seguinte, em que grupos de intelectuais da cidade se dedicaram, em um período de crescente rivalidade com a recém-fundada cidade de Juazeiro do Norte (antes território cratense), a reunir elementos que possibilitassem a exaltação do Crato e imputação de uma excepcionalidade intelectual da cidade frente aos outros municípios da região do Cariri. Tal movimento atribuiu ao Crato, de acordo com a autora, a alcunha de “Cidade da Cultura”. Segundo

¹¹ Francisco Vasconcelos: “O que é o Crato”. Jornal *A Ação*, 03 de outubro de 1965. Matéria republicada do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Grifo nosso.

¹² Padre Antônio Gomes de Araújo: “A Bahia nas raízes do Cariri (século XVIII)”. Revista *Itaytera*, nº1, p.04, 1955. O sacerdote faz questão, em seu texto, de ressaltar que seu objetivo principal seria mostrar as influências e contribuições dos baianos na formação do “gens caririense”.

¹³ Vale ressaltar que adoto, aqui, a reflexão formulada por Marilena Chauí (2000) em relação à importância de se usar o termo “fundação” para sistematizar problemas como o que apresentarei neste trabalho. Segundo a autora, por mais que alguns historiadores adotem, em casos como esse, o termo “formação”, que é diretamente associado à noção de temporalidade, continuidade e descontinuidades na produção de acontecimentos históricos, deve-se perceber, também, a importância, para as formações discursivas, do termo “fundação” – entendido, aqui, como “momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene [quase eterno] que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido” (p. 09). A “fundação” do Crato é aqui entendida, portanto, como uma formulação discursiva inventada para fins específicos, não como progressão de acontecimentos que fazem parte de uma “formação” da história da cidade.

Cortez, com a emergência do “risco” de o Crato perder seu protagonismo frente ao desenvolvimento regional, esse segundo período (na segunda metade do século XX) deslocaria a cidade da centralidade dessas produções discursivas, estabelecendo a região do Cariri como elemento de destaque nos estudos desses intelectuais.

Seguindo a ideia da autora, me dedicarei, aqui, a propor uma reflexão sobre os escritos dos intelectuais que, no segundo período do projeto fundador de uma identidade para a cidade do Crato, construíram um projeto “regionalista”, expresso em discursos de defesa de uma cidade inventada através da narrativa de acontecimentos históricos pela mídia jornalística. A maior parte dos intelectuais que estudarei nessa seção pertenceram ao Instituto Cultural do Cariri (ICC), “sociedade civil” criada em 18 de outubro de 1953, que tinha como finalidade “o estudo das ciências, letras e artes em geral e, especialmente, da História e Geografia Política do Cariri”¹⁴.

Mesmo estabelecendo seu foco principal no estudo sobre a região, autores como CORTEZ (2000), VIANA (2011) e SILVA (2019) afirmam que o ICC, formado, em sua maioria, por intelectuais cratenses, utilizou a emergência do discurso regionalista como uma forma de sobrepor o Crato como lugar de origem do Cariri e dos caririenses. Tais fatores poderiam ser motivados, segundo os autores, tanto como forma de se contrapor ao Instituto Histórico do Ceará, que não tratava sobre assuntos relacionados às cidades do interior do Estado com a devida profundidade, quanto como forma de reerguer o Crato à posição de protagonista no cenário regional, já que a cidade de Juazeiro do Norte, vizinha e “rival”¹⁵, estava se alavancando economicamente.

Dentre as principais diretrizes do Instituto, destacamos a orientação para a criação de uma revista de “caráter cultural”¹⁶ que buscasse publicar trabalhos de pesquisadores sobre a região. Em 1955, foi fundada a revista *Itaytera* (*Ita* – pedra; *y* ou *yg* – água; *tera*

¹⁴ “Estatutos do Instituto Cultural do Cariri”. In: Ata da sessão de fundação e instalação do Instituto Cultural do Cariri e eleição de sua primeira diretoria. Revista *Itaytera*, vol. 1, 1955, p. 179.

¹⁵ A cidade de Juazeiro do Norte, antes somente um vilarejo que pertencia ao Crato, ganhou fama após o episódio do “milagre da hóstia”, quando a Beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, ao receber a hóstia da comunhão ministrada pelo Padre Cícero Romão Batista, teve o “corpo de cristo” vertido em sangue em sua boca. O episódio, considerado milagre por milhares de fiéis católicos, alavancou um movimento que, em 1911, possibilitou a emancipação da cidade e criou uma grande rotina de fluxo de pessoas – e, conseqüentemente, de circulação econômica - para a cidade. Segundo Cortez (2000), o crescimento de Juazeiro no cenário regional não foi visto com bons olhos pelo Departamento Diocesano do Cariri, situado em Crato, nem pelos intelectuais da cidade. Isso fez com que o “movimento regionalista” cratense ganhasse força e mudasse as direções de seu “projeto civilizatório”.

¹⁶ FIGUEIREDO FILHO, José de. “Explicando...”. Revista *Itaytera*, vol. 1, 1955, p. 1-2.

- por entre, isto é, *água que corre, precipitando-se por entre pedras*). *Itaytera* é, segundo José de Figueiredo Filho, o nome “original” do Rio Batateira, na língua dos Índios Kariri, primeiros ocupantes das terras caririenses. Nascente na cidade do Crato, o rio, segundo o autor, possui uma “denominação de amplitude bem regional”. Corre pelo rio Salgadinho, que passa por Juazeiro do Norte, e junta-se ao rio Salgado, “cujos baixios são verdadeiras forjas de riqueza coletiva da zona sul-cearense”. O autor ainda enfatiza que

[...] O mais frisante contraste observa-se entre o pequeno vale do Batateira com os seus tributários, ainda menores, e o sertão circundante. Mas, interposta entre aquele e este, uma zona de transição se estende, subdividida em trechos transversais, ou mais ou menos bem definidos, que, daquele vale, se irradiam, perdendo progressivamente as qualidades especiais que sobremodo singularizam a parte nuclear.¹⁷

O Crato, metaforizado como o núcleo de origem, seria a cidade-mãe do rio que “alimenta, como humus e humidade, a um verdadeiro Cariri, mais ubérrimo, dentro mesmo da privilegiada região caririense”¹⁸. É perceptível, nessa formulação, como o protagonismo da cidade vai além dos aspectos políticos e ideológicos na construção discursiva sobre a região: a própria geografia do Cariri simbolizaria a necessidade de se indicar um foco de origem determinado em suas formas biológica, filosófica e telúrica.

Segundo Jane Silva (2019), em um estudo sobre como a geografia e a construção discursiva sobre a paisagem se tornaram componentes essenciais no projeto identitário do ICC, a paisagem geográfica, vista como dotada de formas de “culturalização”¹⁹, foi fundamental na construção de representações sobre a região e desenvolvimento do discurso regionalista. Ainda discutindo sobre a “missão” da revista, Figueiredo Filho aponta para a necessidade de o Cariri tomar “seu lugar ao sol”. Em sua escrita, o autor afirma - em tom de crítica aos intelectuais do Instituto Histórico do Ceará - que “já passou a época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida”. Acrescenta, inclusive, que é “no interior e na região que pulsa o verdadeiro coração do Brasil”.

¹⁷ *Op. Cit.*, p.2.

¹⁸ *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁹ Sobre o termo “culturalização”, a autora (2019, p. 14) afirma que “o uso desse termo expressa o entendimento de paisagem enquanto representação da natureza, portanto, como componente da cultura, ou seja, como produto de delimitações e ressignificações projetados sobre elementos naturais a partir de estruturas perceptivas”.

Os discursos regionalistas emergentes no século XX inserem, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, p. 89), a região “como um dos fatores de formação da própria consciência nacional”. Acrescenta, ainda, que ela “autonomiza focos genéticos de povoamento”, com seus mitos fundadores, heróis e acontecimentos marcantes, além de estabelecer “rivalidades” com outras regiões. O recurso ao passado heroico (como a participação do Crato como cidade pioneira do Ceará na Revolução Pernambucana e na Confederação do Equador) e o estabelecimento de focos genéticos de povoamento e construção identitária são explícitos nas produções desses intelectuais.

Ao mesmo tempo em que autores como o Padre Antônio Gomes de Araújo afirmam a importância de se exaltar a luta dos primeiros sobrenomes no processo de “ocupação” das terras caririenses e formação de uma aristocracia política, vemos, por outro lado, que havia uma necessidade de se relacionar diretamente esses sujeitos com os componentes originários e ligados à terra. O autor, ainda em sua reflexão sobre a contribuição dos baianos para o “gens caririense”, afirma que “encalçando índios belicosos [...]” os sertanejos baianos “despertaram no Cariri nos últimos decênios do século 17”²⁰. Já Francisco Vasconcelos, então presidente da Associação Brasileira de Farmacêuticos (A. B. F.), afirmava que as cidades “são, via de regra, um reflexo de seu povo, de suas histórias e de suas tradições com seu meio físico”²¹. Ao falar sobre a fundação do Crato, diz que //

Tendo o índio Cariri como elemento autóctone, foi a antiga Vila Real, bem como a região a que pertence colonizada por baianos e pernambucanos, gente da melhor têmpera, tangedores de gado e homens de visão que traziam para alí os primeiros engenhos de rapadura, engenhos de pau como eram chamados, puxados a boi, ao mesmo tempo em que vastos canaviais se espalhavam pelo vale fértil e abençoado. Não podemos esquecer nestes primórdios o papel dos padres Capuchinhos, fundadores da Missão do Miranda, que tinha a finalidade de domesticar e orientar o índio, e que foi o embrião da atual cidade do Crato.²²

José Danício Júnior afirma, em um artigo sobre os Índios Cariris publicado na revista *Itaytera*, que ainda no período de aldeamento, os indígenas, educados e evangelizados pelos padres Capuchinhos, “tiveram logo seu aprendizado em ofícios, muito provavelmente de carpinteiro, ferreiro e pedreiro, mostrando assim que mesmo

²⁰ *Op. Cit.*, p. 3.

²¹ *Op. Cit.*

²² *Op. Cit.*

antes da contribuição do elemento negro, naqueles misteres, já o Cariri se apetrechava para um trabalho especializado”²³. Indaga, inclusive, que a famosa fisiognomia da “cabeça achatada” do cearense poderia ser creditada à contribuição fenotípica desses grupos indígenas. Essas maneiras de dizer e ver o corpo se amparam, como afirma Jean-Jacques Courtine (2013, p. 48), em uma “semiologia da exterioridade”, em que traços morfológicos específicos seriam percebidos, em um “exercício sistemático do olhar nos indícios que afloram na superfície do corpo” (p. 49), na produção social do corpo, mas não em sua composição genética.

Há dois aspectos que, nesses casos, podemos considerar: o primeiro se refere à formação do *gens* caririense, em que não há um reconhecimento do indígena na constituição genética do cratense e, implicitamente, verifica-se uma renúncia à mestiçagem ou “acaboclamento” nessas técnicas de construção identitária. Os sobrenomes cratenses povoaram o território e domesticaram ou expulsaram os índios, mas a linhagem sanguínea e constituição arquetípica da aristocracia local permaneceria intacta.²⁴ Por outro lado, o segundo aspecto que podemos perceber nesses discursos indica o recurso, típico aos romancistas brasileiros do século XIX e aos primeiros movimentos regionalistas, à necessidade de se estabelecer uma relação com a terra na construção da “verdadeira identidade nacional”. Tal como a citação de Figueiredo Filho sobre ser “no interior que pulsa o verdadeiro coração do Brasil”, Machado de Assis (1994), ao refletir sobre a literatura brasileira oitocentista (em especial os romances indianistas), afirmou que, na pulsação do “instinto de nacionalidade”, “os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional” (p. 3), já que a ocupação das capitais e zonas litorâneas tiveram grande influência das culturas imigrantes. O índio, nessas formulações discursivas de um “projeto de identidade”, é um elemento autóctone (enquanto componente reconhecido como “originário”) em seus aspectos culturais ligados à terra (em seus elementos paisagísticos e de práticas culturais posteriormente reconhecidas por

²³ José Danício de Souza Prata Júnior. “Índios Cariris”. Revista *Itaytera*, 1986, p. 167-169.

²⁴ Creio ser mais que necessário, ao falarmos sobre o processo de ocupação das terras caririenses e da relação entre colonos e nativos, citar o trabalho de Antônio José de Oliveira (2017) sobre a resistência dos Índios Kariri, especialmente no aldeamento da Missão do Miranda, em Crato, ao apagamento de suas práticas culturais e readequação à educação católica e projeto civilizatório da Igreja. A ocupação de indígenas e colonos na região foi extremamente conflituosa e, quando não resultou em docilização e disciplina, acabou em expulsão ou massacre da população nativa, como ocorreu no massacre dos Kariri/Xocó da Aldeia da Cachorra Morta, em 1867. Cf.: OLIVEIRA, Antônio José de. Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza, 2017.

esses intelectuais), mas não teria contribuído com seu sangue e suas carnes (em sua constituição genética e de produção de uma genealogia das famílias). Esse fator é importante para entendermos as dinâmicas de construção de saberes e relações de poder da cidade.

É visível que, nas matérias publicadas no jornal *A Ação*, tanto os intelectuais da cidade quanto representantes da Igreja estimulam constantemente o leitor a perceber como a cidade segue em direção ao progresso e ao pleno desenvolvimento econômico. Há, em parte, um reconhecimento desses escritores em relação ao repetitivo recurso discursivo sobre acontecimentos que marcaram a cidade e determinariam sua liderança frente à região, mas sempre indicando essa ação como parte de um “regionalismo sadio”. Em uma matéria publicada em 03 de agosto de 1968, o jornal *A Ação* comenta:

O Crato, sempre liderando o progresso do Cariri, é um baluarte na defesa de um **regionalismo sadio**, que muito contribui para que melhore a fama do nosso verde vale. Vamos provar o que estamos afirmando. O primeiro estabelecimento de crédito fundado em Crato recebeu o nome de Banco Cultura a denominado Cariri. Quando fundamos um instituto de educação não constituiu problema: Instituto Cultural do Cariri. A própria emissora da Diocese, iniciativa de D. Vicente, foi denominada Rádio Educadora Cariri. A nossa turma da Faculdade de Direito será denominada Faculdade de Direito do Cariri. Temos também no Crato o Instituto de Ensino Superior do Cariri. Até firmas comerciais do Crato colocam o nome da nossa região, como é o caso da Tipografia e Papelaria do Cariri, ou indústrias como a Cerâmica do Cariri S. A. e Indústria e Moagens do Cariri, etc. etc. E por aí vai: até em clubes de futebol o nome de nossa região é homenageado: veja-se o caso do Cariri Clube.²⁵

A matéria foi publicada sem indicação de autoria. É comum encontrarmos várias notícias e artigos de opinião no jornal *A Ação* que não são assinados por um autor, o que nos leva a crer que, por ser um dispositivo fundado e mantido pela Ação Católica da Diocese, o jornal é inclinado a um direcionamento ideológico específico na constituição de saberes ou repetição de discursos. Acredito que o *A Ação*, além de ser usado como uma ferramenta de produção de acontecimentos e divulgação de notícias e artigos de opinião, atua, tomando emprestada a definição de Michel Foucault (2009), como “fundador de discursividade”. O termo é utilizado por Foucault para exemplificar a influência que obras literárias específicas tiveram na formação de escolas e de cânones literários. Nesse caso específico, a prática repetitiva da publicação de artigos de opinião

²⁵ Jornal *A Ação*. “CRATO está liderando política do regionalismo!”. 03 de agosto de 1968. Grifos nossos.

sem autoria, por mais que possa parecer comum, opera na formação de pensamentos que produzem regimes de representatividade para um público leitor específico.

O jornal era bem característico em relação ao público-alvo consumidor. Grande parte das matérias possuía um direcionamento ideológico e econômico particular. Além disso, as formas como a cidade é inventada nas matérias que constituíam as narrativas do jornal seguiam um padrão socioeconômico: a exemplo, vemos a coluna “Sociedade”, publicada em quase todas as edições que encontramos no processo de catalogação, que se dedica a noticiar microacontecimentos das instituições, cotidiano da pequena elite, aniversários, ações sociais dos diversos clubes da cidade etc.

Não se vê necessária, portanto, a assinatura de um autor, pois essa ação “fundadora de discursos” é regida por um “princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como uma prática” (FOUCAULT, 2009, p. 268) caracterizada pela repetição de um discurso “canônico”, cristalizado, e que sempre busca artifícios para se preservar. Sendo um instrumento de comunicação, funda discursos que atuam na manutenção do regime social vigente. Seguindo esse princípio, creio ser possível observar o jornal, na função de instrumento institucional que estabelece ligações entre o ICC e a Igreja, como engrenagem de uma “confraria intelectual”. O discurso regionalista foi, nesse caso, um dos elementos essenciais dessa relação entre as instituições, pois ambos se interessavam pelo protagonismo do Crato frente à região. Ainda na mesma matéria, o jornal afirma:

Não estamos censurando ninguém por não adotar o regionalismo. Achamos mesmo justo que o nome da cidade figure nas iniciativas louváveis de um município. Se o empreendimento é da comunidade, pode levar o nome da comunidade para a promoção e orgulho desse povo. O que queremos mostrar é que a cidade do Crato, **a cabeça pensante da região**, é orgulho do Cariri e nos seus empreendimentos e iniciativas, em vez de colocar o nome da Cidade, prefere o da Região. O regionalismo do Crato é fato potente. Até nas ruas temos nomes dos municípios da região. Assim é que 22 artérias do Crato levam nomes de cidades caririenses. Uma coisa é certa: quando se vê o nome Cariri numa promoção, iniciativa ou empreendimento, sabe-se logo que é da cidade do Crato. O que não deixa de ser um orgulho para nós e para os demais municípios vizinhos.²⁶

Além de matérias sobre o Crato na liderança do movimento regionalista, é comum vermos as formas com que o jornal aborda aspectos políticos, paisagísticos e culturais da

²⁶ *Op. Cit.* Grifos nossos.

cidade. Desse último trecho, destaco dois pontos (ambos relativos ao aspecto físico do Crato) importantes: a referência feita aos empreendimentos, ao espaço e, conseqüentemente, ao território como pertencentes à coletividade e, em segundo, ao recurso às figuras de linguagem como forma de se estabelecer, discursivamente, a cidade como um “corpo coletivo”.

No primeiro ponto, o jornal afirma que “se o empreendimento é da comunidade, pode levar o nome da comunidade para a promoção e orgulho dêsse povo”, o que expõe como é comum a afirmativa em torno do território “coletivo”. As dimensões paisagísticas cratenses são, de fato, um elemento essencial nesse processo de construção identitária. Muitas vezes, a terra é enquadrada por esses autores como de domínio coletivo em um discurso objetivado na constituição de regimes de representatividade. Esse foco na coletividade do espaço é fortemente expresso, posteriormente, quando o Crato é eleito um dos municípios-modelo do Brasil em uma pesquisa realizada em 1966 pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Uma das condições para concessão do título foi a “ausência de latifúndio ou minifúndio, com prevalência na organização fundiária média do Estado ou das zonas de maior evidência”²⁷. Entretanto, não se afirma que grande parte das terras ocupadas pertencem à Igreja ou às famílias que, outrora, colonizaram esse território²⁸. A “terra pública”, exaltada na edificação de uma representação coletiva, se depara, todavia, com a demarcação de fronteiras pela propriedade privada.

O segundo ponto, que pretendemos dar especial ênfase, se refere ao trecho em que o jornal afirma que “assim é que 22 artérias do Crato levam nomes de cidades caririenses”. A “personificação” da cidade e sua descrição como um “corpo provedor” constituem uma representação “de gestos e afetos” dos corpos que atuam como engrenagens de um sistema produtor de visibilidades e dizibilidades. O Crato, nesse trecho, não é metaforizado como corpo por ação popular, mas pelo domínio discursivo dos intelectuais que pretendem estabelecer um regime de representatividade. O ato de batizar as ruas (artérias) da cidade com nomes dos municípios vizinhos também se manifesta como estratégia de legitimação do regionalismo a ser liderado pelos cratenses.

²⁷ “Agricultura reúne Municípios-Modêlo”. *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 12 de abril de 1966.

²⁸ Cf. FILHO, João César Abreu de Oliveira. *Da Igreja da opressão à Igreja da libertação: a produção do espaço e a luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2016.

As figuras de linguagem atuam como um recurso estilístico fundamental no projeto de construção identitária construído por esses intelectuais. O Crato então seria, além da cidade-mãe das águas que abastecem e dão vida à região, o “corpo coletivo” que produz outros corpos, espaços e subjetividades.

As formas de produção do espaço são indissociáveis dos discursos construídos em torno de pessoas e acontecimentos considerados, pelos intelectuais, como marcantes e determinantes da construção da identidade da cidade. A repetida referência ao passado “heroico” e excepcional do Crato se depara constantemente, nas folhas do jornal *A Açã*, com os desafios impostos pelo processo acelerado de modernização em um contexto de globalização embrionário. É comum encontrarmos matérias no jornal e artigos na revista *Itaytera* que se dedicavam a relembrar a participação do Crato como cidade pioneira do Ceará nos movimentos revolucionários protagonizados por Pernambuco, em 1817 e 1824, além de também depararmos-nos com diversas referências a personagens tidos como heróis para o Cariri.

Em uma busca rápida, encontramos, na revista *Itaytera* (entre os anos de 1957 e 2017), em torno de trinta artigos que se dedicam a homenagear “heróis” caririenses, cearenses e nordestinos²⁹. A maior parte desses artigos, entretanto, centraliza suas reflexões em torno da família Alencar (em especial a figura de Bárbara de Alencar) e seus feitos e contribuições para os movimentos revolucionários de 1817 e 1824. Como afirma Figueiredo Filho (1961), na necessidade de “enaltecer, reviver os feitos gloriosos das lutas que o Cariri sustentou para a emancipação política do Brasil, Ceará e Nordeste” na Revolução Pernambucana e na Confederação do Equador, “o ICC tem procurado projetar por aí afora as figuras dos heróis independentistas de Bárbara de Alencar, José Martiniano de Alencar e do Capitão-Mor de Crato, José Pereira Filgueiras”³⁰.

Em matéria publicada em 06 de maio de 1967 sobre a comemoração do sesquicentenário da Revolução de 1817, o jornal *A Açã* reitera que

²⁹ Para não citar todos os títulos, creio ser melhor indicar os números da revista que encontramos esses artigos: Número 03 (1957); Número 06 (1961); Número 08 (1962); Número 09 (1963-1964); Número 11 (1967); Número 12 (1968); Número 13 (1969); Número 14 (1970); Número 16 (1972); Número 17 (1973); Número 18 (1974); Número 20 (1976); Número 27 (1983); Número 29 (1985); Número 31 (1987); Número 34 (1990); Número 36 (1992); Número 38 (1994); Número 40 (1996); Número 41 (1997); Número 42 (1998); Número 44 (2000) e Número 46 (2016-2017). Vale ressaltar que o número de artigos sobre personalidades consideradas “heróis” da região é bem maior que esse. A presença do termo “herói” nos títulos desses escritos foi o critério principal desse breve apanhado.

³⁰ FILHO, José de Figueiredo. “Oito anos de lutas”. In: Revista *Itaytera*. Nº 7, 1961, p. 2.

há 150 anos passados, um grupo de revolucionários cratenses, tendo à frente o sub-diácono José Martiniano de Alencar à porta da Matriz de N. S. da Penha, proclamava a Independência e a República, rebelando-se contra o jugo português e antecipando-se à própria independência do País. Além de Alencar, faziam parte do Grupo D. Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, Pereira Filgueiras e Leandro Bezerra Monteiro.³¹

Bárbara de Alencar, filha do português Joaquim Pereira de Alencar e de Teodora Alencar, nasceu em Exu-PE, em 11 de fevereiro de 1760³². Filha de família influente, casou-se cedo com o comerciante português José Gonçalves dos Santos e estabeleceu moradia na cidade de Crato. De seu casamento, nasceram Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar, duas figuras consideradas emblemáticas para a história cratense. Fortemente envolvida com os debates que emergiam entre religiosos e liberais em Pernambuco, decidiu, juntamente com a sua família, proclamar, no Crato, a independência e constituição da república brasileira. Segundo Ítalo Viana (2011), no dia 3 de maio 1817, aderindo ao “ardor” do espírito revolucionário pernambucano, José Martiniano de Alencar, filho de Bárbara de Alencar e subdiácono da Catedral da Sé, em Crato,

[...] ao terminar a missa, assomou à porta principal da Igreja, fazendo-se arrodear do seu cortejo. Em suas vestes, batina e roquete, como por contraste, só explicável pelo seu ardor patriótico [...], exibia faca à cintura. Entre aclamações dos assistentes, proclamou a independência e república em sintonia com o movimento recifense.³³

O movimento foi rapidamente dissipado (só durou oito dias, entre os dias 3 e 11 de maio de 1817) pelas tropas reais reunidas pelo Capitão-Mor do Crato, José Pereira Filgueiras, considerado outra figura lendária no *topos* de um discurso fundador da cidade. Pereira Filgueiras é visto como herói não por ter dissipado o movimento revolucionário, até porque além de ter detido a família Alencar contra sua vontade, ele teria declarado

³¹ “Crato comemorou sesquicentenário da Revolução!”. *Jornal A Ação*, 06 de maio de 1967.

³² CARVALHO, José. “Origem da família Alencar, no Brasil”. In: *Revista Itaytera*, nº III, 1957, p. 227-230. Esse pequeno artigo surge como resposta em um debate com o Barão de Studart, figura influente no circuito intelectual cearense e que divergia em determinados pontos com o intelectual José Carvalho sobre a origem da família Alencar. Ainda hoje, encontramos divergências de opiniões quando estudamos sobre a genealogia da família.

³³ FIGUEIREDO FILHO, 2010, APUD VIANA, José Ítalo Bezerra, 2011, p. 141.

apoio ao movimento (e atuou junto aos confederados) que se formou anos depois³⁴. O capitão era conhecido, segundo Macêdo (2017), por seus feitos “lendários” que acabaram se disseminando nas narrativas orais, como o fato de que “quando alguma peleja se avizinhava, a espada do Filgueiras tintilava na bainha e o seu bacamarte suava, como se estivessem antevendo futura refrega”, ou por sua força sobrenatural em derrotar bandidos, levantar rochas e até o próprio cavalo. Suas histórias se assemelham muito às construídas, na cidade de Juazeiro do Norte, em torno da figura do Doutor Floro Bartolomeu, “braço direito” do Padre Cícero Romão Batista e que ficou conhecido pelos métodos cruéis de combate à “vagabundagem”, criminalidade e costumes não-condizentes com o que era pregado para a cidade³⁵. O medo e a admiração, além da ênfase no detalhamento textual sobre performances, trajes e objetos utilizados por esses sujeitos “lendários” (como a espada e o bacamarte de Pereira Filgueiras ou os trajes e a “faca à cintura” de Martiniano de Alencar), são alguns dos recursos comuns à instituição apoteótica do sujeito político na figura do herói.

Todas as categorias que constituem os *topoi* do herói são diretamente ligadas às técnicas utilizadas pelos intelectuais cratenses desde a formulação do “projeto civilizatório” na fundação de um discurso que viria compor um lugar comum. Recorrendo a uma linguagem metafórica sobre o espaço (e os corpos que o integram), tanto em suas dimensões materiais quanto simbólicas, essas técnicas se assentam sobre semióforos³⁶ que mantêm os alicerces dos mitos fundadores ligados à terra. Em acordo com o que afirma Marilena Chauí (2000), entendemos esses mitos fundadores como invenções histórico-culturais – formuladas por convenções entre a elite e a Igreja – constituídas e, diacronicamente, (re)inventadas em torno de uma tríplice-mitologema principal: a terra, seus aspectos paisagísticos e produção de um “determinismo geográfico”; a fé e atuação mítica da Igreja como componente essencial da colonização, catequização e

³⁴ MACÊDO, Heitor Feitosa. “A lenda sobre a morte do Capitão-Mor do Crato/CE José Pereira Filgueiras”. In: Revista Itaytera, nº 43, 2016-2017, p. 131-138.

³⁵ Cf. BARROS, Luitgarde de Oliveira. A terra da Mãe de Deus. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988.

³⁶ Tanto para Marilena Chauí (2000) quanto para François Hartog (2013), o semióforo é entendido como objeto (visível ou invisível) dotado de significações, construtor de narrativas e “tradutor do tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo” (HARTOG, p. 197). Associado a mitos fundadores – como a glorificação do passado cratense a partir da revolução e de seus elementos culturais extraordinários –, os semióforos são ferramentas discursivas de uma pequena parcela da população que se objetiva em criar mecanismos de manutenção de poder.

delineamentos espaciais; e a família, em especial os grandes *sobrenomes* que deram origem aos heróis da região, intelectuais e modelos comportamentais.

A produção de discursividade da historiografia local aponta, desde os trabalhos que tratam sobre a colonização da Cidade, no século XVIII, que Frei Carlos³⁷ foi a figura que possibilitou o processo de ocupação e colonização da região através de sua intervenção catequética de disciplinarização e aldeamento dos indígenas, que eram considerados, no período, extremamente agressivos e resistentes. Com a consolidação da Vila Real do Crato, no século XIX, surgiram os movimentos revolucionários e, posteriormente, com a criação do Seminário São José, do “projeto civilizatório” dos intelectuais associados à Igreja. Esse projeto tinha seu foco principal na construção de uma identidade para a região e a imprensa se tornou o dispositivo de divulgação dessas ideias (CORTEZ, 2000).

Como já falamos, no século XX, com o surgimento do ICC, os intelectuais cratenses reformularam (em conformidade com as demandas surgidas nesse período) esse projeto, agora focando em uma escala regional. Seguindo o padrão da “tríplice-mitologema” (terra, fé e família) que já falamos, esses grupos produziram constantemente semióforos que pudessem se tornar representativos para a população. Sempre construído a partir de demandas que emergem no presente, o semióforo, segundo Chauí (2000, p. 12), surge como uma “forma de comunicação com o invisível”, trazido do passado “à frente” e que constitui forças que se mobilizam na formação uma representação simbólica de objetos, nomes, acontecimentos etc. O semióforo, para a autora, é considerado “fecundo, porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”. Nesse período (da produção do ICC), que é o que nos dedicaremos a estudar, preferimos entender o semióforo como produto da consolidação e institucionalização de um capital simbólico sobre a cidade.

A partir desse momento, o discurso intelectual adotou, como estratégia de preservação da narrativa sobre os grandes acontecimentos, mas também como forma de mostrar que a Cidade não está “estagnada no tempo dessas narrativas”, apelidos representativos para a cidade, como “Cidade da Cultura”, “Município Modelo”, “Berço da República do Brasil”, “Coração do Ceará” e “Princesa do Cariri”. Acredita-se que a

³⁷ Cf. ARAÚJO, Antônio Gomes de. A cidade de Frei Carlos. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas – v. 5, 1971.

adoção do apelido “Princesa”, por exemplo, foi devida a uma visita de Dom Manuel Antônio de Oliveira Lopes, primeiro arcebispo do Estado de Alagoas, que se referiu ao Crato como “[...] cidade insigne, gentil princesa da parte sul do Ceará [...]”³⁸. O apelido é constantemente utilizado, de forma saudosa e orgulhosa, pelos intelectuais e colunistas do jornal *A Açã*.

Em meados dos anos 1960, o Crato estava liderando o progresso econômico do interior cearense. Contava, nos fins de 1965, com uma população de 59.464 habitantes. Segundo Francisco Vasconcelos³⁹, a produção agrícola da cidade, em 1965, era distribuída da seguinte maneira: na produção de cana de açúcar, “8.500.000 quilos de rapadura e 500.000 litros de aguardente, 110.000 arrobas de 15 quilos de algodão, 160.000 sacas de 60 quilos de farinha de mandioca e uma série de culturas menores, como arroz, feijão, pequi, buriti etc.”. Além disso, a cidade mantinha a criação de no entorno de 15.500 cabeças de gado. Com uma taxa de produção agrícola satisfatória e cumprindo as exigências de desenvolvimento de rodovias de acesso, “ausência de latifúndio, comunicações fáceis com a capital do Estado, disponibilidade de energia elétrica com a eletrificação rural, serviços de saúde pública e distribuição de água”⁴⁰, o município foi eleito, junto a outros representantes dos demais estados brasileiros, “município-modêlo do Ceará”.

Em visita ao Crato, no ano de 1966, Euclides de Sousa Leão Pinto, presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), afirmou que “CRATO é uma estrela fulgurante na constelação dos municípios-modêlo do Brasil”⁴¹. Ressaltou, em seu discurso, que a cidade é um exemplo na valorização do sentimento patriótico e que sua visita se deu, além do intuito de congratular o Crato pelo destaque no I Encontro Nacional de Prefeitos dos Municípios-Modêlo, para ressaltar a importância de a cidade seguir os padrões recomendados aos “centros de progresso” que ganharam destaque. A partir desse momento, o município estabeleceu planos de desenvolvimento que fossem condizentes com os “Princípios básicos para a estruturação dos municípios-modêlo”⁴².

³⁸ PINHEIRO, 1963, APUD VIANA, 2011.

³⁹ *Op. Cit.*

⁴⁰ *Op. Cit. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1966.

⁴¹ CABRAL, Huberto. “Crato: município-modêlo do Brasil”. *Jornal A Açã*, 24 de setembro de 1966.

⁴² “A Arrancada desenvolvimentista do Crato”. *Jornal A Açã*, data não encontrada, 1966.

A participação da cidade no Encontro de Prefeitos dos Municípios-Modêlo fez com que Pedro Felício Cavalcante, então prefeito, fosse fortemente elogiado pelo jornal e pelos intelectuais do ICC, principalmente em relação ao desenvolvimento urbano e limpeza dos lugares públicos⁴³. Os colunistas do jornal tinham o costume de fazer um balanço geral, mensal e anual, sobre as ações das prefeituras em contraste com as demandas que eles afirmavam serem urgentes para a cidade. Nas matérias do *A Ação*, vemos que, ao mesmo tempo em que se construía um projeto de identidade calcado na “prática do regionalismo progressista”, também havia um forte apelo à preservação da paisagem urbana: todas as ruas que compunham a entrada e o centro da cidade eram fiscalizadas pelo jornal em termos de higiene, costumes e práticas consideradas aprováveis ou não. A parte central cidade era um longo corredor que nascia na igreja de São Vicente e finalizava na Rua Coronel Antônio Luiz. A vigília sobre os outros locais se davam quando as relações presentes nesse corredor eram consideradas como estando em risco. Como afirma o Padre José Honor⁴⁴,

embora a nossa cidade apresente um índice de desenvolvimento que em seu conjunto se traduz invejável posição no concerto das comunidades humanas, verifica-se também um acervo de problemas bastante complexos a merecerem consideração por parte de todos os de boa vontade. Apontá-los não é tarefa difícil nem complexa. Estão aí, a descoberto para quem tem olhos para ver.

Acreditamos que é nesse ponto que se constitui a problemática central do trabalho: a emergência do “pânico moral” como categoria fortemente presente no discurso jornalístico do *A Ação*, sobre a cidade do Crato, e que formaliza uma reação agressiva a diversos elementos considerados subversivos à norma costumeira. Entre esses elementos, podemos citar a prostituição, a subversão política durante o regime militar, as formas com que o espaço físico urbano era tratado, os desvios da juventude, o uso de drogas, a mendicância, a criminalidade etc. O Padre ainda complementa:

Problema da juventude estudantil praticamente entregue ao deus dará. Problema de educação do povo no sentido de uma cooperação com os poderes municipais quanto à limpeza pública. Já se disse que esta se põe na ordem direta da educação do povo. A ser verdade – e parece que assim o seja – a nossa educação ainda está muito aquém do desejável. **Porque educação não é somente instrução.** O problema de **urbanismo**. Ruas continuam sendo abertas sem um planejamento técnico prevendo o crescimento atual de nossa

⁴³ FILHO, José de Figueiredo. “Administração proveitosa ao Crato”. *Jornal A Ação*, data não encontrada, 1966.

⁴⁴ HONOR, José. “Crato não é só bonança”. *Jornal A Ação*, data não encontrada, 1966.

população. De um dia para outro, bairros surgem e crescem sem o devido plano de formação urbana. O problema do **meretrício** que se avoluma e ameaça as bases da família. E a **saúde da juventude**, esteio do desenvolvimento da nação, se esbanjam nesses ambientes que não oferecem garantia nenhuma de isenção de contágio. E sobretudo, o grande mistério que envolve a **penetração da erva maldita**, capaz de destruir a mais resistente constituição física. Os **bares** que se multiplicam onde, ao lado do tempo, se esbanjam dinheiro, saúde e responsabilidade, - o **índice de consumo de cerveja** em Crato é percentualmente, um dos mais elevados do país, - constituem uma das causas de indiferença dos nossos povos a determinados problemas cujo equacionamento depende do espírito humanitário de cada um.⁴⁵

Como afirmam Goode e Bem-Yehuda (2009), reafirmando um padrão discursivo de comportamento, a imprensa estabelece uma “categorização do desvio”⁴⁶ ao deparar-se com pequenos atos ou acontecimentos realizados por determinados grupos. Esses “desvios extremamente pequenos” (p. 22) passam por um processo de divulgação, construção de uma reflexão, imposição de um julgamento e, por fim, de reação, o que constitui o pânico. O pânico moral se caracteriza, principalmente, pelo exagero e distorção no tratamento das notícias, que, segundo os autores, se dá no intuito de causar uma comoção social, uma “sensibilização popular” (p. 22). A pessoa ou grupo retratado pela mídia jornalística é, geralmente, transformado em uma ameaça a um ou mais pilares que sustentariam a ordem social vigente.

No caso do Jornal *A Ação*, vemos como é comum a reação desses autores a esses padrões de comportamento considerados desviantes, principalmente após a responsabilidade moral instituída pelo título de Município-Modêlo. Como já afirmamos, essa nova alcunha acaba se tornando um novo semióforo que, operando em acordo com as formas com que a cidade se direcionava socioeconomicamente no período, se torna representativo tanto para a valorização do Crato no presente quanto na legitimação do discurso sobre o passado glorioso que fundou a cidade. Como afirmou Joh Braz, em uma coluna intitulada “Ponto de Vista”⁴⁷, é necessário que “o Crato não seja somente um Município-Modêlo, mas, principalmente, um modêlo de município”.

⁴⁵ *Op. Cit.* Grifos nossos.

⁴⁶ O termo comumente utilizado pelos autores e por outros que se dedicam a pensar sobre o conceito e as práticas elementares do Pânico Moral é *deviance* que, no uso comum de sua língua originária (sem a necessidade de inseri-lo em uma conotação semântica), já faz associação direta ao que entendemos por “comportamento divergente”. Utilizo a palavra “desvio” como uma tradução literal do termo, mas entendendo que seu uso se relaciona à rebeldia, divergência e comportamentos transviados.

⁴⁷ BRAZ, Joh. “Município Modêlo”. Jornal *A Ação*, data não encontrada, 1966.

Como exemplos peculiares dessa reação do jornal que utiliza o pânico moral como recurso discursivo, podemos citar o caso do médico (e intelectual cofundador do ICC) Quixadá Felício, que publicou, no dia 8 de julho ano de 1970, uma matéria polêmica no jornal *O Povo*, da capital cearense. O intelectual afirmou que, devido às recentes problemáticas no setor industrial (com o fechamento de cinco indústrias locais) e de desenvolvimento urbano (que já no início da nova década a cidade estaria decaindo, em decorrência de uma crise econômica que se instaurava nacionalmente), o Crato, por continuar focando no discurso sobre as “glórias do passado”, estaria morrendo e que, talvez, a solução fosse “destruir tudo e começar de novo”⁴⁸. Imediatamente, João Lindemberg de Aquino, jornalista e intelectual do Instituto, em uma matéria que estampou a capa do jornal *A Ação*, rebateu dizendo que não se sabe “porque cargas d’água vem o ilustre jornalista contrerrâneo Dr. Quixadá Felício, incorrendo, sistematicamente, numa campanha em que afirma que “o Crato está morrendo”. Segundo ele, não se sabe “quais os remoques, os recalques, os rancôres que o médico possa guardar em sua alma contra o Crato e sua gente, nem quais as suas intenções reais ao decretar publicamente os funerais de Crato”.

A reação do jornalista é seguida por uma série de motivos que contrariariam a afirmativa do médico. Entre eles, o intelectual destaca o fato de que o “público” cratense tem o maior poder aquisitivo das cidades do interior e que inaugurou famosas casas de comércio, depósitos de marcas conhecidas nacionalmente, ginásios, instituições de saúde etc. O ressentimento é reforçado pelo fato de o médico ser amigo próximo do jornalista e, também, “filho adotivo” (o médico nasceu na cidade de Ipu, também no Ceará) do Crato. O pânico não se constitui, aqui, como um critério de marginalização de um sujeito ou grupo social específico através de um discurso sensacionalista, mas de reação aos desvios dos padrões – fortemente defendidos pelo ICC – com que se (re)inventava a identidade da cidade. Para Lindemberg de Aquino, essa “anti-propaganda” do Crato, além de ser composta por “afirmações inglorias e anti-patrióticas”, faria com que a cidade se fragilizasse em seu “brio, sensibilidade e autenticidade”, o que permitiria que “inimigos gratuitos da terra” se aproveitassem disso.

⁴⁸ AQUINO, João Lindemberg de. “Em defesa do Crato”. *Jornal A Ação*, 18 de julho de 1970.

José de Figueiredo Filho, então presidente do ICC, também rebateu os argumentos do médico. Segundo o intelectual⁴⁹, Quixadá Felício “é um homem que só pensa em si” e que, não sendo a primeira vez que afirma que a cidade está morrendo, essa insistência decorreria “do mais profundo ódio à cidade que lhe deu tudo”. O ressentimento vai além, quando ele afirma que “o destruidor retardado [...] deturpou fatos e humilhou a cidade e o povo de Crato”. Após uma série de críticas, prossegue dizendo: “não gosto de atacar ninguém a não ser em caso justo. Quase tudo que escrevo é em defesa da terra. Quando a vejo atingida por certos ataques mesquinhos, julgo de minha obrigação aparecer na liça”. Por fim, enfatiza que “aos funerais de Crato, só Dr. Quixadá Felício comparecerá, pela imaginação ou pela má fé.”

Observamos outro caso, semelhante a esse, em que o jornalista João Lindemberg de Aquino, em reação à publicação do livro “O Ceará nos Estudos Sociais”, de Itelvina Marly Góis Sampaio, afirma que a escritora “cometeu injustiça ao Crato”⁵⁰. O livro foi destinado à distribuição para as séries dos primeiros níveis das instituições escolares. Afirmando ter provocado “mal-estar e natural repulsa”, além de “estar sendo alvo de acerbadadas críticas”, a autora, segundo o jornalista, “incorreu gravíssima e lamentável injustiça para com o Crato quando às páginas 43 e 44, citando as principais cidades cearenses, coloca o Crato em DÉCIMO QUARTO LUGAR”, o que teria mostrado “uma evidente má vontade com a terra”. Segue dizendo que a autora, com efeito, cita “Sobral, Juazeiro, Quixadá, Iguatu, Aracati, Icó, Morada Nova, Canindé, Maranguape, Baturité, Redenção, Guaramiranga e Crateús para, DEPOIS DISSO, vir o Crato, que merece “generosidade”, nas palavras da autora, após a frase “são também importantes...”. Lindemberg de Aquino afirmou que o livro, por ser uma “injustiça ao Crato e ao Cariri”, não seria distribuído nas escolas da cidade e que a Câmara Municipal, junto à Prefeitura, redigiria uma “nota de protesto” sobre a forma como a autora tratou “uma das primeiras cidades” (em termos de importância) do Estado do Ceará.

Eram explícitas as formas com que a cidade vinha se projetando nos discursos dos intelectuais do ICC. Inicialmente, como já afirmamos, esse projeto identitário se construía exclusivamente em torno da terra. Após isso, com o surgimento de Juazeiro do Norte e seu desenvolvimento como centro urbano em ascensão, as estratégias dos intelectuais

⁴⁹ FILHO, José de Figueiredo. “CRATO não está morrendo”. *Jornal A Ação*, 25 de julho de 1970.

⁵⁰ AQUINO, João Lindemberg de. “Escritora comete injustiça ao Crato”. *Jornal A Ação*, 6 de Maio de 1972.

foram rearticuladas para uma abordagem historiográfica de amplitude regional, com foco nos discursos regionalistas. Nos anos 1960, especialmente após 1965, com a premiação que a cidade recebeu ao ser eleita município-modélo do Ceará e com o destaque que recebeu no Encontro Nacional de Prefeitos dos Municípios-Modélo, esses discursos se remodelaram, de acordo com os semióforos emergentes, a uma escala de relevância da cidade em âmbito regional e nacional. O pânico moral, nesse caso específico, ganha força com a crise econômica que se instaurava no Brasil nos anos 1960. De acordo com Goode e Bem-Yehuda (2009), os “períodos de crise” são momentos cruciais na constituição do pânico, pois a mídia se vale dos problemas na economia, educação, cultura, moral etc. para enrijecer as técnicas de sensibilização da população e manutenção dos status quo.

O discurso sobre modernidade e industrialização se torna, portanto, presente e profundamente necessário nas narrativas desses intelectuais. Essa produção ambivalente de uma identidade moderna e, na tentativa de preservação das tradições, conservadora, é semelhante à reflexão que Suely Rolnik (2000) vai propor sobre o conceito de identidade na era globalizada. A autora, refletindo sobre o processo de aceleração na produção de subjetividades que se deu na segunda metade do século XX, afirma que a multiplicação de forças de “criação individual e coletiva”, que se desencadeiam em novas formas de viver e perceber o mundo, se torna impactante à ideia de identidade homogeneizada. Sobre o processo de “aniquilação” condicionado às identidades, ela ainda complementa:

[...] Com isso, pulverizam-se muito rapidamente as identidades, o que pode levar a supor que o modelo identitário na construção da subjetividade estaria sofrendo igual pulverização. Mas não é bem assim: ao mesmo tempo em que se dissolvem as identidades, produzem-se figuras-padrão, de acordo com cada órbita do mercado. As subjetividades são levadas a se reconfigurar em torno de tais figuras delineadas a priori, independentemente de contexto - geográfico, nacional, cultural etc. -, submetendo-se a um movimento de homogeneização generalizada. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis. Estas acompanham o ritmo alucinado de mudanças do mercado, mas nem por isso deixam de funcionar sob o regime identitário. [...] (ROLNIK, 2000, p. 10)

Vale ressaltar que a autora se refere às identidades condicionadas às mudanças do mercado estabelecidas pelo regime globalizado. Entretanto, ela reconhece que, apesar do caráter “aniquilador” condicionado às identidades segundo a lógica de mercado, o que possibilitaria a sua dissolução, ainda há um regime identitário, mesmo que de forma quase homogênea. O que se torna patente nesta reflexão é que é possível identificar, nessas

novas roupagens do pânico construído em torno das “identidades ameaçadas”, que o próprio projeto de modernização conservadora, comemorado gloriosamente pelo jornal em meados dos anos 1960, se depara com uma nova crise que, em um futuro próximo, fragilizaria esses domínios discursivos. Os paradigmas impostos pelas novas formas de produção do capital fizeram com que a defesa de uma identidade rígida se reforçasse, o que enrijeceu as formas com que o pânico moral aparecia. As formas de subjetivação impostas pelo antigo capitalismo industrial e agrário passaram a experimentar, gradativamente, as ideias que configuravam a nova lógica do neoliberalismo que emergia, naquele momento, sob o discurso da “multiplicidade de ideias” e “valorização da liberdade”. Resistentes a esse condicionamento “pulverizador” de identidades fixas imposto pelas novas relações de mercado e na tentativa de preservar as tradições, os intelectuais não encontravam mais no discurso da modernização conservadora elementos que conseguissem (re)elaborar a afirmativa do protagonismo da cidade no desenvolvimento regional. As formas com que se percebe essa crise é mais evidente quando as cidades vizinhas constroem formas independentes de institucionalizar os saberes históricos sobre a região.

Em Juazeiro do Norte, por exemplo, acabou sendo fundado, no ano de 1974, o Instituto Cultural do Vale Caririense. Também centralizando a região do Cariri como foco principal dos estudos dos intelectuais que compuseram suas cadeiras, o ICVC parte de uma perspectiva semelhante aos objetivos do Instituto Cultural do Cariri, do Crato, mas agora observando a região sob a ótica da cidade rival. Mozart Cardoso de Alencar, médico nascido na cidade de Barbalha e político fortemente atuante na cidade de Juazeiro do Norte, publicou, em 1994, um livro de poesias, dentre as quais chama a atenção uma intitulada “Crato, quem foste e quem és?...”⁵¹. O autor afirma que a motivação para a escrita dessa poesia específica se deu em razão de que à noite do dia 20 de agosto de 1969, foram espalhados, pelas ruas do Crato, “pedacinhos de papel” com os seguintes versos:

SE JUAZEIRO...
 “Se estátua fosse tanque
 E muriçoca avião,
 Se “corno” fosse soldado
 E chifre munição,
 Juazeiro estava preparado

⁵¹ “Crato, quem foste e quem és?...”. In: ALENCAR, Mozart Cardoso de. Doce de Pimenta. 2ª Ed. Brasília: edição própria, 1994, p. 61-66. Vale ressaltar que o poema foi lançado no fim da década de 1960, mas só foi publicado em uma coletânea reunida pelo autor na década de 1990.

Para defender a nação”
Ass: Zé Povinho

Segundo o autor, “se tornou proverbial: o Crato não se cansa de subestimar as coisas de Juazeiro”. Defendendo a figura do Padre Cícero Romão Batista que, apesar de ter nascido no Crato, foi fundador da cidade vizinha, ele prossegue afirmando que “de hoje em diante, não suportaremos mais pacificamente como vínhamos, as difamações assacadas contra a nossa honra de povo humilde, pacato e laborioso”. Do longo poema, escrito como “revide”, destacamos trechos que consideramos relevantes à intenção do autor e que, ocasionalmente, convencionam com alguns aspectos da problemática desta seção:

[...]
Princesa do Cariri,
Não viste o homem na lua?
O que estás fazendo aí,
Acocorada na rua?!...

Já perdeste a hegemonia,
O prestígio, a liderança.
Dessa tua academia
Faz um armazém com balança

Tu vives preocupada
Com tua literatura,
Na valia, hoje igualada
Ao tacho de rapadura

Temendo a fatalidade
Que o mau destino te aguarda,
De atrofiada cidade,
Num futuro que não tarda

Tira os Teles, os Pinheiros,
Brito, Esmeraldo, Alencar,
E ficarão os teus terreiros
Com os sabugos do lugar

[...]
Se Crato, presumida
Mãe de certa casta escrota
Não estivesses falida
As portas da bancarrota

Os arquivos de Padre Gomes,
Mentiras comendo traças,
Lameiro, Sítio João Gomes,
De alambiques e cachaças,

Eis Crato, menopausada
Princesa do Cariri,

Que não parirá mais nada,
Nem com injeção de pequi.

Resta-te um consolo, apenas,
Que vai te encher de emoção:
- A sorte da velha Atenas,
Vivendo da tradição

Princesa em andrajos, nua,
Sem comércio e sem dinheiro,
Serás, para a honra tua,
Subúrbio de Juazeiro.

Alguns pontos interessantes são abordados pelo autor, como a estagnação econômica do Crato após as crises dos anos 1960; a consequente perda do “prestígio” e “hegemonia” da cidade frente aos outros municípios da região do Cariri; a ironia em relação aos sobrenomes supervalorizados pelo discurso de intelectuais da cidade e que, no ponto de vista do autor, acabam reduzindo a população à aristocracia local; a um questionamento desconfiado em relação à veracidade das fontes históricas, públicas e privadas, sobre a cidade do Crato e região do Cariri coletadas, produzidas e arquivadas pelo Padre Antônio Gomes de Araújo; e, por fim, a forma como ele retrata uma cidade que se tornou “presa” às ruínas, como a “velha Atenas” e que, em um futuro próximo, se tornaria “subúrbio de Juazeiro”, cidade que antes fizera parte de seu território.

É evidente como os elementos apresentados pelo autor são tendenciosos e presos a parcialidades políticas e ao bairrismo local que vivia em constante rivalidade com a cidade vizinha. Como afirma Cortez (2000), na segunda metade do século XX, a região foi marcada pelas disputas políticas entre Crato e Juazeiro do Norte. Creio ser importante ressaltar que, nesse caso, ao abordar essa disputa, seja necessário comparar as produções dos intelectuais dos Institutos das duas cidades em uma dinâmica de disputas pela verdade no âmbito da historiografia regional.

A idealização da terra morfológicamente edênica, de constituição sanguínea majestosa e de iluminação divina excepcional são fórmulas de um planejamento ideológico que, se utilizando de técnicas admiravelmente minuciosas, arquitetou um projeto de identidade para o Crato. Vale ressaltar, entretanto, que essa construção discursiva sobre o “lugar comum” ocasiona, fatalmente, uma obnubilação dos corpos que constituem esse território e atuam na produção dos espaços. Em acordo com o que pensa Foucault (2013), acredito que essas formas de apagamento dos corpos, tão comuns na

historiografia, inventam um lugar de “corpos mortos” que não para de fabricar imagens de uma cidade que se pretende utópica.

2.2 – “A revolução é pra valer e quem não deve, não teme”⁵²

“Yes, aqui também tem ditadura!”⁵³

Na apresentação do livro “Anos de Chumbo: o movimento político estudantil e a Ditadura Militar no Crato” (2013), do intelectual cratense Jurandy Temóteo, Fábio Queiroz faz um alerta para a necessidade de a historiografia investigar como as cidades dos interiores dos estados brasileiros foram afetadas pela Ditadura Militar, pois nelas também foram articulados movimentos de resistência. Inspirado pela ironia de José Figueiredo de Brito Filho, que publicou, no *Jornal Bancário* (periódico “não-oficial” organizado pelo Sindicato dos Bancários do Crato), a mensagem *Go home, dog!* para os missionários estadunidenses⁵⁴ que ocupavam as ruas da cidade e de outras regiões do país, o autor enfatiza que também houve ditadura na cidade e que o governo militar trouxe fortes mudanças locais e regionais.

Creio não ser possível construir um debate aprofundado sobre as formas com que se arquitetavam os discursos do jornal *A Ação* nesse período sem considerar suas relações com referências, influências e imposições do sistema político que estava sendo instaurado pelos militares. Não pretendo estabelecer uma comensurabilidade entre as escalas local e nacional, mas entender como o jornal operou na tentativa de articular, como afirma Nestor

⁵² “Revolução para valer”. *Jornal A Ação*, 25 de Novembro de 1965.

⁵³ QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *Apresentação*. In: TEMÓTEO, Jurandy. *Anos de Chumbo: o movimento político estudantil e a ditadura militar no Crato*. Crato: A Província Editora, 2013.

⁵⁴ Não havia uma atuação direta dos missionários estadunidenses na liderança das ações da Diocese de Crato. Entretanto, vale ressaltar que, como afirma Antônio Torres Montenegro (2010), tanto os norte-americanos quanto o Vaticano, em uma “disputa por hegemonia” crescente contra os soviéticos no contexto da Guerra Fria, começaram a se preocupar com os países sul-americanos e africanos. Segundo o autor, o fluxo de padres imigrantes para os interiores dos estados brasileiros cresceu nos fins da década de 1950 e início da década de 1960. Apesar das controvérsias que esse processo causou dentro da própria Igreja brasileira, ficou claro que, com apoio da política externa dos Estados Unidos, dos interesses das elites e da ação dos militares, diferentes vozes tornaram-se unívocas na missão anticomunista que deu força ao Golpe de 1964.

García Canclini (2002) em seu estudo sobre a Cidade do México,⁵⁵ a “esfera micro”, local, com o “mesopúblico”, que seriam as formas de identificação do cidadão com a nação, e o “macropúblico”, que emerge nas formas com que o jornal enquadra acontecimentos de alcance internacional. Essa “mixórdia” de escalas é, para o autor, marcante nas formas com que se constituem os discursos jornalísticos de representação das cidades.

Como já afirmamos, tanto os intelectuais quanto o jornal (que, vale ressaltar, era, em partes, representante do direcionamento ideológico da Diocese) se valiam, nesse período, das transformações que a sociedade vinha sofrendo para construir semióforos que rearticulassem as formas com que “preservariam” sua modernização conservadora. A década de 1960, em particular, foi decisiva nesse processo, pois ao mesmo tempo em que se instaurava um novo regime de governo, também se tornaram patentes o aceleração imposto pela modernização de um sistema econômico em transformação e pelo impacto causado pela reorganização dogmática e estrutural da Igreja com o Concílio Vaticano II.

Esses três marcos são definidores de um processo de reestruturação institucional na cidade, quer seja na organização político-econômica, quer seja no domínio religioso. O jornal, nesse caso, também funciona, como no estudo de Canclini (2002, p. 45), como uma forma de “reelaborar a condição de cidadão”, estabelecendo novos sistemas de “moralização”, mas sem largar “as estruturas argumentativas que os sustentam”, ou seja, “prolongando estereótipos já formados historicamente”. Seguindo o que pensa Margareth Rago (1985), acredito que as novas visões da cidade, fortemente marcadas por acontecimentos considerados importantes, elaboram novas formas de se pensar um sistema de valores: tanto a vida privada quanto a pública seriam, nesse novo estado de vigília, enquadradas por padrões axiológicos mais rígidos.

A Ditadura Militar trouxe diversas mudanças para a cidade do Crato, mas a principal contribuição do “movimento revolucionário” para a cidade foi o fortalecimento dos discursos da modernização conservadora. Apesar de Pedro Felício Cavalcanti, prefeito eleito em 1962, ser do Partido Social-Democrata (PSD), órgão político que,

⁵⁵ Em seu artigo *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação* (2002), Canclini, observando os diversos veículos de mídia que circulavam e tinham influência na Cidade do México na segunda metade do século XX, propõe uma reflexão sobre como a mídia cria formas de representação da cidade e da população.

segundo Fábio Queiroz (2010), constituía a base inicial de apoio ao governo de João Goulart, “suas mais diversas facções giravam cada vez mais à direita” (p. 179). Esse “endireitamento” do PSD se deu principalmente em relação às divergências que surgiram no Congresso Nacional sobre as reformas propostas pelo presidente eleito. Entre elas, a mais polêmica para as elites interioranas era a de desapropriação das terras ociosas localizadas às margens das rodovias. Como o latifúndio era, ainda, o principal pilar de manutenção dos privilégios das famílias tradicionais caririenses⁵⁶, houve, no período, uma forte mobilização de recusa às propostas do governo. Além disso, tanto os intelectuais do ICC quanto uma grande parcela da Igreja se alinhavam com as diretrizes conservadoras da União Democrática Nacional (UDN), posteriormente incorporada, após o Ato Institucional Nº 2, à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que ganhou forte projeção política na região.

O momento mais “marcante” do regime militar no Crato é registrado pela historiografia local como o dia em que Castello Branco visitou a cidade, em 21 de junho de 1964. Aproveitando uma visita do general à sua terra natal, Fortaleza, os intelectuais do Crato, com a prefeitura e demais instituições, convidaram o então presidente para visitar a cidade nas festividades de comemoração de seu ano bicentenário.

Após a chegada do presidente, durante a solenidade de boas-vindas, discursaram Pedro Felício Cavalcanti, então prefeito da cidade, o Monsenhor Rubens Gondim Lóssio, cardeal responsável pela catedral da Sé, o intelectual José Alves de Figueiredo Filho, representante do ICC, José Newton Alves de Sousa, diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, e Castello Branco, que preparou um discurso de agradecimento pelo convite e fez uma convocação para a cidade somar-se às forças que sustentavam a “revolução”. Esses discursos focaram, principalmente, na exaltação do movimento militar, ressaltando a importância da ordem imposta pelo novo regime e da valorização do sentimento patriótico; na importância da história heroica e revolucionária do Crato, que teria todos os instrumentos necessários para liderar o desenvolvimento da região; e, por fim,

⁵⁶ Ainda havia, no período, uma profunda valorização em relação às origens, à ocupação da terra e às formas como se constituíram as relações sociais entre as pequenas elites da cidade. Esses primeiros ocupantes, em sua maioria donos de terras, deram origem aos primeiros movimentos intelectuais da cidade ainda no século XIX. No século XX, com uma maior diversificação do comércio, do mercado e de outros meios de produção, havia uma burguesia ascendente em territórios da cidade, o que fez com que novos sujeitos, consanguineamente ligados (ou não) às antigas elites, ganhassem espaço naquele circuito intelectual.

relacionando esses elementos a uma possível afinidade com o presidente, já que ele seria descendente direto da família Alencar, sangue que “fundou” a história da cidade.

A visita de Castello Branco ao Crato é registrada, também, por Francisco de Vasconcelos⁵⁷, que transcreve uma peça do mestre Dedé, dirigente do Reisado de São José do Pau Sêco, que foi feita “em louvor” ao presidente:

Ilustríssimo Senhor Presidente Castelo Branco
 Que hoje veio a passeio a Princesa do Cariri
 Nós tamo aqui a Vossa disposição
 Presidente da Nação pronto para vos servi
 O nosso Crato realiza nesta data
 Uma festa animada que é seu bi-centenário
 Por isso mesmo está em alta posição
 Servindo de sede própria ao Presidente da Nação

Amigos vamos a praça
 Vamos a praça olhá
 A grande autoridade
 Que acaba de chegá

Amigos nós precisamos
 Precisamos elogiá
 As grandes forças armadas
 Que por nós vive a lutá

O Brasil já libertou-se
 Só falta Cuba e Japão
 Viva a mulhé brasileira
 Com seu rosário na mão

Nós brasileiros já estava
 Em péssima situação
 Mas o grande Castelo Branco
 Nos estendeu sua mão

É evidente como se constituiu, nesse período, um imaginário institucionalizado em torno da “revolução”. A supervalorização do patriotismo, conjugada com o ativismo moralista contrasubversivo⁵⁸ de forte influência religiosa, se tornou o componente fundamental de uma retórica da ordem dita democrática e que se valia da vigília do outro como forma primeira de técnicas de disciplinarização que estavam se desenvolvendo.

⁵⁷ VASCONCELOS, Francisco de. “O reisado de S. José do Pau Sêco – Crato, Ceará”. In: Revista *Itaytera*, nº 12, 1968, p. 121-137.

⁵⁸ Tomo emprestado, aqui, o termo *countersubversive*, utilizado por Benjamin Cowan (2016) em seu livro sobre pânicos morais e repressão moral no Brasil durante a Guerra Fria.

A partir desse momento, inicia-se, na cidade, uma produção discursiva em torno da revolução. Tanto a prefeitura quanto o ICC e a Igreja passam, pelo menos nos primeiros anos da Ditadura Militar, a defender o regime como uma forma de reorganizar os semióforos que atuavam na preservação dos mitos-fundadores da cidade.

É interessante observarmos como a relação entre religião e sistema político se torna patente nesse período. Segundo João César Abreu de Oliveira Filho (2016), o Departamento Diocesano cratense tem uma importância fundamental na produção dos espaços da cidade. Dona dos principais imóveis da zona urbana, a Igreja criou, ao longo dos anos, uma forte influência tanto sobre as paisagens da cidade quanto sobre as formas de subjetivação do projeto identitário que se desenvolvia desde o século XIX. O jornal *A Ação*, principal veículo de divulgação de notícias e porta-voz da doutrina da Diocese, teve forte influência na manutenção das redes de domínio religioso construídas na cidade e na região.

Dentre as matérias que encontramos no jornal, a maioria delas recorre ao apelo moral contra as diversas formas de subversão, sejam elas políticas (e, vale ressaltar, ligadas à esquerda comunista) ou de valores (principalmente os familiares). Mesmo um ano após o Golpe de 31 de março de 1964, o jornal aponta que ainda eram muitas as incertezas em relação à estabilidade do governo – sobre ele ser somente provisório ou não. Em matéria publicada em novembro de 1965, o jornal afirma que desde a “revolução, os líderes anunciam a irreversibilidade do movimento”⁵⁹. Com isso, Castello Branco baixa, em outubro de 1965, o AI-2, que revogava o pluripartidarismo e cassava mandatos de alguns políticos. Segundo o *A Ação*, “a revolução foi pra valer e aí do Brasil se ela não tivesse recursos de esperança contra o vandalismo político que ensaiou uma espécie de carnaval, logo após o último 3 de Outubro”⁶⁰. Para o jornal, “um govêrno que não sustenta a si mesmo é govêrno de baderna”. Mesmo reconhecendo que, devido à bem-sucedida consolidação do AI-2, o país não precisaria de outros Atos Institucionais, o que deixa implícita a ideia de que “já se fez o suficiente”, o jornal finaliza afirmando que

⁵⁹ *Op. Cit.*

⁶⁰ As eleições de 03 de outubro de 1965 foram marcadas por manifestações de organizações políticas que se opunham ao governo ditatorial. A atuação de grupos com ideais revolucionários de esquerda – que, em concomitância ao desenvolvimento da Ditadura, vinham ganhando envergadura e projeção nos anos 1960 –, em protestos pelo fim do governo, foi marcante no período e vista como “carnaval” e “baderna” para setores das alas mais conservadoras. O AI-2 também foi uma das formas com que o governo militar “respondeu” a essas vozes dissonantes.

o Ato Institucional jamais há de atingir os bons brasileiros, porque os bons concidadãos não são empreiteiros da corrupção nem da subversão. Seria o caso de repetir o velho adágio: “quem não deve, não teme”. Somente a orla vermelha e os que claudicam contra a ordem social, nas áreas da subversão e da corrupção, terão que temer o Ato Institucional Nº. 2, pois estavam tripudiando sôbre os elevados intentos da Revolução irreversível de 31 de Março de 1964.

O Monsenhor Pedro Rocha de Oliveira, religioso influente na cidade por sua atuação na área administrativa de instituições hospitalares, do Seminário São José e da Faculdade de Filosofia do Crato, também se manifestou, nas folhas do jornal, em defesa do Ato Institucional⁶¹. Segundo ele, o governo precisou “munir-se de instrumentos legais para defender a ordem democrática do país”. Justificando o possível recurso a métodos “mais rígidos” (porém, segundo ele, que atuariam em defesa da democracia), o religioso fala que “ou se tomam medidas legais para remover as causas da desordem ou se tomam medidas extra-legais. E quando a fôrça do direito pode salvaguardar o regime, nem se pode pensar no direito da fôrça”. Alegando que o presidente ainda era visto por alguns como “moderado” e que isso poderia fragilizar as bases do governo, ele diz que as últimas eleições (que ocorreram no dia 3 de outubro de 1965), “foram um termômetro para os baderneiros que logo pensaram na reversibilidade da revolução”.

Os “baderneiros” citados pelo padre seriam, em sua maioria, os comunistas, que, frustrados com os seus planos de “tomar o poder” antes do Golpe, foram impedidos pelos militares “salvadores da pátria”. Segundo Pedro Rocha, “os comunistas açulam descontentes e insatisfeitos”. Ressalta, inclusive, que eles “não criticam as medidas do govêrno zelando pela democracia, porque êles não perfilham nem defendem sinceramente ideais democráticos”. Cita, como exemplo, as experiências socialistas dos países que se encontravam divididos pela “Cortina de Ferro” e que, objetivados em enfraquecer o regime e as instituições, os comunistas tentariam “assentar seu domínio” sob uma “ditadura draconiana”. Como forma de evitar a “catástrofe” defendida pelos “baderneiros comunistas”, o governo militar valorizaria a democracia “por ser um regime do povo para o povo”, mas que isso “não significa que seja regime de baderna, de concessões aos maus, e que os interêsses supremos da coletividade exigem medidas de salvação nacional”.

⁶¹ ROCHA, Monsenhor Pedro. “Comentário: em defesa do regime”. Jornal *A Ação*, dia não especificado (com rasura), Novembro de 1965.

O discurso no entorno da “valorização da democracia” foi uma constante no Brasil dos anos 1960. Como afirma Montenegro (2012), com o objetivo de combater o avanço de ideais comunistas em um país que se encontrava em crise (principalmente de fome) e com orientação dos norte-americanos, foi criado, em 25 de maio de 1959, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O IBAD, que tinha vinculação direta com a Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA-EUA), financiou grande parte da propaganda jornalística anticomunista do período. Segundo o autor, o Instituto tinha o objetivo de “defender a democracia, estabelecer vínculos com políticos, jornalistas, militares, estudantes e grupos de operários” (p. 142). O Jornal “O Povo”, por exemplo, que é um dos maiores veículos de imprensa do Estado do Ceará, segundo Flávio da Conceição (2016), recebeu financiamento da Ação Democrática Popular, órgão de fachada do IBAD, em 1962. O uso do conceito de “democracia” foi, portanto, graças a esse financiamento norte-americano no contexto da Guerra Fria, bastante utilizado na mídia jornalística como forma de defender os interesses por trás do Golpe de 1964.

O anticomunismo também é marcante nessas matérias. Observando o material recolhido, podemos identificar que, em sua maioria, quando as matérias tratam sobre algum assunto relativo ao governo, sempre fazem uma referência à ordem e à moral no combate às formas de subversão. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2001), a “indústria” do anticomunismo no Brasil se constitui como indústria a partir do momento em que esse fenômeno, antes somente de ordem discursiva, simbólica, passa a integrar uma economia de valores associados ao processo de industrialização, modernização, proselitismo religioso etc., ganhando, até mesmo, um caráter pecuniário. Essa integração do anticomunismo à modernização conservadora seria, como afirma Benjamin Cowan (2016), parte essencial das formas como se constituíram pânicos morais nos jornais impressos brasileiros durante a Ditadura Militar. Segundo o autor, “essa forma mais potente, esse senso direitista de uma crise cultural tornou-se uma estrutura coextensiva para as teorias de segurança e reações contra a modernidade, além de ter ajudado a elaborar as estruturas de repressão autoritária” (2016, p. 4, tradução técnica⁶²).

Vale ressaltar a importância de outros setores da sociedade (além dos militares e da direita política que, por razões principalmente econômicas, viraram as costas para o

⁶² Tradução técnica do trecho original. “[...] At its most potent, this right-wing sense of a cultural crisis lent coterminous structure to security theory and reactions against modernity, and helped elaborate the frameworks of authoritarian repression [...]”.

governo) na consolidação do Golpe. Entre eles, entendemos a participação de uma considerável parcela da Igreja Católica e outros organismos religiosos que, em uma acirrada campanha contra a ameaça comunista, já vinham realizando trabalhos de conscientização da população. No Crato, por exemplo, formou-se um “Núcleo de militantes da tradição, família e propriedade”⁶³, órgão ligado à Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização civil católica fundada em 1960 pelo deputado federal Plínio Corrêa de Oliveira. Segundo Elio Gaspari (2014), a Marcha da Família com Deus pela Liberdade tomou força em 13 de março de 1964 e alargou sua projeção até meados daquele ano. De acordo com o autor, a Marcha conseguiu reunir mais de 200 mil pessoas. Além desse fator, ele afirma que os “ânimos” que fomentavam a crise que vinha atingindo o Exército Brasileiro também estariam chegando a um limite, pois as ameaças de “conversão” de alguns oficiais às ideologias do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estariam se tornando reais. Juntando todos os fatores apresentados à constante desmoralização do então presidente pela imprensa e por grande parcela do Congresso, as articulações dos militares para a realização do Golpe ganharam força.

De acordo com Cowan (2016), as “ameaças à hierarquia tradicional”, sob a roupagem de proteção da família e dos valores tradicionais, tornaram justificáveis os fundamentos da “tecnocracia moral” que se instalava. Segundo ele, além de “iniciativas econômicas, políticas e sociais do regime”, a tecnocracia moral emerge nas formas de disciplinarização das instituições e combate à subversão dos valores tradicionais e a ameaça comunista. O conceito é adotado pelo autor para definir as estratégias de criação de uma regularidade discursiva sobre a subversão moral, sendo elas respaldadas por métodos de administração das instituições que seguiam a lógica do produtivismo industrial. Tais discursos estariam inseridos, principalmente nos anos 1960, tanto na mídia jornalística quanto na propaganda política e doutrinária da Igreja. Esse novo regime passou a ganhar força especialmente após o Ato Institucional Nº.5 (1968), que restringia a liberdade de imprensa e estabeleceu censuras aos meios de comunicação, produções culturais etc. Essa “influência antimoderna do pânico moral tornou-se um elemento-chave

⁶³ “Núcleo de militantes da tradição, família e propriedade: nota de pesar”. *Jornal A Ação*, 02 de fevereiro de 1971.

do autoritarismo do período, além de um ímpeto convincente para a implementação de medidas ditatoriais” (COWAN, 2016, p. 3, tradução técnica⁶⁴).

O *Ação* se insere, nesse caso, como um dos instrumentos de atuação da Igreja sobre a sociedade e, também, como veículo de divulgação e exaltação desse projeto de uma tecnocracia moral. Como já falamos, o jornal, no início de sua produção (nos anos 1940), tinha o único objetivo de divulgação da doutrina da Igreja e não dava maior importância à cobertura de acontecimentos, sejam eles em escala local ou nacional. Com a eleição de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos para o cargo de bispo titular da Diocese de Crato, em 21 de abril de 1955, as formas com que o jornal era produzido, segundo Maria Arleilma Sousa (2014), passaram a seguir outros direcionamentos.

Como afirma Queiroz (2010), Dom Vicente era considerado “o mensageiro da modernização”. Além de ter criado a Rádio Educadora, órgão de imprensa que até os dias atuais tem forte projeção na cidade do Crato, ele reorganizou as diretrizes do *Ação*. Em concomitância com o projeto de regionalismo idealizado pelos intelectuais do ICC, o então bispo, reconhecendo a necessidade de destacar o Crato como centro modernizador e também seguir as diretrizes de proselitismo que estavam em discussão no Concílio Vaticano II, passou a defender um projeto de expansão do impresso. Além disso, percebe-se como a Diocese passou a investir mais em sua influência política sobre os municípios da região após o episódio do Milagre de Juazeiro, então desaprovado pelo Vaticano e considerado uma ameaça à doutrina da Igreja. Após o milagre, a cidade de Juazeiro do Norte alavancou no desenvolvimento econômico e urbano, o que fez com que fossem fortalecidas as rivalidades com a cidade do Crato. Nos anos 1960, como as cidades vizinhas, principalmente Juazeiro do Norte, somente possuíam periódicos de vida efêmera, o jornal passou a ganhar, em conteúdo e distribuição, um maior alcance na região do Cariri.

Poderíamos considerar, portanto, o jornal *Ação* como um porta-voz da Diocese, que tinha jurisdição sobre 32 municípios da região sul do Ceará. Sua influência sobre as formas de moralização das famílias e dos indivíduos, somada com a crescente amplitude na divulgação de notícias – abarcando, inclusive, microacontecimentos restritos aos

⁶⁴ “[...] This influence made antimodern moral panic a key component in the period’s authoritarianism and anticommunism, and a compelling impetus to the deployment of dictatorial measures. [...]”

municípios vizinhos – fez com que sua produção ganhasse caráter de oficialidade não somente pelos fiéis da Igreja, como antes, mas agora pelos demais setores da sociedade.

Ainda em novembro de 1965, o jornal publica uma matéria intitulada “Alerta contra a subversão”⁶⁵. Vale ressaltar que, na produção gráfica das matérias nas páginas, em alguns casos, os textos que se remetem à opinião da Diocese sobre o momento político têm maior destaque, sendo formatados com fontes inteiramente em negrito e possuindo títulos “chamativos”. Nessa matéria específica, mesmo reconhecendo que a “Revolução de 64” teria abafado os ânimos dos “subversivos”, o *Ação* afirma que “os comunistas, entrados em banho-maria, logo renovaram seus processos de atuação, em novo cenário nacional”. Falando sobre a reação dos militares a essa ameaça, o jornal diz que

O govêrno está, porém, atento contra os baderneiros vermelhos. Recentemente, o Ministro da Justiça, em entrevista à imprensa, reafirma o combate à subversão nêstes termos: “Estamos em luta a ferro e fôgo contra o avanço do comunismo, nêste país. Enganam-se os que pensam que vamos fraquejar na luta. As Fôrças Armadas estão unidas, como nunca estiveram, em tôdos esses combates, embora já tenhamos vencido a primeira fase. Procuramos, por todas as formas, consolidar a nossa posição e, por isso, não ensarilharemos armas até que tenhamos trazido o Brasil à completa normalidade da vida democrática...”. Noutro pronunciamento, o Ministro Juraci Magalhães acentua: “Os comunistas é que são os inimigos mais fortes no momento do país e os que mais ameaçam a tranquilidade. Há hoje, no Brasil, um movimento subversivo, mas o Govêrno não teme pois está armado com o Ato Institucional N°. 2.”.

O jornal segue afirmando que sabe que “há ordens severas de vigilância e até de prisão para os elementos comunistas, em todo o território nacional”. Por fim, assume que acredita que o “Brasil jamais será presa nem dos aventureiros nem dos comunistas que tramam contra a Liberdade, contra a Pátria e contra a Família Brasileira”. A família foi, nesse período, o organismo mais defendido nos discursos sobre moralidade proferidos pelos militares e pela Igreja. Na próxima seção, trataremos com mais profundidade sobre a questão da exclusividade dada à família nas operações desse discurso moral fomentado pela imprensa.

Segundo Cowan (2016), outra estratégia comum dos discursos que criam e fortalecem o pânico moral é sempre fazer a associação entre comunismo e corrupção nos períodos de crise. A sensibilização popular pela mídia jornalística foi, especialmente ao longo do século XX, marcada pelo terror diante das crises econômicas (principalmente a

⁶⁵ “Alerta contra a subversão”. *Jornal A Ação*, 14 de novembro de 1965.

que explodiu após o governo de Juscelino Kubitschek) e as mais diversas técnicas de apelo moral como forma de vigiar e controlar comportamentos considerados subversivos. A Igreja foi uma das principais instituições do Brasil a fomentar o discurso do pânico sobre o comunismo e as mais diversas formas de corrupção.

O Monsenhor Pedro Rocha, em uma matéria publicada em 25 de junho de 1965, afirma que “a Revolução foi feita para salvar o País de dois fenômenos alarmantes, a saber: subversão e corrupção”⁶⁶. Prossegue afirmando que “os vermelhos agiam no sentido de corromper civicamente os brasileiros”. Associando os comunistas à corrupção do sistema, o padre diz que, após Março de 1964, “muitos chefes vermelhos foram apanhados em postos eletivos e executivos” e que “tanto gostaram do processo de corrupção que não se prepararam para o processo de subversão”. Os “vermelhos” deveriam ser combatidos, no caso, tanto em esfera administrativa (no que se referia aos políticos corruptos) quanto em esfera social (entre os que eram associados à subversão). É por esses motivos que, inicialmente, o jornal comemorou tanto a promulgação do Ato Institucional Nº 2.

Ainda no discurso anticomunista, porém relatando, também, acontecimentos de projeção internacional, o jornal publicou, em 15 de maio de 1965, um editorial intitulado “A Astúcia Comunista”⁶⁷, em que fazia um comentário sobre as atuações dos Estados Unidos e da União Soviética na Ilha de São Domingos, capital da República Dominicana. Segundo o jornal, “a presente situação da república de São Domingos, ameaçada pela orla vermelha que desejava repetir, ali, o episódio de Cuba, vem dando ensejo a identificações ideológicas”. Localizada a sudeste de Cuba, São Domingos estava passando por uma crise política e, segundo o jornal, estava se formando uma propaganda em relação à “autodeterminação do país” pelos comunistas. Após isso, os norte-americanos interviram “em defesa do continente e impedindo o assalto bolchevista, despertando a sanha comunista”. Segundo o jornal, “os Estados Unidos entraram em tempo na luta, antes que os bolchevistas se apoderassem do poder. Impediram simplesmente a cubanização do país em conturbação”. Com isso, o país teria “guardado, pois, a auto-determinação do próprio continente contra a astúcia vermelha”.

⁶⁶ ROCHA, Monsenhor Pedro. “Comentário – Subversão e Corrupção”. *Jornal A Ação*, 25 de junho de 1965.

⁶⁷ “A Astúcia Comunista”. *Jornal A Ação*, 15 de Maio de 1965.

Não se sabe se o jornal possuía algum vínculo, mesmo que financeiro ou ideológico, com o IBAD. Entretanto, há um considerável esforço em mostrar como as intervenções que “o País de Tio Sam” fez nos países da América Latina podem ser consideradas “heroicas”. Por um lado, vemos a constante repetição de discursos que fazem referência à defesa da democracia e soberania do país. Por outro, vemos que há uma crítica à defesa que os comunistas fazem do próprio conceito de democracia e “autodeterminação dos povos”. Ainda na mesma matéria, o jornal afirma que “se houvesse sinceridade dos comunistas na defesa da autodeterminação dos povos, eles deixariam livres os povos que caíram no alçapão vermelho. Eles deixariam haver eleições livres em todos os países da Cortina de Ferro”. Finaliza dizendo que “eles querem, no momento, a autodeterminação para efeito de infiltração na América Latina, mas mantêm a ditadura vermelha, onde conseguiram subjugar os povos infelizes. Usaram, portanto, dois pesos e duas medidas, evidenciando toda a sua astúcia diabólica”.

Ainda nessa produção textual sobre acontecimentos ocorridos em outros países, o jornal publicou uma pequena matéria, em 15 de maio de 1971, intitulada “Crianças na CHINA são Militares de Mao”⁶⁸. O jornal afirma que, de acordo com o que foi publicado numa revista chinesa chamada *Bandeira Vermelha*, as crianças estavam sendo treinadas no país, desde a primeira infância, para serem “soldadinhos vermelhos de Mao Tsé-Tung”. Partindo do princípio da “disciplina”, segundo o A Ação, o governo chinês atuava em um projeto “para desenvolver consciência de classe de meninos e induzi-los a rejeitar a ideia de estudar para obter um cargo oficial”. Há, nesse caso, um apelo moral com o uso do termo “consciência de classe”, frequentemente utilizado pelos militantes comunistas, como meio de mostrar que essa técnica “diabólica” de conversão ao “vermelho” seria, entre várias outras problemáticas, uma das formas de corromper as crianças.

Havia, portanto, uma regularidade discursiva que utilizava diferentes argumentos para justificar a campanha anticomunista e de defesa da Ditadura. Essas “novas” tecnologias de controle social e político da vida se depararam, entretanto, com forças de resistência às imposições da tecnocracia moral que se instaurava.

Como já vinha se formando, desde os anos 1940 e 1950, uma empreitada midiática, religiosa e política contra as forças do comunismo no Brasil, as motivações que

⁶⁸ “Crianças da CHINA são Militares de Mao”. Jornal *A Ação*, 15 de maio de 1971.

sustentaram a narrativa que justificava o Golpe Militar acabaram se tornando facilmente implementadas pela mídia. Segundo Montenegro (2012, p. 155), “a repetição de discursos que tematizavam a insegurança, o desgoverno, a ausência de autoridade produzia efeitos de verdade e, por extensão, influía de maneira muito própria no comportamento de amplos segmentos da população”. Essa atmosfera que, segundo o autor, já tinha se consolidado em torno dos sentimentos de medo e pavor tornaram o momento cada vez mais delicado e propício às formas como se constituía o pânico moral na mídia jornalística, especialmente nos impressos.

Em uma matéria publicada em 18 de março de 1967, o jornal, fazendo um balanço geral do governo de Castello Branco e falando sobre expectativas em torno do governo do Marechal Artur da Costa e Silva, afirmou que

[...] Entramos, assim, numa transição de vida pública, numa definitiva institucionalização dos processos revolucionários. Ainda é cedo para um justo julgamento do governo do Marechal Castello Branco. Não podemos malsinar sua administração pelo vexame causado à área econômica do país. [...] ⁶⁹

Castello Branco não tinha conseguido controlar a crise econômica que já havia explodido nos anos iniciais da Ditadura. O jornal, no entanto, prossegue na justificativa de que a situação do país estaria pior se não fosse a intervenção dos militares, pois além de uma crise econômica, vivíamos uma crise moral e política. Focando mais nesses aspectos e sem considerar o fato de que, no fim do ano de 1966, já teriam sido formalizadas “sessenta e seis denúncias de tortura e duas mortes” (GASPARI, 2014, p. 388), o *Ação* continua:

[...] Somos fáceis de esquecer. E muita gente se esqueceu dos abismos que nos jogaram governos anteriores. Estamos esquecidos de que a Revolução foi feita para salvar a nação, não apenas a fatalidade política, como da econômica. Antes de março de 1964, não havia segurança para as instituições democráticas. Dormia-se sem saber se, no outro dia, haveria direito de propriedade ou até mesmo direito de vida. [...] A administração pública estava essencialmente corrompida, enguiçada nas mãos dos salafários. Um Gregório Bezerra, tantas vezes criminoso, valia mais do que um cidadão de gabarito moral, social e intelectual. Um catraieiro audacioso fazia parar a marinha mercante. Numa palavra, havia-se quebrado o ritmo da hierarquia social, em todos os aspectos. [...] Agora, depois de removido o lixo, inaugurou-se um novo governo, encontrando o País melhor disposto para a consolidação de reformas. E essa é, a razão por que se batiza o novo governo, como um governo de esperança. [...]

⁶⁹ “Govêrno de Esperança”. Jornal *A Ação*, 18 de março de 1967.

Diferente das outras matérias que já citamos, há, nessa, um componente interessante para a nossa reflexão. Além do que já costumava fazer (glorificação da revolução, apelo moral, crítica das crises política e econômica etc.), o jornal cita, nessa matéria, o caso de Gregório Bezerra, figura política de grande projeção na militância de esquerda do período.

Gregório Bezerra, pernambucano, foi um militante político do Partido Comunista Brasileiro e atuante em manifestações de rua desde a segunda década do século XX. Participou, junto a outras figuras, como Luiz Carlos Prestes, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) durante a Era Vargas. Nos fins dos anos 1950, declarou apoio ao movimento dos trabalhadores rurais que, posteriormente, formou as Ligas Camponesas nos interiores dos estados de Pernambuco e Paraíba. A peculiaridade de sua prisão (ou das formas com que a Ditadura tratou de puni-lo) se encontra no fato de ela ter tido grande repercussão na mídia, pois boa parte de sua tortura foi fotografada e filmada em locais públicos. Segundo Elio Gaspari (2014, p. 134), ele foi “amarrado seminu à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares de Recife. No fim da viagem, foi espancado por um oficial do Exército, com uma barra de ferro, em praça pública”. Por fim, o autor afirma que “machucado e sentado no chão do pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casa Forte, ele foi visto na noite de 2 de abril pelos espectadores da TV Jornal do Commercio, que o filmara [...]”.

No período inicial de nosso recorte temporal (entre 1965 e 1967), não encontrei referências, no jornal, à tortura promovida pelo Estado brasileiro. Esse caso em específico chama atenção pelo fato de que o que aconteceu com Gregório Bezerra causou grande comoção nacional por ser umas das primeiras torturas a ser denunciadas – e ainda televisionada. Acredito que a referência feita ao militante pelo jornal, além de utilizá-lo como modelo de cidadão não-exemplar, criminoso e sem “gabarito moral” para reforçar o discurso em torno da moralidade que vinha se desenvolvendo, também mostra, mesmo que de forma não-explicita, que as formas de resistência e a tortura passariam a se tornar elementos presentes nos discursos que estariam “se modificando” em relação ao governo. Esses novos desdobramentos foram impactados, em 1970, pela discussão iniciada pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), em que foi colocada em discussão a

atuação da Igreja em relação aos militares, às denúncias de tortura, às acusações de subversão de sacerdotes etc.

A partir desse momento, o jornal passa a denunciar “pequenos” atos de vandalismo ou quaisquer comportamentos considerados subversivos na cidade e na região. Em uma pequena manchete publicada na edição de 4 de abril de 1970⁷⁰, o jornal afirma que “elementos comunistas andaram distribuindo material de cunho subversivo na cidade do Crato”. O material se tratava do jornal *A Voz Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro que tinha distribuição proibida, principalmente após a publicação do AI-5. Segundo o *A Ação*, “o jornal foi encontrado em algumas residências. Em face da batida policial que se prolongou até a madrugada não houve oportunidade para uma farta distribuição”. Todo o aparato policial da cidade foi mobilizado na procura dos responsáveis pela distribuição do jornal “clandestino”.

Já em 25 de junho de 1970, o jornal estampou sua capa com a manchete “Bancário e Acadêmico presos por Subversão!”⁷¹. Se tratava do “estudante de engenharia Gerson Oliveira e do funcionário do Banco do Nordeste Luiz Romão”, que foram acusados de “pichamento subversivo na cidade, com dizeres contrários aos princípios revolucionários” e presos pela Polícia Federal. O pichamento foi feito, segundo o jornal, no dia 18 de julho, quando se comemorava o aniversário de morte do ex-presidente Castello Branco. Por fim, o *A Ação* diz que “os dois elementos foram recambiados para o 10º G.O. em Fortaleza, onde respondem inquérito”. Segundo José Figueiredo de Brito Filho, em uma entrevista publicada no livro de Jurandy Temóteo (2013, p. 25), era comum, no Crato, pessoas serem “aprisionadas, nas caladas da noite, sem acusação formal, conduzidos à Delegacia de Juazeiro do Norte e, de lá, para a capital cearense”. Lá, eles “eram fichados como subversivos e, depois de alguns dias ‘hospedados’ nas celas da DOPS, encaminhados ao 10º G.O. (Grupo de Obuses), onde passavam por provocações grosseiras e ameaças de agressões físicas”.

No início dos anos 1970, o sentimento de pânico em relação ao “medo dos terroristas” veio se agravando, principalmente após acontecimentos que tiveram projeção nacional, como atentados a bancos, sequestros de figuras políticas, mobilização de guerrilhas nos interiores dos estados etc. No dia 2 de outubro de 1971, o jornal publica

⁷⁰ “Elementos subversivos distribuíram jornais da ‘Ala Comunista’!”. Jornal *A Ação*, 4 de Abril de 1970.

⁷¹ “Bancário e Acadêmico presos por Subversão!”. Jornal *A Ação*, 25 de Julho de 1970.

uma manchete intitulada “Polícia Federal Persegue os Terroristas no Cariri”⁷², alegando que “um grupo de terroristas pertencentes à organização clandestina organizada por Carlos Lamarca, morto recentemente na Bahia, furou cêrco e teria entrado no Cariri”. A Polícia Federal mobilizou numerosos de agentes policiais na região, realizando “uma verdadeira caçada humana”. Segundo o jornal, “tôdas as entradas e saídas do Crato” estavam “sendo vigiadas”.

O Cariri e a região sul do Estado eram vistos, pelos militares, como um local estratégico de inserção desses movimentos de guerrilhas no Ceará, pois fazia fronteira com outros estados, como Paraíba, Pernambuco e Piauí. O Crato, por ser um centro comercial e por receber um grande fluxo de pessoas, acabaria se tornando um local privilegiado nesse projeto militar de prevenção à subversão.

Segundo o jornal, a cidade já vinha preparando seu contingente militar para ações de combate às guerrilhas. Em uma matéria publicada em novembro de 1967⁷³, o *A Ação* diz que o Exército “realizará o mais importante exercício de manobras anti-guerrilhas, denominado “Espírito de Guararapes”, abrangendo os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão”. O jornal afirma que “Crato, Salgueiro (PE) e Juazeiro (BA) presenciaram a maior concentração de tropas jamais vista no Nordeste”. Organizada pelo IV Exército, a operação Espírito de Guararapes desenvolveria “o tema da conflagração geral do Nordeste por guerrilheiros que obedecem a planos de subversão e incutirá no ânimo dos soldados os ideais de um autêntico patriotismo, caracterizando-se, assim, mais por uma ação psicológica do que de táticas de combate”.

O jornal agia na linha de frente contra as formas de subversão, mas quando se tratava da posição da Igreja em nível nacional, mostrava certas incertezas. Devido a sua localização na região sul do Ceará, o Crato, por ter maior proximidade com outras capitais do Nordeste, como Recife e João Pessoa, recebia certas influências desses grandes centros urbanos⁷⁴. É por esse fato que tanto os jovens, filhos da elite cratense, realizavam seus

⁷² “Polícia Federal Persegue os Terroristas no Cariri”. *Jornal A Ação*, 2 de outubro de 1971.

⁷³ “Crato verá manobras de anti-guerrilhas”. *Jornal A Ação*, 4 de novembro de 1967.

⁷⁴ O Crato não possuía somente uma proximidade física com esses grandes centros, mas também institucionais. Tanto filhos das elites e da classe média ascendente viajavam para finalizar seus estudos nas universidades paraibanas e pernambucanas quanto os próprios intelectuais do ICC, como José de Figueiredo Filho, teciam relações institucionais com outros centros intelectuais, como a Fundação Joaquim Nabuco, em Recife (PE).

estudos nas universidades pernambucanas quanto os intelectuais da cidade, como José de Figueiredo Filho, construíram relações institucionais com intelectuais recifenses⁷⁵. A Diocese, por mais que permanecesse na jurisdição da Arquidiocese de Fortaleza, também observava como se posicionava a Arquidiocese de Olinda-Recife, que tinha maior influência por sua posição na CNBB.

Em meados dos anos 1960, Dom Helder Câmara, arcebispo da Arquidiocese de Olinda-Recife, já se manifestava em apoio à doutrina de favorecimento dos pobres desenvolvida pela Teologia da Libertação. Sua visão mais progressista em relação à atuação da Igreja durante o período militar causou grande estranhamento vindo da ala mais conservadora do clero. Recebeu, muitas vezes, por seus pronunciamentos “polêmicos”, a alcunha de “padre comunista”.

O jornal *A Ação* publicou, em 24 de setembro de 1966, uma matéria intitulada “Dom Helder responde Artigo de Gilberto Freyre”⁷⁶, que diz que o arcebispo respondeu “às críticas do sociólogo que havia qualificado suas declarações de perigosa politização que poderia fazer do catolicismo brasileiro linha auxiliar do comunismo”. Para Dom Helder, que se considerava “grande admirador de Gilberto da Casa Grande & Senzala”, o povo precisava entender que “as mesmas críticas contra ele já foram feitas ao Mons. João Batista Montini, quando sucessor de Pio XII, e ao próprio Cristo”. Nas palavras do arcebispo, “enquanto os bispos do Nordeste se esforçam para pregar o Evangelho, não têm o direito de esquecer que há, no Nordeste, massas precisando de ajuda para tornar-se Povo, e Povo precisando ser preparado para o desenvolvimento”. A luta de Dom Helder, segundo ele, também era para mostrar que, “no fim de tudo”, a Igreja não fosse vista como uma instituição que virou as costas para os pobres e atuou na “exploração dos humildes”. Sobre a acusação de comunista, ele diz que não se via como anticomunista e nem comunista, mas que não se deveria contradizer o comunismo com palavras, “mas com atos, apresentando o cristianismo nada alienado e vivendo e fazendo viver uma religião que nada tem de ódio para o povo”.

A Arquidiocese de Fortaleza, por outro lado, preferia manter um posicionamento “neutro” em relação ao governo militar e focar suas ações no fortalecimento da doutrina

⁷⁵ Há algumas menções, no jornal, sobre uma possível conexão que estaria sendo efetuada por José de Figueiredo Filho com intelectuais recifenses, especialmente aqueles ligados à Fundação Joaquim Nabuco.

⁷⁶ “Dom Helder Responde Artigo de Gilberto Freyre”. *Jornal A Ação*, 24 de setembro de 1966.

da Igreja, principalmente após o Concílio Vaticano II. A instituição foi liderada, entre 1963 e 1973, pelo arcebispo Dom José de Medeiros Delgado. Segundo Tiago Geyrdenn de Oliveira Gomes (2017, p. 99), o arcebispo, considerado “filho do pensamento social da Igreja”, é tido por alguns historiadores do período como “conservador [...] dedicado à doutrina religiosa, impondo ênfase na cristianização da sociedade e no combate ao inimigo comunista”. Suas ações acabaram se restringindo aos trabalhos de proselitismo da Igreja com os chamados Círculos Operários, instituições espalhadas pelo interior do Estado e que tinham o principal objetivo de fazer com que a doutrina católica, agora socializada pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, chegasse aos trabalhadores.

No dia 27 de março de 1971, o jornal publica uma matéria⁷⁷ afirmando que o então arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, estaria analisando e pesquisando, através de um levantamento de “documentos e fatos”, como, “de um modo ou de outro”, se poderia formular uma opinião geral da Igreja a respeito da Revolução. Na mesma página, publicou uma matéria intitulada “D. Helder Câmara elogiado no Vaticano”⁷⁸, que diz que o arcebispo de Olinda-Recife foi, em um artigo publicado no *Jornal do Vaticano* “*L’Osservatore Romano*”, comparado a São Francisco de Assis. Segundo o *Ação*, “é a primeira vez que o discutido arcebispo é elogiado pelo *Jornal da Santa Sé*, desde que as autoridades do Vaticano impuseram a D. Helder o dever de obter autorização do bispo local antes de proferir conferências em qualquer cidade”.

Em uma outra matéria, publicada no terceiro dia do mês seguinte⁷⁹, o jornal faz uma descrição do posicionamento de Dom Paulo Evaristo Arns sobre a revolução, mas sem esboçar nenhum tipo de opinião quanto ao posicionamento político da Diocese:

Através da imprensa – mais especificamente, de alguns órgãos de imprensa – podemos acompanhar a análise que o órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo fez das relações entre Igreja e Revolução de Março de 1964. Trata-se de um exame sereno e desapaixonado. Nêle transparece o amor à verdade histórica e a compreensão do papel do homem na compreensão da história. O homem não é apenas espectador da história, ou mais grave ainda, apenas uma vítima da história. O homem faz a história. E as reviravoltas, as transformações, as revoluções da história não podem ser feitas sem o homem. Muito menos contra o homem [...].

⁷⁷ “Arcebispo analisa IGREJA e a Revolução”. *Jornal Ação*, 27 de março de 1971.

⁷⁸ “D. Helder Câmara elogiado no Vaticano”. *Jornal Ação*, 27 de março de 1971.

⁷⁹ “Igreja e Revolução”. *Jornal Ação*, 03 de abril de 1971.

Toda a análise feita pelo bispo é feita de forma que não “desagrade” nenhum dos lados. Ao mesmo tempo que ressalta a importância da participação da Igreja nos acontecimentos que marcam a história do país, afirma que o “ataque aos sistemas” não deve ser visto, por nenhum dos lados, como uma manifestação violenta de derrubada de governos, mas de reivindicação do homem na participação política de sua própria história. Afirma, por fim, que “não se pode recusar-se a colaborar com as iniciativas que pretendem criar clima de paz e concórdia, mas também não poderá calar-se ante qualquer tentativa, venha donde vier, que queira impedir o homem de realizar-se como homem”.

Em outra matéria, publicada na mesma edição⁸⁰, o jornal diz que a posição dos bispos que se reuniram nas últimas assembleias da CNBB é de que, por um lado, a “Igreja-Hierarquia” deve receber como vitória o movimento de março de 1964, “com muita esperança e até como ato providencial”. Por outro lado, enfatiza que é patente a preocupação da Instituição com os atos subversivos, mas que também “manifesta preocupação com os excessos de repressão, torturas, e com a lentidão para a retomada da plenitude democrática”.

Não encontrei, no acervo pesquisado, nenhuma manifestação de opinião assinada pelo então bispo Dom Vicente. Posto isso, entendo que, como já afirmei na seção anterior, as publicações do jornal que não indicam autoria refletem a opinião da Diocese de Crato. Nesse caso, por mais que o jornal tenha feito muitas referências à opinião de Dom Helder e ações da Arquidiocese pernambucana, vemos, por outro lado, que, aparentemente, as influências da “neutralidade conservadora” da Arquidiocese de Fortaleza prevaleceram.

Como já afirmamos, Dom Vicente foi um dos bispos que mais trabalhou para o que nomeava de desenvolvimento social e econômico de Crato. Segundo Queiroz (2010), no período de sua regência, a Igreja cratense aumentou consideravelmente os seus dotes. Focado, principalmente, nas proposições do arcebispo Dom José, o religioso centrou sua atenção em um projeto de expansão da influência do catolicismo na cidade e na região. Fundou, nos bairros da cidade, entre 1967 e 1968, seis igrejas: São José do Operário, no distrito de Ponta da Serra (1967); Nossa Senhora de Fátima, no bairro Pimenta (1968); Sagrada Família, no bairro Vila Alta (1968); São Miguel Arcanjo, no bairro São Miguel

⁸⁰ “Arcebispo encerra exame da revolução”. *Jornal A Ação*, 3 de abril de 1971.

(1968); Nossa Senhora Aparecida, no bairro Batateira (1968) e São Francisco de Assis, no Bairro Pinto Madeira (1968).

O processo de reelaboração dos discursos que utilizam o pânico moral como ferramenta de apelo social no período estudado é, segundo Cowan (2016), indissociável das motivações que fizeram com que o Golpe Militar se tornasse possível. A Igreja, especificamente, viu, nos argumentos utilizados pelos militares, uma oportunidade para expandir suas redes de domínio sobre diferentes setores da sociedade. Ao mesmo tempo que se utilizava do discurso anticomunista (por orientação do Vaticano e, também, como uma forma de ganhar lugar na Ditadura), a instituição passou a focar, de acordo com as orientações do Papa, no “trabalho de base” com os trabalhadores brasileiros. Houve, no caso, uma espécie de “democratização” dogmática e afrouxamento da rigidez hierárquica do catolicismo. Essas ações, utilizando-se de uma pretensa crise moral que atingiria os “valores da família tradicional brasileira”, elaboraram novas formas de disciplinarização e controle que visavam a manutenção da ordem social vigente. O *Ação* se tornou, em Crato, um dos maiores instrumentos dessas técnicas de disciplinarização.

DIETÉTICAS DO CORPO E DO ESPÍRITO

Refletindo sobre o conceito de pânico moral e seu impacto na mídia, Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (2009, p. 90) afirmam que a “mídia de massas” tanto atua “na *constituição* quanto na *exaltação* e, até mesmo, na *criação* de comoções públicas”. Para os autores, o recurso a boatos e à produção de escândalos ou manchetes sensacionalistas faz com que, no processo relacional entre o dispositivo midiático e os seus interlocutores, sejam estabelecidas diferentes formas de significação emocional da problemática que esteja sendo exposta.

É necessário enfatizar que os autores se referem, grosso modo, aos *media* que se apropriam de uma ideia de “imparcialidade” convencionalizada por diferentes veículos comprometidos com a difusão de notícias e produção de acontecimentos. Entretanto, creio ser necessário repetir que o jornal *A Ação*, sendo um dispositivo ligado à Igreja e aos dogmas da fé católica, por mais que tenha assumido, progressivamente, um caráter mais noticioso, não deve ser classificado como um periódico pertencente aos jornais “convencionalmente neutros”.

Como já afirmei, é possível observar que as matérias do *A Ação*, com o passar dos anos, foram se adequando cada vez mais às formas composicionais do gênero textual jornalístico, mesmo defendendo, com frequência, um posicionamento político-ideológico específico. Conjugando as produções e difusões de pânicos morais comuns ao mercado midiático do período com temas relacionados à vida religiosa e a acontecimentos locais, o jornal, ao abordar diferentes aspectos da vida cotidiana, passou a elaborar estratégias bem específicas de comoção pública. Verificamos essas estratégias na regularidade com que o *A Ação* abordava algumas temáticas, como as formas de se portar, de se vestir e na construção de mecanismos de controle sobre os corpos, demonizando práticas comuns no cotidiano da cidade, como a prostituição e o uso de drogas.

Pretendo, neste capítulo, focalizar nas formas com que essas temáticas eram abordadas pelo jornal. Além de um grande polo comercial, o Crato era conhecido por suas práticas de diversão noturna. Devido ao grande fluxo de pessoas na cidade, principalmente nos dias de funcionamento do Mercado Municipal, o número de cabarés

da cidade cresceu, além do aumento de casos policiais que relatavam um descontrole local sobre a toxicomania, principalmente no uso da maconha. Todos esses problemas eram diretamente associados à corrupção moral e, conseqüentemente, à criminalidade que, em concomitância ao crescimento urbano da cidade, vinha ganhando cada vez mais espaço e ocorrências no cotidiano cratense. A reação do jornal, através das estratégias de comoção do público, e a atuação das forças policiais, através do enrijecimento das práticas de repressão, também ganharam presença nesse período.

Acredito que a regularidade de matérias do *A Ação* que retratavam essas duas temáticas fez com que o jornal seguisse, ao abordar grupos específicos, uma “construção social do desvio”⁸¹. Entendo o desvio, aqui, como um elemento fundamental na constituição de pânico morais. Para Goode e Ben-Yehuda (2009, p. 110), o desviante, entendido como um indivíduo/grupo/ato enquadrado negativamente, ao ser apontado pela mídia como um elemento que rompe com normas, regras ou condutas morais preestabelecidas por uma dada ordem social, se torna o alvo direto na composição e difusão do pânico moral.

Vale ressaltar que a utilização do conceito de pânico moral está, nesses casos, associada a uma estratégia de comoção das elites e das classes médias que constituem o público-leitor do *A Ação* e que atuavam na mobilização de agentes públicos, na tentativa de criar mecanismos de conscientização e comunicação com toda a população. Os grupos enquadrados seriam, portanto, tidos como uma “ameaça cultural” ao projeto identitário que se construía para a cidade. Reconhecendo a importância da coparticipação da audiência – do público leitor/interlocutor – nesse enquadramento social do desviante, procuro abordar essas regularidades discursivas não somente de uma forma serial, puramente estatística, mas em sua “inventividade artesanal” (CERTEAU, 1998), ou seja, na invenção, regulação e representação de práticas cotidianas.

⁸¹ GOODE e BEM-YEHUDA, 2009, *Op. Cit.*

3.1 – Corpo e disciplina nas estratégias de manutenção de “um organismo vivo em contínua evolução”⁸²

“[...] A disciplina é uma anatomia política do detalhe.”⁸³

Como já afirmei, não acredito ser possível elaborar um estudo sobre o jornal *A Ação*, no recorte temporal proposto, sem considerar as transformações que o periódico sofreu desde a sua criação, em 20 de outubro de 1939. De acordo com Tania Regina de Luca (2015), na pesquisa de periódicos impressos, devemos sempre considerar as influências que as transformações sociopolíticas e culturais do período estudado têm sobre suas produções. É necessário entender, portanto, que as mudanças em dados aspectos do jornalismo, como: a produção dos acontecimentos, das paisagens da cidade, seu público-alvo e os mecanismos de disciplinarização que veicula, impactaram as formas com que o pânico moral se caracterizaria nessas invenções discursivas sobre o Crato e os cratenses.

As formas como se constitui o pânico moral nas páginas do *A Ação* acompanharam, desde os anos 1940, as crises pelas quais a Igreja Católica brasileira passou. A própria criação do jornal pela Ação Católica Diocesana se deu, segundo Lourdes Florêncio (2016, p. 55), no sentido de “convocar os leigos para participarem das ações da Igreja”, pois a sociedade brasileira estaria “decaindo religiosa e moralmente”. Em suas primeiras produções, podemos ver que há um forte apelo moral da Igreja contra denominações religiosas que vinham se propagando no país, principalmente o espiritismo (termo que abarcava, no período, o kardecismo e as religiões afro-brasileiras) e o protestantismo, geralmente citados na coluna “Alfinetadas”⁸⁴. Em uma matéria intitulada “O mais urgente problema brasileiro”⁸⁵, publicada na edição de 13 de junho de 1941, o professor e intelectual cratense José Newton Alves de Sousa afirmava que, dentre todos

⁸² Trecho recortado da matéria escrita pelo Padre Edmilson Macêdo no *A Ação*, intitulada “Hora de Renovação” e publicada na edição de 14 de novembro de 1965.

⁸³ Michel Foucault. In: *Vigiar e Punir: o nascimento da Prisão*. 42ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 137.

⁸⁴ Cf. “Alfinetadas – Padrinhos de Protestantes”. *Jornal A Ação*, 15 de junho de 1941; “Higiene Social”. *Jornal A Ação*, 15 de junho de 1941 (Correspondência do jornal *O Nordeste*). “Alfinetadas - Bôas Biscas”. *Jornal A Ação*, 29 de Junho de 1941.

⁸⁵ SOUSA, José Newton Alves de. “O mais urgente problema brasileiro”. *Jornal A Ação*, 13 de julho de 1941.

os problemas que sofria o país, o maior seria o dos “germes daninhos da degradação moral e espiritual que carcomiam o Brasil”.

Segundo Cowan (2016), o Brasil, no governo de Getúlio Vargas, foi, especialmente, nos anos 1940, marcado pela “re-politização da Igreja Católica, imbricação fervorosa da espiritualidade e do nacionalismo e flerte com o fascismo (p. 21, tradução técnica⁸⁶). De acordo com o autor, essas transformações institucionais sobre as práticas de moralização causaram um grande impacto na imprensa nacional e se tornaram um elemento-chave para a ascensão do anticomunismo e do pânico moral contra o que se considerava ser formas de subversão dos valores no país.

Durante a Ditadura Militar, essas “técnicas de moralização”, através da disseminação do pânico (que já havia se formado anteriormente), converteram-se, ainda com apoio da Igreja, em elementos que consolidaram uma tecnocracia moral (COWAN, 2016) que se instauraria no Brasil. Essas novas técnicas se assentariam sobre um projeto de caráter interinstitucional: ao mesmo tempo em que as forças coercitivas do governo atuavam na máquina de repressão e controle jurídico-político, a Igreja Católica atuava no enrijecimento de novas técnicas de disciplinarização, produção de corpos e combate à subversão. Nos deteremos, nessa seção, a refletir sobre as técnicas utilizadas pela Igreja (e o *A Ação* como ferramenta) em torno da disciplina e produção subjetiva de corpos na cidade do Crato.

De acordo com o que afirma João César Filho (2016), acredito que as ações sociais católicas implementadas na cidade, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e os Círculos Operários, são diretamente ligados às transformações sociopolíticas que a Igreja vinha enfrentando no período. Havia, portanto, um plano de “democratização” do dogmatismo católico e reorganização da estrutura da Igreja que se fundamentava em um projeto internacional de manutenção de privilégios e influência do catolicismo romano nos países subdesenvolvidos. No Crato, com a atuação de Dom Vicente, a Igreja, através de um plano de modernização conservadora, adquiriu maior influência sobre os municípios da região. Essa influência ganhou força, principalmente, sobre as esferas econômicas e políticas regionais.

⁸⁶ Tradução técnica do trecho “[...] re-politicization of the Catholic Church, fervent imbrication of spirituality and nationalism, and flirtation with fascism and other international currents [...]”.

A expansão da influência da Igreja na cidade e na região se estabeleceu a partir das diretrizes do Concílio Vaticano II e de novas “artes de governar” que, como já afirmamos, fundamentariam essa relação interinstitucional entre Igreja e Estado na construção de uma tecnocracia moral. Acredito que, como afirmou Foucault (2008, p. 157), as instituições, diferente do aparato jurídico-político associado ao Estado, estabelecem “regimes não-contratuais com indivíduos”, produzindo variadas tecnologias de poder relativas “à educação das crianças, à assistência dos pobres e à instituição do patronato operário”. Para o autor, a religião, principalmente na sociedade moderna e secularizada, atua, junto ao Estado, na fundação de uma “economia geral do poder” (p. 158).

O estudo sobre o protagonismo da Igreja nas engrenagens dessas “artes de governar” se situaria, segundo Foucault (2008), na observação de formas de “governamentalidade” que visam não entender somente o funcionamento interno, estrutural, das instituições, mas, do ponto de vista externo, das “estratégias e táticas” (p. 158) que possibilitariam seu funcionamento e influência sobre a sociedade. Caberia à Igreja, nesse caso, a constituição de relações de dominação que não se exerceriam sobre um território (que seria a função do Estado), mas sobre um “rebanho” e, portanto, sobre os indivíduos.

O “poder pastoral”, conceito amplamente desenvolvido pelo autor, seria diferente dos mecanismos jurídico-políticos de controle sobre a sociedade: enquanto o segundo atua sobre o “corpo coletivo”, como forma de se estabelecer uma servidão integral através das leis, o primeiro se baseia nos princípios de “obediência pastoral” que cria, nas formas de disciplinarização e individuação de saberes, através de intervenções catequéticas e outras práticas doutrinárias, estatutos de verdade. Essas técnicas de disciplinarização permitiriam “o controle minucioso das operações do corpo e a sujeição constante de suas forças, impondo uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2014, p. 135) que, no período estudado, foram fundamentadas na construção do pânico moral, fortalecendo a Ditadura Militar. Vale ressaltar que, ainda em Foucault (2014), os “detalhes” que delineiam a produção de corpos – e até mesmo a subversão das normas que os constituem – são fundamentais para esses mecanismos de individuação da disciplina e vigília do corpo, pois “aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares” (p. 137).

Padre Antônio Feitosa, em um artigo publicado em 1955⁸⁷, na primeira edição da revista *Itaytera*, ao fazer um breve resumo histórico da participação da Igreja na “formação cultural e religiosa do Crato”, afirmou que “a Igreja, que havia fundado aqui, com a catequese, a instituição primária, também fundou, com o Seminário, a secundária”. Prossegue afirmando que “a Igreja é, ainda hoje, o grande baluarte da educação entre nós” e que outras instituições escolares “não subestimam a colaboração do clero” na educação dos cratenses. Foram criados, no Crato, além do Seminário, o Colégio Diocesano (antigo Gymnasio do Crato) fundado em 01 de março de 1927 e o Ginásio e Escola Normal Santa Teresa de Jesus, fundado em 04 de março de 1923. Essas duas instituições se tornaram responsáveis pela formação educacional, religiosa e moral de meninos e meninas da cidade. Segundo Feitosa (2016), as crianças pobres que não tinham acesso às instituições escolares tinham, no entanto, acesso ao catecismo e formação religiosa da Igreja.

No mesmo artigo, o sacerdote faz questão de enfatizar a importância da participação do Padre Antônio de Maria Ibiapina na expansão da influência da Igreja sobre a região do Cariri. Segundo ele, seria “injustificável a omissão” do nome do Padre Ibiapina no “catálogo do que tem feito a Igreja na região”. O padre sobralense, que veio ao Cariri em missão religiosa, atuou na “regeneração de costumes e fundação de obras de utilidade coletiva”. De acordo com Antônio Feitosa, o sacerdote merece o crédito pela “construção de igrejas, capelas, cemitérios, cacimbas públicas e açudes”. Como afirma Luiz Pinto Júnior (2002), a peculiaridade do trabalho desenvolvido pelo Padre Ibiapina se deve ao fato de o sacerdote ser considerado um dos precursores das ações sociais da Igreja que seriam voltadas para os pobres, na primeira metade do século XX, e que antecedeu as diretrizes da Teologia da Libertação que surgiu nos debates do Concílio Vaticano II.

Sobre o Concílio Vaticano II, o Padre Edmilson Macêdo publicou, no *Ação*, no dia 14 de novembro de 1965, uma matéria intitulada “Hora de Renovação”⁸⁸. Segundo ele,

vivemos em nossos dias uma época bem diferente dos tempos passados. O mundo se acha em plena transformação. A industrialização e a técnica fizeram uma verdadeira revolução, colocando grandes problemas para a Igreja de hoje.

⁸⁷ FEITOSA, Padre Antônio. “O papel da Igreja Católica no desenvolvimento religioso e cultural do Crato”. In: Revista *Itaytera*, 1ª Ed. 1955.

⁸⁸ MACÊDO, Padre Edmilson. “Hora de Renovação”. Jornal *Ação*, 14 de novembro de 1965.

Já não podemos cruzar os braços, satisfeitos ou acomodados. É preciso mudar. Os antigos métodos de ação precisam ser revistos para maior eficácia pastoral.

Todos esses argumentos giravam em torno de algumas preocupações, como “a nova mentalidade social; a nova cultura científica que algumas vezes se opunha à verdade revelada pela fé; ao crescimento do materialismo ateu; e a necessidade de evangelização de regiões descristianizadas”. Reconhecendo a dificuldade de boa parte do clero em mudar os velhos hábitos da estrutura dogmática da Igreja, o sacerdote defende que, para a sobrevivência e continuidade da instituição, era necessário que ela tomasse “consciência de si mesma e interiormente se renovasse para poder dialogar com o mundo moderno”. Por fim, ressaltando que as ações sociais do catolicismo devem sempre acompanhar as transformações que a sociedade sofre com o tempo, ele afirma que, no “trabalho de base” da Igreja, era necessário “exigir a cada cristão uma atitude de membros de um organismo vivo em contínua evolução”.

Em uma matéria publicada em 23 de setembro de 1972, o intelectual José de Figueiredo Filho elabora um comentário sobre a “disseminação” do acesso à Bíblia Sagrada após o Concílio Vaticano II⁸⁹. Na matéria, o autor afirma que “após o Concílio, está mais disseminada a sagrada escritura entre a população brasileira. Nunca, porém, ela ficou esquecida entre os seguidores da Igreja”. O autor ressaltou que era preciso tomar certo cuidado na leitura das escrituras que, no momento, tornaram-se “democratizadas” e que sua interpretação não dependia mais da orientação direta de um sacerdote. Segundo ele, “a interpretação sem o devido preparo tornava-se um pouco confusa. Em cada cabeça, uma sentença. Daí a proliferação de seitas protestantes, enquanto o Catolicismo tornou-se uno através dos séculos”. Entretanto, apesar de apontar essa problemática nas novas leituras da Bíblia, o intelectual afirma que, graças ao trabalho de catequização realizado pela Igreja brasileira, os ensinamentos sobre “a sagrada escritura não estão esquecidos” e que é “comprovável como eles estão presentes na vida cotidiana do povo”. Para sustentar esse argumento, ele elencou uma série de ditados populares brasileiros que são recortados de passagens da escritura sagrada, como “olho por olho, dente por dente”, “dá a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, “fulano é um judas”, “quem se humilha será exaltado, quem se exalta será humilhado”, entre outros.

⁸⁹ FILHO, J. de Figueiredo. “Sagrada escritura entre o povo”. *Jornal A Ação*, 23 de setembro de 1972.

Tanto as páginas do *A Ação* quanto a produção historiográfica sobre o Crato e a região do Cariri enfatizam o quanto a Igreja teve importância na formação sociocultural, religiosa e, sobretudo, moral da região. Situamos o trabalho de catequização, aqui, para além das estratégias de sobrevivência e manutenção da instituição: o processo de disciplinarização promovido na cidade serviu como base de sustentação de saberes que fomentavam a construção de discursos em torno da moral, da fé e do sentimento patriótico.

Como introduzimos na seção anterior, a família se tornou, na formação discursiva que sustentou as bases do Golpe de 1964, uma instituição central no tocante a essas técnicas de disciplinarização e apelo moral influenciadas pela Igreja cratense. Em uma matéria publicada em 23 de novembro de 1965, o Monsenhor Pedro Rocha fez uma breve reflexão sobre os “abalos” que vinham atingindo as famílias⁹⁰. Segundo o religioso, “dia a dia aumenta o índice de lares que se desfazem com dolorosas separações” e que “por qualquer motivo ou vão pretexto, estamos testemunhando a dissolução de casados”. A “crise do rompimento dos matrimônios” seria, para o padre, um dos motivos para a “povoação da cidade por órfãos de pais vivos” e, conseqüentemente, para o “crescimento no número de delinquentes infantis”.

Tanto a criminalidade quanto outros tipos de subversão de valores eram associados, nos discursos da Igreja, às crises nas famílias. O religioso continua afirmando que é necessária uma preparação inicial, tanto de ordem espiritual quanto social e econômica, para que o matrimônio ocorra de forma correta e saudável. Segundo ele, “genitores e jovens têm muita responsabilidade na solução do magno problema. Por isso, deviam eles participar mais efetivamente dos cursos de noivos” da Igreja. Finaliza afirmando que “tôda a crise moderna é fundamentalmente uma crise na constituição da família. Os problemas de ordem social e econômica, direta ou indiretamente, encontram raízes na má formação dos lares”. Portanto, de acordo com o sacerdote, seria necessária uma conscientização da população em relação ao matrimônio. Os “cursos de noivos” promovidos pela Igreja seriam, no caso apresentado por ele, a solução da crise que atingia a “mais sagrada de todas as alianças” e que geraria as mais diversas formas de subversão da ordem moral e política.

⁹⁰ ROCHA, Monsenhor Pedro. “Abalo na família”. *Jornal A Ação*, 23 de novembro de 1965.

É evidente como o pânico moral emerge nesses discursos. Seguindo as fases de construção do pânico propostas por Stanley Cohen (2011) – a fase de identificação do problema, a de atribuição de significados à problemática enfrentada e a de formulação de estratégias de solução –, creio que, na tentativa de mostrar que a crise na família é a base dos demais problemas da sociedade, a Igreja estabelece uma “significação do problema”. Mobilizando diversas opiniões, atores sociais, instituições e discursos intelectuais, a instituição situa a crise matrimonial como agente catalizador de outros problemas sociais. Segundo Cohen, essa fase de “significação do problema”, que fica entre a fase de identificação do problema e a fase de propostas de soluções e ações reguladoras, é a que mais recorre ao apelo moral do público.

Nessa mesma linha de pensamento (do apelo feito pela Igreja como forma de angariar fiéis), José Mendonça publica, na edição de 3 de outubro de 1965, uma matéria intitulada “Lágrimas de Mãe”⁹¹. Aproveitando a comemoração do “centésimo décimo nono aniversário da aparição da Mãe de Deus nas montanhas da La Salette, na França”, em que a imagem de Maria apareceu chorando, o autor elabora uma pequena reflexão que justificaria o porquê das lágrimas da Mãe de Deus: “1 – insubordinação a Deus, em que a intercessão da Santa é condicionada à docilidade, à submissão do seu povo a seu filho.” Se desobedecida a palavra divina, “a insubordinação forçá-la-á a deixar que seu Filho castigue o pecador”; “2- a indiferença religiosa”, em que Maria estaria indignada com os filhos de Deus que são indiferentes à religião e à fé católica. Para ela, a conversão dos indecisos, dos “mornos”, era “mais difícil que converter os ímpios”; “3 – a blasfêmia”, pois o ato de “abusar do nome do Filho de Maria” que também a faz chorar; e, por fim, “4 – a falta de frequência à missa”. Segundo o autor, “nós vivemos numa atmosfera cristã, católica”, e era preocupante o número de pessoas que não estavam indo à missa “aos domingos e dias santificados”. Todos esses argumentos refletem a preocupação da Igreja que, no início dos anos 1960, vinha passando por uma crise em relação à sua hegemonia em diversos países, especialmente os africanos e latino-americanos.

Outro dispositivo utilizado pela Igreja cratense nesse “projeto de moralização” foi o cinema. Segundo Florêncio (2016, p. 93), “em novembro de 1959 a Diocese cria o Departamento Diocesano de Cinema – DDC”. O *A Ação* foi um dispositivo de divulgação das ações do DDC. Inicialmente, as informações sobre o Departamento eram divulgadas

⁹¹ MENDONÇA, J. “Lágrimas de Mãe”. *Jornal A Ação*, 03 de outubro de 1965.

em uma coluna intitulada “Cinema, a bíblia do povo”. Posteriormente, nos fins da década de 1960, a coluna passou a ser intitulada “Cinema, escola de hoje”. Seguindo a encíclica “Vigilanti Cura”, promulgada pelo Papa Pio XI em 29 de junho de 1936, o jornal⁹² diz que “o cinema é uma escola que tem os discípulos mais interessados e atentos. Matriculam-se nela o maloqueiro e o milionário, o operário e o patrão, a criança no esplendor de inocência angélica e o devasso escravizado aos vícios mais humilhantes”. Continua afirmando que

hoje, ao se acenderem as luzes, o espectador sai para a rua e volta para casa com o espírito enlevado e tranquilo, empolgado por nobres aspirações de amor, otimismo e solidariedade, envergonhado do seu egoísmo e desejoso de tornar-se melhor; amanhã, sentirá acordados no seu interior, todos os instintos inferiores e ouvirá as vozes sedutoras do abismo que o chamam para descer e prevaricar.

Portanto, era preciso, segundo o jornal, tomar cuidado. Para ele, a “escola do cinema, veículo de ideias e sensações, ora dá à assistência heterogênea os mais valiosos estímulos no caminho da dignidade humana e da grandeza moral, ou partem dela os mais violentos impulsos para a transgressão da ordem familiar e social”. No intuito de não “despertar a fera que dorme” nos indivíduos, era necessário, deparando-se com “a gênese dos males sociais”, criar uma “educação cinematográfica para o espectador, trabalho que é razão de ser do DDC, órgão da Fundação Pe. Ibiapina”. Como parte dessa política de proselitismo e democratização da “Palavra”, a Igreja viu, tanto no cinema quanto em outros dispositivos midiáticos, formas de disciplinarização (estabelecendo, nesse caso específico, critérios para a seleção, exibição e reflexão sobre filmes nos cinemas da cidade) que conservassem a influência da instituição na região.

No processo de catalogação de notícias que constituem essa atmosfera do pânico moral, as principais problemáticas sociais inventariadas pelo *Ação* giravam em torno de temas bem específicos, a saber: comunismo, prostituição, corrupção da juventude, toxicomanias e mendicância. A constante referência a essas práticas de subversão era acompanhada, entretanto, por matérias que enfatizavam a importância de valorizar a família, a tradição, a fé e o sentimento patriótico. Essa reação, acompanhada pela construção de um regime de visibilidades (nas formas com que se deveria perceber o

⁹² “Cinema, bíblia do povo. IV: escola pública e universal”. Jornal *Ação*, 4 de Abril de 1965.

Crato e os cratenses) e dizibilidades (nas formas com que se deveria construir saberes sobre o espaço e os sujeitos) se deu através da elaboração de estratégias que regularizariam discursos em torno de uma identidade local. Vale ressaltar que entendo as “estratégias”, aqui, como “procedimentos que nascem de um cálculo das relações de força e que são empreendidos por um sujeito de poder e de querer para atingir objetivos previamente traçados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 24).

Refletindo sobre essas estratégias, acredito que, como afirma Michel de Certeau (2002), pensar na produção histórica dos corpos é pensar sobre como cada sociedade e comunidade elabora, a partir de gestualidades, afetos, comportamentos, ritos etc., “quadros de referência que fornecem um cenário às ações que devem ser privilegiadas e representadas no cotidiano” (p. 407). Essa regularização de ações, organizada nos extratos discursivos que constituem saberes, estabelece, a partir de técnicas de “controle rigoroso”, as formas com que as sociedades encaram os corpos “em uma luta de amor e ódio – de amor por este outro (o indivíduo) que as mantém e de ódio repressivo por impor a ordem de uma identidade” (p. 408). Todas essas estratégias de regulação do corpo se encontram, no discurso jornalístico, entre as esferas pública e privada. Observamos, nesse caso, que elementos da vida privada emergem na produção de acontecimentos sobre a vida pública.

Como afirma Jurandy Temóteo (2013), era comum nos clubes da cidade, especialmente no Crato Tênis Clube⁹³, que houvesse celebrações e festivais organizados pela elite cratense. Nesses festivais, eram notáveis, segundo o autor, as vestimentas adequadas a cada celebração. Essas formas de se vestir, se comportar, de gesticular etc. organizavam, principalmente através de ritos, quadros de referência para uma regulação “correta” dos corpos.

Segundo o autor (2013, p. 349), “a nova década (anos 1960) entrou prometendo grandes mudanças no comportamento”. Continua afirmando que “nesse cenário, a transformação da moda, que, até então, se dava lentamente, passou a apresentar mudanças radicais, e essas mudanças estavam sempre associadas ao comportamento, à adoção de novos valores”. Todas essas transformações na sociedade e, principalmente, na indústria

⁹³ Clube fundado na cidade no ano de 1932, na Rua Senador Pompeu, e que depois se mudou, em 27 de maio de 1950, para o bairro Pimenta. Foi um dos clubes mais frequentados na região do Cariri e, até hoje, recebe um grande público.

cultural culminaram em mudanças nas formas de se vestir. Entretanto, ele observa que, “no Crato provinciano”, a moda ainda respeitava alguns costumes de décadas anteriores.



Figura 3- Vestimentas das moças nos rituais de celebração de 15 anos realizados pela elite cratense no Crato Tênis Clube. Fonte: Jurandy Temóteo (2013, p. 351).



Figura 4 - "Flagrante da bonita festa de 15 anos de Jane Eyre, que contou com a presença da sociedade cratense e imprensa. Na foto, a debutante corta o bolo comemorativo ladeada por seus genitores. Fonte: Jornal *A Açã*, 13 de maio de 1972.

O principal exemplo utilizado pelo autor é o das comemorações de 15 anos das filhas das famílias que formavam a elite cratense – que, vale destacar, ainda acontecem. Temóteo (2013, p. 351) afirma que essas celebrações “cheias de glamour” marcavam o momento em que “pela primeira vez, as mocinhas tinham o direito de aparecer no meio social e participar de festas”. Vestiam, nesses ritos, “trajes geralmente brancos, indicando pureza, que eram produzidos, muitas vezes, fora da cidade por costureiras ou estilistas de renome”. As comemorações eram realizadas, como já afirmamos, no Crato Tênis Clube, “espaço social requintado que era ornamentado com capricho, rebordado de flores, arranjos, laços, passarelas e brilho”. O autor ainda afirma que “essas festas eram motivadoras de uma grande alegria e agitação pela cidade” (p. 352). Entretanto, vale ressaltar que o acesso a esses espaços era restrito às famílias e indivíduos de classes sociais mais elevadas.

A Figura 3 foi retirada da coluna intitulada “Sociedade”, que era publicada em quase todas as edições do jornal. Nela, é possível encontrar informações sobre os clubes cratenses (Clube Recreativo Grangeiro, Lions Clube, Rotary Clube, Interact Clube e Crato Tênis Clube, Itaytera Clube etc.), celebrações de aniversários de figuras da elite, inauguração de casas comerciais, datas comemorativas etc. São muito presentes, na produção gráfica e textual do jornal, as diversas imagens que compõem quadros de representação sobre a cidade e os cidadãos, criando figuras exemplares, fortalecendo estereótipos e impondo formas de ser e viver.

Os rapazes também tinham padrões de vestimentas, gestualidades e comportamentos, tanto dentro do Clube quanto fora dele. Todas essas formas de produção externa do corpo não se deram somente por influência da moda “tradicional”, mas serviam, sobretudo, como forma de mostrar que esses adornos constituíam o capital simbólico da hierarquização da sociedade e das formas de disciplinarização.



Figura 5 - "Festa de gala, 1962". Fonte: Jurandy Temóteo (2013, p. 53)



Figura 6 - Rapazes reunidos na Praça Siqueira Campos. Fonte: Jurandy Temóteo (2013, p. 52)

As formas de se vestir já eram, segundo Lourdes Florencio (2016), supervisionadas pela Igreja. A autora afirma que, em 04 de outubro de 1940, Dom Francisco de Assis Pires, então bispo da Diocese de Crato, publicou uma Carta Pastoral intitulada “Excessos da Moda”. Segundo a autora (p. 54), “a carta traz uma crítica às mudanças nas roupas femininas e à postura da Igreja frente às atitudes dessas mulheres, além de descrever o que a instituição considerava indecente” nessas vestimentas. Na

carta, é possível observar trechos em que o bispo se referia diretamente à orientação espiritual e educacional das famílias. Essas orientações da Igreja mostram que, desde a década de 1940, a instituição elabora diretrizes severas de fiscalização e controle dos indivíduos, seja nas formas de agir ou, como nesse caso, nas de se vestir. Vale ressaltar que, nesse caso, família é, mais uma vez, posta como elemento central de uma educação para a regulação moral da mulher e do homem.

A valorização do tradicionalismo em relação às formas de se vestir estava acompanhada, entretanto, da reação aos novos movimentos culturais que emergiram na década de 1960. Segundo Temóteo (2013, p. 349-350) os anos 1960 viveram, acima de tudo, uma explosão da juventude em todos os aspectos” e “os jovens tiveram, pela primeira vez, sua própria moda e não mais aquela derivada dos mais velhos”. No Brasil, o autor afirma que movimentos como a Jovem guarda “faziam grande sucesso na televisão e também ditavam a moda”⁹⁴. O autor finaliza dizendo que “influenciados por Wanderléia, de minissaia, e Roberto Carlos, de roupas coloridas, os jovens seguiram seus ídolos acompanhando os novos hábitos”.

Essas novas formas de se vestir provocaram uma forte reação por parte do jornal. Em uma matéria publicada no dia 1 de outubro de 1966⁹⁵, o jornal, ao receber notícias de Várzea Alegre, cidade vizinha e pertencente à jurisdição da Diocese de Crato, disse que “estamos informados de que a direção do Ginásio São Raimundo de V. Alegre ameaçou de suspensão os alunos que frequentam aquela escola usando cabelo tipo Roberto Carlos”. Continua afirmando que “não obstante os protestos da jovem guarda varzealegrense, a direção do referido educandário não está atendendo às justificativas da classe estudantil”.

O jornal passa, com maior frequência, a se preocupar com as novas “cabeleiras dos jovens” e começa a publicar outros comentários sobre o assunto, alguns em tom de crítica negativa e outros em tom irônico:

Depois de mais de dois anos vivendo na base do deixa estar para ver como é que fica, o “hippie” Roberval Araújo, que roubou uma moça na semana passada, em Crato, resolveu tomar banho, cortar o cabelo e fazer a barba. Disse que fazia isso por amor a sua namorada e para dar satisfação ao pai dela que não gostou de sua moda-hippie. Apesar de não ter conquistado a amizade do pai da moça roubada, Roberval continua na sua. Disse que vai deixar o cabelo

⁹⁴ Vale ressaltar que os aparelhos de televisão só começaram a ser comercializados na cidade no início da década de 1970. Essas influências da moda poderiam ter ocorrido, portanto, através de outros meios de comunicação, como revistas, jornais e outras mídias.

⁹⁵ “Várzea Alegre: cabeludo não assistem aulas”. Jornal *A Açã*, 01 de outubro de 1966.

crescer e tão cedo não tomará um banho. “Vivo como gosto” – diz Roberval, acrescentando – “eu só quero paz e amor e estou na minha”.⁹⁶

“Tudo chega ao fim, menos essa onda de cabeludos”. Essa revoltada afirmação está sendo feita por alguns barbeiros do Crato que estão se sentindo prejudicados com a onda de jovens que usam cabelos longos. A cada dia que passa, os barbeiros vão perdendo os seus velhos freguêses. Os pais de família, por sua vez, já não fazem restrições à moda de cabelos longos, porque os jovens alegam que é uma medida econômica. Os únicos prejudicados são os barbeiros que passam de seis meses sem ver a cor do dinheiro de um cabeludo.⁹⁷

Podemos ver, a partir dessas matérias, que essas transformações na moda e, conseqüentemente, no campo das subjetividades que constituem os quadros de representação social, não partem somente de uma justificativa em torno da moral e da preservação das tradições. Segundo Taísa Vieira-Sena e Kathia Castilho (2011), o próprio mercado internacional se readequou aos novos anseios da juventude que impactaram a indústria da moda nos anos 1960.

Em uma matéria publicada em 4 de fevereiro de 1966, intitulada “Mini-saia provoca acidentes”⁹⁸, o *Ação* diz que “um grito que está ecoando na Inglaterra começa a espalhar-se pela Europa tóda: Atenção! A mini-saia é perigosa!”. A mensagem tratava-se, segundo o jornal, de um estudo realizado por “Robert Kramer e que foi publicado na revista *Noir et Blanc*” que afirmava que o uso de minissaias por mulheres pedestres acarretava um maior número de acidentes e desordens no trânsito. Citando a pesquisa, o jornal diz que “uma série de experiências prova que as moças que usam saias de 20 cm acima dos joelhos provocam nos automobilistas distrações perigosas”. Segundo o *Ação*, depois de comprovarem a veracidade da pesquisa, os pesquisadores afirmam que proibir as minissaias não seria uma solução viável, pois seria uma decisão “difícil, revoltante e prejudicial ao comércio”. Por fim, afirma que a solução é acostumar-se com essas novas mudanças: “vai ficar tudo como está. Os motoristas acabarão se acostumando mesmo, como a gente se acostumou com os biquínis nas praias...”.

Não sabemos até que ponto algumas matérias publicadas no jornal teriam caráter propositalmente sensacionalista (ou não). O que observamos, esse caso, é que o jornal tratava essas novas formas de se vestir com aversão e ridicularização. Entretanto, não encontramos matérias em que ele rejeitasse os “novos anseios” da juventude. Encarando

⁹⁶ “Hippie tomou banho e cortou o cabelo por amor a namorada”. Jornal *Ação*, 29 de maio de 1971.

⁹⁷ “Barbeiros revoltados com onda de cabeludos”. Jornal *Ação*, 24 de setembro de 1971.

⁹⁸ “Mini-saia provoca acidentes”. Jornal *Ação*, 4 de fevereiro de 1966.

a situação, muitas vezes, de forma cômica, o *A Ação*, ao mesmo tempo em que criticava negativamente essas transformações radicais na moda, promovia a ideia de que era preciso refletir sobre a juventude de então.

A rebeldia da juventude na década de 1960 foi uma grande preocupação da Igreja no Crato e, para tentar controlar esse crescente movimento de liberação (que convergia elementos como moda, política, sexualidade e toxicomanias), a instituição fortaleceu dispositivos internos de intervenção sobre as vidas dos jovens, como os grupos formados pela “Juventude Católica do Crato”. O *A Ação* foi uma ferramenta bastante utilizada por esses grupos, principalmente na coluna intitulada “Mundo Jovem” que, a partir dos últimos anos da década de 1960, ganhou uma grande frequência de publicações no jornal.

Padre José Olímpio, sacerdote de grande influência sobre a comunidade católica da cidade, se dedicou a escrever sobre alguns dilemas enfrentados pela juventude (em especial pelos meninos) em uma coluna intitulada “Nem Menino, Nem Homem”⁹⁹. Em uma dessas matérias, refletindo sobre a “Onda Cabeluda”, o padre, ao mesmo tempo em que ironiza essa “estética subversiva”, faz uma defesa dos jovens de então:

Veja só quem vai passando: uma turma descabelada! Essa gente grande é mesmo um número, não acha? Fazer questão danada por causa da cabeleira da jovem guarda! E agora estão ficando careca por causa do cabelo dos outros. Parece até brincadeira. Será que os adultos pensam que só existe tragédia na vida? Tudo não passa de uma comédia nessa onda cabeluda. A comédia dos verdes anos. Do gostinho pela novidade e pela mudança. Pra que gastar os miólos cedo na vida? Pra que bancar o filósofo barbudo aos 15 anos? [...] Pra que, meu Deus, fazer questão por pêlos? Não será perder tempo estar a condenar os outros só porque se deixa crescer um pouco mais da juba? [...] Pra que tanta saliva, tanto papel e tanta tinta nos jornais, a condenar a turma cabeluda da guitarra elétrica? **Será crime ter cabelo grande?** Pra que então levar aos tribunais a cabeleira da gente? Não tem raízes boas ou ruins, pois cabelo é como unha. Cabelo não tem nervo. Cabelo não sente. É excrescência. Não custa cortar. Nem custa crescer. Basta dizer. Não custa enfeitar. Cabelo é artigo de moda e de beleza. O que não é moda nem beleza é cabeça e miólo de quem é careca e cabeludo. A beleza passa. A moda muda. E a cabeça fica. O pior é se ficar careca por fora e desmiolada por dentro! [...]

O padre enfatiza, na coluna, que não é com a aparência física dos jovens que se deve preocupar. Para ele, o trabalho da Igreja e, sobretudo, da sociedade e da família deve ser focado em formas de comunicação com esses jovens, pois “a gente só entende a

⁹⁹ OLÍMPIO, Padre José. “Nem Menino, Nem Homem”. Jornal *A Ação*, 29 de novembro de 1969. Grifo nosso.

própria língua, especialmente quando se está no começo e não se sabe ainda falar a língua dos outros”. Afirma que a “raiz” do problema se encontra na família e em sua falta de responsabilidade em relação à educação da juventude. Segundo o sacerdote, “o cabelo longo de play-boy não é arma ofensiva de jovem transviado. É violência pacífica de quem é abandonado e atacado pra valer!”.

Por mais que a preocupação da Igreja estivesse centrada, de modo geral, na “juventude”, encontramos, nas páginas do *A Açã*, uma maior inquietação com as formas com que a masculinidade, configurada nos discursos sobre “tornar-se homem”, estava sendo tratada na cidade. Tanto a coluna do Padre José Olímpio quanto outras matérias que se dedicavam a refletir exclusivamente sobre essa preocupação com o sujeito masculino colocavam temas como valores culturais e humanos, formação do lar e espiritualidade no centro do debate sobre a juventude e a formação do homem.

Em uma matéria publicada em 21 de setembro de 1968, intitulada “Ser Homem”¹⁰⁰, o jornal vai propor uma pequena reflexão sobre os anseios da juventude de então. O *A Açã* afirma que, ao serem questionados sobre o “que querem ser na vida”, os jovens dão diversas respostas, muitas vezes falando sobre profissões desejadas. Entretanto, ele afirma que “há muitos que querem ser homens antes de tudo. O mundo inteiro pode fasciná-los, tôdas as profissões parecem disputá-los, mas antes de tudo querem mesmo ser Homens”. Continua dizendo que “ser Homem é bem outra coisa do que às vezes se pensa. É antes de tudo uma questão pessoal. Cada um escolhe o Homem único, inconfundível e insubstituível para encarná-lo”. Considerando que as condições que possibilitam a escolha de uma imagem ideal de “Homem” são influenciadas, geralmente, pelos quadros de referência na vida dos jovens (familiares, professores, celebridades etc.), o jornal afirma que, independentemente das inspirações, o jovem sempre vai buscar ser “o maior e melhor de todos os homens. Não biologicamente, mas psicológica e, sobretudo, espiritualmente”. Por fim, o *A Açã* diz que toda essa transição da juventude do menino para o homem “diz respeito ao pensamento, apreciação dos valores culturais, morais, humanos, a filosofia de vida, enfim...” e que as novas gerações têm o direito de reivindicar novas formas de ser homem. A recusa a essas “reivindicações” dos jovens é o que possibilitaria a rebeldia e a transgressão moral e estética dos costumes.

¹⁰⁰ “Ser Homem”. Jornal *A Açã*, 21 de setembro de 1968.

Segundo o *A Ação*, o que o jovem quer, acima de tudo, é “ser útil”, e é obrigação da sociedade construir formas de diálogo com a juventude.

É perceptível que, nas construções discursivas que se propõem a estabelecer “formas de diálogo com a juventude”, a participação das mulheres é sistematicamente invisibilizada. Mesmo nos atos de transgressão dos valores e da moda o homem é posto como protagonista e as formas de dialogar com esses sujeitos masculinos são vistas como solução, atenuação e, até mesmo, como novas formas de controle e disciplinarização sobre os corpos submetidos a essas transformações sociais.

Segundo Vieira-Sena e Castilho (2011, p. 47), a moda é posta, tanto nos atos de normatização de padrões quanto de transgressão de costumes, como “meio de expressão, como intercessora de relações de aparência entre os sujeitos”. Para as autoras, essas “relações se dão sobre o corpo e pelo corpo, que se torna lugar de significações através das diversas formas de configuração do vestuário nos espaços sociais”.

Vale ressaltar, entretanto, que a moda também produz, em conformidade com as hierarquizações sociais, contrastes diferenciados. Por mais que constitua um quadro de representações que, numa sociedade de consumo, passa a ter um valor simbólico de caráter homogêneo, a moda não é, apesar das ilusões do mercado, encarada com igualdade entre diferentes classes sociais.

Como exemplo, podemos citar uma pequena matéria em que o jornal faz uma descrição sobre as ações da delegacia de polícia do Crato. No pequeno texto, intitulado “Delegado na operação corta-cabelo”¹⁰¹, publicado em 5 de junho de 1971, o jornal afirmou que

na delegacia de polícia do Crato, ladrão cabeludo não tem vez. Por determinação do delegado, Cel. Raimundo Pereira, foram devastadas as cabeleiras dos ladrões detidos na cadeia pública. O Delegado justificou a medida, dizendo que o corte de cabelo impedia que eles transitassem livremente pelas ruas, sem serem reconhecidos. Em seguida, colocou todos os ladrões num carro e mandou despejá-los na serra do Araripe.

É notável como a moda dos cabeludos, por mais que fosse “rejeitada” pelo jornal e pelas famílias mais tradicionais, era aceita, mas somente para alguns. Há uma

¹⁰¹ “Delegado na operação corta-cabelo”. *Jornal A Ação*, 5 de junho de 1971.

diferenciação, nesse caso, entre os corpos considerados inofensivamente subversivos, marcados pela rebeldia da atual juventude (em sua maioria, filha da elite cratense), e os corpos criminalizados que, mesmo seguindo essa moda – que, nas palavras do Padre Olímpio, era “pacífica” –, acabaram sendo submetidos a um processo de marginalização.

As formas como os corpos dos encarcerados eram tratados refletem, mesmo que indiretamente, as técnicas de como se configuravam os dispositivos de repressão do sistema prisional brasileiro no período. Na Ditadura Militar, a tortura não era utilizada apenas, como é comum pensarmos, no combate às oposições políticas e aos grupos ditos subversivos e de esquerda. O aparelho de tortura corroborado pelo poderio militar já era uma ferramenta comum nas instituições policiais. Isso não quer dizer que não existia, antes do Governo Militar, formas de torturas nas prisões; o que pretendemos mostrar, nesse caso, é que as técnicas de manutenção da ordem legitimaram a tortura na vida cotidiana. Há, portanto, em concomitância com as formas com que a Igreja justificava a “rebeldia” da juventude, formas autoritárias de produção de corporeidades. Para os indivíduos que não pertenciam aos grupos que desfrutavam de privilégios socioeconômicos do período, restava a vigília e imposição violenta de modos de ser, agir e se vestir. No exemplo citado, o ato de raspar a cabeça de todos os presos e, logo após isso, “colocar todos os ladrões num carro” e depois “despejá-los” dentro da floresta do Araripe demonstra claramente como alguns desses corpos são objetificados e, por inutilidade ou incompatibilidade social, descartados como se fossem lixo.

As ações das instituições policiais, especialmente das responsáveis pelo dispositivo carcerário, já foram discutidas no jornal. Entretanto, a responsabilidade pelo sucateamento da delegacia da cidade era atribuída à incompetência administrativa do poder público. Em uma matéria intitulada “Cadeia Pública reclama intervenção do prefeito”, publicada em 27 de abril de 1967¹⁰², Aglézio de Brito relata que, após uma visita à delegacia da cidade, saiu de lá “com espírito de revolta contra o desleixo administrativo reinante nas dependências daquela casa de detenção, e no corpo o nojo daquela fedentina doentia mais parecida com uma pocilga primitiva que com uma penitenciária”. Alegando que os presos são, antes de criminosos, seres humanos, o autor diz que, devido às condições impostas a esses indivíduos, após cumprir sua pena, ele sairá

¹⁰² BRITO, Aglézio de. “Cadeia Pública reclama intervenção do prefeito”. *Jornal A Ação*, 27 de abril de 1967.

de lá “com o coração mais perverso e revoltado, pois ali o homem aproxima-se da fera e sai mais sujo de consciência do que antes”. Por fim, solicita aos poderes públicos que elaborem uma “renovação da nossa cadeia pública” e a transfiram para um “ponto menos inconveniente da nossa cidade”¹⁰³.

Vale ressaltar que essas relações de força em torno da disciplinarização e constituição dos corpos não eram unilaterais. Sempre houve reações, seja aos padrões estéticos impostos pelo tradicionalismo cratense ou ao aparelho de repressão utilizado pela instituição policial que era legitimado, como nesse penúltimo caso, pelo jornal. É nesse momento que emergem as táticas de manipulação dessas técnicas de controle e disciplinarização. Entendemos táticas, aqui, como “um ato que visa a aproveitar uma ocasião, que não é necessariamente articulada discursivamente”, mas que “é um gesto, breve efeito cuja força pode se desvanecer imediatamente, que multiplica as máscaras e as metáforas e desaparece no próprio ato” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 24).

Durante uma pesquisa no Arquivo Público do Estado do Ceará, encontramos, na seção de “Chefatura de Polícia do Interior no século XX”, alguns telegramas, relatórios e relatos enviados pela Delegacia do Crato para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. Entre esses documentos, encontramos uma carta, datada em 24 de março de 1979¹⁰⁴, escrita pelos presos do xadrez da Delegacia do Crato ao então Secretário de Segurança Pública do Estado, General Assis Bezerra:

“Excelentíssimo senhor Secretário de Segurança

Assis Bizerra,

Pedimos, cariosamente que **conseda urgentemente os nosos Direitos Humanos**¹⁰⁵, pois estamos em uma cadeia de castigo, que Realmente não temos uma pequena ajuda do governo. Mais estamos subvivendo das nosas condissões familiares, e por meio de modalidades poliças fomos cortados até o Direito de Comunicações. Pois estamos passando as maiores humilhações, além de não ter assistências médica. Se chegar a aduecer um preso, não se encontra nem o casaleiro para abrir o chadres, pois ele tranca agente, muitas

¹⁰³ Vale ressaltar que, tanto nesse caso quanto em alguns outros, a estética do espaço urbano era um ponto importante nos discursos dos intelectuais e de alguns colunistas do jornal *A Açã*. Discutiremos, no último capítulo no trabalho, como se configuravam esses discursos em torno de uma estética do espaço.

¹⁰⁴ Devido a pandemia, interrompemos o processo de coleta de notícias do jornal *A Açã*. Só foi possível, nesse processo, catalogar matérias entre os anos de 1965 e 1972. Por isso, definimos o período compreendido entre esses anos como nosso recorte inicial. Entretanto, pretendemos, no processo de escrita, retornar ao arquivo e, se possível, alargar o período do recorte, já que as edições do jornal duraram até os anos 1980. Utilizamos, nesse caso, uma carta de 1979 para demonstrar como se construíam as relações entre prisioneiros e sistema prisional cratense durante o período militar.

¹⁰⁵ Grifos da Secretaria de Segurança Pública. O trecho destacado foi sublinhado em caneta vermelha.

vezes antes da limentação chegar, e pra gente comer tem que ser pelos buracos das grades, que mal cabe a mão dos presos. Pelo outro lado, os dias de visita foi cortado, e saiba a vosa excelência que vem milhares de famílias dos presos, e ficam chorando no pé da grade sem ser concedido nem falar com o prisioneiro, portanto estamos enviando esse pedido a vosa excelência, que tome as devidas providencias, já que estamos pagando corretamente as nossas culpabilidade, pedimos que O Senho Delegado do Crato, pois está formada uma Cadeia de Revolta. Subscrevemos e assinamos.

Crato 24/3/79”

Preferi não identificar os autores da carta, que foi escrita e assinada por dez sujeitos encarcerados. Não sabemos se ela foi enviada pela Delegacia do Crato ou se acabou sendo enviada externamente, já que seu conteúdo denunciava abusos de autoridade da instituição local. Nela, é possível ver que, mesmo com os diversos traços de linguagem que são marcados pela oralidade, ela é constituída por elementos correspondentes ao gênero textual (carta): destinatário, remetente, data e local etc. Em seu conteúdo, podemos observar, inicialmente, que quem a escreveu tem familiaridade tanto com o gênero quanto com outras formas de comunicação utilizadas por instituições públicas (como o requerimento, por exemplo), assemelhando-se à linguagem formal característica ao destinatário (o Secretário de Segurança Pública).

Fundamentada pela denúncia da privação de direitos, é possível ver que há, no tom de denúncia, um reconhecimento sobre o estado em que se vivia naquele período (com o crescimento dos debates em torno dos Direitos Humanos, arbitrariedades policiais etc.). Os encarcerados, utilizando argumentos de efeito pragmático no intuito de provocar uma reação no interlocutor, reconhecem que estão “pagando corretamente” suas “culpabilidades” e afirmam que sabem que, mesmo no dever de puni-los, a instituição não tem o direito de desrespeitar sua dignidade humana. O reconhecimento dos próprios direitos (Humanos, de comunicação e de saúde) mostra claramente que essa solicitação – escrita de forma respeitosa, mas, também, firme, irredutível e a fim de evitar riscos de ruptura da ordem, com a possível “revolta” – também indica uma tática de diálogo e resistência às formas de repressão.

Acredito que tanto as estratégias discursivas de invenção do espaço e de seus habitantes quanto as técnicas de disciplinarização e produção de corpos que são objetivados, principalmente, na atribuição de uma excepcionalidade histórica ao lugar em que se vive e aos sujeitos que o habitam, acabaram criando enunciados produtores de um

modelo específico a ser seguido: o cratense. Apoiado no que reflete Dominique Maingueneau (2008, p. 29) sobre o conceito de *ethos*¹⁰⁶ creio que esse regime de enunciados produz “maneiras de dizer” (nas formas com que o Crato e o cratense são marcados nessa produção discursiva sobre a cidade) que também se constituem em “maneiras de ser” (na imposição de comportamentos que sigam valores específicos). Todos esses elementos se apoiam em um “poder de persuasão do discurso que deve-se, em parte, ao fato de ele constringer o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados” (p. 29).

A defesa de um “*ethos* cratense”, de modos de ser e de viver, estaria, então, diretamente associada aos mecanismos de manutenção de uma ordem de identidade e repulsa à descontinuidade histórica que atua na transformação das subjetividades. Esse *ethos* se situa, tomando emprestada a reflexão de Jean-Jacques Courtine (2008, p. 16) em seus estudos sobre o corpo na obra de Foucault, entre uma teia de “poderes que se exercem sobre a carne” e uma “arqueologia dos extratos discursivos onde se formam os saberes”. Vale ressaltar, entretanto, que essas forças não agem unilateralmente e que sempre há forças que subvertem, redimensionam ou dissolvem essas imposições disciplinares. Como afirma o autor (p. 17), “se o poder é forte, é porque ele produz em igual medida aquilo que proíbe”.

A insistência na disciplinarização e foco na construção de discursos reativos às transformações nas subjetividades são o elemento-base para a construção do pânico moral. Por fim, acredito, como afirma Certeau (2002, p. 408) que o corpo, como a língua, é constituído por “inumeráveis possibilidades fonéticas, léxicas e sintáticas”, que é “submetido a uma gestão social” e obedece às “regras, rituais de interação e representações cotidianas”. Entretanto, também como a língua, o corpo pode ser “representado tanto por conformistas quanto por poetas”.

¹⁰⁶ De origem grega, o conceito, utilizado por Dominique Maingueneau (2008) nos métodos de análise do discurso, fundamentam uma relação entre produtor e destinatário na construção de um campo de saber. Segundo o autor (p. 29), “o destinatário (ao deparar-se com essa produção discursiva) constrói a figura de um *fiador* dotado de propriedades físicas (corporeidade) e psicológicas (caráter), apoiando-se sobre um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos que a enunciação contribui a fortalecer ou transformar”. Consideramos que essa relação entre uma instituição produtora de saberes e o destinatário (sociedade) conjuga imposições às formas de se comportar e de produções dos corpos.

3.2 – Problemas de perversão: sexo e sexualidade no desenvolvimento da urbe

Mas começou a se cansar de viver só entre mulheres. Mulheres, mulheres, mulheres. Escolheu uma amiga como confidente. Disse-lhe que não aguentava mais. A amiga aconselhou-a:
 — Mortifique o corpo.
 Passou a dormir na laje fria. E fustigava-se com silício. De nada adiantava. Pegava gripes fortes, ficava toda arranhada.
 Confessou-se ao padre. Ele mandou que continuasse a se mortificar. Ela continuou.
 Mas na hora em que o padre lhe tocava a boca para dar a hóstia, tinha que se controlar para não morder a mão do padre. Este percebia, nada dizia. Havia entre ambos um pacto mudo. Ambos se mortificavam.

(Clarice Lispector)¹⁰⁷

As tentativas de regulação de práticas de convivência como parte do projeto de modernização da cidade do Crato eram balizadas, pelo jornal *A Açã*, a partir de um elemento central: a família. Como afirmou o Monsenhor Pedro Rocha, “toda crise moderna é, fundamentalmente, uma crise na constituição da família”¹⁰⁸. Dentre as matérias coletadas, verificamos, em sua maioria, que as tentativas de se assentar uma educação religiosa no cotidiano dos cratenses eram focadas ou nos problemas de composição familiar ou na idealização do sujeito masculino. Por mais que fosse explícita a determinação de modelos corporais e comportamentais a serem seguidos, no período estudado, não era comum, no jornal, a publicação de matérias focadas diretamente na educação feminina e no papel da mulher na sociedade. Todavia, encontramos um número considerável de notícias com teor incriminador em relação a algumas práticas de subversão praticadas pelas mulheres – e que seriam, deste modo, diretamente associadas aos valores familiares.

Lourdes Florêncio (2016), em seu estudo sobre educação feminina e a prostituição no Crato entre as décadas de 1950 e 1970, aponta que havia, nos discursos da Igreja

¹⁰⁷ LISPECTOR, Clarice. *Melhor do que arder*. In: *A Via Crucis do Corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

¹⁰⁸ ROCHA, Monsenhor Pedro. “Abalo na família”. *Jornal A Açã*, 23 de novembro de 1965.

Católica, um forte teor apelativo contra as formas como as mulheres vinham se comportando. Entre as fontes coletadas, a autora destaca, por exemplo, a carta pastoral intitulada “Excessos da Moda”, publicada em 04 de outubro de 1940 por Dom Francisco de Assis Pires, então bispo diocesano. Conjugando publicações que, no período analisado, agregavam valor aos dispositivos de controle da Igreja, Florêncio (2016) propõe uma reflexão sobre a construção intersubjetiva de uma educação feminina não-formal na cidade. Essa educação emergiria em “espaços não-formais” (FLORENCIO, 2016, p. 20) e seria alheia – entretanto, ligada – às instituições educacionais e religiosas.

Nas primeiras edições do jornal, antes da reformulação proposta por Dom Vicente (que, somente em 1961, foi nomeado bispo titular da Diocese do Crato), era comum, como já afirmei, a publicação de matérias com teor instrutivo sobre comportamentos que se adequassem à idealização de uma moral católica. Entretanto, após o projeto de “modernização” do *A Açã*, as publicações do jornal adquiriram um caráter mais formal, compartilhando matérias de outros jornais e focalizando mais na diversidade de acontecimentos que marcavam o cotidiano da cidade e da região, além de sempre fazer referência ao panorama político nacional e internacional.

Acredito, nesse caso, que seria insuficiente a ideia de que se construía, pelo menos nessa “nova fase” do jornal (a partir da década de 1960), uma “educação feminina não-formal” por duas razões: em primeiro lugar, Florêncio (2016) elabora a ideia de que essa educação se daria em “espaços não-formais”, mas não encontramos reflexões que se proponham a abordar uma organização coletiva não-formal em que a educação emergiria, organicamente ou não, pela iniciativa de um grupo de indivíduos com interesses comuns¹⁰⁹. Em segundo lugar, por ser um dispositivo vinculado diretamente às intervenções públicas da instituição religiosa (que, vale ressaltar, tinha influência sobre as demais instituições educacionais da cidade), além de serem raras as matérias (de caráter instrutivo) que se referissem diretamente ao público feminino, o jornal não promoveu,

¹⁰⁹ Vale ressaltar que Florêncio (2016) utilizou outras fontes em sua reflexão sobre a educação feminina não-formal em Crato. Entre elas, destaco as entrevistas com idosos que elaboraram narrativas saudosistas sobre a “boemia” cratense nos espaços de diversão noturna ou sobre a educação religiosa intrafamiliar, que, apesar de ser convencionalmente adotada pela população (principalmente pela elite da cidade), era agenciada pela Igreja. Acredito que um exemplo mais aprofundado sobre como se constrói uma “educação não-formal” em torno do comportamento feminino (sem a intervenção estatal ou religiosa) é a reflexão que Margareth Rago (1985) fez sobre experiências de movimentos anarquistas e códigos de conduta firmados entre trabalhadores fabris paulistanos, no início do período republicano brasileiro, que afetavam diretamente a vida de mulheres que lutavam para ultrapassar as barreiras do espaço doméstico.

direta ou indiretamente, uma educação religiosa não-formal das mulheres. Pelo contrário: ele atuou mais como dispositivo disciplinar associado aos aparelhos repressivos do Estado brasileiro.

Sendo assim, entendo o papel da mulher, no jornal *A Ação*, não como o de um indivíduo que possua funções essenciais para o funcionamento da cidade, mas como elemento essencial na composição da família que prepara os homens modernos. Seu protagonismo é reservado exclusivamente às atribuições maternas, à vida privada e sua atuação não deve ultrapassar as fronteiras do lar. As formas como o feminino era pensado e quais funções lhe eram atribuídas pela Igreja, pelas instituições e pelos homens, por mais que fossem claras nas relações cotidianas, não eram – talvez como uma forma de se adequar às ideias progressistas em ascensão, com a gradual (e ameaçadora) inserção da mulher nos espaços públicos – um elemento explicitamente privilegiado na educação moral proposta pelo jornal. Por outro lado, foi através do silêncio do discurso educativo que emergiram as práticas condenatórias sobre o comportamento feminino no período estudado.

O cuidado e, sobretudo, a vigilância sobre os comportamentos dos indivíduos eram sempre associados ao imperativo da obediência à moral católica, entendida como uma das bases do projeto modernizador da cidade. As tentativas de controle do *A Ação* sobre o comportamento dos indivíduos eram apoiadas, geralmente, sobre a produção do pânico moral em torno de condutas sexuais, sejam elas estritamente ligadas ao sexo ou relacionadas a outras formas de expressão da sexualidade. Vale ressaltar que, principalmente nesse caso, o pânico moral é utilizado como um instrumento que convoca sentimentos diversos (entre eles, o medo é o mais comum) com o intuito de provocar reações imediatas – que, em sua maioria, são impensadas – no público leitor. Essa atitude reativa está ligada ao que Benjamin Cowan (2016), em seu estudo sobre moral e sexualidade no sistema ditatorial brasileiro, chama de “moralismo contrasubversivo”. A reação, portanto, deveria estar mais ligada à possível ameaça da corrupção dos costumes tradicionais e do status socioeconômicos caros à construção identitária em torno da cidade do Crato do que, em sentido estrito, aos problemas que se tornavam cada vez mais comuns com a expansão dos centros urbanos brasileiros.

Em um editorial publicado no ano de 1966, intitulado “Pesquisa Sobre Sexo”¹¹⁰, o jornal, manifestando grande preocupação com o crescimento de revistas e publicações sobre condutas sexuais e que eram destinadas, geralmente, ao público jovem, reclamou:

de uns tempos pra cá, certas revistas semanais ou mensais, no afã de aumentar suas vendas e penetração junto ao público, deram para publicar pesquisas e inquéritos sôbre sexo, comportamento sexual de solteiros, casados – enfim, assuntos chocantes e de alto impacto.

O editorial continua afirmando que seria ilusório acreditar que essas revistas tivessem algum caráter informativo, educativo ou que se propusessem a “quebrar tabus”. O que elas queriam, “no fundo”, era “superar concorrentes e abrir novos mercados, sobretudo junto às camadas mais jovens da população”. Mostrando indignação com o grande número de pessoas que “corriam às bancas de jornais em buscas dessas publicações”, o *A Ação* diz que tais revistas possuíam uma autenticidade fortemente contestável. Avaliando o seu conteúdo, o jornal defende que essas publicações reúnem fotos sensuais, “declarações de educadores, psicanalistas” e até mesmo de sacerdotes que, falando sobre comportamento sexual, procurariam “interpretar os dados coligidos através do que se convencionou chamar pesquisas de âmbito social”.

Reagindo ao crescimento do número de periódicos que tratavam sobre sexo e sexualidade, o *A Ação* afirma que “é lamentável que reportagens e assuntos como êsses sejam livremente divulgados e expostos à venda em bancas de jornais”. Para o jornal, mesmo essas publicações afirmando que seu público-alvo sejam os adultos, quem mais estava consumindo esse tipo de conteúdo eram os jovens que “fatalmente encontram, nessas leituras, não as explicações para perguntas que ficam sem respostas, mas sim a falsa visão de realidades existentes apenas na imaginação de alguns jornalistas mais afoitos e desabusados”. Por fim, o editorial procura comover os pais desses jovens, convocando-os a proibir o consumo desse tipo de conteúdo, afirmando que sua leitura levaria à adoção de novas “normas de vida” baseadas em “escândalos sobre o comportamento sexual da juventude e seus problemas sexuais”.

Renan Quinalha (2017, p 20), em seu estudo sobre a política sexual durante a ditadura militar brasileira, afirma que é comum que todas as sociedades,

¹¹⁰ “Pesquisa sobre Sexo”. Jornal *A Ação*, data não especificada, 1966.

independentemente do regime de governo ao qual estejam submetidas, sejam afetadas por intervenções estatais de regulação da vida pública e, sobretudo, da vida privada. Em períodos autoritários, como a Ditadura Militar brasileira, por mais que não houvesse uma legislação específica que se referisse aos comportamentos sexuais, era comum, segundo o autor, que o governo articulasse a atuação dos aparelhos repressivos a fim de se preservar uma ordem moral e comportamental específica. Essas ações, principalmente no controle da mídia, cultura e imprensa, eram reforçadas pelas censuras impostas pelos Atos Institucionais e pelos variados decretos promulgados pelo governo¹¹¹.

Como já afirmei, ao observarmos a dinâmica de produção de notícias, editoriais ou reflexões sobre sociedade, política ou religião, além do conteúdo dessas publicações, é possível percebermos que o jornal *A Ação* atua, em nome da Igreja, nesse projeto de governamentalidade que se impôs com a Ditadura. Nota-se, no teor dessas matérias, que as intenções do que é dito não se baseiam somente em identificar e construir um prognóstico sobre problemas sensíveis daquele período, mas, principalmente, em enrijecer a influência do poder pastoral, disciplinar, sobre a população, tanto em sua vida pública quanto privada.

As estratégias de produção de narrativas que viriam a comover o público-leitor do jornal se baseavam, portanto, tanto na construção de escândalos quanto de discursos sensacionalistas sobre acontecimentos, sujeitos, lugares etc. Tanto um recurso narrativo quanto o outro fazem parte da constituição do pânico moral sobre as temáticas abordadas: observa-se, nesse caso, que a fim de provocar uma reação imediata, o recurso linguístico ao exagero em determinadas matérias não se compromete em averiguar a veracidade de determinados boatos, se preocupando, na verdade, em mobilizar ações na intenção de resolver ou extinguir a problemática em questão.

¹¹¹ Posteriormente, em 1983, com a publicação da Lei de Segurança Nacional, o Estado brasileiro, tanto por influência externa quanto por relações internas, passou a definir alguns sujeitos ou práticas consideradas subversivas como, oficialmente, atentados à ordem democrática. Entre elas, as contravenções cotidianas, a libertinagem sexual e o abuso de psicotrópicos viriam a se tornar alvos privilegiados nas ações repressivas institucionalizadas.

A exemplo, encontramos uma manchete, publicada em 22 de abril de 1972¹¹², em que o jornal expressa uma forte indignação com o boato de que aconteceria um “Congresso de Homossexuais” na cidade do Crato.



Figura 7 - Manchete sobre o Congresso de Homossexuais que ocorreria na cidade do Crato.
Fonte: Jornal *A Açã*, 22 de abril de 1972

Como já observamos, era comum a publicação de notícias sem indicação de autoria, o que manifestava a participação direta do grupo gestor do jornal em uma escrita opinativa de caráter editorial¹¹³. Nesse caso específico, na manchete que antecede a matéria sobre o boato noticiado pelo jornal *O Povo*, da capital cearense, nota-se que não há, em nenhum momento, uma menção à possível data em que tal Congresso se realizaria, o que mostra que determinadas matérias, focadas, principalmente, nas tentativas de comover o público e provocar uma reação imediata, não davam importância prioritária a atestar a veracidade das notícias divulgadas. Além disso, é possível ver que, de forma agressiva e, ao mesmo tempo, cômica (com o uso de determinadas expressões na intenção de ridicularizar, inferiorizar e provocar riso), o jornal afirma, talvez por força argumentativa, que foi realizada uma pesquisa e que seu resultado constatava que “as bonecas não encontrarão tranquilidade na Princesa do Cariri”. Após dizer que alguns “puritanos” advertem que esse seria o fim dos tempos, a manchete finaliza dizendo que o então Delegado Especial da cidade, Coronel Claudio Ângelo, mesmo não tendo nenhuma

¹¹² “População revoltada com congresso de homossexuais. Jornal *A Açã*, 22 de abril de 1972.

¹¹³ O formato editorial de publicação de textos em impressos é entendido, grosso modo, como expressão de opiniões que representam o grupo que gerencia o jornal. No caso do *A Açã*, era comum a publicação de textos em formato editorial, estivessem eles indicando, no título, que se tratava de um editorial, ou sem possuírem alguma menção do tipo.

confirmação de que tal congresso se realizaria, afirmou que não permitiria que ele acontecesse na cidade.

Já uma semana depois, no dia 29 de abril de 1972¹¹⁴, o jornal publicou outra matéria, com teor mais explicativo, sobre o problema do Congresso de Homossexuais. Inicialmente, o *Ação* afirma que algumas pessoas da cidade, ao saberem dos boatos sobre o Congresso, se manifestaram favoráveis à sua realização, indicando que o encontro poderia ser “uma promoção para o Crato”. Entretanto, o jornal rebate, afirmando que se houvesse algo de positivo no evento, outros grandes centros urbanos se mobilizariam “enviando propostas para os promotores do certame, oferecendo condições para que sua cidade fosse promotora do Congresso”.

Para justificar seu posicionamento contrário ao Congresso e à própria homossexualidade¹¹⁵ em si, o jornal, recorrendo a um discurso que possui, na intenção de explicar e atribuir uma seriedade maior ao problema, uma conotação técnica, além de fazer referência ao pensamento religioso, afirma que

[...] o homossexualismo constitui uma perversão que se reflete tanto na vida somática, como anímica. O homossexual apresenta certas características mentais, sendo a sua atitude social diferente da normal, muitas vezes determinada por uma reação ao meio. Não se aceita atualmente a concepção outrora corrente de que esta perversão seja totalmente inata, embora uma tendência somática realmente influa no comportamento sexual do indivíduo. Para um estudo do problema, o Crato não seria a cidade indicada, pois aqui, como em outras cidades do interior do Nordeste, não dispomos de recursos técnicos e científicos para um estudo aprofundado do homossexualismo, visando sua valorização como pessoa humana. O pederasta ou homossexual merecem nossos respeitos. Eles são vítimas de uma educação falha ou de defeitos sexuais. As chamadas <bonecas> devem procurar os grandes centros, onde há bons psiquiatras e onde a população tem bastante maturidade para aceitar o Congresso.

Diferente da forma como a manchete publicada na semana anterior foi escrita, esse editorial adota uma linguagem diferenciada para tratar sobre o problema dos homossexuais e do suposto congresso que ocorreria na cidade. Reconhecendo que havia, mesmo que partindo de uma pequena parcela da população, uma recepção positiva à ideia

¹¹⁴ “Congresso de homossexuais”. Jornal *Ação*, 29 de abril de 1972.

¹¹⁵ Quinalha (2017) ressalta que, no período da Ditadura Militar brasileira, o termo “homossexual” abrangia as mais diversas formas de expressão da sexualidade e de gêneros. Tanto transexuais quanto gays, lésbicas, intersexuais etc. eram identificados com a mesma nomenclatura.

de a cidade sediar tal encontro, o jornal seguiu uma postura mais condescendente em relação ao problema.

Como uma forma de responder às pessoas que manifestaram apoio ao Congresso, o *A Açã* faz, adotando uma linguagem menos agressiva, uma breve análise sobre a questão da homossexualidade, afirmando que a “perversão” se refletiria tanto na vida somática, na relação do corpo com o meio em que ele está inserido, quanto anímica, na constituição espiritual e racional (a partir da educação) do sujeito. Esses dois condicionamentos estariam relacionados às disfunções ligadas à homossexualidade, seja na prática sexual ou na formação física do corpo do “pederasta”. Recorrendo a um discurso patologizante comum às intervenções autoritárias da Ditadura, o jornal, defendendo que o homossexual “merece respeito”, afirma que a cidade não possui recursos técnicos o suficiente para receber essas pessoas e que eles deveriam procurar ajuda médica nos grandes centros urbanos. Por fim, para finalizar um debate que já estava ganhando proporções não esperadas, o *A Açã* diz que o responsável pelo Congresso já foi preso e que o assunto estaria encerrado.

Não encontramos nenhuma outra fonte, seja ela oral ou escrita, que fizesse referência ao suposto Congresso de Homossexuais. Reafirmo, entretanto, que esse evento (ou a possibilidade de sua realização) requer uma investigação mais detalhada, tanto sob a hipótese de que estaria se organizando um “movimento homossexual” na cidade quanto pelo caráter percussor que tal evento teria. Como afirmam Vinícius Ferreira e Igor Sacramento (2019), a historiografia sobre o movimento LGBT no Brasil aponta o ano de 1978 como um marco inicial do então nomeado “movimento homossexual”, com a criação do Somos (Grupo de Afirmação Homossexual). A notícia de realização do evento é de 22 de abril de 1972, o que nos leva a refletir sobre a possibilidade de uma organização política de homossexuais no interior do Ceará antes mesmo da consolidação de um movimento nacional.

Não pretendo estabelecer um plano interpretativo único sobre as notícias publicadas no jornal. Entretanto, vale ressaltar que é possível identificar, como no estudo de Stanley Cohen sobre o pânico moral (2002), que há um regime de enunciados que atravessam essas formações discursivas e que normalmente seguem algumas composições gerais, a saber: a identificação do problema e sua descrição hiperbólica, fase mais comum nas manchetes que antecedem as notícias; a significação do problema, fase

geralmente respaldada por um discurso mais técnico, recorrendo a argumentos de caráter científico e que tenta prever repetições e projeções futuras do problema; e, por fim, a fase da ação, em que geralmente alguma solução para a problemática é proposta. Nos casos apresentados, devido ao período em que tais matérias foram publicadas, o recurso à repressão e à censura é mais comum. Todas essas fases estariam ligadas, como já afirmei, à necessidade de comover o público-leitor – que, vale ressaltar, era constituído, em sua maioria, pela elite letrada da cidade – e, assim, provocar uma reação imediata para a resolução do problema, mobilizando variados setores da sociedade.

Como já afirmei, por mais que não houvesse uma legislação específica que combatesse a libertinagem sexual de forma direta, tanto os decreto-lei que eram publicados quanto os já existentes Atos Institucionais fortaleceram os instrumentos de repressão a essas práticas. Fundamentadas pela doutrina de Segurança Nacional e de manutenção da moral e da ordem, tais medidas, segundo Cowan (2016), fizeram com que o governo, juntamente à imprensa, construísse novos “inimigos internos” que, associados à subversão política e à criminalidade, se tornaram alvo central da tecnocracia moral que se avolumava.

A Constituição Federal de 1967, em seu Artigo nº 153, já fazia referência a uma legislação relativa à segurança nacional (presente desde a Constituição de 1891 e que antecedeu a Lei de Segurança Nacional de 1983) que tornava cada vez mais permissiva, em momentos de crise ou de combate a atos subversivos e ameaçadores à moral e à ordem, a promulgação de um Estado de Sítio no país. Segundo Benjamin Cowan (2016, p. 111-112), com base na doutrina de segurança nacional, o governo ditatorial, através de um decreto-lei publicado em 26 de janeiro de 1970 pelo Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, passou a fiscalizar e proibir a publicação de jornais e revistas que retratassem temas como a liberdade sexual, obscenidades, amor livre e demais práticas consideradas atentatórias ao regime moral instaurado.

Havia, portanto, uma linha tênue que atravessava as intervenções públicas e institucionais sobre a sexualidade, o sexo e as diversas formas de expressão de liberdades individuais. Por mais que essas formas de repressão já fossem presentes, sutilmente ou não, em períodos anteriores, foi principalmente a partir dos anos 1970 que começaram a ser delineadas as novas faces do que se entendia, no período, como “inimigos internos da segurança nacional”. Todas essas práticas (prostituição, toxicomania, contravenções

cotidianas, como jogo do bicho etc.) passaram a ser associadas diretamente ao discurso anticomunista de subversão da ordem e da moral. Essa “nova fase” do autoritarismo brasileiro, baseada, principalmente, no controle e repressão sobre esses inimigos internos, fez com que fossem enrijecidos, na década de 1970, os argumentos que sustentavam a soberania política da ditadura sobre a opinião pública (COWAN, 2016).

Alinhado às mudanças (ou, a depender dos conteúdos, permanências) as quais eram submetidos os periódicos em nível nacional, o jornal *A Ação* também apresentou algumas características dos discursos fundamentados pela tecnocracia moral que se instaurava. Vemos, como no caso exemplificado, queurgia a necessidade de se construir uma argumentação mais racional sobre a problemática abordada na matéria. Esse “aperfeiçoamento” do discurso do jornal não anula, entretanto, o caráter moralista, religioso e disciplinador de algumas publicações.

3.2.1 – Prostituição: “um problema que sempre existiu e existirá”¹¹⁶.

Não é comum encontrarmos trabalhos que se dediquem a refletir sobre o fenômeno da prostituição e as ações de repressão em torno dessas práticas no período da Ditadura Militar. Devido à escassez de fontes e do privilégio muitas vezes dado à pesquisa sobre a perseguição política e as organizações de movimentos sociais, alguns aspectos do impacto do autoritarismo sobre o cotidiano das cidades brasileiras acabaram sendo, por muito tempo, escanteados. Entretanto, há de se reconhecer que, atualmente, alguns pesquisadores têm voltado seus olhares para essas práticas de repressão cotidiana.

Mesmo não havendo, como já afirmei, uma legislação específica que criminalizasse a prostituição no Brasil, havia algumas estratégias de controle e repressão sobre esses espaços, práticas e sujeitos. Além da doutrina que originou a Lei de Segurança Nacional de 1983 e os variados decretos e atos institucionais promulgados no período militar, já se fazia presente na legislação brasileira, desde a ratificação do Código Penal

¹¹⁶ VICELMO, Antônio. “Prostituição: a realidade que os cartões postais não mostram!”. Jornal *A Ação*, 25 de maio de 1971.

Brasileiro de 1940, o crime de lenocínio. O lenocínio, tipificado nos artigos 227 ao 230 do Código Penal, consiste “na mediação para servir a lascívia de outrem, no favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, na manutenção de casa de prostituição e no rufianismo”¹¹⁷. Além disso, as práticas de repressão à prostituição também eram respaldadas pelo art. 240 do Código Penal, que punia o crime de adultério, extinto em 2005, mas que previa punição judicial com possibilidade de detenção de 15 dias a 6 meses¹¹⁸.

Em 23 de setembro de 2013, foi publicada no site do Instituto Humanitas da UNISINOS, uma matéria intitulada “Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia”¹¹⁹. A matéria reúne uma série de relatos de mulheres, cis e transgênero, que afirmam terem sofrido, deliberadamente, repressão moral, econômica e física (incluindo torturas no cárcere) por agentes da polícia civil ou do próprio Estado durante a Ditadura Militar brasileira. A perseguição e fechamento de casas de shows em zonas de meretrício eram práticas comuns antes mesmo da ditadura, mas o endurecimento das ações violentas do proibicionismo moral foram ampliadas naquele contexto autoritário. Por esse motivo, tanto representantes do Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará quanto da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS) reivindicam, hoje, anistia pela perseguição sofrida e pelos crimes cometidos por agentes públicos. Segundo a matéria, essa será mais uma luta árdua, pois a Comissão de Anistia tem foco principal nas práticas de perseguição política. É por esse motivo que indígenas, LGBT’s, moradores de rua e outros grupos em situação de vulnerabilidade ainda não têm, oficialmente, o direito ao reconhecimento e reparação da violência sofrida nesse período.

Outro aspecto que nos interessa nessa atuação direta do Estado brasileiro sobre os espaços de prostituição e subversão moral é o crescente número de relatos sobre a apropriação do Estado sobre a movimentação financeira desses “microcosmos” da cidade nos centros urbanos em expansão. Em uma reportagem publicada pelo site The Intercept

¹¹⁷ DireitoNet. *Lenocínio*. Disponível em

<<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1243/Lenocinio#:~:text=Tipificado%20nos%20artigos%20227%20ao,de%20prostituição%20e%20no%20rufianismo>>.

¹¹⁸ Além dessas leis, a contravenção por vadiagem, respaldada tanto pelos Códigos Penais de 1890 quanto de 1940, também ganhou força no combate à prostituição promovido pelo governo militar. No último capítulo, trataremos mais detalhadamente sobre o impacto que a vadiagem tinha tanto sobre a sociedade brasileira quanto no crescente projeto de urbanização das áreas centrais da cidade do Crato.

¹¹⁹ Instituto Humanitas UNISINOS. “Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia”. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523965-prostitutas-vitimas-de-perseguiçao-na-ditadura-reivindicam-anistia>>.

Brasil, intitulada “Os Filhos Esquecidos de Itaipu”¹²⁰, o jornalista Mauri König mostra como, no crescente núcleo urbano de Foz do Iguaçu (PR), os militares, nos fins dos anos 1960, se apropriaram e ganharam proveito econômico sobre a zona de meretrício local. A construção da grande hidrelétrica de Itaipu trouxe muitos trabalhadores para a cidade, o que fez com que os espaços de diversão noturna se tornassem cada vez mais frequentados. König afirma que, devido ao largo fluxo de homens nesses espaços, o número de crianças abandonadas e/ou registradas sem o nome do pai nos cartórios da cidade cresceu em níveis alarmantes. Além disso, aponta as dificuldades encontradas por mulheres prostitutas nesse período, como: problemas financeiros, desconhecimento ou falta de métodos contraceptivos e violência e abusos por parte tanto dos proprietários dos estabelecimentos e agentes que fiscalizavam esses locais quanto dos clientes.

O discurso moralista da Ditadura não se sustentava, portanto, somente pela repressão às práticas consideradas subversivas ou de contravenções cotidianas. Não havia repressão sem forças reativas aos atos autoritários das instituições brasileiras. A apropriação e controle de práticas moralmente condenadas fazia parte de um projeto mantenedor da ordem, em que a vigilância e o controle muitas vezes eram mais importantes (e economicamente interessantes) do que o deliberado e unilateral recurso à violência – o que não quer dizer que a violência não tenha se tornado um dos principais instrumentos para o controle do cotidiano.

A cidade do Crato, devido à sua posição estratégica (fronteiriça com outros estados e municípios), além de possuir uma estação da linha férrea, acabou se tornando um grande centro comercial durante o século XX. A feira do Crato atraía, todas as semanas, inúmeras pessoas, das mais diversas localidades, que também acabavam frequentando os espaços de diversão noturna. Por esse motivo, além da alcunha de Cidade da Cultura, o Crato também era conhecido, por visitantes de todo o Ceará, como um reduto de boemia e de desfrute dos prazeres sexuais. Percebendo esse movimento, os colonistas do jornal *A Açã*, diretamente alinhados à Diocese e aos ideais religiosos que fundamentavam o projeto civilizatório promovido por esses intelectuais, geralmente encaravam esses espaços como extremamente problemáticos.

¹²⁰ KÖNIG, Mauri. “Os Filhos Esquecidos de Itaipu”. *The Intercept Brasil*, 06 de janeiro de 2021. Disponível em <<https://theintercept.com/2021/01/06/prostituicao-controlada-pela-ditadura-para-construir-itaipu-deixou-legiao-de-criancas-sem-pai/>>.

Por esse motivo, mais comum que as matérias que retratavam a problemática de condições sexuais dissidentes eram as que tratavam sobre a problemática do sexo, principalmente na vigilância de seus excessos. Nesse caso específico, as práticas de prostituição feminina ganham mais destaque no discurso moral, disciplinador, promovido pelo jornal, na intenção de mostrar que esse problema seria caro e grave à construção identitária da cidade como sendo moderna, além de ser um problema para a urbanização do Crato.

Iarê Lucas de Andrade (2000), em seu trabalho sobre o discurso do jornal *A Ação* acerca da prostituição na cidade do Crato entre 1940 e 1960, afirma que a influência do círculo de intelectuais e religiosos sobre a administração pública e sobre as instituições policiais já era muito forte na primeira metade do século XX. Segundo o autor, antes mesmo da fundação do Instituto Cultural do Cariri, um grupo de intelectuais, autointitulados “Amigos da Cidade”, costumava se reunir nas praças da cidade para discutir o desenvolvimento urbano e intelectual do Crato. Esses intelectuais, além de serem colunistas e colaboradores do *A Ação*, costumavam, segundo o autor, abordar o prefeito e demais figuras políticas em espaços públicos da cidade para “palestrarem sobre tudo” (ANDRADE, 2000, p. 87) e, através dessas estratégias de comoção do público, mobilizarem políticas institucionais para fins específicos.

Segundo o autor, entre os mais diversos problemas apontados pelos Amigos da Cidade, a prostituição era um dos mais presentes. Andrade destaca, inclusive, que boa parte dos sujeitos que mobilizavam agentes policiais e políticos para reprimir os espaços de diversão noturna era de frequentadores dos bares, boates e cabarés que constituíam o círculo da “boemia cratense”. Percebe-se, tanto nas pesquisas realizadas por Andrade (2000) quanto por Florêncio (2016), que, nos relatos recolhidos por meio de entrevistas – que, vale ressaltar, foram feitas, em sua maioria, com membros da elite ou classe média letrada da cidade –, os espaços de prostituição, ao mesmo tempo em que são apontados, de certa forma, negativamente, também eram lembrados com saudade devido às aventuras desse período “boêmio”.

Na década de 1940, já era comum o grande número de cabarés nas ruas da cidade, especialmente na Rua Nelson Alencar, localizada no centro da zona urbana. A expansão dos cabarés no centro acabou se tornando um problema que, para a elite intelectual do Crato, já vinha atingindo uma proporção incontrolável. Segundo Lourdes Florêncio

(2016), a situação só passou a ser controlada nos fins da década de 1950, quando a juíza Auri Moura Costa assumiu, como titular, a Comarca do Crato, e determinou que as casas de prostituição fossem imediatamente removidas do centro da cidade.

Segundo Ives Mourão¹²¹, um escritor cratense, a Rua Nelson Alencar se estendia de uma ponta da cidade à outra, indo desde o cemitério à outra extremidade, próximo ao mercado municipal. Com a retirada dos cabarés da rua, o escritor afirma que esse trecho passou a ser chamado de Rua da Saudade. Não se sabe, entretanto, se a nova alcunha se deu pela retirada dos cabarés ou por nela também se localizar o cemitério da cidade.

Havia, como já mostramos, um projeto civilizatório que pretendia estabelecer, física e subjetivamente, um modelo ideal de cidade. Todavia, essa pretensão geral, utópica, sobre um todo espacial se deparava constantemente com forças heterogêneas que reivindicavam lugares de existência. Não podemos compreender, portanto, a imposição de um projeto identitário como unilateral; sempre há forças de oposição a qualquer pretensão de imposição ideológica. Os lugares de prostituição e diversão noturna da Cidade da Cultura eram, além de (para os intelectuais) redutos de perversão e criminalidade, elementos fundamentais para a dinâmica social e econômica que se construía no processo de urbanização da cidade. Como afirma Foucault (2013), esses espaços são as heterotopias da cidade que se deparam com um projeto utópico de civilização. Sua existência, por mais que fosse enquadrada de forma negativa, operava como elemento de coesão tanto para a manutenção dos órgãos e políticas de repressão quanto para o próprio funcionamento da cidade. A Cidade da Cultura acabou sendo, também, uma cidade dos prazeres.

Sem ter para onde ir, muitas prostitutas e proprietários de bares, boates e “casas de tolerância” acabaram se deslocando para a periferia da cidade, principalmente para o bairro do Gesso, lugar em que já era crescente a construção de casas populares e que, posteriormente, ficou conhecido como o Baixo Meretrício do Crato.

¹²¹ MOURÃO, Ives. Histórias e Estórias do Crato de Antigamente. 11 de novembro de 2012. Disponível em < http://lineshader.blogspot.com/2012/11/historias-e-estorias-do-crato-de_11.html>.

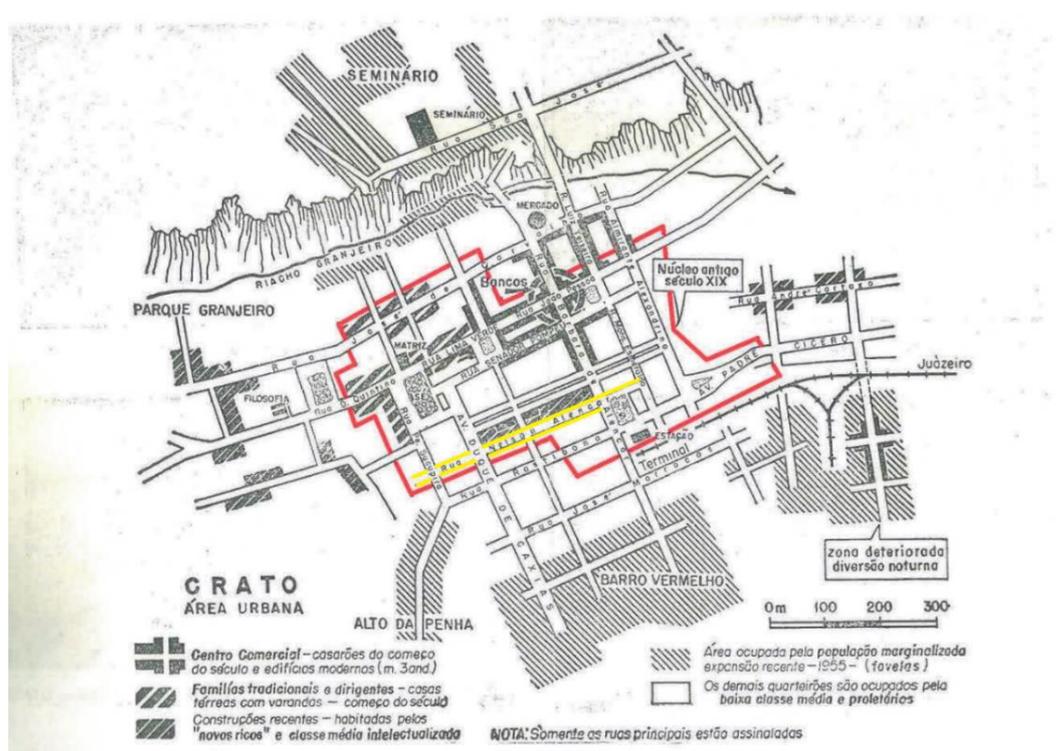


Figura 8 - Mapa das transformações do núcleo urbano do Crato desde o fim do século XIX. Fonte: Douracy Soares (1968). Adaptado por Felipe Álamo (2015) e citado por Raimunda Auríliia (2015). Em amarelo, grifo nosso, destacando a Rua Nelson Alencar.

Podemos ver, no mapa publicado por Douracy Soares, em 1968, que, por mais que ele tenha sido feito para exemplificar a expansão urbana da cidade no fim do século XIX, é possível notar algumas mudanças que foram ocorrendo com o passar dos anos. Na legenda, identificamos que o espaço era delimitado por grupos sociais específicos, como o das “famílias tradicionais e dirigentes”, que se localizavam mais ao centro da cidade, o das “construções recentes dos novos ricos e classe média intelectualizada”, que se localizavam na subida da Serra do Araripe, principalmente nos bairros do Grangeiro, Novo Grangeiro e Lameiro, os de área comercial e os das áreas ocupadas pela “população marginalizada”. No trecho com a legenda “zona deteriorada de diversão noturna” é onde se localizava o bairro do Gesso, situado no outro lado da linha do trem.

Segundo a legenda, a ocupação e expansão desses bairros de periferia era recente, com uma formação de favelas datadas do ano de 1955. Já existiam, portanto, espaços de prostituição na periferia da cidade. Todavia, foi após a decisão da juíza Auri Costa, que chegou à cidade em 1958, que houve uma maior concentração de boates, bares e cabarés

nessas localidades. Como afirma Andrade (2000, p. 101), a cidade passou a ser dividida, metaforicamente, entre as fronteiras do bem e do mal, nos lugares de Deus e nos lugares do Diabo, e a linha do trem era o marco divisor desses dois mundos.

Por mais que ainda houvesse um indicativo de resistência desses lugares no centro da cidade, a concentração das práticas de diversão noturna em uma localidade específica facilitou as formas de controle e repressão sobre a prostituição e outras contravenções sociais. Foram realizadas, no documentário de curta-metragem intitulado “Cabaré – Memórias de uma Vida”¹²², produzido em 2009 pelo Coletivo Camaradas, ONG atuante no bairro do Gesso, algumas entrevistas com moradores que lembravam como se deu a formação do bairro e em como eles adaptaram seu cotidiano em função de uma economia voltada para a diversão noturna.

Vemos, nos depoimentos, que alguns moradores tiveram uma certa dificuldade em se adaptar à migração dos cabarés para o outro lado da linha do trem. Segundo os relatos, antes da decisão judicial que determinou a expulsão dos cabarés do centro da cidade, o Gesso ainda estava no início de sua formação, com o território sendo ocupado por poucas famílias que começaram a construir barracos nas margens da linha férrea. Após a chegada dos cabarés, o bairro, agora com uma grande massa populacional, teve que se adaptar a algumas regras de convivência, sejam elas internas aos moradores ou impostas pelas instituições de fiscalização.

Além de o bairro se localizar, a partir desse momento, na “outra fronteira” da cidade, ele teve que se dividir entre os espaços frequentados por menores e os espaços de prostituição. Essas medidas se deram, segundo os narradores entrevistados pela produção do documentário, tanto pela forte fiscalização tanto dos órgãos policiais que se avolumaram no período quanto pela atuação do Comissariado de Menores da cidade. A concentração desses lugares e práticas de diversão noturna fez com que a vigilância e repressão se tornassem mais efetivas, além de construir um novo polo econômico (e simbólico) para a cidade, já que o fluxo intermunicipal e interestadual de mulheres prostitutas e de clientes cresceu.

¹²² Coletivo Camaradas. *Cabaré – memórias de uma vida*. Documentário publicado no Canal do Youtube de Alexandre Lucas e produzido no ano de 2009. Disponível em <<https://youtu.be/aji2Qq9AdVU>>.

Vale ressaltar, entretanto, que por mais que os lugares de prostituição tenham sido, agora, localizados majoritariamente em um espaço social e institucionalmente “permitido”, ainda havia resistência de alguns cabarés e boates que prosseguiram com seu funcionamento no centro da cidade. Isso fez com que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Delegacia do Crato e o poder judiciário tomassem medidas repressivas mais rigorosas.

Durante uma pesquisa realizada no Acervo de Chefatura de Polícia do Departamento de Polícias do Interior do Ceará (séc. XX), localizado no Arquivo Público do Estado do Ceará, me deparei com alguns radiogramas e ofícios trocados entre a Delegacia do Crato, o Fórum Hermes Parahyba (comarca de Crato) e a Secretaria de Segurança Pública acerca da prostituição e de alguns problemas relacionados aos cabarés e boates da cidade. Em um ofício enviado em 20 de abril de 1979¹²³ pelo então Juiz de Direito da comarca do Crato, Antônio Rubens Soares Chagas, vemos que o magistrado agradeceu ao então Secretário de Segurança Pública do Ceará, General Assis Bezerra, pelos reforços policiais enviados para controlar as zonas de meretrício da cidade. Após isso, afirmando que cumpriu as ordens de atuação enviadas pelo General, disse que as orientações “no sentido de tanger, dos centros comerciais e familiares dessa cidade, casas suspeitas ou cabarés, que são focos de delinquências e crimes” foram repassadas ao delegado de polícia do Crato a fim de cumprir “o anseio comunitário local”.

Não encontrei processos que retratassem algum tipo de recurso judicial impetrado por proprietários das boates e cabarés ou até mesmo de prostitutas. Entretanto, o teor dos ofícios encontrados indica que havia uma resistência a essas decisões que, ultrapassando a jurisdição local, tiveram que ser respaldadas pelo Secretário de Segurança Pública do estado. Em um ofício¹²⁴ enviado por João Juarez Napoleão, tenente-coronel diretor da Divisão de Polícia do Interior, para o então delegado de polícia do Crato, Francisco Tavares Barbosa, o remetente afirma que, por decisão do Secretário, a delegacia local deveria “fazer retirar da zona urbana dessa cidade, os cabarés e outras casas suspeitas que se incluam como atentatórias à tranquilidade, à moral e nocivas, portanto, à segurança pública”. A critério do cumprimento, o delegado afirma que “serão notificados os

¹²³ Juiz Antônio Rubens Soares Chagas. Ofício nº 14/79 enviado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, General Assis Bezerra. 20 de abril de 1979.

¹²⁴ João Juarez Napoleão. Ofício 0558/79 enviado ao Delegado de Polícia do Crato, Francisco Tavares Barbosa. 26 de abril de 1979.

responsáveis pelo funcionamento de tais lupanares dando-lhes prazos para o fechamento que não ultrapassem 30 dias”. Finaliza afirmando que “após tomadas as providências, a Divisão de Polícia do Interior deseja ser informada dos resultados”.

Em resposta¹²⁵, o delegado de polícia do Crato afirma que, atendendo a determinação do ofício recebido,

comunico a V. Sa. que, na realidade baixei portaria dando prazo de 30 dias para a retirada, da zona urbana da cidade, de CABARÉS e outras casas suspeitas, findo o qual efetivamente, nenhum mais ali se encontra, cumprindo-se, desta forma, a orientação do Exmo. Sr. Gen. Secretário de Segurança Pública.

É comum vermos, nesses documentos, que há uma associação direta entre os espaços de prostituição e a criminalidade. Não foi à toa que, em 11 de abril de 1979¹²⁶, o delegado do Crato, também por orientação da Secretaria de Segurança Pública, baixou uma portaria que proibia, principalmente nos dias de funcionamento da feira da cidade, a “comercialização ostensiva de armas brancas”, a fim de reduzir o índice de violência nesses espaços de diversão. Além disso, os agentes policiais sempre ressaltavam que as decisões tomadas acerca da expulsão de cabarés do centro da cidade se davam, principalmente, por uma grande demanda da população. Isso fez com que as ações de repressão violenta a esses lugares ganhassem um certo tipo de legitimidade no cotidiano da cidade.

A autoridade conferida à figura do policial no período militar acabou fazendo com que, em determinadas situações, o uso da violência se tornasse gradativamente mais abusivo. O enrijecimento da vigilância e endurecimento da repressão se tornaram, após o Golpe de 1964, cada vez mais presentes nas ruas da cidade.

No dia 17 de novembro de 1979, um agente policial não identificado, ligado à Delegacia de Polícia do Crato, convidou seu colega de corporação, Sargento Silva, para fazer um “quebra-quebra” em algum cabaré da cidade. Entusiasmado com a ideia, tal policial decidiu, então, invadir a Boite Sétimo Céu, pertencente à senhora Josefa Galdino da Conceição. Sem motivo aparente, mas reivindicando o uso de sua autoridade, o agente

¹²⁵ Francisco Tavares Barbosa. Ofício 9192/79 enviado ao Delegado da Divisão de Polícia do Interior, João Juarez Napoleão. 11 de junho de 1979.

¹²⁶ Francisco Tavares Barbosa. Portaria. 11 de abril de 1979.

dispersou a clientela, quebrou todo o salão e afugentou as trabalhadoras do estabelecimento, provavelmente concluindo seu objetivo. A dona do local, não aceitando tal arbitrariedade, se colocou à frente para impedir o agente. No dia 19 de novembro, foi enviado, à Delegacia de Crato, um ofício requisitando uma investigação acerca da morte de Josefa Galdino da Conceição, “supostamente” assassinada com três tiros por um policial na noite do dia 17 do mês corrente¹²⁷.

No Brasil, a legitimação da violência (independentemente da intensidade de sua aplicação) como forma de controle do cotidiano já é comum desde o período imperial, com a formação das instituições de policiamento das cidades. Como afirma Susel Oliveira da Rosa (2007, p. 44),

[...] No Brasil, desde os primórdios da construção do estado, a polícia ocupa um papel importante: na mesma década da emancipação política do país, aqueles que compunham a vida matável e insacrificável passaram a ser controlados através do Regulamento das Posturas Policiais – instituído em 1828 – voltado à vigilância da população, tida como “portadora de perigo”. Nessa condição, ela deveria ser “protegida” e vigiada (dos loucos, dos vadios, dos obscenos). As atuações interligadas da Intendência de Polícia e da Provedoria de Saúde deram forma a uma “polícia sanitária” encarregada de cuidar do corpo da população e de zelar pela ordem e pela limpeza da cidade, localizando e circunscrevendo pessoas às quais podemos atribuir o estatuto de vida nua: arruaceiros, mulheres licenciosas, vadios, loucos etc. Nesse contexto, em meio à construção do estado-nação, foram organizadas as primeiras forças policiais modernas no país. No descompasso entre anomia e *nomos*, desde seu surgimento, a atuação violenta das polícias, em inúmeros casos, tem sido a regra.

Segundo a autora, enquanto o Estado, numa proposição biopolítica, atua sobre o controle da vida, a polícia, como agente mantenedor de um paradigma axiológico ordenado pelo Estado, atua sobre o controle dos corpos. O próprio processo de expulsão, marginalização e concentração de pessoas em um bairro de periferia, sem se importar com as condições de adaptação desses indivíduos, se torna um elemento constitutivo de um estado de exceção. Seguindo as ideias de Giorgio Agamben, Rosa (2007, p. 50) afirma que a periferia/favela, espaço constantemente vigiado e reprimido pelas forças policiais, é um “palco da execução soberana do direito sobre a vida e a morte da vida nua, tornando-se campos de exceção”. Durante a Ditadura Militar, as políticas higienistas e de defesa da moral – além da máquina de tortura – acabaram se aperfeiçoando nas formas de atuação

¹²⁷ Raimuno Nonato de Oliveira. Ofício enviado ao diretor da Divisão de Polícia do Interior. Fortaleza, 19 de novembro de 1979.

das polícias e forças de segurança nacional. Em momentos de extremismo, a tortura e a morte, sob a justificativa de um “bem maior”, se tornam cada vez mais banalizadas.

Foi nesse ambiente hostil de uma vigilância corroborada por uma dita crise moral pela qual o país estaria atravessando que determinados veículos de imprensa se tornaram um importante braço das práticas de repressão no cotidiano das cidades. A prostituição, diretamente associada à criminalidade, passou ser alvo de um projeto de higienização da zona urbana do Crato. Nas matérias do jornal *A Ação* que falavam sobre a prostituição, o “Baixo Meretrício”, agora localizado, passou a ser incluído para apontar a nova zona de criminalidade e subversão moral.

A exemplo, no dia 26 de novembro de 1966, em uma matéria estampada na capa da edição do jornal, o *A Ação* publicou o seguinte título: “Mulher Matou a Companheira por Ciúme no Baixo Meretrício!”¹²⁸. A publicação de notícias sobre crimes comuns no cotidiano da cidade era normal, mas o que nos chama atenção, nesse caso, é a associação direta entre a criminalidade e um espaço que, a partir daquele momento, seria propício ao cometimento dos mais diversos tipos de infração. Nesse caso, a mulher que matou a amiga por ciúmes de um ex-companheiro, sendo posta no “palco” do espetáculo do crime, é enquadrada como infratora tanto por ser uma mulher cometendo um crime passionai quanto por trabalhar em uma zona de prostituição.

Como já afirmei, mesmo havendo, no teor das matérias publicadas acerca da prostituição na cidade, tentativas de mobilização dos agentes policiais para a repressão desses espaços e indivíduos, foi a partir da década de 1960 que os discursos do jornal sobre a subversão moral adquiriram um caráter mais técnico, analítico, a fim de convencer a população de que, racional e espiritualmente, a prostituição era uma problemática social que merecia atenção e solução. No dia 28 de setembro de 1966, em uma matéria intitulada “Prostituição, problema social complexo!!!”¹²⁹, Vicente da Frota Cavalcante elabora uma crítica tanto à presença de menores nos espaços de prostituição quanto à prostituição em sentido estrito.

Afirmando que esses são problemas que se avolumam cada vez mais não somente na cidade do Crato, mas em toda a sociedade brasileira, o autor, recorrendo à base jurídica

¹²⁸ Mulher matou a companheira por ciúme no baixo meretrício! Jornal *A Ação*, 26 de novembro de 1966.

¹²⁹ CAVALCANTE, Vicente da Frota. “Prostituição: problema social complexo!!!”. Jornal *A Ação*, 28 de setembro de 1966.

que criminaliza a presença de menores nesses espaços (Art. 130 do Código de Menores) e a prática de lenocínio, afirma que o Estado pouco está se empenhando para a resolução dessas problemáticas. Em seguida, o autor, ao mesmo tempo em que critica que há pouca ou nenhuma ação de repressão a essas práticas e espaços, denuncia que em muitos casos, o próprio Estado acaba tirando proveito econômico de zonas de prostituição e de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, “arrecadando vultosas somas das boites, cabarés e bares noturnos, impondo pesadas taxas para o funcionamento das casas de recurso e até, nas capitais das grandes cidades, fichando mulheres de vida livre, de quem arrancam muito dinheiro”. Reclamando que a cidade, em todos os bairros, ainda está repleta de casas de prostituição, Cavalcante faz um apelo às autoridades do Ceará, especialmente ao “Serviço de Repressão ao Lenocínio”, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública, para que as medidas de repressão a esses sujeitos e lugares se tornem mais severas e efetivas.

É comum vermos nessas análises que a prostituição não é enquadrada somente como uma contravenção moral, mas principalmente como um problema social e que, como no caso que citamos sobre a análise da homossexualidade, muitas dessas práticas estão associadas à formação da família e a uma educação moral e espiritual defeituosa. Uma formação espiritual deficitária geralmente era apontada como principal indicador da sujeição do indivíduo aos prazeres sujos da carne e, complementarmente, a prostituição era associada, na cidade, aos mais diversos tipos de crime e corrupção dos indivíduos.

Conforme o *A Ação* foi ganhando maior projeção, principalmente nos fins da década de 1960, a equipe editorial acabou ganhando uma diversidade maior de contribuintes. Esses novos colunistas, vale ressaltar, nem sempre seguiam as mesmas linhas de pensamento. Pouco tempo antes, o jornal contava, como já vimos, com uma equipe formada majoritariamente por religiosos e intelectuais vinculados ao ICC. Nesse “novo período”, outros jornalistas ganharam mais espaço. Entre eles, destaco as colunas de Antônio Vicelmo do Nascimento.

Antônio Vicelmo, jornalista formado em Direito pela Universidade Estadual do Ceará, em Crato, adentrou, ainda jovem, na mídia jornalística cratense. No início dos anos 1970, passou a integrar tanto a Rádio Educadora quanto a equipe do jornal *A Ação*. Suas publicações, por mais que ainda possuíssem um teor conservador, já apresentavam opiniões mais diferenciadas, adotando um discurso mais técnico e razoável sobre algumas

problemáticas sociais. Entre elas, a coluna “Os Outros”, em que costumava dar opiniões sobre masculinidade, violência, moral e algumas pequenas notícias, ganharam todas as edições do jornal.

Na edição do dia 25 de maio de 1971, Antônio Vicelmo propôs uma inovação em relação à temática da prostituição, tão discutida no jornal desde a sua fundação, datada dos fins da década de 1930. Produzindo uma reportagem, o jornalista decidiu entrevistar uma “mundana” e, a partir de sua história, elaborar uma reflexão sobre as condições sociais dessas mulheres. Dando o título de “Prostituição: a realidade que os cartões postais não mostram!”¹³⁰, o autor inicia a sua publicação com a seguinte afirmação:

Cada mundana tem uma história para contar, mas as causas da prostituição são sempre as mesmas: miséria, salários insuficientes, desemprego, natureza do trabalho feminino e dificuldade no casamento. Nesta reportagem, o leitor terá um depoimento franco de uma jovem que procura o caminho para se libertar da prostituição. Como ela, existem milhares sofrendo o mesmo drama.

O jornalista entrevistou Maria Antônia Saturnino, uma mulher de 25 anos, piauiense, que se mudou para o Crato na expectativa de conseguir melhores condições de vida para ela e sua família. Segundo a entrevistada, no Crato ela se chamava Tânia e era uma das meninas que trabalhava na “boite” de Glorinha, uma das mais famosas da região. Vicelmo descreve detalhadamente a forma como Tânia agia. Inquieta, fumando um cigarro após outro, falou sobre a sua história no ambiente em que vivia, um “apartamento simples com uma cama e um guarda-roupa, amontoado de vestidos em cores berrantes e um penteador abarrotado de bibelôs”. Após falar que “perdeu a honra” com 12 anos para um namorado que a engravidou e depois sumiu, Tânia afirma que não culpa o homem, pois ele foi seu primeiro namorado. Tendo um filho para sustentar, a moça retrata as dificuldades da vida de prostituição no Crato, seja os problemas com os clientes ou as dívidas que acabava criando com a dona da “boite” em que vivia. No fim, a entrevistada afirma que estava estudando no MOBRAL¹³¹ e que pretendia “se profissionalizar” para futuramente sair da prostituição.

¹³⁰ VICELMO, Antônio. “Prostituição: a realidade que os cartões postais não mostram!”. *Jornal A Ação*, 25 de Maio de 1971.

¹³¹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi um órgão fundado pelo General Costa e Silva, em 1968, que se encarregava da alfabetização e profissionalização de adultos.

Antônio Vicelmo, em sua pequena reflexão a partir da entrevista realizada com Tânia, defende que as dificuldades enfrentadas por mulheres são muito maiores que as enfrentadas pelos homens, seja no seio familiar ou nas tentativas de adentrar o mercado de trabalho. Segundo o jornalista, a mulher que decide ganhar a vida de alguma forma enfrenta os mais diversos tipos de preconceitos na sociedade, além de “estar sujeita a toda sorte de seduções”. Continua afirmando que a falta de oportunidades para mulheres no mercado de trabalho, além do abandono dos homens na vida familiar são problemas pelos quais toda a sociedade deveria se responsabilizar. Por fim, condenando a impunidade dos homens “irresponsáveis e atrevidos”, o jornalista diz que o sonho de todas as mulheres é voltar para a segurança do lar e para o “sonho do casamento”.

É possível notar que, com o passar dos anos, o *A Ação* foi adotando estratégias diferenciadas para abordar a temática da sexualidade, do sexo e da prostituição feminina. Inicialmente, era mais comum a publicação de matérias de caráter condenatório a essas práticas, por mais que também houvesse, nas primeiras edições do jornal, colunas que buscassem retratar uma educação feminina adequada à moralidade católica. No período de transição e popularização do jornal, principalmente na década de 1960, mesmo não publicando mais matérias sobre a educação feminina, o *A Ação* buscava outras formas de construir uma reflexão sobre a questão da prostituição. Mesmo recorrendo diversas vezes a soluções baseadas na repressão pela violência e expulsão dos espaços de sociabilidade das elites, o jornal também buscou construir análises de caráter mais técnico sobre o condicionamento social das mulheres que se prostituíam.

Independentemente das formas com que a temática era abordada, a vigilância e o controle sobre essas práticas, corpos e espaços foram elementos comuns em todas essas publicações, sendo eles sempre respaldados pela manutenção de um regime de moralidade. Era na ameaça ao projeto de identidade para a cidade que ainda vigorava entre a elite intelectualizada que o recurso ao pânico moral em torno das práticas de subversão sexual se tornava presente, seja através de discursos patologizantes sobre os espaços de libertinagem, seja por associação às mais diversas formas de contravenção ou criminalidade ou, principalmente, pela ameaça de controle dos corpos e de seus hábitos sexuais.

A “dietética dos prazeres” que, segundo Foucault (1994), foi incorporada, na modernidade, à pastoral cristã, se define como uma forma de controle dos hábitos dos

corpos no cotidiano. Controlada, a rigor, pela moralidade católica, ela se impõe, em cada período histórico, através da vigilância de práticas consideradas reprováveis e em choque com os modos de vida convencionados pelas esferas dominantes da sociedade. Nos anos 1960, com o Golpe Militar e a supressão de direitos civis e liberdades individuais, a vigilância, o controle e o proibicionismo moral se depararam tanto com a “revolução sexual” em ascensão quanto com as mais diversas formas de subversão, sejam elas políticas (em um contexto global, como forma de se opor às ameaças da Guerra Fria) ou culturais, como a avalanche antiproibicionista em torno das drogas, que passaram a ser consideradas, em um período muito próximo, um dos maiores “inimigos internos” dos países do ocidente.

TURISTAS E VAGABUNDOS: PAISAGENS PSICOSSOCIAIS DA MORALIDADE E DO MEDO

[...] As pessoas são a nossa maior fonte de segurança, mas também a causa mais comum de nosso medo. Elas podem ser indiferentes às nossas necessidades, trair nossa confiança ou procurar diligentemente nos fazer mal. São fantasmas, bruxas, assassinos, ladrões, assaltantes, estranhos e agourentos, que assombram nossas paisagens, transformando o campo, as ruas das cidades, o pátio de recreio da escola em lugares amedrontadores.

(Yi-fu Tuan)¹³²

Partindo da compreensão de que o espaço remete a uma produção coletiva das relações que marcam a vida social, Félix Guattari (1985) propõe a ideia de que os territórios, elementos heterocrônicos que não se dissociam da delimitação espacial, são delineados pelas formas de dominação e relações de poder circunscritas no cotidiano. Tanto os discursos que, na cidade, tentam estabelecer costumes e ordens morais específicas quanto os mecanismos de resistência a essas imposições são determinantes para as formas como esses territórios se (re)configuram em cada espaço e em cada período. Pretendemos, neste capítulo, refletir sobre como, ao mesmo tempo, as formas de exclusão e de demarcação de territórios no espaço urbano e as formas de reivindicação de lugares de existência foram marcantes no cotidiano cratense, principalmente sob a ótica da mídia jornalística que vigorava no período estudado.

Para isso, recorro ao conceito, já utilizado, de “heterotopias do desvio” (FOUCAULT, 2013, p. 22). Para Foucault, a heterotopia desviante supõe as margens da sociedade, os lugares que são “reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida”. Esses lugares, como hospitais psiquiátricos, casas de tolerância, prisões/centros de detenção etc. ou são criados por intervenção estatal e imposições institucionais ou, através do agrupamento de sujeitos rejeitados dos espaços comuns de sociabilidade, emergem, organicamente, como lugares de resistência.

Devemos considerar, todavia, que nem sempre há uma fixidez nos processos de territorialização no espaço urbano e que o fluxo de indivíduos sobre esse espaço muitas vezes não assume uma localização específica. Houve, no mesmo período (fim dos anos

¹³² TUAN, Yi-fu. Paisagens do Medo. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 14.

1960 e início dos anos 1970) um grande fluxo de pessoas de fora para dentro da cidade do Crato e, também de forma a aproveitar os espaços disponíveis, de dentro para dentro. Essa movimentação de pessoas se devia tanto ao surgimento do movimento de contracultura local, que recebia forte influência externa, quanto ao aumento no número de mendigos e flagelados (fugidos da seca) que circulavam nas ruas do Crato.

Como afirma Roberto Marques (2004), em sua pesquisa sobre um movimento de jovens que se formou na região do Cariri e, mais especificamente, no Crato, a influência dos movimentos de contracultura que, nacionalmente, vinha ganhando força e visibilidade, não chegou à cidade do Crato somente pelo alcance dos veículos de imprensa, como o rádio, jornais ou revistas, mas, principalmente, pelo fluxo de viajantes que visitavam a região. Refletindo sobre os depoimentos coletados, o autor afirma que, residindo temporariamente em espaços específicos da cidade, esses viajantes, ao entrarem em contato com a juventude local, elevaram o entusiasmo de jovens aspirantes às mais diversas formas de expressão artística, o que fez com que o movimento de contracultura do Crato fosse se consolidando. Pretendemos refletir sobre a origem desse movimento ao mesmo tempo em que abordaremos a construção da toxicomania como um problema que, gradativamente, foi ganhando visibilidade ao olhar da mídia, no período estudado.

Por outro lado, observamos como era comum matérias publicadas no jornal *A Ação* que reclamavam a urgência de se resolver o problema da mendicância, que, desde meados dos anos 1960, já era muito presente na cidade. No fim da década e início dos anos 1970, uma grande seca fez com que numerosos indivíduos, nomeados flagelados, em busca de sobrevivência, ocupassem cidades da região, o que fez com que o jornal também respondesse de forma alarmista a essa situação. Além disso, também é evidente a preocupação que o *A Ação* manifestava em relação aos problemas internos da cidade, principalmente a situação dos menores de idade que ou frequentavam os espaços de diversão noturna ou eram envolvidos na mendicância e que “seriam”, conseqüentemente, corrompidos pela criminalidade. A questão moral foi, mais uma vez, privilegiada nos debates em torno dessas temáticas.

Como uma forma de articular esses elementos em uma análise sobre espaço, território e relações de poder, recorro ao estudo de Zygmunt Bauman (1998, p. 118), que elabora uma reflexão sobre os “turistas” e os “vagabundos”, que, para ele, são “metáforas da vida contemporânea”. Observando como as relações sociais foram se modificando ao

longo do século XX, o autor afirma que, principalmente a partir da década de 1960, as pulsões reprimidas em prol de um conceito de civilidade baseada nas ideias de segurança, estabilidade e progresso estariam ganhando cada vez mais influência sobre as subjetividades ocidentais. As transformações proporcionadas por acontecimentos daquele período, como a “Revolução Sexual” e a Guerra Fria, também foram afetadas pelo regime neoliberal emergente, que se apropriou dos anseios individuais para propor novos modos de vida, fortemente focados em práticas de consumo e na “pulverização de identidades locais fixas em detrimento de identidades globalizadas flexíveis” (ROLNIK, 1997, p. 19).

Essa “desterritorialização” não é somente identitária, mas também espacial. Segundo o autor, os turistas são aqueles que não se conformam mais em viver em uma localidade e possuir uma identidade específicas. “Livrando-se” das amarras do lugar de origem, se veem com liberdade para visitar e experimentar outros locais, desfrutando do “milagre de estar dentro e fora dos lugares ao mesmo tempo” (BAUMAN, 1998, p. 114), sempre em movimento. “Antidomiciliar”, o turista se aproveita de um mercado em ascensão para construir acampamentos temporários em diversas localidades.

Por outro lado, o autor também aponta o “vagabundo”, sujeito também desterritorializado, que, pela necessidade de sobreviver, também transita entre diferentes espaços. Entretanto, ao vagabundo são atribuídos variados estigmas sociais, já que sua presença não é bem quista pelos moradores que o recebem. Como afirma o autor (1998, p. 118), “se os turistas se movem porque acham o mundo irresistivelmente atrativo, os vagabundos se movem porque acham o mundo irremediavelmente inóspito”. Essas diferenciações marcam, de acordo com ele, as relações contemporâneas, principalmente na forma com que as estratificações sociais são expostas em nível global.

Adoto as ideias de “turista” e “vagabundo” para mostrar que, mesmo sob relações conflituosas com a Igreja, as instituições políticas e os órgãos de repressão policial, os sujeitos estudados são afetados e enquadrados de forma diferenciada, apesar de possuírem diversas semelhanças. Essa compreensão, associada ao conceito de pânico moral que adotamos como elemento que conjuga essas formas de enquadramento de indivíduos e práticas desviantes, está, nesse caso, diretamente associado à ideia de “paisagens do medo e da moral” que adotamos. Em acordo com a reflexão de Yi-fu Tuan (2005), acredito que, na modernidade e na construção de projetos de civilização e urbanização, o “medo do outro” emergiu como uma nova forma de delimitação de espaços, de organização de

territórios e de hierarquização social. Esse medo, utilizado pelos discursos do jornal *Ação* como forma de comover um público-leitor privilegiado e, por conseguinte, de mobilizar os aparelhos repressivos para fins específicos, delineou as formas como a moralidade, máxima da tecnocracia militar que vigorava no período, era concebida.

4.1 – “Sublata causa, tollitur effectus”: toxicomania, um “problema sócioespíritual” 133

Numa narrativa, a droga é a esfera da maior tentação e da maior queda, espécie de armadilha à espreita de curiosos para fisgá-los no pior dos vícios. Em outro registro, no entanto, a droga é o remédio, magia e milagre em pílulas, o paraíso num frasco, **a cura da alma e do corpo**, o consolo anestésico da dor. Assim, **seus usos se multiplicaram na mesma medida que a nosografia oficial dos males da alma** e uma das indústrias mais florescentes da nossa época é a que fabrica esses fármacos.

(Henrique Carneiro)¹³⁴

Além do problema da prostituição, observamos que, principalmente a partir de meados dos anos 1960, o jornal *Ação* passou a focar em outra situação que seria cara ao desenvolvimento da urbe: o uso e comercialização de drogas. O aumento de casos de jovens que eram encontrados portando maconha e outras substâncias foi encarado, pelo jornal, como o mais urgente problema da cidade, no período. Tanto as formas como o jornal passou a descrever a toxicomania quanto as formas como a polícia era mobilizada para combater esse novo inimigo foram determinantes nas novas configurações dos espaços de sociabilidade da cidade. Para entender como o novo sistema econômico vinha se delineando mundialmente, além de como as políticas institucionais de combate às drogas foram organizadas pelo governo ditatorial brasileiro, busco construir uma reflexão sobre uso de drogas (seja o uso cotidiano ou subversivo, sob a influência do movimento de contracultura na cidade) e sobre os mecanismos de “repressão aos toxicômanos”,

¹³³ BRITO, Aglézio de. Drama da Juventude Transviada. Jornal *Ação*, data não especificada, 1967. Do latim, o termo “*Sublata causa, tollitur effectus*” (suprimida a causa, cessa o efeito) é utilizado pelo autor para enfatizar a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a “nova” problemática da toxicomania, então entendida como um “problema sócio-espíritual”.

¹³⁴ CARNEIRO, Henrique. Drogas: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 16-17. Grifos nossos.

recorrendo, inicialmente, ao conceito de dietética e em como o uso de drogas, na sociedade moderna, remodelou relações sociais e, até mesmo, alguns mecanismos de subjetivação de saberes.

A dietética, muitas vezes ignorada por ser um componente imperceptível do cotidiano, merece uma reflexão detalhada, principalmente quanto as formas como é aplicada no controle da rotina e na imposição de uma economia dos prazeres. Como afirma Foucault (1994), os hábitos alimentares, de esforço físico, de trabalho e de transformação do ambiente em que se vive estão diretamente ligados a uma dietética que produz, nos mais variados espaços e temporalidades, diferentes formas de ser e de viver. Na sociedade moderna, entre esses hábitos de consumo, o uso de substâncias psicoativas, tenha ele caráter religioso, medicinal ou recreativo, ganhou, sobretudo a partir do século XIX, um espaço privilegiado nas formas de regulação da vida e de seu cotidiano.

Segundo Henrique Carneiro (2018), a modernidade foi marcada pela expansão de um mercado internacional de produtos e especiarias das mais diversas origens. Entre esses produtos, drogas de vários tipos foram inseridas nesses novos fluxos comerciais. A aquisição e uso desses produtos fizeram com que as sociedades reelaborassem, categoricamente, suas concepções sobre o cotidiano. Foi principalmente a partir do século XIX que, com a produção de novos olhares a partir do saber médico, surgiu o embrião de uma indústria farmacológica, além do desenvolvimento de uma “nosografia oficial dos males da alma”, contribuindo com o estabelecimento de um novo regime “biopsicossocial”. Como afirma o autor, as bases dos diversos regimes de subjetividade modernos foram construídas através dessas novas “modulações químicas de si” (CARNEIRO, 2018, p. 22).

O uso do conceito de “droga” é feito, aqui, de acordo com a reflexão que Rosa Del Olmo (1990, p. 21) elabora sobre o termo. A autora critica a ideia “imprecisa e generalista” de que a droga seria “toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste”. Segundo ela, considerando todas as características orgânicas (ou não) intrínsecas às substâncias, o termo “droga” estaria, na verdade, mais associado à severidade das formas com que a vigília sobre o uso, a experimentação farmacêutica, o controle sobre grupos enquadrados como toxicômanos e as novas estratificações sociais foram delineadas ao longo do século XX.

De acordo com a autora, a criação e regulamentação de políticas proibicionistas sobre os psicotrópicos fez com que, na consolidação de uma polarização entre “bom e mau”, as drogas fossem erroneamente divididas entre “lícitas e ilícitas”. Essa divisão condicionou os discursos médicos, religiosos e políticos que se construía em torno dos psicotrópicos e sobre a sua inserção na dinâmica hierárquica que fundamentava as relações culturais, sociais e econômicas de diferentes países. Essa “massificação” do discurso proibicionista criou uma série de estereótipos que legitimaram o controle e repressão sobre a ilicitude. Entre eles, o “estereótipo da dependência química”, entendido como uma subversão dos valores, que marcaria tanto as relações de convivência quanto a manutenção de um corpo saudável e socialmente aceitável. Ele ganhou espaço, principalmente, nos discursos dos meios de comunicação, das instituições religiosas e, no amplo espectro que compreende a criminologia contemporânea, nas ações dos poderes legislativo e judiciário.

Vale ressaltar que essas novas formas de regulação (seja por convenções cotidianas ou por intervenções do Estado) dietética e medicinal sobre as drogas buscaram abarcar, nesse período, suas diversas formas de uso. Baseando-se nessa diversidade e destacando tanto o uso recreativo quanto ritual/religioso e farmacêutico dos psicotrópicos, Carneiro (2018, p. 23-24) afirma que houve uma “hipertrofia contemporânea na acepção do conceito” de droga, o que fez com que fossem estabelecidos, ao longo do século XX, parâmetros como o de valor de uso, quando, a despeito de uma crise da “autonomia subjetiva” do indivíduo, a droga-mercadoria se inseriria, nesse novo sistema econômico, como um “vício que substituiria os desejos”; valor de troca (pecuniário), em que é atribuída à mercadoria um valor específico de mercado, já que, mesmo contribuindo com a circulação de um capital “ilícito”, o proibicionismo faz com que suas condições de produção e circulação adquiram características peculiares, como a ausência de uma regulação estatal e a manutenção de monopólios; e o valor de signo, em que ao mesmo tempo em que é concebida como “objeto libidinal de paixão e desejo”, a droga, com a ascensão do proibicionismo em torno das substâncias que passaram a ser consideradas ilícitas, adquire estigmas, um “valor de terror, de síntese objetual do mal” e, portanto, um “valor de tabu”.

Entretanto, é relevante destacar que essa gama de valores está diretamente associada, segundo o autor, à capacidade da droga, “além dos efeitos sensoriais hedônicos

ou álgicos, de converter-se, assim, em valor de produção de subjetividade” (CARNEIRO, 2018, p. 25-26). De acordo com ele, como a droga, todo tipo de mercadoria está ligado a alguma espécie de experimentação subjetiva em função de seu uso e de sua representação no cotidiano, mas a droga seria a única delas que teria, por função única, “a pura produção de subjetividades”. É por esse motivo que essas substâncias, como os alimentos, estariam diretamente associadas à ideia de dietética que aqui adotamos: constituindo o grupo de bens não-duráveis, sua comercialização, estocagem e reposição fez com que as substâncias psicoativas, lícitas (como o café, o álcool e o tabaco, por exemplo) e ilícitas, ganhassem uma função essencial não somente em seu uso medicinal, ritual ou recreativo, mas como elemento de coesão no estabelecimento de políticas públicas e de ações institucionais, na contemporaneidade.

Boa parte dos debates que compreendem a polêmica entre licitude e ilicitude no uso de substâncias psicoativas estariam ligados, segundo autores como David Le Breton (2013), às formas de controle sobre os corpos, tanto em uma concepção coletiva quanto individualizante. Por um lado, observamos a intervenção médico-científica na utilização de substâncias psicoativas atenuantes ou neutralizadoras de condições psíquicas consideradas patológicas não somente para o indivíduo, mas para a estabilidade do cotidiano social. Por outro, observamos a utilização independente, geralmente em caráter recreativo, de substâncias lícitas (que possuem, entretanto, uma regulação de uso sob prescrição de uma instituição médica) e, principalmente, de substâncias ilícitas. Vale ressaltar, entretanto, que as compreensões de licitude e ilicitude estão mais associadas às práticas da comercialização do que à substância em si – ou seja, substâncias consideradas lícitas, como a medicação de uso controlado, também podem, ao serem inseridas em um comércio informal, serem associadas à criminalidade e à ilicitude. Nesta seção, privilegiarei a reflexão sobre os discursos que se construíram, no período estudado, em torno do uso e abuso de drogas consideradas ilícitas.

Segundo Le Breton (2013, p. 56), o uso de drogas, principalmente as produzidas e distribuídas pela indústria farmacêutica, é tido como dotado de uma gama de “técnicas da vida cotidiana que concorrem para o uso de si”. O “domínio químico do cotidiano”, operando, principalmente, sobre o apagamento de desejos e adestramento de pulsões que, na modernidade, marcaram as relações entre as concepções de liberdade e segurança, tornou-se um dos maiores instrumentos de vigília e controle do cotidiano e dos

indivíduos. A utilização da droga, portanto, ao mesmo tempo em que é instrumentalizada e legitimada pelo Estado e pelas instituições como solução para a desordem da loucura e para a determinação de novos padrões de conduta e produção econômica, também passa a ser encarada, pelos indivíduos, como recurso de autocontrole, que garantiria uma “onipotência sobre si” e sobre a gestão de humores, comportamentos e capacidades físicas comuns (LE BRETON, 2013, p. 57).

Associando essa compreensão à afirmação de Carneiro (2018) sobre as substâncias psicoativas produzirem, sobretudo, um “valor de subjetividade”, é possível entendermos o uso de drogas como um dos fatores essenciais ao funcionamento da sociedade moderna. Sua capacidade estimulante, redutora ou momentaneamente neutralizadora de emoções fez com que sua utilização tanto se refletisse em efeitos considerados positivos quanto negativos nos projetos de modernização dos mais diversos países. O Brasil (e, conseqüentemente, a cidade do Crato) também foi afetado pelas transformações que os psicotrópicos causaram nas subjetividades.

Mesmo crescendo consideravelmente desde os fins do século XIX, tanto a indústria farmacológica quanto a diferentes formas de produção e uso de psicotrópicos lícitos e ilícitos só ganharam maior visibilidade a partir da década de 1950. Antes disso, o uso de drogas ilícitas já era percebido pelas sociedades, mas as políticas institucionais que, em nível global, promoveram ações de criminalização do uso só se consolidaram na segunda metade do século XX.

Até os fins da década de 1950 e início da década de 1960, era predominante, segundo Rosa Del Olmo (1990, p. 30) “o discurso ético-jurídico e, portanto, o estereótipo moral, que considerava a droga ilícita fundamentalmente sinônimo de periculosidade, apesar de começar a se impor o modelo médico-sanitário com as opiniões dos especialistas internacionais”. Esse discurso já era baseado nas diferentes formas de estratificação social e racial que se consolidaram em diferentes países. No processo de construção dos estereótipos associados ao uso de substâncias ilícitas, era comum a associação entre a toxicomania, a criminalidade e a “depravação sexual”. Segundo a autora, a droga, portanto, só passou a ser vista como uma maior ameaça quando seu uso atingiu uma maior escala e “ultrapassou” as barreiras das periferias dos grandes centros urbanos, adquirindo um dito caráter epidêmico.

No discurso jornalístico, as drogas já vinham sendo associadas a grupos sociais específicos, principalmente aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, foi a partir dos anos 1960 que, como afirma Stanley Cohen (2011), as instituições que fomentavam políticas proibicionistas, ao se depararem com a massificação do uso de drogas ilícitas pela juventude pertencente às classes médias norte-americanas e europeias, passaram a promover notícias marcadas por apelos morais ao público em geral.

Seguindo as ideias do autor, observa-se que o pânico moral em relação ao uso de drogas ilícitas ganhou força: (1) em torno do crescimento do número de substâncias psicoativas utilizadas recreativamente no fim dos anos 1960, como o ácido lisérgico (LSD), o ecstasy, a cocaína, o crack¹³⁵ e a maconha; (2) na patologização do usuário que, desumanizado, era visto como um elemento defeituoso e nocivo à individualidade, à família e à sociedade; (3) em reação aos novos grupos que, “culturalmente”, promoviam o uso de psicoativos, como as “acid houses, raves, club culture” (COHEN, 2011, p. 14) etc.; e, por fim (4), como uma nova forma de controle da população pobre, geralmente associada à negatividade da toxicomania e posta como alvo direto nas ações policiais de combate às drogas.

Na cidade do Crato, por exemplo, tanto o uso de maconha quanto do ecstasy e de drogas farmacêuticas injetáveis se tornaram comuns nas rotinas de lazer de determinados grupos de jovens, o que fez com que o jornal *A Ação* investisse na promoção de formas alarmantes de comover a população local. Essas novas abordagens da imprensa sobre a dependência química visaram a formação de uma “atmosfera de medo” em torno dos efeitos maléficos das drogas sobre os indivíduos e em relação ao que seria o risco de uma “corrupção moral” dos costumes, resultando na adoção de políticas de repressão que

¹³⁵ Vale ressaltar que também há, na produção, comercialização e uso de determinadas substâncias, alguns aspectos contrastantes sobre o estrato social dos usuários. O crack, por exemplo, forma cristalizada da cocaína, possui uma produção mais barata, o que faz com que o produto seja comercializado por preços mais acessíveis. A cocaína, por outro lado, por exigir uma forma de produção mais refinada, acaba se tornando mais cara. As duas substâncias passaram a ser utilizadas pelas populações rica e pobre de diferentes países. O crack, entretanto, pela facilidade de acesso, é mais associado ao caráter “epidêmico” da dependência química e a população pobre, que constitui a maior parte dos usuários, acaba sofrendo mais repressão das forças policiais no combate às drogas. A droga também emerge, nesses casos, como uma forma de manutenção de status e da pirâmide social. Ver: *Crack: cocaína, corrupção e conspiração*. Documentário dirigido por Stanley Nelson. Netflix: 2021(129 min).

atingiam, preferencialmente, os grupos em situação de vulnerabilidade social, com elas ganhando aprovação pública e legitimidade social.

Na década de 1960, não houve um rompimento com os estereótipos morais e estigmatizantes que eram diretamente associadas aos usuários. Entretanto, foram construídas novas políticas institucionais e outras compreensões sobre a toxicomania. De acordo com Del Olmo (p. 33), após a Convenção Única sobre Estupefacientes, organizada pelas Nações Unidas no ano de 1962, foi implementado um modelo “médico-sanitário” de enquadramento dos usuários de drogas: emergiu, nesse momento, a ideia da dependência química e a necessidade de uma intervenção direta do Estado sobre essas novas condições patológicas.

O reconhecimento de que a toxicomania teria atingido uma condição epidêmica fez com que o discurso técnico-científico sobre os efeitos que essas substâncias poderiam causar sobre o corpo ganhasse forte influência. As novas compreensões sobre o uso de drogas foram refletidas sobre as políticas de segurança nacional e saúde pública de variados países. No caso do Brasil, por exemplo, o General Castello Branco, em um decreto-lei promulgado em 10 de fevereiro de 1967, determinou que a divulgação e venda de qualquer tipo de substância química que causasse dependência do usuário e que não estivesse sob tutela médica estaria sujeita a sanções penais severas.

No período militar brasileiro, os novos ordenamentos jurídicos, associados aos projetos técnico-políticos fortemente embasados pela valorização de uma dita ordem moral, foram determinantes nas práticas de vigília e repressão sobre a venda e o consumo das substâncias psicoativas. Refletindo sobre o estudo de Alessandro Baratta (1992) acerca das ações da Ditadura sobre o controle da toxicomania, Vera Malaguti Batista (2020, p. 82) afirma que

[...] a dramática concentração da opinião pública e da ação repressiva do Estado não tinha como fator determinante o incremento do consumo real, mas sim o incremento do controle levado a cabo pela medicina e pelo direito penal. São elementos ligados à disputa de poder interno e internacional. O autor insere a atual política de drogas no sistema de poder pastoral do Estado tecnocrático, onde a criminalização substitui a delimitação de segmentos sociais.

Compreendendo que o sistema econômico internacional que vinha se delineando no período manifestava uma grande preocupação em relação às formas de controle sobre

os indivíduos, Batista (2020) afirma que a vigília sobre o uso se tornaria tão importante quanto a vigília sobre as formas de produção e comercialização de drogas. A autora, que elabora um estudo diacrônico sobre a criminalização da juventude pobre e dos usuários de drogas, no Rio de Janeiro, afirma que as técnicas de repressão construídas pela ditadura eram fortemente ligadas a racionalidade neoliberal que estava se implantando. Esse regime não se caracterizaria, nesse caso, somente por uma articulação construída entre Estado e meios de produção, o que manteria a estabilidade da pirâmide social, mas principalmente sobre os indivíduos que constituíam as engrenagens da produção do capital. Ou seja, as formas de individualização de saberes, nesse novo sistema econômico e psicossocial, se sustentavam pela supervalorização da individualidade como uma forma de controle. Numa sociedade que prioriza as formas de consumo em detrimento das formas de produção, o indivíduo passa a ser o maior objeto de investimento.

A efetivação dessa vigilância em relação aos indivíduos mobilizou diversas instituições e seus discursos que tiveram forte influência sobre a opinião pública, como as instituições médicas, religiosas e políticas (recorrendo, na maioria das vezes, ao anticomunismo) e, sobretudo, a produção jornalística. Nesse período, os veículos de imprensa se tornaram peças fundamentais nas novas ações de combate às drogas. É por esse motivo que o poder pastoral, entendido como um mecanismo de subjetivação de saberes que governaria a conduta dos indivíduos, é associado ao regime moral-tecnocrata adotado pelos militares: paradoxalmente, ao mesmo tempo em que era utilizado para mobilizar as emoções do público que daria legitimidade às ações da Ditadura, ele era fundamentado por decisões políticas de baixa participação popular.

Vale ressaltar que a tecnocracia moral que amparava a imagem do governo era alicerçada pelas ideias que vinham se construindo em torno da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Segundo Luiz Henrique Santos Brandão (2019, p. 45), a DSN emergiu no contexto da Guerra Fria, quando os países do Ocidente, partindo da ideia de que seria necessário fomentar políticas de “segurança continental”, elaboraram métodos de “assistência militar” direcionados aos países latino-americanos. Objetivando-se, principalmente, em construir redes de combate ao “subdesenvolvimento, à proliferação da ideologia marxista-leninista e às estratégias subversivas de contrainsurgência” (BRANDÃO, 2019, p. 46), a DSN se formou, primariamente, a partir da idealização de um plano econômico, de um plano psicossocial e, como já afirmamos, de um plano

militar. Nesse período, o lema político “ordem e progresso” não foi substituído, mas reconfigurado em torno do binômio “segurança e desenvolvimento”.

Inicialmente elaborada para combater o “perigo comunista”, a Doutrina de Segurança Nacional brasileira, conjugando argumentos de forte apelo moral que eram sustentados pelas mais diversas instituições, foi construindo a ideia de “inimigos internos” do país. Entendidos como elementos potencialmente danosos à moral e à ordem, grupos marginalizados, geralmente associados ao uso de drogas, à prostituição e depravação sexual, à criminalidade e à contravenção, ao serem conectados à ideia de subversão moral, comum aos discursos promovidos contra o comunismo, acabaram sendo classificados, progressivamente, como inimigos internos da nação (BRANDÃO, 2019, p. 58).

No início dos anos 1960, o termo “droga” ainda não possuía uma carga semântica impactante na imprensa nacional. Observamos em periódicos como o *Correio da Manhã* (RJ), que as ocorrências¹³⁶ de uso do termo variavam muito entre as substâncias farmacêuticas e as recreativas. Deste modo, foi principalmente a partir dos anos 1970 que o léxico em torno da droga adquiriu, política e culturalmente, um status de tabu nas páginas dos jornais, sendo cada vez menos utilizado para se referir às drogas farmacêuticas. A indústria buscava se afastar cada vez mais dos estigmas associados a esse termo.

À medida que a cobertura jornalística sobre a criminalidade se aperfeiçoava e ganhava protagonismo nos periódicos impressos, os discursos em torno da “nova inimiga interna” da nação foram ganhando força e impacto sobre a opinião pública de forma progressiva. Verificamos, no jornal *A Ação*, que se tornava cada vez mais comum a publicação de matérias que centravam sua preocupação em torno das drogas, de seu uso, abuso e impactos no corpo, no espírito e na mentalidade dos homens, sobretudo da juventude.

Manifestando suas preocupações com alguns problemas que o Crato, que estaria consolidando seu pleno desenvolvimento, estava passando, Padre José Honor, em uma

¹³⁶ Em busca rápida no catálogo da Hemeroteca Digital Brasileira, observamos que a ocorrência do uso da palavra droga (com 1158 resultados) variava muito, na década de 1960, entre as propagandas de fármacos e notícias relacionadas ao abuso de substâncias ilícitas.

publicação intitulada “Crato não é só bonança”¹³⁷, aponta alguns elementos que destoavam do desenvolvimento da urbe. Entre eles, o sacerdote destaca a prostituição e a libertinagem sexual, que estariam “se avolumando e ameaçando as bases da família”, e, “sobretudo, o grande mistério que envolve a penetração da erva maldita”, que, em suas palavras, “é capaz de destruir a mais resistente constituição física”. Ainda sobre o abuso de substâncias psicotrópicas, o padre continua:

Os bares que se multiplicam onde, ao lado do tempo, se esbanjam dinheiro, saúde e responsabilidade – o índice de consumo de cerveja em Crato é percentualmente, um dos mais elevados do país – constituem uma das causas de indiferença de nosso povo a determinados problemas cujo equacionamento depende do espírito humanitário de cada um.

Durante a análise das matérias coletadas, observamos que tanto a prática da prostituição quanto a do uso de entorpecentes são enquadradas de duas maneiras: ou as matérias recorriam a um discurso médico-sanitário para indicar que elas seriam não somente patologias do corpo e do espírito, mas do funcionamento regular da sociedade, ou eram inseridas nos domínios discursivos que retratavam as diversas faces da criminalidade, nas páginas dos jornais, e que vinham ganhando cada vez mais atenção do público-leitor. Vale ressaltar, entretanto, que ambas as formas de enquadramento desses grupos estavam diretamente associadas ao discurso religioso que, no período, se sustentava pela exaltação e defesa das ideias de “tradição, família e propriedade”.

As matérias do *A Ação* revelam que, com o passar dos anos, as preocupações em torno da “manutenção da moral” social foram se modificando. Criado inicialmente com o intuito de orientar moralmente seu público-alvo (que era formado, em sua maioria, pela elite e classe média letradas da cidade), o jornal também sofreu algumas modificações no período de transição para o período autoritário pós-1964. Essas mudanças são perceptíveis em todos os periódicos que possuíam grande, média ou pequena circulação. No caso do *A Ação*, entretanto, um jornal assumidamente católico, nota-se que as matérias que recorrem ao apelo pela “educação moral” se defrontam com as ações do Governo Militar, que se apropriou do discurso religioso em torno da moral para construir suas diretrizes de ordenamento social, além de fortalecer a máquina da repressão.

¹³⁷ HONOR DE BRITO, Padre José. “Crato não é só bonança”. *Jornal A Ação*, data não especificada.

Pelo menos na primeira década do período militar brasileiro, o posicionamento da Igreja passou por diversas contradições, com manifestações de apoio ou oposição ao governo, com a adoção de diferentes orientações políticas e doutrinárias nas arquidioceses. Observa-se, como na reflexão que Hannah Arendt (2004) fez sobre condutas morais, pensamento religioso e totalitarismo na Alemanha nazista¹³⁸, que a compreensão de moral (especialmente a reivindicada por uma vertente religiosa) é relacionada – entretanto, sem questionamento – à legitimação de ações despóticas. Sendo assim, não havia dificuldades em conciliar os princípios morais da benevolência cristã, por longa data defendidos, com as ações repressivas e mecanismos violentos utilizados pelo Estado para a manutenção da ordem (e da moral em si). Essas “novas” concepções de moralidade, ao mesmo tempo em que continuavam adotando os princípios de caridade e condescendência da pastoral cristã, cooperaram com o processo de banalização e normalização de ações violentas das instituições policiais. Apesar dos conflitos internos à instituição, a Igreja, juntamente aos veículos de imprensa, recorrendo aos discursos em “defesa da moral e dos bons costumes”, contribuíram com o aperfeiçoamento das tecnologias de repressão política, sobretudo aquelas que atuavam no cotidiano.

Em matérias focadas nos problemas que a “juventude transviada” estaria causando na sociedade, o jornal, adotando argumentos de efeito moral, busca tratar, como já mostramos, a problemática de uma forma aparentemente mais técnica, complacente. Como exemplo, vemos a matéria intitulada “O Drama da Juventude Transviada”, assinada em 1967 pelo advogado Aglézio de Brito, em que ele vai reclamar sobre a necessidade da sociedade, as instituições educacionais e os agentes públicos darem uma atenção especial à juventude que estava se envolvendo com entorpecentes e “outras perversões”. Segundo o autor,

Desde muito tempo que a maconha e outros tantos produtos de igual caráter entorpecente têm sido manchetes dos jornais e levado os toxicomaníacos ao isolacionismo das prisões. Até hoje, entretanto, pouca gente se preocupa em estudar o problema à luz dos postulados psico-sociais, e a grande maioria, mormente os detentores do poder, contentam-se em simplesmente lançar nos cárceres os “playboys” viciados na “erva” ou em “bolinhas”¹³⁹, como uma

¹³⁸ Considerando as devidas proporções, reconhecemos que as compreensões sobre moral nos dois contextos (totalitarismo nazista e autoritarismo ditatorial brasileiro) são diferenciadas. Recorro, aqui, a uma reflexão sobre a relativização da moral religiosa como política governamental.

¹³⁹ Apelido popularmente dado a drogas estimulantes, como o rebite (derivado da anfetamina que, geralmente, sendo misturada com cocaína, tem seu efeito potencializado), muito utilizado por caminhoneiros e viajantes, e o MDMA (3,4-metilenodioximetanfetamina), conhecido como ecstasy.

solução certa e definitiva para a complicadíssima problemática. [...] Quando o problema da “juventude transviada” requer uma análise interior, uma orientação de ordem espiritual e educacional, os governos se acomodam em solucionar a questão com o ponto final, e medíocre no caso, da exterioridade da lei. Aparentemente, ou momentaneamente tudo se resolve. Mas, lá fora do abandono das prisões, novos espíritos se fertilizam e se multiplicam incessantemente, para nova e mais estratégica investida pelos meandros do tóxico e de outras não menos estudadas perversões sociais que surgem em consequência. [...]

Como já observamos, havia uma diferenciação nas formas com que os usuários de drogas ou jovens rebeldes eram tratados. Enquanto as notícias que retratavam acontecimentos ocorridos nos bairros de periferia faziam uma associação direta entre toxicomania e criminalidade, matérias que tratavam sobre a juventude (por reconhecer que o uso de drogas havia ultrapassado as barreiras do “submundo”) buscavam refletir sobre a situação de forma mais transigente. Entretanto, o conteúdo do jornal, sendo ele um dispositivo da Igreja, possuía um modo operacional específico: o problema é apontado, sujeitos são culpados/criminalizados, questões sociopolíticas e religiosas eram levantadas e soluções eram sugeridas. Essas soluções geralmente recorriam a argumentos de efeito moral que tanto reconheciam a importância de se preservar a ordem social que estava sendo instaurada quanto procuravam cumprir o papel pastoral da Igreja, reeducando e redirecionando almas desviantes.

No caso citado, Aglézio de Brito, que também culpa os educadores, o sistema educacional e a prevaricação política, sugere que o problema deve ser encarado como de ordem “sócio-espiritual” e que uma reformulação no sistema educacional e nas formas de amparo a esses jovens desviantes seria a solução ideal. Por fim, o autor defende que essas ações também devam ser consideradas “progresso” e que são de suma importância para o projeto de civilização que estava sendo discutido no período.

Por outro lado, também observamos matérias que associavam diretamente os usos de substâncias “entorpecentes” à criminalidade, a fim de mostrar que o toxicômano não tinha controle sobre o próprio corpo, tampouco equilíbrio moral e espiritual, e que acabaria se tornando um problema para a coletividade. Reproduzirei, aqui, uma notícia

estampada na capa da edição de 12 e 13 de novembro de 1966, intitulada “Quatro mulheres foram presas quando puxavam a Erva Maldita”¹⁴⁰:

Encontram-se trancafiadas na cadeia pública quatro mundanas que foram surpreendidas pela polícia, quando fumavam ardentemente cigarros de maconha pelos lódos do baixo meretrício. São os seguintes os nomes das fulanas: Bahiana, Pirrita, Edísia e Antônia.

A PISTA DESCOBERTA

Tudo começou com a prisão de Antônia, quando estava tirando um traguinho da erva. Quando a mulher se viu encarcerada, deu um berro, meteu a bôca no mundo e denunciou suas companheiras de vício.

PROCEDÊNCIA DO QUEIMANTE

Segundo declarações da proto-prisioneira, a maconha vem de Juazeiro e é distribuída por um malandro e jogador, conhecido por Gago. Contudo, a polícia ainda não tem certeza da fonte da muamba, não tendo, por isto, localizado os traficantes.

SUSPEITOS

Em palestra que mantivemos com elementos policiais, soubemos que existem outros suspeitos puxando a erva, já estando as autoridades no encalço dos referidos. Confiamos na atuação do Sr. Delegado Especial, para que fatos desta natureza não se repitam nesta terra por demais ordeira.

As formas como o *A Ação* passa a retratar as cenas dos crimes foram se tornando cada vez mais detalhadas, em conformidade com a expansão do núcleo urbano da cidade e de seu destaque no desenvolvimento da região. Mesmo possuindo um público leitor muito restrito (nos anos 1960, a taxa de analfabetismo no Brasil ainda era muito alta, atingindo em torno de 40% da população¹⁴¹. Vale ressaltar que o número de leitores de periódicos impressos era ainda mais reduzido), as técnicas de produção e mecanismos de divulgação do jornal se expandiram consideravelmente desde a sua criação, o que fez com que a espetacularização da cena do crime, objeto que já causava fascinação no público-leitor, tomasse cada vez mais páginas e capas de suas edições. Por ser um jornal da instituição mais prestigiada da região, no período, as formas de comoção e convencimento do público eram ainda mais influentes.

¹⁴⁰ “Quatro mulheres foram presas quando puxavam a Erva Maldita”. *Jornal A Ação*, 12 e 13 de novembro de 1966.

¹⁴¹ HADDAD, Sérgio. Analfabetismo no Brasil: o que há de novo? *Folha de São Paulo*. Disponível em <[https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opiniao/10.html#:~:text=Há%20uma%20tendência%20histórica%20de,%2C7%20milhões%20\(25%25\).>](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opiniao/10.html#:~:text=Há%20uma%20tendência%20histórica%20de,%2C7%20milhões%20(25%25).>)>

Assemelhando-se ao debate que Dominique Kalifa (2019) propõe sobre as transformações que as narrativas sobre o crime na sociedade francesa foram sofrendo na passagem do século XIX para o XX, acredito que essas narrativas sobre fatos cotidianos¹⁴², se tornando cada vez mais rentáveis no mercado, contribuía com a invenção de uma realidade que acabava sendo facilmente assimilada pelo público-leitor. Essas invenções, que o autor afirma serem muitas vezes intencionalmente paranoicas, fazem com que diversos agentes sociais e políticos, mobilizados por uma população comovida, invistam na institucionalização da repressão ao crime. No caso do *A Ação*, as narrativas em torno das cenas do crime, no intuito de aproximar o leitor da figura do expectador da cena, foram se tornando cada vez mais próximas da reportagem, gênero posteriormente privilegiado pelo jornalismo televisivo.

Além do exposto, vale ressaltar que, aliando-se às transformações que a sociedade brasileira vinha sofrendo com a imposição desse regime tecnocrata, o jornal acabava dando ênfase à problemática moral do crime. No caso citado, por exemplo, é possível observar que tanto o estigma da prostituição quanto do uso de drogas, do tráfico, do jogo e, principalmente, do espaço do delito são expostos como elementos-chave de uma metanarrativa sobre o crime que vinha ganhando influência na imprensa brasileira do período. Observamos, também, que havia uma diferenciação no enquadramento dos usuários de acordo com sua classe social e local do delito. No último caso, há, como proposta de solução, uma mobilização das forças policiais para reprimir esses espaços e sujeitos.

Seguindo a mesma proposta, o jornal publica, na capa da edição de 1 de outubro de 1966, uma notícia intitulada “Um cigarro leva chapeado à prisão e motorista ao cemitério”¹⁴³:

Na tarde de segunda feira, no bairro Batateira, o chapeado Juarez Pedro da Silva matou, a golpe de peixeira, o motorista conhecido por (Zé da Batida), numa discussão provocada pela falta de um cigarro.

CAUSA

Segundo nossa reportagem conseguiu colher (sic), o crime se deu, quando Juarez pediu um cigarro forte ao seu companheiro e a vítima respondeu

¹⁴² Kalifa (2019) elabora uma reflexão sobre as transformações que os *fait divers* (fatos cotidianos, diversos e de rápida divulgação) foram sofrendo na imprensa francesa.

¹⁴³ “Um cigarro leva chapeado à prisão e motorista ao cemitério”. Jornal *A Ação*, 1 de outubro de 1966.

grosseiramente, adiantando que havia saído de casa perturbado. Provocada a discussão, Juarez sacou de uma faca e atingiu seu companheiro com um golpe na coxa.

PRISÃO

Depois de tomar conhecimento do crime, o Delegado Especial tomou as providências necessárias, enviando patrulhas até o local e somente na tarde de quarta-feira conseguiu fazer a prisão.

CASO DE JUSTIÇA

Estamos informados de que o crime se deu nas proximidades de uma casa livre, onde um cidadão de vida fácil vive da exploração humana sem querer nada com o trabalho.

Fazemos aqui, em nome dos moradores daquele populoso bairro, um apêlo ao Sr. Delegado para que mande uma patrulha fiscalizar o local, e faça com que casos dessa natureza não venham a acontecer.

Havia uma associação direta entre criminalidade, prostituição e uso de drogas. Nesse caso, a notícia expõe que, em razão de um cigarro forte (que não seria necessariamente uma substância psicoativa, mas fonte de vício e, portanto, de desequilíbrio emocional), um cidadão assassinou o outro. Percebe-se que não houve esforços para levantar outras motivações para o ocorrido, como, por exemplo, a forma com que, segundo os relatos, um sujeito teria tratado o outro. Assim sendo, é possível observar que, diante do conjunto de matérias que buscavam criar formas de comoção social através da criminalização de determinadas práticas, sujeitos e espaços, a notícia acaba se tornando mais um elemento importante do escândalo como recurso discursivo.

Nos anos 1970, observamos que já era comum a preocupação que se construía na cidade em torno das drogas, principalmente devido à sua associação aos conflitos cotidianos. As “brigas”, que logo passariam a ocupar praticamente todas as edições do jornal *A Ação* e dos registros policiais, muitas vezes colocavam – talvez como uma forma de reeducação e controle de hábitos de consumo – as drogas como principais motivadores do descomedimento emocional do homem.

Como já afirmamos, o espaço do delito também era um fator primordial para as formas como eram construídas essas narrativas em torno do crime. Os espaços de diversão, seja na Rua Nelson Alencar, seja no bairro do Gesso ou em outros lugares, constituíram-se, também, como espaços de disputa pelo lazer na cidade. Por exemplo, no

dia 11 de novembro de 1972¹⁴⁴, o *A Ação* publica uma matéria reclamando sobre a ocupação de um espaço de lazer comum aos cidadãos do Crato, a Nascente:

Um dos mais belos e atraentes locais de turismo do Crato, a NASCENTE, com a sua abandonada hidro-elétrica, está se transformando no pior foco de desordeiros, bêbados e maconheiros da cidade, além de servir de local para os escândalos das mulheres de vida fácil. Agora nem só de noite, mas em plena luz do dia.

Nos domingos principalmente, a Nascente tem sido o cenário de muitas brigas delas com facas-peixeiras e até com garrafas quebradas, tendo havido inclusive briga de pedradas.

O ambiente está muito conturbado, não em absoluto recomendado para as famílias, e raro é o sábado ou o domingo em que não esteja ali uma corja de desordeiros e maconheiros a perturbar o sossego dos que para ali se dirigem para tomar banho ou desfrutar as delícias de um dia numa paisagem realmente encantadora.

Pedimos providências ao Sr. Delegado de Polícia do Crato para que, ao menos nos domingos, quando é menos o movimento no centro comercial, colocar ali um ou dois soldados para manter a ordem, proibindo terminantemente que de dia a Nascente seja frequentada pelas marafonas – o que lhe dá um ambiente sórdido e altamente perigoso.

Como vimos na seção anterior, como forma de controlar as práticas de diversão noturna, por ordem judicial e força policial, sujeitos foram forçadamente despejados para bairros de periferia, que tanto se distanciavam do núcleo urbano, quanto dos espaços de sociabilidade das famílias de classe média e da elite da cidade. Entretanto, essas ações não significavam que também não houvesse resistência dos grupos que eram expulsos desses espaços. A Nascente, antiga hidrelétrica abandonada da cidade, pela sua localização, se tornou um dos principais pontos turísticos do Crato, concentrando bares, restaurantes e balneários que atraíam um grande público. Conseqüentemente, tanto o comércio de drogas lícitas e ilícitas quanto a prostituição, práticas conhecidas nas cidades, também adentraram nesse espaço, o que fez com que ele também fosse adquirindo, com o tempo, uma fama de lugar da criminalidade, da perversão e da contravenção.

Reconhecendo um possível descontrole sobre essas práticas, sujeitos e espaços, durante os anos 1970, as forças policiais começaram a tomar medidas mais duras de repressão, principalmente quando, no fim da década, o delegado Francisco Tavares Barbosa assumiu a liderança da delegacia de polícia do município. Como uma de suas primeiras decisões, o Tenente Tavares proibiu, em 11 de abril de 1979, através da

¹⁴⁴ “Nascente é foco de desordeiros”. *Jornal A Ação*, 11 de novembro de 1972.

publicação de portarias, a comercialização de armas brancas¹⁴⁵ nos dias de funcionamento do Mercado Municipal, a fim de evitar brigas fatais nos espaços de lazer da cidade. Logo após a decisão, considerando que o consumo de bebidas também era um dos principais motivadores de relações violentas nesses espaços, em 3 de maio de 1979¹⁴⁶, ele baixou uma portaria determinando estar “terminantemente proibida a venda de aguardente após as 18 horas, ficando os infratores sujeitos às sanções penais legais”.

Em conformidade com as formas com que o governo militar aperfeiçoava a máquina de repressão policial, as delegacias de polícia da região do Cariri também foram aprimorando suas técnicas de vigilância e controle sobre a população local, agora focando não somente nos usuários de drogas, mas principalmente nas redes de tráfico que vinham se formando e criando relações com estados vizinhos. A Doutrina de Segurança Nacional, que, nos anos 1970, já era a principal premissa do governo, já equiparava (em termos de importância e de intervenções institucionais prioritárias) a guerra às drogas ao combate ao comunismo e “suas perversões”. Como afirma Antônio Mauricio Freitas Brito (2021, p. 41),

[...] A toxicomania comunista foi um argumento construído por frações civis e militares durante a ditadura. No contexto da Guerra Fria, essas representações reproduziam uma tradição anticomunista moral e conspirativa atualizada pela chamada “revolução nos costumes”. Esses elementos alimentaram uma reação contrassubversiva e conservadora, convergindo com as moralidades em torno do proibicionismo, que associava a droga à promiscuidade sexual e à destruição da família.

Nesse período, não somente as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), mas também as demais organizações militares já estavam adotando a “repressão preventiva” (MAGALHÃES, 1997) como *modus operandi* principal. Segundo a autora, essa forma de repressão focava numa espécie de vigilância sobre cotidiano social, observando como comportamentos desviantes às normas legais e morais, que vigoravam no período, poderiam sinalizar uma possível ameaça subversiva. Essas novas operações fizeram com que a repressão policial ganhasse força no cotidiano de todas as cidades do país, se utilizando do argumento anticomunista para promover as mais diversas formas de higienização social dos espaços urbanos.

¹⁴⁵ Francisco Tavares Barbosa. Portaria. 11 de abril de 1979.

¹⁴⁶ Francisco Tavares Barbosa. Portaria. 3 de maio de 1979.

No caso do Crato, observamos que não havia uma menção direta ao anticomunismo nas formas de organização da polícia em relação ao combate à criminalidade. Entretanto, observamos como as transformações institucionais ocorridas no período, fortemente influenciadas pelas formas como vinha se construindo a DNS, podem ter afetado as formas como as instituições policiais fortaleceram os mecanismos de repressão e combate à criminalidade, sobretudo quando associada ao tráfico ou consumo de drogas. Em 4 de julho de 1979, enviando um relatório mensal¹⁴⁷ de atividades ao Coronel Juarez Napoleão, então diretor do Departamento de Polícia do Interior do Ceará (DPI-CE), o Delegado Francisco Tavares, orgulhando-se da efetividade de suas ações na cidade do Crato, afirma que

a ordem pública do município, continua inalterada, e, desde que assumi funções do cargo de Delegado Especial (de 30 de julho de 1978 a 30 de junho de 1979), consoante estatísticas comprovadas, o índice de criminalidade, para orgulho desta autoridade, decresceu uma percentagem de 187%.

Entre as ações do novo delegado, a repressão aos “toxicômanos” foi a que mais marcou o período em que ele esteve comandando as forças policiais cratenses. Durante a pesquisa no Acervo de Chefatura de Polícia do Interior, a maior parte dos documentos encontrados eram originados da Delegacia de Polícia do Crato e se referiam à apreensão de grandes quantidades de maconha e prisão de jovens que transportavam ou comercializavam a substância.

Esses documentos, geralmente radiogramas enviados ao DPI, em Fortaleza, apontavam os procedimentos que comumente eram realizados após esse tipo de apreensão: inicialmente, após deter os sujeitos, era instaurado um inquérito; após isso, era iniciado o processo de investigação do delito, considerando a origem da substância e quais seriam os possíveis indivíduos envolvidos; da substância, detida na delegacia, era enviada uma amostra para a comprovação de sua origem ao Laboratório de Saúde Pública do Ceará, órgão diretamente ligado ao DPI, que analisava características como cor, aspecto, odor, sabor (caracteres organolépticos), determinações químicas (origem e espécie da erva), e a conclusão, que geralmente apontava a substância como “fortemente

¹⁴⁷ Francisco Tavares Barbosa. Ofício encaminhado ao Diretor do DPI-CE, Ce. Juarez Napoleão. Crato, 4 de julho de 1979.

entorpecente”. Após emitido o laudo, eram iniciados, pelo juiz local, os procedimentos penais.

Todos esses procedimentos eram realizados com base na Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que dispunha sobre a “prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”¹⁴⁸. Além de fazer uma listagem das proibições em relação ao tipo da droga, produção, cultivo, uso e comercialização, a lei também abordava ações de “tratamento e recuperação”, impondo regras de internação ou tratamento às quais seriam submetidos os toxicômanos e os “crimes e penas” que, a depender da quantidade e da situação, estabeleceriam uma punição ao infrator. Vale ressaltar que, nesse período, mesmo ainda havendo formas rigorosas de repressão aos usuários, a criminalização descentralizaria esses sujeitos do foco principal das investigações, colocando, nesse momento, o “traficante” como a principal fonte de perigo e de corrupção social e moral (BATISTA, 2020).

Mesmo sob uma repressão mais severa e legitimada pelas mais diversas instituições, ainda havia focos de resistência que, de diferentes maneiras, se impuseram naquele período. No dia 28 de novembro de 1979¹⁴⁹, o Delegado Francisco Tavares envia um radiograma ao Secretário de Segurança Pública do Ceará, o General Assis Bezerra, com o seguinte conteúdo:

Rad. nº 285/79 de 28/11/1979. Comunico- V. S^a que nas Ruas dessa cidade amanheceram pixadas as seguintes frases (TENENTE TAVARES PRECISA MORRER), (A PASSAGEM DO DELEGADO ESTÁ COMPRADA PARA O INFERNO), (O CRATO NÃO TEM POLÍCIA). Adianto a V. S^a que iniciei averiguações a fim de descobrir o autor “presumido”. Entretanto, trata-se de represália a Toxicômanos combatidas acendradamente através de medidas processuais legais desta autoridade. Att. Delegado Francisco Tavares Barbosa – 1º Tem C. PM e Delegado Especial.

Nesse período, os conflitos entre policiais e membros da juventude local se tornavam cada vez mais frequentes. A resistência construída por esses diferentes grupos,

¹⁴⁸ Lei nº 6.368. Brasil, de 21 de outubro de 1976.

¹⁴⁹ Francisco Tavares Barbosa. Radiograma nº 285/79, enviado ao Secretário de Segurança Pública do Ceará, General Assis Bezerra. Crato, 28 de novembro de 1979.

seja pela simples insistência em ocupar determinados espaços ou por formas mais diretas de combate à repressão, também ganharam força.

Nesse período, já estava consolidado um movimento cultural coordenado pela juventude cratense e que, posteriormente, ficou conhecido como o “Movimento de Contracultura do Crato”. Organizado principalmente por artistas locais, esse novo movimento, inspirado nas histórias contadas pelos “hippies viajantes”, na força que o movimento tropicalista ganhou no início dos anos 1970 e na chamada “revolução sexual”, uniu diversos elementos da cultura pop com a cultura local, fazendo com que a “experiência psicodélica” cratense ganhasse, à luz da “encantaria caririense”, novas formas de experimentar os espaços e interpretar a história local.

4.1.1 - “Cachaça, Rock n’Roll e Bruxaria”: juventude transviada na vanguarda da contracultura cratense

“O centro do Nordeste é o Cariri”¹⁵⁰

É interessante observarmos como as transformações contemporâneas nas subjetividades causaram impacto não somente sobre ações individuais, mas sobretudo no cotidiano das cidades. As formas de controle e vigília sobre corpos e sujeitos, antes fortemente respaldadas pelo “imperativo dos impulsos e das interdições morais”, buscariam, a partir da segunda metade do século XX, focar no “corpo, na ação e no sentimento” (BIRMAN, 2017, p. 174)¹⁵¹. Considerando alguns eventos que ocorreram no período e, principalmente, o impacto da guerras, do neoliberalismo como regime econômico, político e psicossocial e das revoluções “contraculturais”, esse foco se reflete

¹⁵⁰ Trecho retirado de uma entrevista concedida por um artista cratense a um canal do YouTube. Por se tratar de um conteúdo delicado e para preservar a imagem do artista, preferimos, quando formos citá-lo, não expor seu nome.

¹⁵¹ O psicanalista e psiquiatra Joel Birman, em sua reflexão sobre a “crise cultural contemporânea”, elabora um estudo sobre elementos que articulam as compreensões de “mal-estar” e “resistência”. Refletindo sobre o mal-estar contemporâneo, o autor afirma que as transformações na subjetividade descentralizariam o seu foco dos “conflitos psíquicos” e se concentrariam em torno dos registros do “corpo, da ação e do sentimento” (BIRMAN, 2017, p. 174-175).

sobre as formas como o corpo é enquadrado em modos de vida e hábitos de consumo associados à noção de individualidade e nas ações e compulsões que estabeleceram novos regimes psicossociais (e que, por exemplo, incluiriam os psicotrópicos como possíveis de extensões da personalidade humana).

O consumo de psicotrópicos, antes polarizado entre o uso sob prescrição médica e o uso recreativo (e, vale ressaltar, criminalizado) ganhou, na segunda metade do século XX, outras feições. Os efeitos das substâncias psicodélicas – como o LSD¹⁵², o DMT¹⁵³ e a Psilocibina, por exemplo –, então divulgados entre grupos de jovens, fez com que novos movimentos culturais e artísticos se formassem.

Apesar de não haver um consenso sobre a origem dessas novas “concepções de mundo”, é comum a afirmativa de que esses grupos, geralmente inspirados pelo movimento hippie que se formou nos Estados Unidos nos anos 1960, reivindicavam, para si, a alcunha de “movimentos de contracultura”. De acordo com a reflexão construída por Júlio Delmanto (2018, p. 23), a contracultura não deve ser definida somente como o termo sugere, o que nos levaria a uma compreensão imprecisa de que ele demandaria somente de uma contraposição à cultura vigente, especialmente a artístico-cultural.

Para um entendimento mais aprofundado sobre os movimentos que se formaram não somente nos Estados Unidos, mas em todo o Ocidente, o autor defende que a contracultura ultrapassa a cognominação da “rebeldia juvenil” e aborda o debate humanitário que ganhou forças com a construção de semióforos no período pós-guerra. Esses semióforos, baseados, por exemplo, nas pautas de antienergia e antiarmas nucleares, antifascistas, antiarmamentistas e antiguerra deram origem a movimentos organizados que, aliados à ideia de “modulações químicas de si” (CARNEIRO, 2018), construíram novas “visões de mundo”, se contrapondo ao ideário tecnocrata característico do racionalismo ocidental.

Não podemos, entretanto, tomar os movimentos de contracultura como unívocos. Há, evidentemente, influências e trocas de experiências entre jovens de diferentes países,

¹⁵² O Ácido Lisérgico (LSD) foi uma substância descoberta na década de 1940 e fortemente utilizada por psiquiatras de todo o mundo até meados dos anos 1960, quando passou a ser massivamente utilizada de forma recreativa, o que acarretou a proibição de sua produção e uso em variados países.

¹⁵³ A dimetiltryptamina (ou DMT) é uma substância de fortes propriedades psicoativas encontrada em algumas ervas brasileiras. O chá de Ayahuasca, bebida ritual de origem indígena, é um dos compostos mais famosos que contém DMT.

mas vale ressaltar que cada país adaptou semióforos específicos de acordo com suas realidades. No caso do Brasil, por exemplo, a contracultura adquiriu diferentes vertentes. No sentido lato, o movimento contracultural brasileiro é comumente representado pelo Tropicalismo, movimento surgido nos fins da década de 1960 e representado por artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Jorge Ben Jor, Os Mutantes etc., além de agregar outros sujeitos e diferentes formas de fazer arte, como escritores, poetas, atores etc. Segundo Delmanto (2018), a contracultura brasileira, apesar de também não possuir um marco originário, confluía em torno de um elemento central: o combate ao autoritarismo e reação a toda a base moral que o sustentava.

Como afirma Leon Kaminski (2018, p. 20), no fim da década de 1960, “a idade média no Brasil era 18 anos”. Com o já elevado índice de natalidade e decrescente índice de mortalidade infantil, o país tinha, nos anos 1960 e 1970, um grande número de jovens. Apesar de reconhecermos que os movimentos de contracultura eram, geralmente, restritos a públicos específicos, devemos entender que a indústria de bens culturais do período, principalmente o mercado fonográfico, atingiam uma grande parcela da população.

No caso do Crato, como já citamos, o início dos anos 1960 foi marcado pela influência musical e, sobretudo, estética da Jovem Guarda. Até o momento, os jovens cratenses acompanhavam as novas tendências musicais e da moda através do rádio e de revistas vendidas nas bancas de jornais. Apesar de não serem vistos com bons olhos pela elite local, os jovens não eram tidos como grande ameaça à ordem imposta na cidade. Houve, entretanto, nos fins da década de 1960, uma pequena mudança nos hábitos de alguns desses jovens, o que fez com que a “estética subversiva”, unida à “pavorosa toxicomania”, ganhassem os olhares de uma parte da população.

Pouco antes do desenvolvimento do embrião do que seria o movimento contracultural cratense, o Crato já vinha organizando os chamados “Festivais Regionais da Canção do Cariri”, fortemente protagonizados por jovens e organizados tanto pela Igreja quanto pelos grupos da juventude católica. Foi nesses espaços que alguns jovens, após terem contato com as ideias que circulavam nas capitais brasileiras, começaram a divulgar o que seria visto, posteriormente, como um “novo movimento cultural” da cidade. Como afirma Roberto Marques (2004, p. 24):

Esses jovens artistas buscavam romper com a arte academicista, com as estruturas de poder vigentes na cidade e com os limites impostos pela Igreja. Se a necessidade de corte se expressava em suas mais diversas produções artísticas, tal desejo também era expresso em suas vestimentas, longos cabelos desalinhados e no comportamento irreverente. [...] No entanto, a partir do momento em que nossos atores sociais expressam os fluxos característicos de seu tempo, estabelecendo uma nova geografia e distribuição de desejos, irão de encontro à ideia de tradição presente na cidade.

Segundo o autor, esses jovens se autodenominavam “artistas marginais”. Em sua reflexão, é interessante observarmos como é abordada a questão da modernidade, adotada de forma adjetiva. Na tentativa de romper com o academicismo elitista e com a herança coronelista, esses jovens reivindicavam a condição de “ser modernos”. Marques nos mostra, entretanto, que ao mesmo tempo em que buscavam se desembaraçar das amarras do conservadorismo, esses sujeitos se apegavam fortemente ao discurso de supervalorização do lugar em que se vive, reafirmando o discurso tradicional de centralidade cultural do Cariri no Ceará e, por vezes, no Nordeste.



Figura 9 - "Grupo Cactus: Abdoral Jamacaru (vocal), Obert Mesquita (ao violão) e Luiz Carlos Salatiel (vocal). Fonte: Jurandy Temóteo (2013)

A partir desses festivais, cada vez mais jovens artistas foram aderindo ao movimento da “psicodelia caririense”. Entretanto, vale um questionamento: se a Jovem Guarda, que apesar de ter uma certa “desaprovação estética”, chegou aos ouvidos dos jovens e às bancas de jornais cratenses, como se deu, considerando a forte repressão e

censura do período, a influência dos movimentos de contracultura nacionais sobre esses grupos de jovens?

Além da influência recebida por jovens que viajavam para concluir seus estudos em capitais como Recife e Fortaleza, uma das principais hipóteses de autores que trabalham sobre o tema gira em torno dos “hippies viajantes”, ou mochileiros, que percorriam as rodovias brasileiras e se assentavam temporariamente em algumas cidades dos interiores dos estados. No caso do Crato não foi diferente. Em narrativas colhidas por Marques (2005), alguns entrevistados afirmam que havia um grande fluxo de mochileiros que, atraídos pela paisagem natural da Chapada do Araripe, criavam pequenos acampamentos na Praça da Sé, um dos principais pontos de lazer das famílias cratenses. Lá, esses viajantes contavam histórias de vários lugares que visitavam e apresentavam essas “novas visões de mundo” a esses jovens, além de construírem, ali, um novo espaço de experimentação de substâncias psicoativas.

Em uma entrevista cedida a um canal do YouTube, um desses artistas afirma que muitos desses viajantes passaram por diversos países, tendo até mesmo a oportunidade de conhecer festivais como o Woodstock Music & Art Fair, marco da contracultura estadunidense, realizado na cidade de Bethel (NY), em 1969. Falando sobre o uso de psicotrópicos, o artista afirma que, no início dos anos 1970, a heroína tinha “chegado com tudo” no Brasil. Entretanto, como ainda não havia chegado na cidade, alguns jovens faziam seus “picos”¹⁵⁴ com produtos comprados em farmácias locais e que “ninguém sabia que batiam um barato”.

Segundo essas narrativas, houve uma forte repressão da polícia local a essas práticas, principalmente sobre jovens que ocupavam espaços da cidade em horários “não apropriados”. Há relatos que afirmam que os atos de violência iam desde a retirada das “cabeleiras” até a agressão e prisão (mesmo que temporária) de alguns desses sujeitos.

Considerando o que já foi exposto, não encontramos, durante a pesquisa de notícias e matérias do jornal *A Açã*o, nenhuma referência a esses jovens do movimento de contracultura e ao problema da toxicomania. Encontramos algumas informações sobre os Festivais da Canção e sobre filhos da elite que “faziam baderna e vandalismo nas ruas”,

¹⁵⁴ Ato de injetar substâncias nas veias.

mas nada que tratasse diretamente do problema dos tóxicos, como ocorria em relação aos jovens de periferia que circulavam nos “espaços de tolerância”.

Não podemos afirmar, entretanto, que não houve repressão ou que a repressão a esses grupos (que, vale ressaltar, eram formados, em grande maioria, por filhos de *sobrenomes* conhecidos na região) foi amena, mas também não descartamos a hipótese de que os problemas da toxicomania, da “estética subversiva” e da “arte afrontosa” foram vistos, pela Igreja e pela elite local, com o mesmo olhar condescendente que era lançado sobre os “jovens cabeludos”, inspirados pela Jovem Guarda. Exemplificamos essa hipótese nas formas como os mochileiros viajantes eram tratados pelos moradores, que conviviam com certo estranhamento, mas que, segundo alguns depoimentos colhidos por Marques (2004), mantinham um “respeito” mútuo.

Outro exemplo se encontra na construção posterior de estabelecimentos comerciais que se tornaram um ambiente para “jovens abertos à criatividade e experimentação de si” (MARQUES, 2017, p. 1), como o Bar Xá de Flor, que funcionou, na cidade, entre os anos 1980 e 1990. Segundo o autor, o bar, fundado por Blandino, figura conhecida no movimento de contracultura local, recebia jovens e pessoas curiosas que tanto se sentiam à vontade para expressar sua sexualidade “desviante” e ideais abertamente, quanto para experimentar iguarias locais, como as famosas cachaças artesanais, feitas à base de ervas colhidas na região. Segundo o relato de um desses artistas, Blandino era “o mago que experimentou muitas possibilidades na vida e tirou a essência delas”, mostrando que, no Cariri, fez-se valer o jargão “cachaça, rock n’ roll e bruxaria”.

Não houve, portanto, um incentivo geral ao uso de psicotrópicos, mas a abertura de possibilidades de experimentação de “novas visões de mundo”. Quando associados à juventude, os psicotrópicos eram tratados, pelo *A Ação*, de forma quase isolada ou muito generalista, mas nunca indicando os sujeitos (da cidade) que faziam de seu uso novas formas de produção artística. A única publicação que encontramos e que associava diretamente a toxicomania à produção artística foi uma matéria publicada em 13 de fevereiro de 1971, intitulada “A invasão dos tóxicos” e assinada por Marcelo Lima¹⁵⁵:

¹⁵⁵ “A invasão dos tóxicos”. Marcelo Lima. *Jornal A Ação*, 13 de fevereiro de 1971.

Hoje em dia, nos meios artísticos, faz-se necessário um pouco mais de atenção para a tremenda inversão de valores que está acontecendo em relação ao uso de tóxicos.

A invasão dos tóxicos já é tão acentuada, que, pelos corredores das estações de TV, traficantes agarram os artistas para lhes oferecer a “cousa” mais barato.

A profissão de artista, entre todas as outras diversas profissões, é a que está mais desamparada, ao combate ao vício, pois, para ser artista, a pessoa se sujeita às mais estranhas crises emocionais. Às vezes, e muito frequentemente, aparece um falso amigo e lhes oferece na hora nervosa um tóxico calmante.

Quando o artista se descuida, passa a precisar do tóxico para tentar normalizar os seus nervos impacientes na hora de enfrentar o público. Dêse estado emocional aproveita-se a mais vergonhosa de todas as classes profissionais existentes: o traficante.

Ele está sempre por perto, disposto a fazer um novo consumidor.

Agora, o Governo resolveu atacar seriamente o problema dos tóxicos. E para a infelicidade de muitos viciados, dos bastidores artísticos de nosso País, imediatamente começaram a fazer sindicâncias. Muitos dos nossos jornais já anunciaram que vários artistas já estariam na alça da mira do Governo. Por um lado é de se lamentar, pois eles não passam de simples vítimas desse comércio nojento que é o de drogas. Mas por outro lado é bom que se veja, amigos: para se ter sucesso, inspiração, idéias criativas e arte nas veias, é perfeitamente dispensável o uso de tóxicos. O tóxico torna o homem um burro e impotente. Ele representa a fuga de quem não tem arte, nem ao menos coragem para ser gente!

Talvez com o objetivo de alertar os jovens artistas locais e suas famílias, o autor trata o problema da toxicomania no meio artístico de forma mais técnica, assumindo um caráter presumivelmente sério de análise da problemática. Nesse período, o Brasil passava pela fase mais rigorosa de fiscalização, controle e punição do uso e do tráfico de drogas. Como afirma Vera Malaguti Batista (2020), o problema da toxicomania atingiu o seu pico nos anos 1970, quando os olhares das autoridades se direcionaram com mais severidade à prática do tráfico, “amenizando” a exclusividade da punição ao usuário. Isso não retirou, entretanto, os estigmas relacionados às drogas e a quem as consome.

A autodenominação de “artistas marginais”, apesar do caráter subversivo que carrega, reflete, também, o privilégio que esses grupos tiveram ao “escolher” a marginalidade. Em acordo com o trabalho de Kaminski (2018), acredito que a relação da Ditadura Militar com esses jovens era, de certa forma, paradoxal: ao mesmo tempo em que promoviam ações de repressão aos atos considerados subversivos, houve uma apropriação pecuniária desse grande fluxo de pessoas nas rodovias brasileiras, o que fez com que os militares também encontrassem formas de lucrar e ganhar prestígio com esses sujeitos. É por esse motivo que adotamos a reflexão proposta por Bauman (1998) sobre os turistas e vagabundos para exemplificar como, na modernidade, foram sendo construídos padrões sociais sobre sujeitos desterritorializados, em trânsito.

Tanto as novas formas de experimentar substâncias psicoativas (como a ascensão dos *picos*, ou drogas injetáveis) quanto os já conhecidos usos de substâncias lícitas demarcaram, como pudemos ver, as formas com que o jornal *A Ação* e as ações das forças policiais passaram a recorrer ao discurso proibicionista que ganhava força no período. Os hábitos de consumo de drogas, seja numa dietética cotidiana ou segundo as novas “filosofias de vida”, se tornaram um dos principais objetos de atenção da elite local. E os espaços, antes delimitados somente pela divisão, segregação ou seleção de determinados grupos, se depararam, pela emergência de outros sujeitos, com novas “territorializações” que, conjugando elementos de “ordem de subjetivação individual e coletiva” (GUATTARI, 1985, p. 110), marcariam, mais que nunca, as formas de insurgência e reivindicação de lugares de existência em um período fortemente marcado pela repressão aos direitos individuais e coletivos.

4.2 – Cratenses-não-cratenses

[...] Viver e apreender a cidade é mais que morar e trabalhar: a sociabilidade e o cotidiano das relações acabam criando sentimentos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de afastamento da cidade.
(Silva e Souza, 2002)¹⁵⁶

Como já ressaltamos, para refletir sobre como se rearranjavam os argumentos que sustentavam o recurso ao pânico moral nas folhas do jornal *A Ação*, é necessário que observemos como se arquitetaram os discursos identitários em torno de um projeto “civilizatório” construído por intelectuais da cidade. Esses discursos, além de fomentarem a ideia de que o Crato seria o núcleo irradiador da história e do desenvolvimento da região, também eram fortemente marcados pela ideia de construção e preservação de espaços idealizados.

¹⁵⁶ Silva, Regina Helena Alves da; SOUZA, Cirlene Cristina de. *Múltiplas Cidades: entre morros e asfaltos*. In: Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 147-165.

De acordo com Raimunda Aurilia Sousa (2015), desde o início do século XX, o Crato vinha ganhando destaque frente aos outros municípios do interior do Ceará, empreendendo diferentes construções que contribuiriam com o “desenvolvimento social e econômico” da cidade. Essa “guinada desenvolvimentista” fez com que fossem tomadas diferentes iniciativas, como a expansão do mercado da cidade (que, no período, era o segundo maior do Estado, ficando atrás somente da capital), a construção da linha férrea, a construção de diferentes instituições educacionais e de saúde, o primeiro banco da região do Cariri etc.

Não se pode esquecer, entretanto, que todo o progresso econômico da cidade foi acompanhado por diretrizes administrativas que iam desde as negociações políticas e empresariais até os discursos de intelectuais que promoviam um conceito de civilização projetado nas ideias de pioneirismo e progresso. Como já observamos, tanto os intelectuais que atuavam antes da fundação do Instituto Cultural do Cariri quanto os que se filiaram à agremiação tomaram o desenvolvimento econômico da cidade como mote principal de seus discursos e produções historiográficas. Essa projeção de uma “cidade civilizada” fez com que, na defesa de um espaço idealizado, também fossem ressaltadas e produzidas exclusões sociais e, sobretudo, territoriais.

O jornal *A Ação* foi um dos instrumentos mais utilizados pelos intelectuais que defendiam a manutenção do espaço urbano livre de dados sujeitos ou comportamentos. As matérias publicadas iam desde a solicitação de reformas de espaços coletivos, como praças, ginásios esportivos, espaços de lazer etc. até pedidos de repressão e/ou intervenções em bairros de periferia, como o Seminário, a Grota e o Gesso, localizados nos limites do núcleo urbano.

Um dos problemas mais debatidos pelo jornal era a questão da moradia. Verificase uma acirrada discussão no jornal acerca de como a moradia seria uma das maiores adversidades enfrentadas pelos moradores da cidade, mas não identificamos um consenso acerca das propostas de solução para essa problemática. Ao mesmo tempo em que algumas matérias adotam o discurso condescendente da caridade cristã, reivindicando auxílios e condições humanitárias de sobrevivência para a população marginalizada, também elaboravam argumentos que reforçavam os estigmas da criminalização dos

espaços e indivíduos periféricos. Observemos um editorial publicado pelo jornal em 1966¹⁵⁷:

GROTA

Muitos presenciaram o incêndio. Foram doze casas. Casas? Não, palhoças onde a falta de tudo é o apanágio daqueles irmãos nossos deserdados da sorte. Onde a **miséria moral**, menos de seus inquilinos permanentes, grassa em nível de grande calado. Presenciada por muitos também. Mas sem a necessária compreensão do incêndio que devora diariamente a dignidade humana. Fato êste muito mais grave e de consequências bem mais sérias que os das chamas destruindo aqueles tugúrios. **Porque a recuperação material do prejuízo é irrisória**. Mas oferecer condições dignas de vida de seres humanos, para uma promoção capaz de cada um realizar-se satisfatoriamente, constitui o aspecto mais grave e mais sério do que ocorre, não somente na GROTA: **a recuperação moral de uma mentalidade paganizada**, a qual decorre do afastamento acentuado do homem do século XX dos valores sobrenaturais. De sua dignidade de ser a imagem e semelhança de Deus. Massacrado pelo poderio da técnica que sua inteligência criou, o homem se perde no labirinto de suas conquistas modernas e esquece seu destino. No encaminhamento dos problemas de nossa época mais vale um interesse individualista do que mesmo os direitos inalienáveis da pessoa humana. A humanidade mais parece um rebanho que as duas potências mundiais tangem ao seu bel prazer. [...]

Há uma série de elementos que o editorial aponta. Inicialmente, ele relata que houve um incêndio no bairro que destruiu doze casas, o que provavelmente deixou grande número de pessoas desabrigado. Vale ressaltar que a eletrificação da cidade do Crato ocorreu na primeira metade do século XX, mas foi um processo lento e tardio. Segundo Assis Daniel Gomes (2014), no fim dos anos 1950, ainda estavam sendo discutidos os planos de eletrificação da região do Cariri. Nesse período, alguns bairros de periferia ainda não tinham acesso à energia elétrica, o que tornava comuns, principalmente à noite, ocorrências de incêndio.

Mesmo reconhecendo que a situação foi grave, pois provavelmente gerou alguma repercussão nas ruas da cidade, mas utilizando-se do acontecido, o editorial tenta mostrar diferentes problemas que, quando comparados ao incêndio, tornariam o fato um “simples problema material”. Observamos isso na forma com que, desde o início do texto, o jornal enfatiza que o lugar do acontecido seria um lugar onde imperaria a “miséria moral”. Como já mostramos, os bairros de periferia eram constantemente associados, nas matérias coletadas, à criminalidade, à toxicomania e às demais formas de corrupção da moral

¹⁵⁷ “GROTA”. Editorial publicado pelo jornal *A Açã*, sem data especificada, 1966. Grifos nossos.

cristã. O *Ação* também ressalta que, a fim de solucionar algumas dessas problemáticas, seria preciso uma reeducação moral da cidade, única solução tanto para os homens entregues aos prazeres da carne quanto para os técnicos que teriam se esquecido de seus “destinos”.

A ideia de modernidade também é colocada em questão no editorial. Associando-a diretamente ao tecnicismo, o jornal defende que boa parte das crises que o mundo vivia no período (como a reunificação da Alemanha, por exemplo) eram devidas à deficiência moral gerada pela obsessão do homem pelas coisas modernas. A modernidade era aceita como sinônimo de progresso e desenvolvimento, mas a partir do momento em que ela significava uma ruptura ou descontinuidade nas ordens moral e social preestabelecidas, era recebida com aversão. A modernização conservadora foi um dos maiores atributos da situação socioeconômica brasileira pós-Golpe de 1964. Ao mesmo tempo em que houve uma expansão industrial e rodoviária consideráveis, a ditadura também se empenhou em auxiliar a manutenção das elites agrárias no poder, com uma forte rejeição à reforma agrária e à distribuição de terras ociosas, além do apelo moral contrasubversivo.

Na edição do dia 20 de janeiro de 1968, o *Ação* publicou o seguinte editorial, intitulado “Gesso: muitos querem retirada”¹⁵⁸:

Não é de hoje que muita gente do Crato clama pela retirada do bairro popular do Gêso para ponto mais afastado da cidade, porque ali se localizam os antros do meretrício. Novamente o progresso da cidade está a exigir êsse afastamento, porque o bairro Santa Luzia está desenvolvendo muito, com a AABB, a nova casa de saúde São Miguel, e o novo clube social que nas suas proximidades será levantado.

Além do mais, é grande a quantidade de residências que aquêle bairro está construindo, para as nossas famílias, novas ruas se abriram, e não mais será compatível, dentro de pouco tempo, a convivência dos lupanares no meio que será quase inteiramente familiar.

Como já mostramos, a própria formação do bairro do Gesso se deu através de um processo de gentrificação do centro urbano, seja pela expansão comercial ou pela construção de novos conjuntos habitacionais. Observa-se, na matéria, que não há um reconhecimento de que o Gesso também era formado por habitantes que já tinham se

¹⁵⁸ “Gesso: muitos querem retirada”. Jornal *Ação*, 20 de janeiro de 1968.

assentado há muito tempo, além de que o aumento do número de cabarés no bairro foi condicionado por uma decisão judicial fortemente aclamada pela elite local.

Como no estudo de Silva e Sousa (2002), e tomando como referência os depoimentos apresentados no documentário sobre o bairro do Gesso, acredito que as tentativas de marginalização e concentração da ilicitude em um dado espaço acabam formando redes próprias de sociabilidade. Como afirmam as autoras, nas favelas, a reunião de pessoas em grupos organizados e bem definidos (como os que organizavam os espaços e horários que as crianças poderiam frequentar o Gesso, por exemplo) fez com que, sob uma forte imposição de diferenciação por parte das elites, esses grupos conseguissem criar laços de agregação que também criam sentimentos de pertencimento à cidade e de produção identitária. Longe de defender a criminalidade como padrão ideal de vida, esses grupos, a partir do reconhecimento de que a própria cidade é constituída de projetos civilizatórios, mas também de organismos ilícitos, constroem mecanismos de coesão que criam outras formas de sociabilidade, sejam elas reconhecidas pela elite local ou não.

Considero importante também refletirmos sobre as formas como o jornal *A Ação* abordava a questão dos sujeitos desterritorializados, que percorriam as ruas da cidade, não estabeleciam uma moradia fixa e, conseqüentemente, promoviam um “enfeimento” da estética urbana. Em muitas das edições coletadas, observamos como era forte o apelo feito por colunistas do jornal ao poder público a fim de resolver a questão da mendicância, fenômeno que crescia em concomitância à expansão do núcleo urbano. Em uma matéria publicada em 11 de abril de 1965, o jornalista J. Lindemberg de Aquino afirma¹⁵⁹:

Entre os mais diversos problemas com que conta, presentemente, a comunidade cratense, encontra-se, sem sombra de dúvidas, o da mendicância nas ruas da cidade – problema que não tem merecido a devida atenção das nossas autoridades.

De um certo tempo para cá, as ruas da “Princesa do Cariri” passaram a ser povoadas por uma onda de mendigos cada vez maior, que invade o comércio e incomoda nas residências e até nas repartições, à cata de auxílios.

Isso é um retrato da miséria reinante nos sertões, onde estão campeando a fome e as carências. Fogem para as cidades os sertanejos, contribuindo para aumentar as favelas e para engrossar a faixa dos marginalizados.

A mendicância é um problema social dos mais graves que a polícia não pode conter, pois, é resultante de uma série de fatores desfavoráveis. E os serviços de assistência social são impotentes para resolver, dado que o número é cada

¹⁵⁹ AQUINO, J. Lindemberg de. “Menicância”. *Jornal A Ação*, 11 de abril de 1965.

vez mais crescente. [...] Urge que os poderes públicos, cômnicos de suas responsabilidades para evitar o crescimento dessa chaga social, estudem um meio de amparar e encaminhar a mendicância, que invade as ruas de Crato e também de Juazeiro, criando condições ou serviços em que possa ser empregada essa potencialidade de mão de obra. [...]

Na matéria, o autor faz um levantamento de diversas instituições de caridade, em sua maioria ligadas à Igreja Católica, que trabalhavam com populações carentes, mas que não estariam conseguindo lidar com o número de mendigos que estariam circulando na cidade. Além disso, ele afirma que o problema não é somente de ordem policial, pois a repressão não é a única solução para essa “chaga social”, e que era preciso uma intervenção urgente dos poderes públicos, principalmente dando atenção às crianças desses grupos, pois futuramente elas poderiam se tornar elementos problemáticos à ordem. Como proposta de intervenção, ele sugere que seja feita uma concentração dessas pessoas em torno de moradias e trabalhos específicos, pois seriam uma “potencialidade de mão de obra”.

Também observamos esse apelo em outra matéria, desta vez publicada pelo jornalista Aglézio de Brito, em 1967:

Não sabemos se a crise financeira por que atravessamos é responsável pelo alto índice de mendicidade que tomou conta da nossa terra. O certo é que já se tornou lugar comum a frase “uma esmola por amor de Deus”. Nas esquinas, às sombras das árvores que arborizam a cidade, nas praças e em todos os lugares onde o passar de transeuntes é mais frequente, estão os mendigos de tôdas as espécies. Existem os que pedem porque não podem trabalhar, por incapacidade física como os que perderam a visão ou um membro de utilidade fundamental na execução de trabalhos que saibam realizar. Há também, os cegos que vêem os aleijados que caminham: cegos pela preguiça e aleijados pela falta de coragem. Aliando-se uns aos outros, criam o fator comum de mendicância abusiva, implorando a caridade pública, pressionando o sentimento cristão com o invocar de suas súplicas do “sagrado nome de Deus”.

Há, claramente, uma idealização do sujeito produtivo. Característica das formas como se moldava a tecnocracia ditatorial, a ordem social baseada em um regime de trabalho bem definido foi um dos maiores argumentos utilizados nos processos de repressão à vagabundagem. Algumas vezes, a repressão adotava métodos cruéis de punição para essas pessoas, como no caso dos sujeitos encarcerados que tiveram as “cabeleiras” raspadas e que, logo depois, foram “despejados” na Floresta do Araripe.

Não são incomuns, na história contemporânea brasileira, atos violentos de combate à mendicância. Desde o período imperial brasileiro, os atos de vadiar nas ruas eram considerados contravenções penais. No Código Penal de 1890, os “mendigos e ébrios” e os “vadios e capoeiras” também eram punidos. Entretanto, merece destaque o decreto-lei 3.688/41, publicado na Era Vargas, que mobilizou institucionalmente as delegacias para a criação de funções específicas destinadas à repressão à vagabundagem. Observa-se, entretanto, que como as antigas punições dadas às “capoeiras”, utilizadas para reprimir comunidades afro-brasileiras, o decreto-lei também era aplicado de forma arbitrária a comunidades específicas, especialmente aos que não tinham condições de estabelecer moradia fixa.

Entre 1962 e 1963, houve, na antiga cidade da Guanabara (RJ), a chamada “Operação Mata-Mendigos”, em que, oficialmente, foram registrados os assassinatos de 13 moradores de rua por forças policiais. O caso repercutiu na mídia no período e ganhou a atenção de uma vasta produção literária, sociológica, criminológica e historiográfica, mas não foram tomadas medidas para reduzir os métodos violentos com que a polícia abordava esses sujeitos¹⁶⁰. Após o Golpe de 1964, o decreto-lei de 1941 continuou vigorando (a mendicância só deixou de ser contravenção penal em 2009, com a Lei 11.903/09), mas, nessa nova fase da história brasileira, o equipamento de repressão policial foi fortalecido.

Não era comum, entretanto, que o deliberado recurso à violência fosse utilizado com o amparo da lei. Mesmo a punição legal sendo uma prerrogativa das instituições policiais, a punição (ou o simples uso da violência) era mais respaldada pelas convenções sociais estabelecidas. É por esse motivo que autores como Benjamin Cowan (2016) destacam que o regime tecnocrata brasileiro era, sobretudo, moral.

Adotamos, portanto, a ideia de que a atribuição dada ao sujeito como “desviante” é um dos pontos-chave para entendermos como se organizavam as ações de repressão moral no período militar. Tomamos emprestada a ideia de “outsider”, ou “sujeito desviante”, desenvolvida pelo sociólogo Howard S. Becker (2008), onde ele vai afirmar que desvio vai além da rotulação do indivíduo: numa concepção generalista, o desviante

¹⁶⁰ Cf. FREITAS, Renata Martins de. “Operação Mata-Mendigos” e outras histórias: população em situação de rua e o urbano no Rio de Janeiro. Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e III Congresso de Direito à cidade e Justiça Ambiental. Londrina (PR): 2019.

é todo aquele que desvia de determinadas normas impostas sobre um grupo social específico, esteja ele cometendo atos ilícitos ou não. Por mais que não haja um amparo legal que criminalize oficialmente o “desvio”, sempre há formas de repressão, sejam elas institucionais ou não, que são mobilizadas para neutralizar o ato e os sujeitos que o praticam.

Também é comum encontrarmos, nas folhas do jornal *A Ação*, algumas reflexões e apelos publicados que retratavam a condição dos flagelados da seca como problema urgente a ser resolvido na cidade e na região do Cariri.

Não se esperava que fosse acontecer uma seca novamente. As últimas, que teriam ficado nas histórias contadas pelos mais velhos, deixaram um rastro de morte e violência inimaginável. No início dos anos 1970, começaram a circular, nas ruas da cidade, boatos de que tanto cidades vizinhas pertencentes à região do Cariri, mas que não eram agraciadas pelo clima serrano, quanto outras cidades do estado do Ceará estariam enfrentando uma estiagem fora do comum, o que afetou consideravelmente muitos trabalhadores do campo. O jornal estampou, em letras garrafais, na capa da edição de 16 de maio de 1970, a notícia “Deputado Ossian Araripe: seca é realidade no Cariri”¹⁶¹.

Na notícia, o deputado federal cratense afirmou que, ao viajar por diferentes municípios do interior do Ceará, observou que a estiagem já estava afetando todos os trabalhadores do campo. Com o intuito de prevenir uma crise urbana ocasionada por uma catástrofe ambiental, o deputado buscou alertar todos os órgãos de fiscalização possíveis, especialmente a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Entretanto, mesmo considerando a negligência das instituições responsáveis por amparar a população nessas ocasiões, algumas consequências teriam sido inevitáveis.

Na capa da edição da semana seguinte, no dia 23 de maio de 1970, o *A Ação* advertiu: “Flagelados tentam invadir a região”¹⁶²:

O comércio, a indústria e os estabelecimentos bancários foram fechados, ontem, em Juazeiro do Norte, sob ameaça de invasão por grupo de flagelados que perambulava pelas ruas da cidade, reivindicando frentes de trabalho. Na última quarta-feira, os lavradores estiveram em frente à Prefeitura Municipal, com o mesmo objetivo.

¹⁶¹ “Dep. Ossian Araripe: seca é realidade no Cariri”. Jornal *A Ação*, 16 de maio de 1970.

¹⁶² “Flagelados tentam invadir a região”. Jornal *A Ação*, 23 de maio de 1970.

As autoridades policiais de Crato e Juazeiro do Norte montaram um forte esquema de segurança para evitar um possível saque ao comércio. Amanhã, o Prefeito Humberto Macário, de Crato, vai participar de uma reunião, no sítio Inxu, em nosso Município, onde a situação é mais grave, com grande parte da população passando fome.

Até o momento, não foram abertas as frentes de trabalho prometidas pela SUDENE, para os municípios de Campos Sales, Assaré e Jati. Em Crato, onde a situação é mais grave, em face da densidade demográfica da zona rural, nem se fala na abertura de frentes de trabalho. As autoridades acreditam que a situação pode se agravar, se não fôr tomada uma providência, em que se pesem os apêlos feitos à SUDENE e ao Governo.

Segundo Bartolomeu Humberto de Sousa (2016), na seca de 1970, eram comuns saques, motins e invasões de flagelados tanto nos comércios quanto em outras áreas da cidade. De acordo com depoimentos colhidos pelo autor, a maior indignação dos camponeses estava concentrada na falta de amparo por instituições do poder público, como a SUDENE, e que estariam repetindo a catástrofe que teria sido a seca de 1958. A diferença é que em 1958 as instituições de combate às secas teriam atuado de forma mais rápida e eficaz.

Encontramos, entretanto, argumentos contrários à gravidade que o autor atribuiu à seca de 1970. Segundo uma matéria publicada pelo Diário do Nordeste em 16 de junho de 2009, a seca de 1970, apesar de ter afetado boa parte da população cearense, não teve um impacto considerável quando comparada aos outros períodos de estiagem, “não registrando nenhuma morte”¹⁶³. Mesmo assim, o periódico afirma que cerca de 11% da população cearense migrou entre cidades ou para outros estados, o que causou uma crise sem precedentes nos núcleos urbanos cearenses.

Vale ressaltar que a afirmativa de que não teria sido registrada nenhuma morte de cearenses na seca de 1970 não deve ser considerada como sendo um fato icontestável, pois boa parte dos óbitos, no período, acabavam não sendo registrados oficialmente.

As questões da mendicância e do flagelo eram concebidas, por boa parte da população, como uma memória traumática do período em que tinha sido construído o Campo de Concentração do Buriti, que, na seca de 1932, teria reunido cerca de 70 mil flagelados do interior do Nordeste. Segundo Ronald de Figueiredo e Albuquerque Filho (2016), a gravidade da seca de 1932 fez com que boa parte da população nordestina migrasse. A fim de evitar que os grandes núcleos urbanos entrassem em colapso, foram

¹⁶³ “Seca só parou de matar nos anos 70”. *Diário do Nordeste*, 16 de julho de 2009.

construídos campos de concentração sob o discurso de que a concentração de sujeitos em uma moradia específica facilitaria a dinâmica de atribuição de trabalhos e de assistência social e médica para os flagelados. Por ser o campo de concentração cearense que atendeu o maior número de pessoas, o Campo do Buriti permaneceu nas memórias dos moradores da cidade, seja nas dos que chegaram como flagelados, seja nas dos que temiam as invasões.

Creio ser relevante refletirmos, portanto, sobre como as ações governamentais, aliadas ao aparelho repressivo policial e o projeto civilizatório construído para a cidade, foram produtores, além de um grande acervo literário e artístico, de exclusões e desigualdades. Refletir tanto sobre as heranças dos campos de concentração quanto sobre as formas como eram concebidos espaços é essencial para entendermos como se davam as dinâmicas territoriais, entendendo como cada grupo social se apropriava dos espaços coletivos e construía diferentes formas de sociabilidade.

Considerando os elementos apresentados até aqui, neste trabalho, é evidente como havia nos discursos que circulavam no jornal *A Ação* uma dicotomia em torno da ideia de modernidade e modernização: por um lado, os intelectuais vinculados ao ICC (re)elaboravam argumentos que sustentariam seu projeto de modernização conservadora; por outro lado, jovens, em sua maioria filhos dessa elite local, que assumiam a postura irreverente (MARQUES, 2004) da automarginalização, rejeitavam o conservadorismo e defendiam uma ideia de uma modernidade que valorizasse os direitos individuais. Observamos, entretanto, que também havia os que se situavam no limiar dos discursos em torno da modernidade, que não possuíam protagonismo político ou sequer participavam do “circuito intelectual” da cidade, mas que atuavam na luta por espaços coletivos, organicamente construídos por grupos que reivindicavam lugares de existência e o reconhecimento de sua cidadania. Por não se encaixarem nos padrões identitários de então, esses não-cidadãos (Silva e Sousa, 2002), cratenses-não-cratenses, mostraram que, entre a cidade projetada e a cidade habitada, as identidades não se constroem com a defesa de uma homogeneidade ou sequer na produção de diferenças, mas no reconhecimento delas como fundamento da condição de ser cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já afirmei ao longo do trabalho, observamos como, atualmente, não há somente um interesse de cunho político da população sobre o contexto em que vivemos, mas principalmente de cunho sociológico e histórico. Pesquisadores ainda se questionam sobre como esses “novos” interesses, geralmente aliados às disputas políticas sobre a administração pública, surgiram. Entretanto, ainda não há um consenso sobre a possibilidade de uma investigação gnosiológica sobre fenômenos como o negacionismo e o pânico moral, por exemplo.

Foi observando as novas disputas políticas, fortemente marcadas por antigos argumentos em defesa da moral, que o meu interesse sobre essa temática foi se desenvolvendo. Ao entrar na pós-graduação, minhas intenções de pesquisa estavam ligadas a outras temáticas, mas alguns contratemplos, aliados ao contexto da pandemia do novo coronavírus, fizeram com que novos questionamentos surgissem, fato que condicionou uma readaptação de meu projeto de pesquisa. Foi baseado no interesse em temas tão discutidos no momento, como o autoritarismo, as memórias sobre a ditadura militar brasileira e a questão moral que, ao conhecer o periódico *A Ação*, fui estruturando as etapas da pesquisa e da escrita deste trabalho.

No processo de catalogação das fontes, observei como era comum o número de notícias que seguiam padrões discursivos específicos de atribuição de estigmas, de apelos morais e de sugestões de intervenção institucional sobre determinados grupos sociais. Mesmo pressupondo que havia uma conexão entre as diferentes temáticas da pesquisa, fiquei me questionando de que forma eu poderia estabelecer um elo entre elas que pudesse fazer referência à história do Crato e aos projetos identitários construídos pelos intelectuais da cidade. Foi-me apresentado, então, o conceito de Pânico Moral.

Até o momento, eu ainda não sabia qual era a dimensão reflexiva que já vinha sendo construída em torno desse conceito. Ao me debruçar sobre o assunto, lendo autores como Stanley Cohen (2011), Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (2009), percebi como, desde os anos 1960, cientistas sociais já se empenhavam em estudar a questão da moral e a atribuição do estigma do “desvio” a determinados grupos como uma forma comum de manutenção de privilégios e das hierarquias em diferentes contextos sociais.

Segundo os autores estudados, o recurso ao pânico moral não é uma novidade. Na era pré-moderna, era comum, como forma de estabelecer um controle sobre determinados grupos, que fossem criadas narrativas, sejam elas aliadas a fenômenos sobre-humanos ou não, que, através da mobilização de diversas emoções, construíssem regramentos sociais e códigos de conduta. Após a massificação da imprensa, o pânico moral, agora forte aliado das instituições e das elites, foi utilizado como um mecanismo comum de regulação da vida, sobretudo através do medo.

Vale ressaltar que me refiro ao pânico, aqui, não no sentido do pavor ou de uma passividade do indivíduo que estaria sendo afetado unilateralmente por algo ou alguém, mas como uma forma de convocação de diferentes emoções que provocariam reações imediatas em grupos específicos. Como o próprio termo sugere, o pânico (vindo de Pan, deus grego dos rebanhos), diferente do medo, está diretamente associado ao desencadeamento de reações em massa. Entre essas emoções, o medo é a mais comum. Entretanto, no caso estudado, o medo e o pânico estão mais associados à possibilidade de perda de status, de interrupção de um projeto civilizatório e de ruptura de determinada ordem social do que única e exclusivamente ao medo do outro como algo nocivo à integridade física de alguém ou de um grupo.

Buscamos observar as histórias contadas pelo jornal e pelos intelectuais da cidade do Crato nessa perspectiva. Inicialmente, refletimos, mesmo que de forma sintética, sobre como foi construído um projeto civilizacional para a cidade, desde o século XIX. Intelectuais, diretamente associados à Igreja Católica e ao Seminário São José, vinham construindo pequenas agremiações que eram destinadas a elaborar uma história para a cidade, indicando seu pioneirismo no desenvolvimento e na urbanização frente a outros municípios da região do Cariri.

Posteriormente, após a fundação da cidade de Juazeiro do Norte, emancipada do Crato em 22 de julho de 1911, percebe-se como o projeto desses intelectuais, com a fundação do Instituto Cultural do Cariri, continuou enfatizando a centralidade do Crato em suas produções historiográficas, mas expandiu seu campo de pesquisa para o Cariri, na tentativa de reafirmar que o Crato seria o núcleo irradiador da história e da cultura regionais. O jornal *A Ação* já era utilizado, desde sua fundação, em 1939, para defender os interesses dessas elites intelectuais. Entretanto, observamos que, nos fins da década de 1960, quando o Crato vinha perdendo seu protagonismo em relação aos outros municípios

da região, as “ameaças” a esses discursos de centralidade da cidade (geralmente feitas através de críticas sobre como o conservadorismo intelectual sobrepunha as possibilidades de modernização do núcleo urbano) passaram a ser recebidas, nas folhas do jornal, com reações agressivas.

Todos esses discursos foram afetados pelo período de transição da democracia brasileira para o contexto autoritário. Após o Golpe Civil-Militar de 1964, alguns colunistas do jornal, especialmente sacerdotes da Igreja Católica, comemoravam que a “ameaça comunista” que vinha rondando o país tinha sido neutralizada pela intervenção dos militares, após derrubarem o então presidente João Goulart. Percebemos, em nossa reflexão, que essa comemoração estava ligada a interesses bem específicos, como a interrupção de um possível projeto de reforma agrária e distribuição de terras ociosas; a cassação, com o Ato Institucional de Nº 2, de “políticos comunistas”, que, além de flertarem com as chamadas reformas de base, também promoviam projetos de modernização que poderiam subverter a ordem social e moral imposta; e as crises que a própria Igreja vinha passando, tanto devido a conflitos internos sobre que posicionamento adotar frente à ditadura, quanto às divergências em torno das diretrizes emanadas do Concílio Vaticano II.

A crise interna da Igreja foi uma questão que privilegiamos em nossa reflexão. O Concílio Vaticano II emergiu como uma reação à expansão do protestantismo e de religiões espiritualistas no mundo, especialmente no continente africano e na América do Sul. A Igreja, com a “democratização da palavra de Deus”, criou outros projetos, o que levou ao surgimento, por exemplo, das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. A Igreja brasileira, em especial, vinha passando por uma crise interna grave durante a ditadura: enquanto, por um lado, setores mais conservadores tanto comemoravam quanto declaravam apoio incondicional à intervenção dos militares, outros setores, mais progressistas, reafirmavam que o autoritarismo militar não era saudável para a manutenção da ordem democrática. Um dos líderes progressistas da Igreja, Dom Hélder Câmara, arcebispo da Diocese de Olinda-Recife, esteve no palco desses debates, o que fez com que o jornal *A Ação* acompanhasse suas reflexões detalhadamente.

Por sofrer uma forte influência da Arquidiocese pernambucana, a Diocese de Crato, através do jornal, começou a abordar questões que antes não eram levantadas nas matérias sobre a ditadura, como as torturas e o possível retorno à normalidade

democrática. Por outro lado, a Diocese do Crato também sofria alguma influência da Arquidiocese de Fortaleza, mais conservadora, que assumia uma postura de neutralidade frente à intervenção militar e que seguia ferrenhamente as diretrizes do Vaticano sobre anticomunismo e trabalhos de base. O que pudemos perceber, ao fim desse debate, foi que a Igreja cratense, nos anos 1960, expandiu sua área de influência sobre a região e, sobretudo, na cidade do Crato. O discurso anticomunista continuou vigorando e o apoio incondicional à ditadura também.

Desde os anos 1940, o jornal *A Ação* já promovia debates sobre como os cidadãos cratenses deveriam se portar. Códigos de condutas morais, recomendações estéticas e outros padrões comportamentais já eram promovidos na intenção de se criar uma identidade visual para os habitantes da cidade. Observando esses elementos, procuramos elaborar uma reflexão sobre como eram construídos projetos que, por vezes, impunham formas de modelação de corpos, seja em sua composição visual, seja em ações performáticas.

Nos anos 1960, eram comuns alguns eventos em que a “sociedade cratense” se reunia em determinados espaços para realizar confraternizações ritualísticas, como os aniversários de 15 anos das filhas da elite local. Todos esses eventos recebiam uma cobertura irrestrita do jornal, que, na coluna “Sociedade”, priorizava a divulgação de acontecimentos cotidianos de um pequeno grupo da cidade.

Por mais que o público-leitor do jornal fosse mais restrito, todas essas formas de se vestir e se portar foram tratadas, especialmente durante a ditadura militar, como uma imposição aos demais grupos sociais. Além disso, após surgirem movimentos da juventude como a Jovem Guarda, uma mudança estética, desagradável aos olhos da Igreja local, tomou as ruas da cidade. Os jovens começaram a deixar o cabelo crescer, usavam mais roupas coloridas, as meninas passaram a usar minissaias e tudo isso causou uma controvérsia tanto nas ruas da cidade quanto nas folhas do jornal.

Percebe-se, entretanto, que os jovens, especialmente os filhos da elite e da classe média ascendente, eram tratados, no jornal, de forma condescendente. Os colunistas passaram a se dedicar quase exclusivamente a tratar sobre o comportamento da juventude e de como o ambiente doméstico poderia afetar as formas como os jovens se portavam e encaravam o mundo. Entretanto, também observamos que, quando jovens de outras classes sociais adotavam esses novos estilos de vida, tanto o jornal quanto a força policial

local os tratavam com estigmatizações e violência, o que torna visível como a “subversão estética” também era privilégio de grupos sociais específicos.

Essas formas de controle sobre os corpos dos sujeitos era visível, principalmente, nas formas como as mulheres eram enquadradas nas páginas do *A Ação*. Em suas primeiras edições, o jornal se dedicava a elaborar reflexões que fomentassem tanto formas de se vestir e se comportar quanto uma educação feminina para o lar, a fim de que as mulheres não acabassem tomando caminhos que desviassem da moral católica. Percebemos, entretanto, que, nos anos 1960, as edições não focavam mais na temática específica da educação feminina, tornando as matérias mais condenatórias e punitivas do que educativas.

Essas novas formas de abordar o comportamento feminino estão diretamente associadas à expansão das casas de tolerância na cidade do Crato. O Crato, além de possuir, no período, a segunda maior feira aberta do estado do Ceará, também era conhecido por ter um grande número de cabarés, que geralmente recebia comerciantes e viajantes que buscavam fazer negócios na cidade. Desde os anos 1940, a repressão às boites e cabarés da cidade era presente nas folhas do jornal. Entretanto, foi no fim dos anos 1950 que, após uma decisão judicial, os cabarés foram transferidos para bairros periféricos da cidade, especialmente o Gesso, que se encontrava próximo à linha férrea.

Essa periferização dos espaços de tolerância não acabou com a prostituição no centro urbano da cidade. A resistência das prostitutas em abandonar esses espaços fez com que a polícia tomasse medidas mais violentas de repressão à prostituição e aos estabelecimentos que contratavam essas mulheres.

Além da prostituição, outro tema era privilegiado nas páginas do jornal: a toxicomania. Conforme observamos, o jornal começou a manifestar, sobretudo nos anos 1960, uma grande preocupação em relação à “proliferação dos tóxicos” na cidade e na região, especialmente entre os jovens. Em acordo com as medidas que o governo vinha adotando sobre a repressão ao consumo de psicotrópicos, o *A Ação* também vinha elaborando reflexões sobre como as drogas eram nocivas ao Homem e à fé católica.

Uma de nossas conclusões é de que talvez essa atenção dada às drogas tenha ganhado força com um movimento de jovens que surgiu na cidade. Esses jovens, fortemente influenciados pelo movimento de contracultura nacional, buscavam romper,

propositadamente, com as amarras do conservadorismo local. Criando um movimento artístico baseado na irreverência da juventude, mas também nos costumes locais, os jovens da “contracultura cratense”, promovendo ideais libertários, que incluíam o uso psicotrópicos em busca de experiências de extensão da psiquê humana, propuseram outras formas de enxergar a história e a cultura regionais.

Observamos, entretanto, que mesmo havendo uma repressão ao uso de entorpecentes por essa parte da juventude, geralmente composta por filhos da elite cratense, ainda havia um certo trato condescendente das autoridades locais em relação à repressão sobre essas práticas. Entendemos que por tomarem, para si, a alcunha de “marginais”, esses jovens acabaram por desfrutar de uma certa posição de privilégio frente à população que era condicionalmente marginalizada na dinâmica urbana cratense.

Procuramos, portanto, mostrar como eram construídos de forma diferenciada os mecanismos de repressão não somente à ilicitude, mas, principalmente, aos sujeitos marginalizados. As tentativas de se construir um espaço urbano idealizado fez com que também fossem construídos espaços de exclusão social e criados espaços não-recomendados às elites da cidade. Esses outros espaços eram, geralmente, compostos por uma população pobre, negra e que foi obrigada a viver lado a lado com a ilicitude, o que fazia com que as autoridades as associassem diretamente ao crime.

Esses enquadramentos da população marginalizada fez com que fosse contrastante o projeto de urbanização da cidade, levando à criação intencional de espaços destinados à repressão e ao controle de pessoas em situação de vulnerabilidade. Encontramos, em algumas edições do jornal, diversas referências a esses espaços, que tanto eram tratados com uma certa complacência sob o olhar das instituições religiosas quanto eram tratados como lugares onde a “miséria moral” imperava. Ao mesmo tempo em que os colunistas do *A Ação* reivindicavam às autoridades condições dignas de moradia para essa grande parcela da população, também recorria a mecanismos de repressão para controlar e concentrar essas mesmas pessoas nesses espaços.

A pretensão geral do trabalho, ao abordar todas essas questões, foi construir uma reflexão sobre como eram concebidos e defendidos regimes de moralidade para a população da cidade, que abarcavam diferenciados aspectos da vida social. Como já afirmamos, para nós, os discursos, visando criar pânicos morais, foram o fator unificador das formas como os intelectuais do ICC e, sobretudo, da Igreja Católica, reproduziam os

mesmos enunciados com conteúdos diferenciados a fim de estabelecer formas de controle, disciplinarização e de assimilação de projetos identitários pela população.

A mídia jornalística, no período estudado, era uma das principais ferramentas utilizadas para a manutenção de projetos estabelecidos por determinados grupos sociais. Vale ressaltar a importância de estudar os periódicos para percebermos como, mesmo que de pontos de vista específicos, eram construídas percepções sobre o cotidiano das sociedades. As abordagens sobre as diferentes formas com que um jornal pode operar são de uma grande variedade, indo desde a cobertura de acontecimentos específicos até as formas como se estruturavam enunciados que, de uma forma generalista, pretendiam construir discursos que seriam reproduzidos por determinadas parcelas da população, como no caso estudado.

Ressaltamos também a importância de entender quem era o público leitor e o público-alvo desses periódicos, mesmo considerando sua alta projeção de notícias e distribuição em bancas de jornais. Ao lermos as matérias coletadas, pudemos perceber como, em sua maioria, elas faziam referência a grupos sociais específicos, como nas matérias sobre a “sociedade” cratense e sobre bairros de periferia e grupos marginalizados. Entendemos, tanto pela taxa de analfabetismo que vigorava no período quanto pelo teor das notícias, que o público-alvo do jornal era restrito, mas que a projeção das intenções desses discursos alcançavam os objetivos almejados.

É compreendendo esses fatores que devemos levar em consideração que não há, de forma alguma, uma passividade da população pobre, analfabeta e marginalizada em relação à profusão de notícias e reflexões promovidas pelo periódico. Havia, no período, diferentes canais de comunicação que atingiam as mais diversas parcelas da população. É inegável que, obviamente, um deles era a Igreja, com os sermões dos sacerdotes e as ações promovidas por instituições católicas que buscavam doutrinar a população mais pobre. Outra possibilidade de observar esses canais de comunicação está na oralidade, nas formas de sociabilidade propiciadas pelas relações cotidianas na feira e, também, na escuta de cordéis, cantorias e outras manifestações populares. Todos esses componentes atuavam, tomando emprestada a reflexão do professor Gilmar de Carvalho (1995), como uma “contrafação jornalística”, uma reação a outra forma de exclusão construída pelos meios de comunicação.

Não acredito ser possível observar esses elementos apresentados sem pensar em outras possibilidades de expansão da temática do trabalho, principalmente quando intencionamos privilegiar os discursos em torno da moral como mote principal da pesquisa. Inicialmente, algumas ideias estavam no projeto de pesquisa original, mas tanto os contratempos que surgem no curto período do mestrado quanto a impossibilidade de expansão das fontes pesquisadas (devido à condição pandêmica) dificultaram essas outras abordagens.

Entre elas, destaco a expansão do próprio estudo sobre o conceito de moral. Um estudo genealógico dos discursos em torno da moral tanto na Igreja Católica brasileira quanto em contextos autoritários, como no Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar, podem propiciar reflexões mais densas sobre como um conceito tão abstrato é tão presente nos discursos que utilizamos como fontes históricas. Como no estudo de Hannah Arendt (2004), acredito que a moral sofre alterações em regimes despóticos, independentemente da gravidade ou intensidade com que se aplica o estado de exceção. Ultrapassando as convenções sociais usuais, a moral assume uma maior projeção nos discursos cotidianos, sendo defendida e reafirmada – mas não profundamente definida – em diversos meios de comunicação, como rádio, jornais, televisão, revistas etc.

O próprio conceito de pânico moral também pode assumir uma leitura mais detalhada a partir das fontes estudadas. Consultando tanto outros periódicos quanto fontes que não necessariamente fossem produzidas por órgãos jornalísticos, podemos observar como, em todas as esferas sociais, determinados discursos assumem força no intuito de estabelecer exclusões e enquadrar objetos, sujeitos e ideias como desviantes. Um exemplo disso são os cordelistas que adotaram o discurso anticomunista. O estudo de Daniel Alves dos Santos (2017) mostra como houve uma periodicidade de publicações de cordéis, no Nordeste brasileiro, que adotavam a temática anticomunista em suas histórias. Esse tipo de abordagem mostra como o pânico moral ultrapassa as barreiras sociais e, tornando as intenções por trás dele bem-sucedidas, faz com que uma boa parcela da população assuma posturas reacionárias em relação a diferentes temáticas. Podemos observar, hoje, como o fenômeno das *fake news* vem fortalecendo não somente os jornalismo sensacionalistas, mas velhos pânicos morais que se reestruturam com o passar dos anos e com o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação.

Também devemos reconhecer a importância de identificarmos elementos de racialização que emergem ao estudarmos as fontes que adotamos. Acredito que não devemos nos deter somente à proposição de uma hermenêutica que busque encontrar vestígios implícitos e explícitos sobre como eram tecidas as relações raciais no período estudado. É de grande importância, também, buscarmos entender como as condições de produção material das fontes (sendo em sua criação, distribuição, aquisição, catalogação, classificação etc.) também são produtores de diferenciações sociais. O não-dito do arquivo nos mostra muito como é extenso o leque de possibilidades de expansão de nossas reflexões. A exemplo, acredito que há fortes indícios de uma “segregação racial” convencionalizada pela população quando, nas fontes, observamos diferentes formas de estruturação familiar (sobretudo em relação ao mundo do trabalho), de organização do espaço urbano, de gentrificação de regiões centrais, de criações de bairros de periferia, de uma imposição de padrões corporais e comportamentais a serem seguidos etc.

Por fim, acredito que não é possível abordar essas temáticas sem procurar ouvir os indivíduos afetados por todas essas produções discursivas. Há uma grande produção historiográfica sobre como os intelectuais cratenses produziram projetos identitários não somente para a cidade, mas também para a região do Cariri. Entretanto, pouco observamos pesquisadores dedicados a pensar sobre os sujeitos que atuam em contraposição a esses discursos identitários, excludentes. Não devemos pensar, obviamente, nessa contraposição como um enfrentamento direto, que utiliza os mesmos métodos e as mesmas linguagens, mas como formas de atuação nos espaços da cidade que mostram que a população esquecida também é protagonista no processo de construção identitária do local em que se vive. Não é à toa que o Crato também é conhecido como uma cidade dos prazeres, das casas de prostituição e das mais diversas possibilidades de experimentação ébria e psicotrópica.

Vale ressaltar que não devemos repetir os discursos que produzem uma associação direta entre a marginalidade e a ilicitude, mas sim produzir uma compreensão de que o controle sobre a ilicitude se encontra no reconhecimento da mesma e na construção de políticas públicas que promovam a equidade social. Acredito que esses grupos, como afirma Axel Honneth (2003, p. 159), se inserem em uma dinâmica intersubjetiva de luta pelo reconhecimento identitário através da reivindicação de amor, direitos e solidariedade, pregados tanto pela “via das ligações emotivas” quanto pelas “orientações

comuns por valores” estabelecidos coletivamente. É partindo do reconhecimento da existência desses sujeitos que eu defendo que o Crato, a Princesa do Cariri, é, na verdade, a Princesa Transviada que subverte a ordem de uma identidade construída sob diferentes formas de repressão e de produção de exclusões sociais.

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

- Jornal *A Ação*, órgão da Diocese Cratense, 1945 e 1965-1972. Disponível no Acervo do Departamento Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo – DHDPG e no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira..
- Jornal *Correio da Manhã*, 1965-1970. Disponível no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.
- Revista *Itaytera*, 1955-2016. Disponível em <<https://cariridasantigas.com.br/colecao-digital-da-itaytera-disponivel-para-download/>>.
- Radiogramas, cartas, inquéritos e laudos policiais sobre tóxicos e atos subversivos na cidade do Crato. Disponíveis no Acervo de Chefatura de Polícia (séc. XX) e no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-CE), do Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Entrevistas colhidas no YouTube. Nesse caso, para manter a privacidade dos entrevistados, não citarei nomes ou direcionarei hiperlinks.
- Video-documentário “Cabarés: memórias de uma vida”. Produzido pelo Coletivo Camaradas. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=aji2Qq9AdVU&t=2s>>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Nordestino**: a invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª Ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: **O tecelão dos tempos: novos ensaios em teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ABREU, Marcelo Santos de. Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930. In: **Contribuição à história intelectual do Brasil republicano**. Alexandre de Sá Avelar, Daniel Barbosa Andrade Faria, Mateus Henrique de Faria Pereira (Orgs.). Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

ALVES, Ermeson Nathan Pereira. **Abidoral Jamacaru: a poesia como elemento de memória na região do Cariri cearense**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ALVIM, Davis Moreira. **Foucault e Deleuze: deserções, micropolíticas, resistências**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANDRADE, Iarê Lucas de. **Da linha do trem pra lá: O discurso sobre a prostituição na cidade de Crato (1940/1960)**. Dissertação (Mestrado em História Social) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASSIS, Machado de. Notícias da atual literatura brasileira. Instinto de Nacionalidade. In: **Obra Completa de Machado de Assis**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. 3, 1994.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2ª Ed., 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BORGES, Raimundo de Oliveira. **O Crato Intelectual**: dados bio-bibliográficos. Crato-CE: Coleção Itaytera, 1995.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão**: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 86, 2021

CANCLINI, Néstor Garcia. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas**: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARVALHO, Gilmar de. Prefácio à obra de Maria Auxiliadora Lemenhe. **Família, tradição e poder**: o caso dos coronéis. São Paulo, ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.

_____. História de Corpos. **Proj. História**, São Paulo, (25), dez, 2002, p. 407-412.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**: the creation of the Mods and Rockers. Abingdon – UK: Routledge, 2011.

CONCEIÇÃO, Flávio da. A ditadura civil-militar: condescendências, perseguições e inquéritos no Estado do Ceará (1960-1970). **Revista História e Culturas**, v. 4, n.8, jul. –dez. 2016, p. 86-99.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **O risco de cada um**: e outros ensaios de psicanálise e cultura. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COWAN, Benjamin A. **Securing Sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELMANTO, Júlio. **História Social do LSD no Brasil**: os primeiros usos medicinais e o começo da repressão. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris**: representações e identidades do Cariri cearense. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014.

_____. **Encantamento e civilização**: construções discursivas sobre uma região (o Cariri Cearense). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2015.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violência, memórias e lutas. **RECIIS – revista eletrônica de comunicação, informação e inovação em saúde**. 2019 abr.-jun.;13(2):234-9

FILHO, João César Abreu de Oliveira. **Da Igreja da opressão à Igreja da libertação**: a produção do espaço e a luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

FILHO, Ronald de Figueiredo e Albuquerque. **Cidade, Seca e Campo de Concentração**: o início da modernização em Crato, Ceará (1900-1933). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos. **O “Reino da Glória” e a Moral Católica:** memórias sobre a educação feminina e a prostituição na cidade de Crato-CE. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos:** estética: literatura e pintura, música e cinema. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **Vigiar e Punir:** o nascimento da Prisão. 42ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade vol. III:** o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREITAS, Renata Martins de. “Operação Mata-Mendigos” e outras histórias: população em situação de rua e o urbano no Rio de Janeiro. **Anais do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais e III Congresso de Direito à cidade e Justiça Ambiental.** Londrina (PR): 2019.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOODE, Erick; BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral panics:** the social construction of deviance. 2ª Ed. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2009.

GOMES, Assis Daniel. O “Rio Civilizador” e o “Vale do Cariri”: a eletrificação urbana do Sul do Ceará (1949-1961). **Revista Espacialidades** [online]. 2014, v. 7, n. 1, p. 171-195.

GOMES, Tiago Gerydenn de Oliveira. **A mitra e o quepe:** aspectos da relação entre a Igreja Católica em Fortaleza e o Regime Militar brasileiro (1968-1974). Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

GUATARRI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. **Espaços & Debates, revista de estudos regionais e urbanos.** Nº 16. São Paulo: NERO, 1985.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: narrativas sobre crime e sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas**: contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

LE BRETON, A produção farmacológica de si. In: **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papireis, 2013, p. 55-66.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.) **Fontes Históricas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações**. Número 7. Pp. 60-80, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. Bras. de Hist.** 17 (34), 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. Ethos discursivo. São Paulo: **Contexto**, p. 11-29, 2008.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade**: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Seja moderno, seja marginal: engenhos e artimanhas da contracultura no Cariri. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 191 a 198.

_____. Embaralhando Nordeste: produção de sujeitos, tempos e espaços nas narrativas e performances de João do Crato. **Amazônia: Revista de Antropologia**. 8 (2). p. 456-478, 2016.

_____. Bar Xá de Flor: experiências queer no interior do Ceará. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MATOS, Olgária. **Tempo sem experiência**. Palestra ministrada no ano de 2007 no evento Vida em Transformação. Conhecimento, sabedoria. Felicidade. Publicada no canal do YouTube “Território do Conhecimento”, em 4 de agosto de 2016. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=pVXl6c_MiAM>. Visto em 10 de outubro de 2020.

MENESES, Sônia. **A Operação Midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos 90**. Porto Alegre, nº 15, 2001/2002. p. 71-91.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PINTO JUNIOR SJ, Luiz Araujo. O Padre Ibiapina - Precursor da opção pelos pobres na Igreja do Brasil. In **Perspectiva Teológica**. ano XXXIV, nº 93, maio/agosto 2002. p. 197-222

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais**: o Cariri à época da usurpação militarista – 1964-1985. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROLNIK, Suely. Esquizoanálise e Antropofagia. In: **Gilles Deleuze**: Uma vida filosófica. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

_____. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: Daniel Lins (org.) **Cultura e subjetividade. Saberes Nômades**. Papirus, Campinas 1997; pp.19-24.

_____. Entrevista concedida ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Publicado no canal do YouTube do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ em 29 de novembro de 2019. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=mSDqSTiNn-o>>. Visto em 10 de outubro de 2020.

ROSA, Susel Oliveira da. **Estado de exceção e vida nua**: violência policial em Porto Alegre entre os anos de 1960 e 1990. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções**: problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SANTOS, Daniel Alves dos. Anticomunismo, história e literatura de cordel. **Revista Labirinto**. ano xvii, volume 27 (jul-dez), 2017 p. 89-104.

SILVA, Jane. **Um “oásis” chamado Cariri**: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Regina Helena Alves da; SOUZA, Cirlene Cristina de. Múltiplas Cidades: entre morros e asfaltos. In: Vera Regina Veiga (org.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 147-165.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio**: o Cariri cearense na ditadura militar. Fortaleza: INESP, 2019.

SOUZA, Bartolomeu Humberto de. **Memórias Flageladas**: a construção da seca na região do Cariri cearense (1958-1970). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de. **Noticiando o sagrado**: O Jornal A Ação e a crise dos padres na Diocese do Crato-CE 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SOUSA, Raimunda Aurilia Ferreira de. **A cidade do Crato na rede urbana cearense**: papel e importância na dinâmica urbana do Crajubar. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

TEMÓTEO, Jurandy. **Anos de chumbo**: o movimento político estudantil e a ditadura militar no Crato. Crato: A Província Editora, 2013.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 14.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **O instituto cultural do Cariri e o centenário do Crato**: memória, escrita da história e representações da cidade. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIEIRA-SENA, Taísa; CASTILHO, Kathia. Moda e masculinidade: breves apontamentos sobre o homem dos séculos XX e XXI. **Modapalavra E-periódico**. Ano 4, n.7, jan-jun 2011, pp. 46. 56.

ANEXO A – CAPA DO JORNAL A AÇÃO, EDIÇÃO DE 1 DE OUTUBRO DE 1966.

Prostituição Problema Social Complexo
(LEIA MATERIA NA PAGINA 4)

Um Jornal do Cariri para a Região

A AÇÃO

ANO XXVI — Crato-(Ce.) 1 de Outubro de 1966 — N. 1.156



Na foto, o Presidente Castelo Branco, acompanhado do ex-governador Virgílio Távora, ocasião em que era homenageado pelas Forças Armadas pela passagem do seu aniversário

PREFEITO DO CRATO PODERÁ SER MILITAR!

(LEIA NA PAGINA 3)

INDA Realizou Curso de Líderes Rurais . (Pag. 5)

Um Cigarro Leva Chapeado à Prisão e Motorista ao Cemitério

Na tarde de segunda-feira, no bairro Bateira, o chapeado Juarez Pedro da Silva matou, a golpe de pistola, o motorista conhecido por (Zé da Batida), numa discussão provocada pela falta de um cigarro.

J. K. Candidato

Vem constituindo assunto de alta repercussão, em toda a região, a candidatura do cratense José Kieber Calou à deputação estadual. Havendo brilhado na A-RENA, partido pelo qual é candidato o atual Presidente da nossa Câmara se constitui em páreo duro para o pleito que se aproxima.

GET Examinará Hoje Candidatos a Motorista!

A Chefia da 3a. Circunscrição de Trânsito, sediada nesta cidade, confirmou para hoje a realização dos exames para os candidatos interessados em adquirir os documentos de habilitação (carteira de motorista). Os testes serão presididos por uma comissão examinadora especialmente vinda de Fortaleza. Todos os interessados devem procurar a sede local da Guarda Estadual de Trânsito à Rua Nelson Alencar, principalmente aqueles que não se encontram regularizados e dirigem sem habilitação oficial.

Segundo nossa reportagem conseguiu colhêr, o crime se deu, quando Juarez pediu um cigarro forte ao seu companheiro e a vítima respondeu grosseiramente, adiantando que havia saído de casa perturbado. Provocada a discussão, Juarez sacou de uma faca e atingiu seu companheiro com um golpe na coxa.

CAUSA

Depois de tomar conhecimento do crime, o Delegado Especial tomou as providências necessárias, enviando patrulhas até o local e so-

mente na tarde de quarta-feira conseguiu fazer a prisão.

PRISÃO

Depois de tomar conhecimento do crime, o Delegado Especial tomou as providências necessárias, enviando patrulhas até o local e so-

CASO DE JUSTIÇA

Estamos informados de

que o crime se deu nas proximidades de uma casa livre, onde um cidadão de vida fácil vive da exploração humana sem querer nada com o trabalho.

Fazemos aqui, em nome dos moradores daquele populoso bairro um apelo ao Sr. Delegado para que mande uma patrulha fiscalizar o local, e faça com que casos desta natureza não venham a acontecer.

Destaques Sem Contrastes!

CELCA Eletrificará Mais Doze Cidades

E' de doze o número de cidades a serem eletrificadas pela CELCA em seus territórios.

CIDADES

Jati, Porteiros, Abaiara, Barro, Jamacaré, Nova Olim-

Terça não se encontra em decadência, — afirmação esta — que chocou frontalmen-

te a diretoria, professores e alunas daquele tradicional estabelecimento de ensino de nossa terra. Contrastando, assim, tal acusação, o Colégio Santa Teresa, depois do sucesso obtido com a Semana de Sociologia, levará a efeito, a partir do dia 15, Dia do Professor, movimentada Semana de Pedagogia, visando a despertar a responsabilidade da vida educacional em suas alunas. Constará o certame de conferências e debates e será aberto também a todos quantos se interessarem pelo assunto, contribuindo, assim, para o maior brilhantismo do certame.

Estradas do Cariri Serão Asfaltadas

Já se encontra em Barbilha a Companhia que foi premiada para os trabalhos de pavimentação entre Barbilha e o sítio Unha de Gato, há 5 quilômetros da cidade de Milagres.

CONVENIO

Os trabalhos foram financiados por intermédio de um convênio entre a USAID e a SUDENE com o governo do estado. A Empresa de Pavimentação e Terraplanagem (EMPATE) adiantou que os trabalhos serão iniciados ainda este mês.

Mauro Será o Prefeito de Juazeiro - (P. 7)



Dr. Gutemberg Sobreira de Menezes
Candidato a Dep. Estadual pelo MDB

GET Examinará Hoje Candidatos a Motorista!

A Chefia da 3a. Circunscrição de Trânsito, sediada nesta cidade, confirmou para hoje a realização dos exames para os candidatos interessados em adquirir os documentos de habilitação (carteira de motorista). Os testes serão presididos por uma comissão examinadora especialmente vinda de Fortaleza. Todos os interessados devem procurar a sede local da Guarda Estadual de Trânsito à Rua Nelson Alencar, principalmente aqueles que não se encontram regularizados e dirigem sem habilitação oficial.

ANEXO B – RADIOGRAMA TROCADO ENTRE O DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO, FRANCISCO TAVARES BARBOSA, E O DIRETOR DA DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR, JOÃO JUAREZ NAPOLEÃO.

Sr Secretário

hvt

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLICIA DO INTERIOR
CRATO Nº 185/65/28/9,30 hs

DESPACHO

Encaminhar Sr. Cel Dir DPT
Providenciar Portalaza

Verio
 Arquivo-se
 Canceido

Rad nº 285/79 de 28/11/79 pt Comunico- V.Sa

As esta cidade emheceu piradas seguintes frases pvtg (TAMENTE TAVARES PRECISA MORRER) A PASSAGEM DO DELEGADO ESTÁ COMPRADA PARA O INFERNO (O CRATO NÃO TEM POLICIA) adianta Vgs inicie averiguaões fim descobrir autor vg presuindo vg entretanto vg tratar-se represália Toxicômanos combatidas acendradamente através medidas processuais legais vg esta autoridade autorizada

197 /

DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLICIA DO INTERIOR
CRATO Nº 185/65/28/9,30 hs

DESPACHO

Encaminhar Sr. Cel Dir DPT
Providenciar Portalaza

Verio
 Arquivo-se
 Canceido

DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLICIA DO INTERIOR
CRATO Nº 185/65/28/9,30 hs

DESPACHO

Encaminhar Sr. Cel Dir DPT
Providenciar Portalaza

Verio
 Arquivo-se
 Canceido

Francisco Tavares Barbosa - 1º Ten. QOPM
Dele Especial

LM 30/11/1979

DR ICR LV I PI

**ANEXO C – PARECER DE ANÁLISE DE SUBSTÂNCIA TÓXICA EMITIDO
PELO LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ**

*Ciente
Análise em
em 16-04-79*


ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SAÚDE - D. C. R.



LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA

ANÁLISE N.º 6841/79

SUBSTÂNCIA- M A C O N H A
 PROPRIETÁRIO- VICENTE BEZERRA CARTAXO
 PROCEDÊNCIA- Delegacia de Polícia do Interior de Crato-Ceará

CARACTERES ORGANOLÉPTICOS:-

CÓR	<u>esverdeada</u>	ASPECTO	<u>natural</u>
ODOR	<u>próprio</u>	SABOR	<u>próprio</u>

DETERMINAÇÕES QUÍMICAS:-

A especie vegetal enviada a este LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA, pertence ao gênero ' **CANNABIS Sativa L.**

Através da reação para identificação de alcaloides e reações específicas, identificamos o princípio ativo da MACONHA denominado CANNABINOL.

CONCLUSÃO:-

Concluimos, portanto, que o vegetal vulgarmente denominado de maconha, possui um princípio ativo fortemente entorpecente.

Seu uso é proibido por lei nº 6.368 de 21 de outubro de 1976.

O presente laudo refere-se apenas à amostra enviada.

Fortaleza, 06 de março de 1979

Brutto
DIRETOR

Mariete Ruesch de Holanda
ANALISTA

Ady P. B. de Brito
CHEFE DO SERVIÇO

fjns/79

ANEXO D – OFÍCIO ENVIADO PELO DIRETOR DA DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR AO DELEGADO DO CRATO, FRANCISCO BARBOSA, ORDENANDO O FECHAMENTO DE LUPANARES DA CIDADE

426

DEPARTAMENTO DE POLICIA CIVIL
DIVISÃO DE POLICIA DO INTERIOR

0550/79
JJN/sampaio

26 de abril de 1979

SENHOR DELEGADO:

Incumbiu-me o EXM^o.SR.SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA comunicar a V.Sa a sua decisão de fazer retirar da ZONA URBANA dessa cidade, os cabarés e outras casas suspeitas que se incluem como atentatórias a tranqüilidade, a moral, nãcivas, por tanto à segurança pública.

Para o fiel cumprimento V.Sa notificará os responsáveis pelo funcionamento de tais lupanares dando-lhes prazos adequados para o fechamento mas que não ultrapassem de 30 dias.

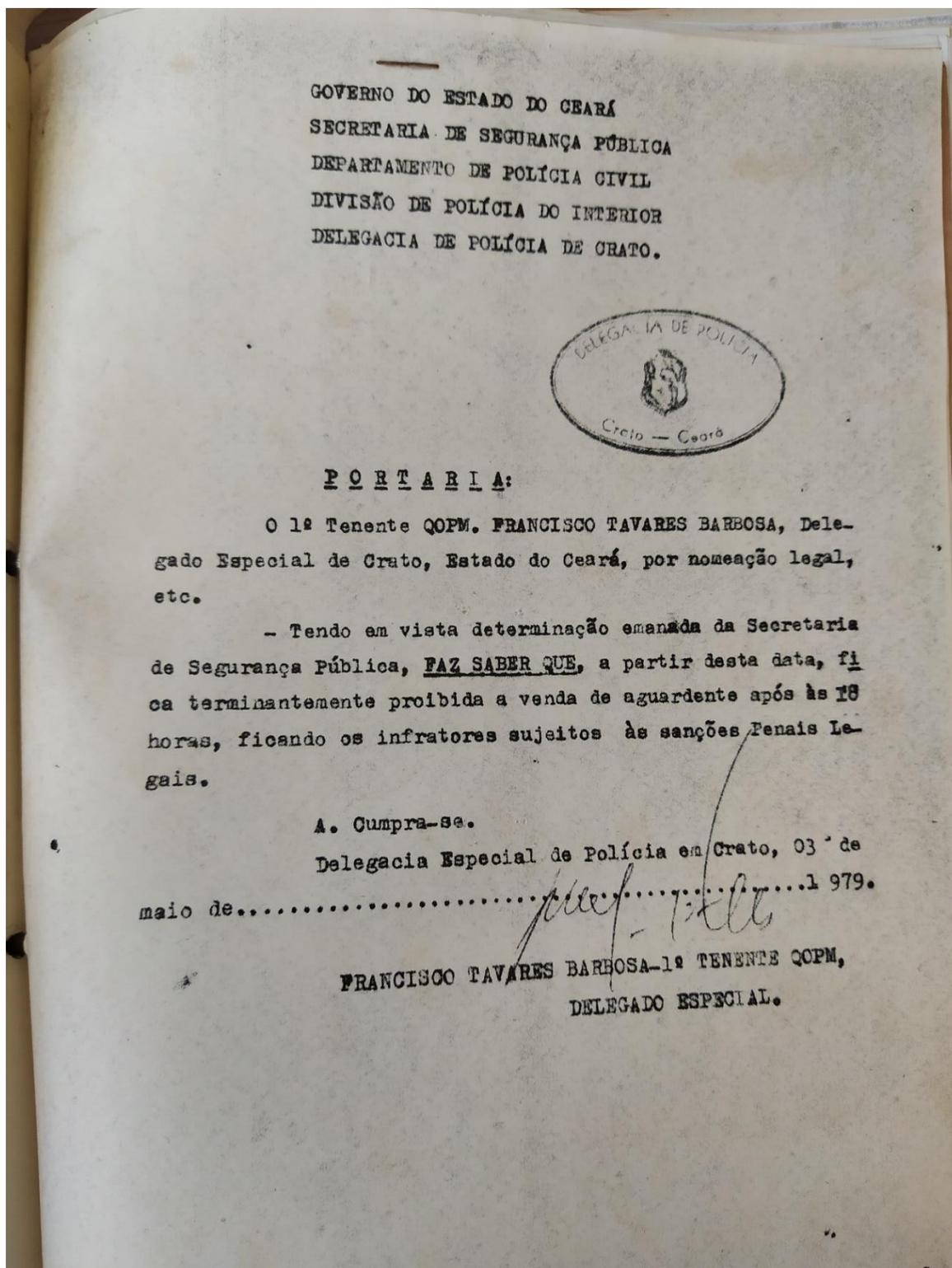
Após as providências, Sua Exelencia deseja ser informado dos resultados.

Na oportunidade renovo a V.Sa os protestos de distinta consideração e apreço.

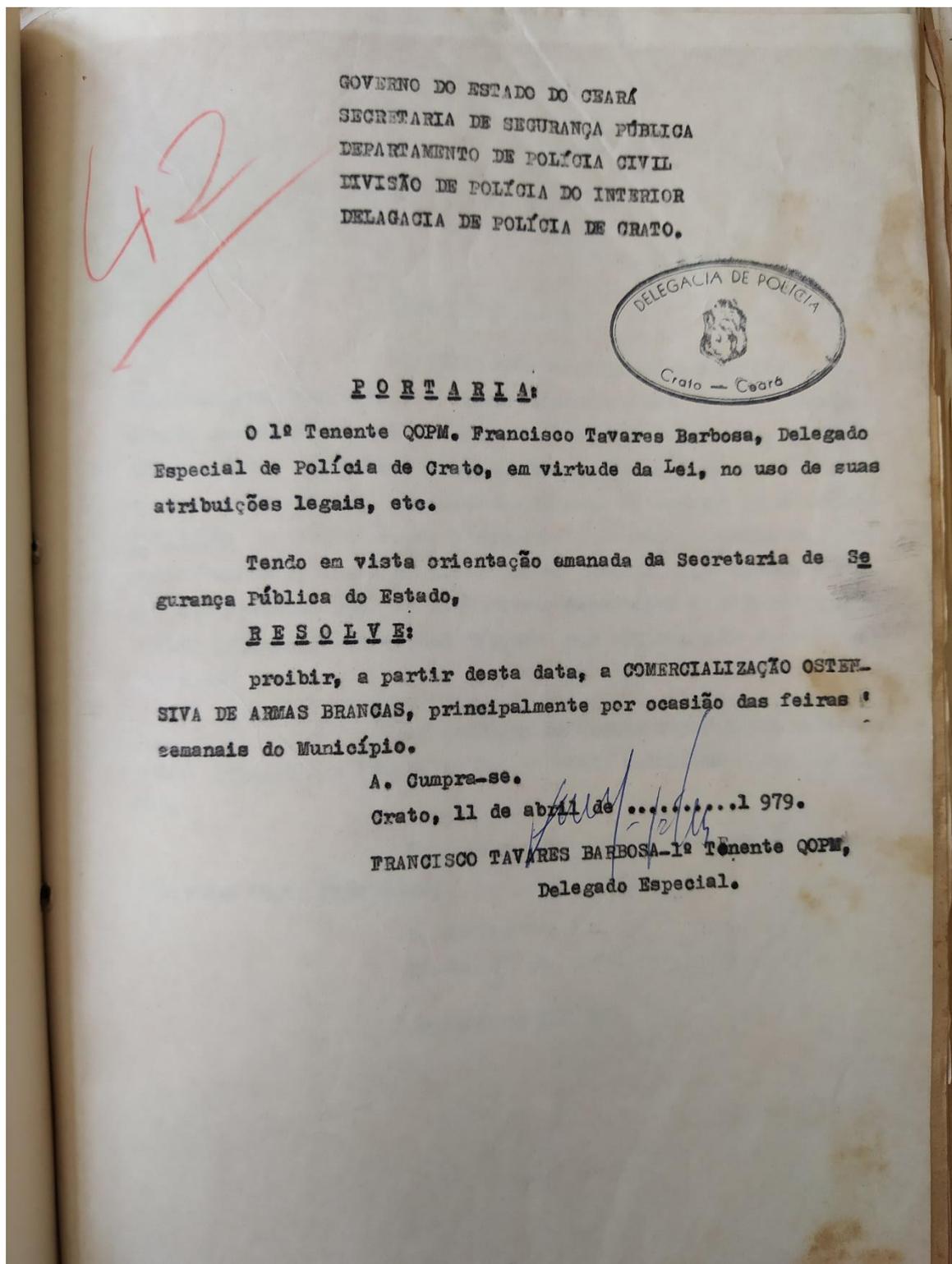
João Juarez Napoleão
JOÃO JUAREZ NAPOLEÃO - T CEL AER
DIRETOR DA DIV POL INTERIOR

ILM^o SR 1^o TEN QCPM
FRANCISCO TAVARES BARBOSA
MD DELEGADO ESPECIAL DE POLICIA
CRATO - CE

ANEXO E: PORTARIA EXPEDIDA PELO ENTÃO DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO, FRANCISCO TAVARES BARBOSA, QUE, A FIM DE EVITAR PROBLEMAS CAUSADOS PELA INGESTÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, PROIBIU A VENDA DE AGUARDENTE NA CIDADE APÓS AS 18 HORAS.



**ANEXO F - PORTARIA DO DELEGADO DE POLÍCIA DO CRATO,
FRANCISCO TAVARES BARBOSA, SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA DE
ARMAS BRANCAS DURANTE OS DIAS DE FEIRA.**



ANEXO G – CARTA ENVIADA POR INDIVÍDUOS ENCARCERADOS AO ENTÃO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, O GENERAL ASSIS BEZERRA.

A fim de preservar o nome dos remetentes, apaguei suas assinaturas, que se encontram no fim do documento.

Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança.
 Assis Bezerra,
 Pedimos, carissimamente, que conceda
urgentemente os novos Direitos Humanos,
 pois estamos em uma cadeia de
 castigo, que realmente não temos
 uma pequena ajuda do governo,
 mais estamos sofrendo das novas
 condições familiares, e por meios
 de modalidades policiais fomos cortados
 até o Direito de Comunicações, pois
 estamos passando por maiores humilha-
 ções, além de não ter assistência
 Médica. Se chegar, aduzir um preso
 não se encontra nem o carcereiro,
 para abrir o chadros, pois ele tranca
 agente, muitas vezes antes daimenta-
 ção chegar, e pra gente comer tem
 que ser pelo buracos das grades,
 que mal cabe a mão dos presos,
 pelo o outro lado, os dias de visita foi
 cortado, e saiba a Vossa excelência que
 vem milhares de famílias dos presos,
 e ficam chorando no pé da grade
 sem ser concedido nem falar
 com o Prisioneiro, portanto estamos -

enviando este pedido a Vossa
 Excelencia, que tome as devidas providen-
 cias, ja que estamos pagando,
 corretamente as nossas culpabilidades,
 pedimos que o Senho, mande uma
 advertencia para o Senhor Delegado
 do Crato: pois estar formada uma
 cadeia de Rebelta, Subversões e
 Arinamos.

x [redacted]
 + [redacted]

Antonio [redacted]
 Crato 24/3/79.